

Guilherme Goulart Righetto
Elizete Vieira Vitorino

#TRANSliteracy:

COMPETÊNCIA
EM INFORMAÇÃO
VOLTADA
ÀS PESSOAS
TRANS*

Guilherme Goulart Righetto
Elizete Vieira Vitorino

#TRANSliteracy:

COMPETÊNCIA
EM INFORMAÇÃO
VOLTADA
ÀS PESSOAS
TRANS*



2019
São Paulo

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados

Copyright do texto © 2019 o autor e a autora

Copyright da edição © 2019 Pimenta Cultural

Esta obra é licenciada por uma *Licença Creative Commons: by-nc-nd*. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pelo autor para esta obra. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do autor, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

Comissão Editorial Científica

Alaim Souza Neto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Alexandre Antonio Timbane, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil
Alexandre Silva Santos Filho, Universidade Federal do Pará, Brasil
Aline Corso, Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves, Brasil
André Gobbo, Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade Avantis, Brasil
Andressa Wiebusch, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Andreza Regina Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Angela Maria Farah, Centro Universitário de União da Vitória, Brasil
Anísio Batista Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Arthur Vianna Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Beatriz Braga Bezerra, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Bernadette Beber, Faculdade Avantis, Brasil
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil
Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Cleonice de Fátima Martins, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Daniele Cristine Rodrigues, Universidade de São Paulo, Brasil
Dayse Sampaio Lopes Borges, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
Delton Aparecido Felipe, Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dorama de Miranda Carvalho, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Elena Maria Mallmann, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Elisiane Borges leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Elizabete de Paula Pacheco, Instituto Federal de Goiás, Brasil
Emanoel Cesar Pires Assis, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Francisca de Assiz Carvalho, Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
Gracy Cristina Astolpho Duarte, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Handherson Leylton Costa Damasceno, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Heloisa Candello, IBM Research Brazil, IBM BRASIL, Brasil
Inara Antunes Vieira Willerding, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jacqueline de Castro Rimá, Universidade Federal da Paraíba, Brasil



Jeane Carla Oliveira de Melo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil
Jeronimo Becker Flores, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Joelson Alves Onofre, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Joselia Maria Neves, Portugal, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Júlia Carolina da Costa Santos, Universidade Estadual do Maro Grosso do Sul, Brasil
Juliana da Silva Paiva, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, Brasil
Kamil Giglio, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Laionel Vieira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Lidia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ligia Stella Baptista Correia, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Luan Gomes dos Santos de Oliveira, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Lucas Rodrigues Lopes, Faculdade de Tecnologia de Mogi Mirim, Brasil
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz, Universidade Federal de Goiás; Instituto Federal de Goiás., Brasil
Lucimara Rett, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marcio Bernardino Sirino, Universidade Castelo Branco, Brasil
Marcio Duarte, Faculdades FACCAT, Brasil
Marcos dos Reis Batista, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil
Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Maribel Santos Miranda-Pinto, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal
Marília Matos Gonçalves, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Marina A. E. Negri, Universidade de São Paulo, Brasil
Marta Cristina Goulart Braga, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Michele Marcelo Silva Bortolai, Universidade de São Paulo, Brasil
Midierson Maia, Universidade de São Paulo, Brasil
Patricia Biegging, Universidade de São Paulo, Brasil
Patricia Flavia Mota, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Patricia Mara de Carvalho Costa Leite, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Patrícia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ramofly Ramofly Bicalho, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Rarielle Rodrigues Lima, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Raul Inácio Busarello, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ricardo Luiz de Bittencourt, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil
Rita Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Rosane de Fatima Antunes Obregon, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Samuel Pompeo, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Tadeu João Ribeiro Baptista, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Tarcísio Vanzin, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Thais Karina Souza do Nascimento, Universidade Federal Do Pará, Brasil
Thiago Barbosa Soares, Instituto Federal Fluminense, Brasil
Valdemar Valente Júnior, Universidade Castelo Branco, Brasil
Vania Ribas Ulbricht, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Wellton da Silva de Fátima, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Wilder Kleber Fernandes de Santana, Universidade Federal da Paraíba, Brasil



Direção Editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas	Marcelo Eyng
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Editoração eletrônica	Matheus Vieira Moraes Ligia Andrade Machado
Imagens da capa	Designed by Freepik Harryarts / Freepik
Editora executiva	Patricia Biegging
Revisão	Os autores
Autores	Guilherme Goulart Righetto Elizete Vieira Vitorino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R572t Righetto, Guilherme Goulart -
#TRANSliteracy: competência em informação voltada às
pessoas trans*. Guilherme Goulart Righetto, Elizete Vieira
Vitorino. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. 253p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7221-069-0 (eBook)

978-85-7221-074-4 (brochura)

1. Transgênero. 2. Gênero. 3. Sociedade. 4. Minorias.
5. Informação. I. Righetto, Guilherme Goulart. II. Vitorino,
Elizete Vieira. III. Título.

CDU: 305

CDD: 305

DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.690

PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766-2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2019



SUMÁRIO

Apresentação 7

Introdução 10

Capítulo 1

Apontamentos inerentes à compreensão
da população trans 28

1.1 Aspectos macro: exclusão e inclusão social,
cidadania e direitos sexuais como expressão
de direitos humanos 29

1.1.1 Exclusão e inclusão social 29

1.1.2 Inclusão social e a busca pela democracia:
os movimentos sociais 34

1.1.3 Exercício da cidadania: educação cidadã
e direitos humanos 40

1.1.4 Direitos e sexualidade: particularidades
dos direitos humanos 45

1.1.5 Pessoas livres e democracia 53

1.2 Aspectos micro: minorias sociais
– em foco as pessoas trans 55

1.2.1 As pessoas trans na sociedade contemporânea 55

Capítulo 2

Competência em informação
sob a perspectiva social 73

2.1 O movimento da competência em informação:
relações com a vulnerabilidade social,
a interdisciplinaridade, as minorias sociais
e a missão profissional do bibliotecário 74



2.1.1 Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social	74
2.1.2 Competência em informação sob o foco da interdisciplinaridade.....	85
2.1.3 Competência em informação na escola, nas ONGs e na saúde.....	90
2.1.4 O desenvolvimento da competência em informação nas minorias.....	109
2.1.5 Ciência da informação, necessidades de informação e competência em informação às minorias: diálogos possíveis	116
2.1.6 A missão profissional do bibliotecário voltado às pessoas trans	126

Capítulo 3

O “encontro” da competência em informação nas narrativas das pessoas trans	148
--	-----

3.1 Informação, vulnerabilidade e resiliência: o desenvolvimento da competência em informação nas pessoas trans sob a ótica fenomenológica	149
--	-----

3.1.1 Aspectos informacionais	152
3.1.2 Aspectos da vulnerabilidade social	184
3.1.3 Aspectos da resiliência	199

3.2 As narrativas no contexto do quadro de avaliação il (<i>information literacy</i>) (adaptado de UNESCO, 2013)	208
--	-----

Algumas reflexões finais	216
--------------------------------	-----

Referências	221
-------------------	-----

Sobre o autor e a autora	245
--------------------------------	-----

Anexos.....	246
-------------	-----

Índice remissivo	248
------------------------	-----



APRESENTAÇÃO

O âmago desta obra emergiu, em primeiro momento, como resultado final da Dissertação de Mestrado intitulada “Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina”, defendida em fevereiro de 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).

Para trazer o conteúdo ao público em geral e avocar novo frescor à obra, visto que a pesquisa se encontra em acesso aberto, empreendeu-se adequação necessária em linguagens e estrutura, ao mesmo tempo em que se buscou manter em protagonismo as narrativas obtidas na pesquisa. Sentiu-se a necessidade de incluir como anexo a aprovação da pesquisa junto ao Comitê de Ética da UFSC, evidenciando os cuidados éticos tomados e a integridade dos participantes, sem os quais seria impossível consolidar a pesquisa.

Mas por que cargas d'água o título principal da obra se chama #TRANSliteracy? Bem, num primeiro momento, por conta da perspectiva unificadora sobre o que significa ser competente em informação no século XXI, incluindo a capacidade de ler, escrever e interagir em uma variedade de plataformas, ferramentas e mídias e ao exercício do aprendizado contínuo. Em segundo lugar, e não menos importante, para instigar e chamar a atenção na geração de espaços públicos, sociabilizáveis e pedagógicos para o *lifelong learning*¹ do movimento trans brasileiro – daí inserindo o apoio social da Ciência da Informação nessa contextura.

O proposto, aqui, é apresentar o movimento da competência em informação além da elitização acadêmica e restrita às instituições de ensino; é o despertar dessa “metacompetência” como ferramenta

1. Inspirado por: <https://transliteracyproject.wordpress.com/events/>.



efetiva na construção cidadã dos excluídos, menosprezados, estigmatizados e socialmente vulneráveis. Em foco, na obra, encontram-se as pessoas trans(gênero), ou seja, aquelas que não se identificam com as atribuições biológicas de nascença (MELERO, 2018).

Trata-se da sedimentação do “papel mais proativo” que Belluzzo (2018) destaca à competência em informação no Brasil: no incentivo à promoção e disseminação de maiores estudos e pesquisas por docentes, pesquisadores, profissionais, grupos de pesquisa e universidades para que seja possível angariar espaços objetivando melhor posicionamento e discussão da temática como tema central e transversal na área de educação, de comunicação e correlatas; junto às bibliotecas em geral, na pesquisa científica e tecnológica, vislumbrando no horizonte o apoio “na definição de políticas públicas e estratégias de ação que são indispensáveis a um país em desenvolvimento como o Brasil” (BELLUZZO, 2018, p. 138).

Em caso de questionamentos acerca dos motivos que nos levaram a estudar tal população e de tornar a pesquisa uma obra, eis algumas premissas: cerca de metade dos brasileiros afirmam não saber o que são pessoas trans, segundo a pesquisa do Instituto Locomotiva. O estudo aponta que 49% da população brasileira desconhece o significado da letra T na sigla LGBT e dois em cada dez brasileiros tem discernimento substancial acerca de questões de gênero (MELERO, 2018).

As narrativas dispostas ao longo da obra vão de encontro com a premissa anterior, em que as pessoas trans são, na sociedade brasileira, desprovidas de quaisquer tipos de dignidade cidadã e humana. A “tríade” propulsora da obra – informação, vulnerabilidade e resiliência – caracteriza as falhas, subalternidades e relapso da sociedade para com esta população, incluindo a ausência de estudos/iniciativas na área da Ciência da Informação e competência em informação.



De certo modo, a obra pode ser considerada *mea culpa* por, talvez, nos preocuparmos – enquanto pesquisadores e profissionais – com esta causa há pouco tempo, e aqui então se busca estender a voz destas pessoas rumo ao protagonismo de suas vidas, tão valorosas e tão martirizadas. Que a competência em informação seja propagada e desenvolvida sem pré-conceitos para o coletivo – e que assim seja!



INTRODUÇÃO

A partir do exponencial crescimento de informação oriundo no século passado e da marca do sistema econômico e produtivo capitalista, emergem novas formas de sociedade, denominadas como sociedade da informação, “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999), do conhecimento, bem como novas perspectivas para o desenvolvimento científico. Com o advento da internet e seus atributos, tais como os mecanismos de buscas, as bases de dados e a tecnologia móvel, apresenta-se uma nova configuração social na qual a informação é disseminada de forma efêmera e fragmentada.

É necessário estar apto para utilizar com entendimento e consciência a informação. Mais do que simplesmente saber manusear a máquina, a grande questão que ronda as relações sociais no panorama da globalização é como lidar, humanizar e compreender as diferenças que podem estar tão perto – numa tela de um dispositivo digital, etc. – e ao mesmo tempo, tão longe da vida das pessoas.

Considera-se pertinente a proposta da competência em informação no que diz respeito à relação simbiótica entre a pessoa e a informação. Para Lau (2007), a competência em informação é um conjunto de habilidades que pode ser aprendida. Contudo, deve-se ter a autonomia – iniciativa ou atitudes que para se chegar à aprendizagem. A utilização de ferramentas adequadas inferidas em métodos e técnicas, aplicadas individualmente ou em grupo com a supervisão de profissionais proporcionará o desenvolvimento das habilidades necessárias ao uso da informação e o sucesso na aprendizagem desta.

A competência em informação é apontada como um processo constante de interação e assimilação de princípios conceituais, atitudinais e de habilidades singulares como referenciais ao



entendimento da informação e de sua amplitude em busca das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicação às pessoas e aos grupos sociais ao longo da vida (BELLUZZO et al., 2004).

Desta forma, assim como a competência em informação é uma prática social, Wersig e Neveling (1975) consideram como objetivo da Ciência da Informação sua missão social, particularmente no contexto da transferência do conhecimento para aqueles que o precisam. Le Coadic (1996) também a caracteriza como social, alertando que se trata de uma ciência que busca assimilar fatores sociais e culturais, tendo como função social o amparo científico para aqueles que procuram a informação.

Seguindo esta linha, Araújo (2012) considera substancial a abordagem social ou sociocultural da Ciência da Informação, pois os usuários da informação não são seres que vivem em uma realidade paralela, estando inseridos em realidades com significados construídos socialmente. Portanto, reforça-se a importância dos estudos sociais voltados aos segmentos sociais vulneráveis e às suas necessidades de informação.

A competência em informação pode ser determinada como uma ação que viabiliza a constatação acerca das necessidades de informação da pessoa, observando as questões intrínsecas ao seu uso e independente à situação de vida deste (JOHNSTON; WEBBER, 2006). Voltada aos grupos vulneráveis/minorias sociais, o desenvolvimento da competência em informação tende a ser algo pertinente a ser discutido e pesquisado, afinal, torna-se uma maneira de exercício contínuo para o desenvolvimento social, especialmente em se tratando das pessoas trans.

Em conformidade com Suess (2010), a terminologia *trans* refere-se às pessoas que elegeram uma identidade ou expressão



de gênero diferente da atribuída ao nascer – incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, *crossdressers*, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero *queer* e outras autodenominações relacionadas.

Outrossim, desenvolver a competência em informação é uma forma de promover a cidadania e forma de apoio social. Paludo e Koller (2004) inferem que o apoio social é um dos elementos de proteção com maior intervenção positiva no desenvolvimento humano. É associado à relação que o indivíduo tem com o sistema social que está inserido e na forma como as conexões interpessoais suprem certas necessidades ou funções. O apoio social consiste na verbalização de informações, na redução dos efeitos do estresse, no suporte em momentos de crise, de doença, e em diversas circunstâncias que visam à harmonia social (PALUDO; KOLLER, 2004).

O apoio pode ser classificado como: emocional e afetivo, que diz respeito à qualidade e à sustentação dos laços, constatado nas manifestações de amor, de afeto e de confiança; informacional e instrumental ou material, por meio de informações e de ajuda no caso de problemas cotidianos e de saúde, por exemplo; e as interações positivas, que visam a participação em ações que dão prazer e bem-estar (COSTA; DELL'AGLIO, 2009).

Acredita-se, no entanto, que outra forma de apoio social se valida por intermédio de estudos/discussões sobre a temática da competência em informação sobre e para os que se encontram às margens da sociedade, – pessoas em grupos vulneráveis e parte de uma minoria – impulsionando no protagonismo social, no empoderamento e na libertação, ao visibilizar e incluir socialmente estas pessoas pra que futuramente, possam participar ativamente como cidadãos – de assumir o controle do próprio destino, de ter voz ativa na sociedade (GARRAFA, 2005; FARIAS; VARELA, 2017).



Por conseguinte, a partir do momento em que a pessoa se torna protagonista dentro de sua realidade social, adquirindo novas formas de observar as perspectivas na construção da realidade, o empoderamento se torna uma multiplicação de ideias transformadoras. Essa pessoa observa na conduta de sua ação um potencial enriquecedor de novos fluxos de ideias, que conduzem a uma libertação da sua consciência sendo capaz de se tornar um cidadão (FARIAS; COSTA, 2017).

Assim, o processo de compreensão da competência em informação na sociedade contemporânea envolve assimilar as contínuas mudanças tecnológicas e sociais. Este processo não se restringe somente ao uso das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), vai além e envolve um conjunto de habilidades para acessar e utilizar a informação que influenciam nos campos pessoal, social e profissional da humanidade (BRUCE, 2003).

O discernimento acerca das diferenças – sociais, identitárias, etc. – vem sendo discutida com maior ímpeto, principalmente no concernente à inclusão, visibilidade e a quebra de estigmas, angariando espaço significativo em contexto social por meio de movimentos sociais em rede, ONGs e a educação contínua para o uso coerente das TIC (AIDAR et al., 2010). Nesse sentido, a Agenda de Educação 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) assegura o comprometimento na promoção de oportunidades na aprendizagem ao longo da vida para todos, em todas as formas disponíveis e em todos os níveis de educação. Isto inclui o acesso equitativo, o alargamento da educação, a formação técnica e profissional de qualidade, o ensino superior e a pesquisa, visando à garantia da qualidade (ONU, 2015).

Além disso, a ONU (2015) reconhece as formas de aprendizado flexíveis, bem como a premência, validação e importância do conhecimento, das habilidades e das competências adquiridas por



meio da educação “informal” e interdisciplinar. A alfabetização ao longo da vida deve ser vista no contexto mais amplo do desenvolvimento nos dias atuais, fomentando as pessoas uma base sólida de conhecimento, habilidades criativas, críticas e colaborativas que despertam a curiosidade, a coragem e a resiliência (ONU, 2015).

Sendo assim, a igualdade de gênero(s) é relativa ao direito à educação (continuada) para todos. A educação inclusiva para todos deve ser assegurada pela concepção e implementação de políticas públicas, de práticas profissionais ou outras ações transformadoras para responder à diversidade e as necessidades de informações da sociedade. A igualdade de gênero(s) é outra característica fundamental da Agenda de Educação 2030, prestando-se especial atenção à discriminação baseada no gênero, bem como a grupos vulneráveis e na garantia de alcance igualitário (ONU, 2015).

É nesse contexto que a importância sobre o conhecimento se apresenta como fator de emancipação na vida de uma pessoa, sendo fator diferenciador na quebra de preconceitos e paradigmas impostos pela sociedade (REDE TRANS BRASIL, 2017). Assim, a inclusão e o apoio social às pessoas trans na sociedade contemporânea é um desafio social coletivo. Igualmente, o direito à informação e o desenvolvimento da competência em informação fará concretizar o acesso e o atendimento às necessidades e oportunidades de informação desta população. Posto isto, justifica-se em âmbito social e científico o caráter relevante o estudo aqui proposto.

Em âmbito pessoal, acreditamos que estamos nesse plano material para aprender, evoluir e acima de tudo, compreender que a vida pode ser muito melhor se praticarmos a empatia e o apoio aos demais. Por meio das narrativas obtidas e do observado sobre a população T, podemos imaginar o quão doloroso e demonizado é ser uma pessoa transgênero numa sociedade violenta, ignorante, preconceituosa e excludente como a nossa – a brasileira.



Junto a isto, a percepção de rejeição e não-pertencimento com essas pessoas foi algo que nos chamou demasiadamente a atenção por meio do construído ao longo do estudo. Sem demagogias, esperamos que a obra sirva para ajudar e potencializar a voz da população T, e que iniciemos uma real conscientização e movimentação em prol do ser humano, acima de todo e qualquer pré-conceito estabelecido por normas sociais retrógradas e “quadradas”.

Portanto, a investigação sobre o valor cognitivo da competência em informação para o desenvolvimento social e das pessoas pode ser considerada como um fator determinante para as minorias sociais. A predisposição de localizar informações, assimilá-las e incorporá-las como conhecimento adquirido têm valor inestimável. Nesse contexto, a competência em informação pode ser desenvolvida na medida em que permite o reconhecimento de direitos primários, como necessidades de informação cotidianas, incluindo questões de saúde, mercado de trabalho e legislação específica.

ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO E DISPOSIÇÃO DAS NARRATIVAS NA OBRA

Flick (2005) aponta que a investigação qualitativa é significativa para o estudo das relações sociais, considerando a pluralidade dos universos de vida. Visto que as mudanças sociais e a diversidade dos universos de vida são onipresentes na sociedade atual, ocorre a mudança de paradigma das metodologias dedutivas tradicionais e suas falhas na tentativa de abranger os “novos contextos sociais e novas perspectivas” (FLICK, 2005, p. 2).

Além da Ciência da Informação, considerada uma ciência inter e multidisciplinar, as abordagens teóricas de áreas interdisciplinares foram utilizadas para dar sustento ao estudo proposto. Posto



isto, a natureza deste estudo é caracterizada como exploratória. O objetivo principal do estudo exploratório consiste na familiarização de um objeto pouco conhecido ou explorado, além de desenvolver, esclarecer e remodelar conceitos e ideias.

Levando em consideração que esta obra buscou empreender uma aproximação entre as temáticas vulnerabilidade social, minorias sociais – com ênfase nas pessoas trans – e competência em informação, ainda pouco exploradas em conjunto no Brasil, compreende-se que este é um estudo exploratório, visto que é preciso enriquecer o referencial do presente estudo para a elaboração deste e de novas pesquisas, a quem interessar possa.

Em relação ao processo de coleta, utilizaram-se as metodologias de levantamento, documental e bibliográfica. Para o tratamento e análise dos dados, foi utilizada uma abordagem qualitativa e fenomenológica na pesquisa. Conforme Minayo (2010) aponta, o estudo qualitativo se destina a responder questões específicas que não podem ou não devem ser quantificadas, a qual se concentra no que tange os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as ações, estes vistos como fenômenos humanos constituintes da realidade social.

Levando em consideração que este estudo aborda questões de cunho social, Pereira e Queirós (2012) explicam que diversas áreas do estudo social vêm na investigação qualitativa um meio de corporificar estudos com variadas bases epistemológicas. Corroborando com esta ideia, na sequência exporemos os princípios da fenomenologia e da fenomenologia social a fim de contemplar o objetivo geral deste estudo: Compreender a competência em informação de minorias sociais, com foco nas pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina, como alicerce para o desenvolvimento desta metacompetência na população em estudo.



Lima (2014) aponta que a fenomenologia é uma palavra que ultrapassa séculos e componente de uma importante etapa da Filosofia. Trata-se de uma palavra de gênese grega, formada por duas outras: “fenômeno”, aquilo que se mostra e “logia” (*logos*), que apresenta uma variedade de significados para os gregos, como palavra e pensamento (ALES BELLO, 2006).

Destarte, diz respeito ao “estudo dos fenômenos, daquilo que aparece à consciência, daquilo que é dado a partir de si mesmo [...] e visto similarmente como [...] um amplo movimento científico e espiritual, extraordinariamente variado e ramificado, ainda hoje vivo”, como discorre Lima (2014, p.10). Fenômeno, na fenomenologia, “vem da palavra grega *faínomenon* – que deriva do verbo *faínestai* – e significa o que se mostra, o que se manifesta, o que aparece. É o que se manifesta para uma consciência” (BICUDO, 1994, p. 17).

Edmund Husserl (1859-1938) é considerado o precursor da fenomenologia ao formular o método fenomenológico e influenciar em grande parte a Filosofia do século XX (DARTIGUES, 2008; LIMA, 2014). Wilson (2015) expõe que a fenomenologia viabiliza a compreensão da experiência vivida de um modo particular que a difere das outras metodologias. Compreender o que fenômeno significa é tido como a dificuldade inicial para o uso da fenomenologia como objeto de estudo, devido à multiplicidade de sentidos encontrados e este depender das intersubjetividades e relatividades que lhe são empregadas (MACEDO; BOAVA; ANTONIALLI, 2012).

Jean-Paul Sartre, em “O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica” discute sobre a relatividade e o fenômeno:

Assim chegamos à idéia de fenômeno como pode ser encontrada, por exemplo, na “Fenomenologia” de Husserl ou Heidegger: o fenômeno ou o relativo-absoluto. O fenômeno continua a ser relativo porque o “aparecer” pressupõe em essência alguém a quem aparecer. [...] O fenômeno não indica, como se apontasse por trás de seu ombro, um ser verdadeiro que fosse, ele sim, o absoluto. O



que o fenômeno é, é absolutamente, pois se revela como é. Pode ser estudado e descrito como tal, porque é absolutamente indicativo de si mesmo (SARTRE, 1997, p. 16).

Ao se revelar como é, de fato, o ser fenomênico emerge, desde sua essência até sua aparência e se estabelece como fruto dessas manifestações. E como “requisito” do fenômeno em si, este potencialmente torna-se transcendente – isto é, que excede a natureza física das coisas – num processo em que “[...] é preciso que o próprio sujeito transcenda a aparição rumo à série total da qual ela faz parte” (SARTRE, 1997, p. 16).

Cardoso (2008) discorre que a pesquisa fenomenológica provém, assim como os demais tipos de pesquisa, das inquietações do pesquisador, porém este inicia seu trabalho pela indagação do fenômeno em si, o qual se pretende conhecer por meio da descrição que os entrevistados discernem de suas experiências sobre o tema. Esta indagação possibilita o aparecimento da complexidade dos fenômenos presentes nele e suas conexões. Sendo assim, “[...] o pesquisador busca compreender o sentido revelado na descrição da experiência. É a análise dessa descrição que permitirá conhecer as relações intrínsecas à experiência” (CARDOSO, 2008, p. 52).

Visto que este método tem como foco de investigação o fenômeno, aquilo que “se mostra a si mesmo tal como é”, utiliza a intuição como principal mecanismo de conhecimento, em que as essências são dadas pela intuição. O emprego do método fenomenológico no campo pesquisado salienta a atenção dos autores em relação aos sentimentos expressos pelos entrevistados, ou seja: seus significados e suas percepções em relação ao que está sendo pesquisado. A partir da revelação dos relatos, dá-se a construção compreensiva – ou o princípio – da pesquisa fenomenológica com base no fenômeno estudado e a captação da experiência vivenciada (MARTINS; BICUDO, 2005).



O entrevistado é tido como aquele que “atribui sentido” perante o vivido em seu dia a dia, aquele que reflete, analisa e compreende o que se passa em seu redor. A assimilação dos sentidos expressos ao fenômeno é o fator propulsor que o pesquisador visa atingir por meio da fenomenologia, uma vez que este viabiliza entrar as manifestações vivenciadas dos sujeitos (MARTINS; BICUDO, 2005).

Moreira (2004) aponta os dois elementos principais que caracterizam a investigação fenomenológica: a redução fenomenológica e a redução eidética. Na redução fenomenológica, ou *epoché*, – suspensão do julgamento, na filosofia grega – é a primeira atitude que o pesquisador deve tomar ao utilizar o método fenomenológico para uma pesquisa. Para essa atitude, não há dúvida da existência do mundo, porém deve ser posta em suspensão, visto que o mundo existente não é o tópico central da fenomenologia.

Dentre as extensões do movimento fenomenológico husserliano, encontra-se a fenomenologia social, a qual é vista como a mais propícia a ser utilizada como base para a análise fenomenológica dos dados coletados. A fenomenologia social, ou fenomenologia sociológica teve suas bases providas de Alfred Schutz (1899-1959), e é considerada a sociologia do cotidiano (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Sendo influenciado diretamente por Husserl e Weber, Schutz (1979) designa as bases que respaldam a fenomenologia social, tendo como aspecto inicial a experiência no mundo da vida cotidiana. Apresenta o uso do método da compreensão como uma possibilidade aproximativa da natureza do mundo social pela experiência subjetiva do ser com o intuito de entender os fenômenos sociais com base em alguns conceitos, tais como o de significado e intencionalidade (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Na fenomenologia social, a descrição pode ser empírica, aquilo que foi vivido, ou eidética, vista como o domínio das essências



puras. Pode ter como tema a pessoa ou o tipo. Pode realizar-se em situações concretas da vida cotidiana ou com alto grau de generalidade. A construção teórica da fenomenologia social é contemplada pelo entendimento do mundo social ou mundo da vida. Este mundo, evidente nos princípios husserianos, é a esfera social na qual as relações entre as pessoas se processam. Trata-se, então, do mundo do cotidiano, das ações triviais que constituem a experiência de vida dos atores sociais (MACEDO; BOAVA; ANTONIALLI, 2012).

Sob a visão de Schutz, o mundo cotidiano é tido como um mundo cultural e intersubjetivo, visto que as pessoas coexistem e convivem entre si não somente de maneira corporal e entre os objetos, mas principalmente por cognição. Possui caráter intersubjetivo, pois o ser permeia-se em variadas relações sociais, compreendendo e sendo compreendido por tais relações, e é cultural, uma vez que desde os primórdios, este mundo é um espaço de significação que deve ser interpretado para e segundo cada pessoa, conforme reflete Jesus et al. (2013).

Viver neste mundo implica na orientação pelos meios como se age, se interpreta suas possibilidades e faceia seus desafios. Essas questões precedem o reconhecimento da pessoa em sua situação atual, interligada a sua história, a qual se constitui por suas experiências subjetivas anteriores. A base da ação social é igualitária, porém cada ser se localiza de maneira singular no mundo da vida, o que é chamado de situação biográfica na fenomenologia social (JESUS et al., 2013).

Por situação biográfica, entende-se que cada ser, durante toda a sua vivência, vê o mundo como uma “janela” de seus interesses, motivos, desejos, ideologias e crenças. A experiência que este ser constrói em sua existência é a sua realidade, e essa mesma experiência constitui um acervo de conhecimentos que está disponível e acessível conforme a sua situação biográfica (JESUS et al., 2013).



Gandra e Sirihal Duarte (2012) apontam uma questão enfatizada na fenomenologia social: a motivação. Schutz define ações como condutas motivadas, ou seja, em detrimento do quê a ação foi motivada. Estes motivos, chamados de motivos a fim ou motivos para são atribuídos ao futuro do sujeito, na aceção de que sua ação foi realizada com determinada finalidade. Quanto à classe de motivos por que se refere às experiências de outrora do ser que justificam o motivo que ele agiu de certo modo, tal como a sua biografia, a sua história, as situações que ele vivenciou.

No campo da Ciência da Informação, é possível associar a competência em informação às premissas da fenomenologia social. Vitorino e Piantola (2009) discorrem que a competência em informação é também relacionada às experiências e entendimento próprio do ser – desta vez diretamente na informação – visto que utilizamos processos psicológicos de intuição, imaginação e pensamento em nossa relação com o mundo.

Nesse ponto de vista, a competência em informação vai muito além de procedimentos sobre técnicas e tecnologias: a motivação intrínseca, interna, é vista como o fator propulsor desta competência, no sentido que se deve despertar o anseio de assimilar e localizar a informação de maneira independente. “De outro modo, estar-se-ia criando robôs de busca e não indivíduos aptos a aprender ao longo da vida e a construir conhecimento a partir desse aprendizado” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 137).

Neste sentido, as pessoas trans foram observadas igualmente como fenômeno social. Apesar de pertencer a uma parte da população LGBT+, o movimento trans (*Transgender Movement*) – surgido no final do século 20, na busca por mudanças políticas, jurídicas e sociais – se distancia do movimento LGBT+ por ter causas próprias, tal como a luta contra a patologização da transexualidade, o amplo acesso a serviços de saúde sem discriminação e o uso do



nome social e/ou civil condizente com sua identificação de gênero, etc. (ÁVILA; GROSSI, 2010).

Outro aspecto a ser mencionado que buscou ser alcançado com o uso deste método é proporcionar uma interação entre as pessoas, neste caso entre o pesquisador e a população designada. Dado que a interação possibilita a vivência por dois enfoques subjetivos: a experiência da situação e o vivenciar da situação da outra pessoa, uma ação empática, onde ocorre a experiência do Nós, a qual implica na compreensão mútua como fator expressivo. Assim, se apresenta o conceito de compreensão subjetiva genuína, a qual se constitui na compreensão das motivações alheias e na compreensão motivacional, contemplada quando uma pessoa se põe no lugar da outra, fazendo do Tu o Outro Eu (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Para fins da concretização deste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico em fontes primárias e secundárias, e posteriormente, a entrevista narrativa. Associada às buscas, utilizou-se a entrevista narrativa como elemento principal de coleta de dados, em razão que “a narrativa é uma estrutura central no modo como os seres humanos constroem o sentido. O curso da vida e a identidade pessoal são vividos como uma narração”. Tanto os percursos pessoais quanto os profissionais estimulam a pessoa a produzir um conhecimento estratégico que (re)constrói a sua existência, conforme aponta Bolivar (2001, p. 220).

Em síntese, as narrativas são exposições orais e/ou escritas de relatar histórias reais ou imaginárias. Ao expor sobre si, pela oralidade ou escrita, o narrador constitui um modo de comunicação entre dois mundos inerentes: o individual e o coletivo, pois o Eu e o Outro estão intrínsecos tanto no narrador quando no ouvinte, e nos remete à experiência fenomenológica do Nós (CUNHA, 2009).



Ratificando o nexu entre a narrativa e a fenomenologia, incluindo a fenomenologia social, a narrativa considera a experiência de ambos os participantes, tanto do narrador quanto do ouvinte. Quanto aos fatos e acontecimentos narrados pelo locutor, Cunha (2009) infere que estes são indiscutivelmente relacionados à sua subjetividade, visto que é exposto seu ponto de vista, seu sentimento, seu pensamento e a sua reflexão acerca do que é verdadeiro para cada ser, cabendo ao pesquisador buscar compreender a verdade expressa no discurso.

Corroborando com a premissa, Jovchelovitch e Bauer (2002, p.110) afirmam que “as narrativas não estão abertas à comprovação e não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas; elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço.” A constituição técnica da entrevista narrativa se desdobra em quatro fases: “[...] começa com a iniciação, move-se através da narração e da fase de questionamento e termina com a fase da fala conclusiva” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 96).

Além disso, a conduta do entrevistador é substancial para o resultado das narrativas, uma vez que este deve acolher bem o locutor e ter uma escuta comprometida a obter pistas para “captar a senha que é o portal de acesso ao informante. [...] o pesquisador deve desenvolver a capacidade de interação com o outro e ter disponibilidade psicológica para ouvir e posteriormente, transcrever as experiências analisadas” (MUYLAERT et al., 2014, p. 196).

A amostra das narrativas colhidas foi enxuta e objetivada em fins qualitativos. A seleção da amostra constou de cinco pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina, por meio de uma amostragem não-probabilística, por conveniência (FONTANELLA et al., 2011), a partir de seu vínculo com a Associação dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH)².

2. Localizada na Rua Trajano, 168, 3º andar, Centro, Florianópolis, Santa Catarina.



A ADEH é uma organização não-governamental que atua no sentido da garantia de direitos, da promoção de saúde e da discussão no campo dos Direitos Humanos e das políticas TLGB (Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais). Fundada no ano de 1993 em Florianópolis, SC, por travestis e transexuais, com o nome Fundação da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais (ADEDH Nostro Mundo), com enfoque nas ações em Saúde no campo HIV/AIDS com a população de travestis e transexuais em situação de prostituição. Em tal período, seu objetivo era possibilitar à população LGBT estratégias de prevenção das DST/HIV/Aids, facilitando e promovendo o acesso da mesma aos serviços públicos de saúde e sociais. Estas estratégias sempre estiveram vinculadas à promoção do controle social, protagonismo político, exercício da cidadania e da inclusão social (ADEH, 2018).

Em 2008, tornou-se uma associação de utilidade pública municipal e no mesmo ano, assumiu assento titular do Conselho Municipal da Mulher de Florianópolis (COMDIM), buscando ocupar um importante espaço na construção e monitoramento das políticas públicas para as mulheres. Titularidade esta ainda ocupada, pela segunda gestão, pois se entende o âmbito do Conselho como essencial instrumento de monitoramento das ações preconizadas à população como um todo, principalmente a população ainda “marginalizada”, sendo lugar de direito e dever, defendidos pela Instituição (ADEH, 2018).

Além disso, o processo de capacidade técnica da instituição para a implantação de projetos em rede com a comunidade trans vem sendo qualificado e consolidado ao longo dos anos, a partir não só de intervenções e atividades de campo específicas a estes projetos, mas também com o uso de outras abordagens e dinâmicas para atender diferentes necessidades/demandas dessa população (ADEH, 2018).



Posto isto, as cinco entrevistas foram realizadas individualmente – na ADEH e em outros locais em que as pessoas se encontravam – entre a última semana de dezembro de 2017 e a primeira semana de janeiro de 2018, cuja participação ocorreu mediante a aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo Comitê de Ética da UFSC (CEPSH/UFSC), em 21 de novembro de 2017. As entrevistas foram gravadas em áudio (pelo gravador de um telefone celular), e transcritas subsequentemente.

Na obra, apresentam-se excertos das narrativas em determinadas partes do fundo teórico-conceitual, vislumbrando a junção entre a literatura e as vivências; e a ênfase maior a esses dados empíricos são contemplados no capítulo XX, considerado o ponto basilar da obra: os aspectos informacionais, de vulnerabilidade social e de resiliência no desenvolvimento da competência em informação para as pessoas trans.

CUIDADOS ÉTICOS NA OBRA

A ética é um tema bastante evidenciado em discussões sobre a atuação profissional, bem como as questões envolvendo a cidadania. Atualmente, esta temática estende-se às pesquisas científicas e em especial às realizadas com seres humanos. A realização de pesquisa com seres humanos implica em estabelecer relação dentro de certos eixos, podendo emergir tensões sob alguns aspectos e fazendo com que esta não seja uma situação confortável para os envolvidos, seja o pesquisador ou o pesquisado (FREITAS; SILVEIRA, 2008).

Em primeira instância, seguiu-se a determinação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) quanto aos estudos que envolvam seres humanos (direta ou indiretamente): a submissão



à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEPSH), conforme definido nas Resoluções 466/12 e 510/16. “Incluem os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas, educacionais e epidemiológicas, por exemplo. Isto inclui aplicação de questionários, entrevistas, etc.” (UFSC, 2018).

Assim, a submissão ocorreu junto ao CEPESH/UFSC por meio da Plataforma Brasil. A aprovação contemplou também o TCLE, fornecido uma cópia do termo a cada um dos cinco narradores e uma cópia desses cinco termos para o pesquisador, com as devidas autorizações assinadas. Explicou-se o objetivo geral e a abertura para a realização nos locais em que as pessoas dispunham do tempo da narração, assim como deu-se a liberdade de desistência da participação em qualquer tempo, bem como a preservação de informações que pudessem identificar nomes – dos narradores e outros – e/ou instituições citadas, conforme discorrido no TCLE.

ESTRUTURA DA OBRA

A obra divide-se em três partes, sendo a primeira direcionada aos temas considerados essenciais para a melhor compreensão da população em foco: os aspectos “macro” e “micro” inerentes às pessoas trans, em que se debruçam as questões sobre inclusão e exclusão social, cidadania, direitos sexuais como expressão de direitos humanos, vulnerabilidade social, minorias sociais e particularidades das pessoas trans na sociedade contemporânea, com ênfase no contexto brasileiro.

Para Brandão (2001), a perspectiva micro constrói, de forma “gradativa, plural e complexa” padrões de ações e representações que se “consubstanciam” em estruturas de níveis macro, que, por sua vez, retornam sobre as perspectivas micro, numa circularidade



de características dialéticas. Nos aspectos macro traremos alguns pontos basilares para sustentar o contexto abordado: inclusão e exclusão social, cidadania e direitos sexuais como expressão de direitos humanos. Estes aspectos também buscam “pavimentar” a parte seguinte e de maior especificidade: os aspectos micro, referentes à população trans, incluindo apontamentos para o entendimento e os estigmas que a cercam. Buscaremos esclarecer e apontar breve panorama histórico sobre as pessoas trans na sociedade, com ênfase ao contexto brasileiro e suas vulnerabilidades.

A segunda parte compreende o movimento da competência em informação voltada ao viés social e direcionado à minoria social aqui estudada: as pessoas trans. Apresentamos breves aspectos históricos acerca da competência em informação, seu conceito, sua relação com a vulnerabilidade social, com a interdisciplinaridade e seu desenvolvimento voltado às minorias, bem como a missão profissional do bibliotecário quanto às pessoas trans.

Por conseguinte, a terceira parte da obra seguinte contempla o seu elemento principal: a trindade informação-vulnerabilidade-resiliência, respaldada no escopo teórico-conceitual e nas narrativas das pessoas trans com vistas ao desenvolvimento da competência em informação, sob o prisma da fenomenologia social de Schutz (1979).



**APONTAMENTOS
INERENTES
À COMPREENSÃO
DA POPULAÇÃO TRANS**

1.1 Aspectos macro: exclusão e inclusão social, cidadania e direitos sexuais como expressão de direitos humanos

É praticamente impossível abordar as questões sociais contemporâneas e seus agentes sociais sem direcionar atenção implícita aos problemas da pobreza e da exclusão social, visto que estes, em esfera urbana, vêm angariando cada vez mais amplitude e extensão. Nesta primeira parte, se apontam aspectos macro e micro com base na literatura sobre a população trans.

1.1.1 Exclusão e inclusão social

Noção oriunda da ótica sociológica francesa sobre a análise de pessoas e grupos desfavorecidos, a exclusão social é o fenômeno que configura nas últimas décadas uma “nova questão social”. O século 19 viu emergir a “questão social” pelo prisma indigente das massas trabalhadoras e até a crise dos anos 1970, a questão convergiu-se unicamente nas situações de vida dos trabalhadores, nas formas de exploração e soberania capitalista propuloras dos contrastes sociais (BASTOS, 2016, p. 34).

A ascensão constante da exclusão constitui um fenômeno social solidificado em nosso tempo, dado ao fato de sua manifestação maciça e consistente. Posto isto, compreender este fenômeno não se resume a uma relação entre os que estão “dentro” e os que estão “fora” de determinada situação ou contexto. Fitoussi e Rosanvallon (1997) tratam a exclusão como resultante de um processo, não um estado social dado ou uma soma de infelicidades individuais e aleatórias.

Exclusão, logo, é um fenômeno social multidimensional, dinâmico, cumulativo e persistente. Pode se apresentar singularmente como um conjunto de fenômenos ou processos sociais conectados que potencializam a exclusão da pessoa, coexistindo dentro



deste panorama de exclusão outros fenômenos sociais, tais como a pobreza, o estigma, o preconceito, a falta de recursos materiais, etc. (RODRIGUES et al., 1999).

Em nível simbólico, o excluído é aquele que é rejeitado de determinado universo simbólico de representações, num mundo de trocas e interações sociais. Esta dimensão da exclusão é incorporada pela transformação da identidade pessoal, marcada brutalmente por uma sensação de inutilidade, atrelado ao seu próprio “fracasso” na não superação de obstáculos e de processos que consistem e/ou agravam a sua exclusão. Há, juntamente, uma forte inacessibilidade aos recursos materiais e sociais, arrastando a pessoa excluída para fora dos universos materiais e simbólicos, culminando numa ação cíclica e crescente de rejeição, culminando num sentimento de autoexclusão (RODRIGUES et al., 1999).

No cenário moderno ocidental, pobreza e exclusão interagem conjuntamente. A exclusão do mercado de trabalho impulsiona a pobreza e esta bloqueia o acesso a bens e serviços socialmente necessários (habitação, saúde, lazer...). O excluído socialmente será aquele que falha em construir uma identidade (social), seja no trabalho, na família ou na comunidade. Por consequência, é excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas relativas. Esta conjuntura indica uma lacuna, uma falha do tecido social por não haver uma pertença sequer na sociedade (RODRIGUES et al., 1999).

Sobre o mercado de trabalho, eu me deparei com uma realidade bastante cruel, e isso começou buscando estágios. Eu lembro que no início da graduação, eu tava atrás de estágios e lembro de toda a exclusão, por conta do estigma, por conta dos estereótipos, por conta da subalternidades que um corpo trans, dessa informação social, que o corpo comunica, porque querendo ou não, o corpo trans, o corpo travesti é um corpo que provoca certo desconforto, provoca certa incomformidade, provoca certa, certos olhares, algumas vezes de nojo, algumas vezes de reprovação, e porque a gente tá confrontando essa norma, a gente tá fazendo diferente do que é pra ser, então é um corpo que choca[...] (NARRADORA E).³

3. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Não importa se você tem capacidade, se você tem conhecimento, se você trabalha bem, se você desenvolve pesquisa muito bem... A partir do momento que descobrem, que sabem da tua travestilidade ou da tua transexualidade você passa a não ter muito valor, e pode ter certeza que na concorrência, na disputa de uma vaga, você pode ser a melhor, mas você é a travesti. Então isso já tira toda a sua capacidade enquanto trabalhadora, enquanto profissional, enquanto pesquisadora é uma realidade muito cruel de exclusão e eu enfrentei muito essa dificuldade (NARRADORA E).⁴

A configuração da exclusão, por consequência, é diretamente relacionada à desintegração social (relativo a quebra de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de atividade (associada às mudanças econômicas) e à desintegração das relações sociais e familiares (surgimento de novos tipos de estruturas familiares mais vulneráveis à exclusão e enfraquecimento das redes de apoio entre familiares, vizinhança e comunitários).

A pobreza é, hipoteticamente, a face mais saliente da exclusão social (LAMARQUE, 1995). À vista disto, cabe retratarmos alguns pontos sobre a face da pobreza que consideramos pertinente à pesquisa: a pobreza política.

Demo (2010) considera a pobreza política como o próprio fenômeno da pobreza, em sua multiplicidade não linear. Vulgarmente, temos a noção de enxergar a pobreza como carência material, no domínio do *ter*: pobre é aquele que não tem renda, emprego, estudo, etc. Esta acepção é determinante e não poderia ser menosprezada, em quaisquer hipóteses. No entanto, o plano da pobreza não se limita às condições materiais do *ter* (ou a falta destas), mas perpassa até o plano do *ser* e, presumivelmente, atinge potências mais temerárias. Não ser nada na vida é muito mais drástico do que faltar recursos materiais para sobreviver (DEMO, 2010).

4. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Por trás da pobreza, encontra-se a desigualdade social, a qual implica tomar conhecimento da dinâmica política. Ser desigual significa um punhado de coisas, porém o cerne da questão estaria no duelo entre minorias que protagonizam a cena e majorias que alimentam os privilégios dessas minorias (DEMO, 2010).

Em espaço social, não competimos somente pelos bens materiais: buscamos incessantemente por poder, prestígio, *status*, reconhecimento; e é nesse sentido que a desigualdade surge, pois aflora unicamente em pessoas e nos espaços dialéticos criados por estas – por nós. Assim, a “desigualdade econômica é inexistente”, conforme assevera Demo (2010), pois bens materiais não são pessoas, e logo, teríamos de repensar as relações de acesso e poder (DEMO, 2010).

Segundo os pressupostos de Demo (2010), a dinâmica da pobreza não apresenta somente carências, mas sim conflitos desiguais entre minorias privilegiadas e majorias subordinadas. Incumbindo-se da politicidade na realidade social, as sociedades poderão ser igualitárias, porém não iguais, o que sempre foi a ambição das democracias: erguer sociedades que negociem as oportunidades dentro de regras pré-estipuladas num Estado de direito. A dita “igualdade de oportunidades”, é, na verdade, algo contraditório porque a noção de oportunidade sempre está atrelada nas expectativas de vantagens alheias, algo que também pode fundamentar o multiculturalismo perante ao entendimento do “direito de ser igual e ser também diferente”. O termo “igualitário” poderia, então, ser o porta voz dessa ideia democrática: a sociedade na qual as pessoas podem ser, ao mesmo tempo, iguais e diferentes [...] (DEMO, 2010).

Contudo, a pobreza política se inicia com a ignorância. Não diz respeito à ignorância cultural, visto que todos estão inseridos em contextos de patrimônios culturais, possuindo língua nativa e saberes disseminados. Pobreza, aqui, se faz presente não como



carência material, mas como falta de acesso a oportunidades potenciais em cada sociedade. Politicamente pobre é aquele diminuto a objeto e que suplica por direitos; não unicamente é desprovido de ter, é particularmente desprovido de ser, ainda que não ocorra dicotomia alguma entre ter e ser. Pressupõe-se, assim, que o entendimento do ser é mais denso e delicado, e nesse sentido o conceito de pobreza política torna-se mais explanado neste complexo entendimento (DEMO, 2010).

O oposto de pobreza política é “qualidade política” (DEMO, 2010, p. 4), inferindo em especial a dinâmica da cidadania individual e coletiva. Trata-se da habilidade de desenvolver o pensamento e a autonomia crítica. Estes entendimentos se sedimentam na habilidade de saber pensar, entendido como a capacidade crítica e prática: ter a percepção e se apropriar de alternativas e oportunidades.

Para a estruturação qualidade política, existem alguns preceitos basilares ao lado do papel da educação e do associativismo, como o acesso à informação, a comunicação social, a apreciação de identidades e oportunidades culturais e a discussão democrática do Estado com a sociedade, apesar de muitas vezes, o Estado falhar “miseravelmente” em oportunizar ou direcionar as oportunidades (DEMO, 2010).

[...] não existe nenhum programa (de saúde/assistência) voltado a homens trans que nos ensine a nos preservar, a preservar nossa saúde, a ter um método anticonceptivo, não existe. Ou eu sigo o de mulheres, ou não sigo nenhum. [...] Os profissionais sempre foram negligentes a isso, porque lá no ambulatório, a gente vai aplicar, a gente vai pegar uma receita de hormônio, e vai ver em que níveis estão as minhas taxas hormonais e tudo mais (NARRADOR C).⁵

Fora isso, não existe um programa voltado pra nós, não por culpa daqueles profissionais. Culpa de toda uma política pública que não nos contempla, né?, não existe verba destinada a um programa pra

5. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



homens trans, como existe a saúde da mulher, a saúde do homem, no SUS, não existe a saúde pra pessoas trans (NARRADOR C).⁶

Dentre as dimensões conceituais de pobreza política manifestadas por Demo (2010), podemos inferir que a seguinte definição para “politicamente pobre” se adequa à população aqui focalizada: o politicamente pobre é massacrado como pessoa, restando-lhe o papel de “objeto”, por vezes como resíduo; instaura-se assim a “indignidade social” completa, ao se negar às sociedades e às pessoas a autonomia para fazerem suas histórias, disputarem oportunidades e organizarem-se como cidadãos.

[...] pra você ter uma ideia, quando eu estava na Antropologia, eu me decepcionei muito. Por quê? Porque eu era vista o tempo todo como um objeto, apenas, de estudo. Eu não tinha nenhum outro valor. Eu sempre fui uma boa pesquisadora, eu sempre fui muito inteligente, sempre fui muito competente em tudo que eu me propus a fazer, mas eu tinha esse valor dentro da universidade, era esse valor que eu tinha, de apenas colaborar com as pesquisas de outras pesquisadoras (NARRADORA E).⁷

A organização como cidadão, aqui, concerne ao direito da identidade trans na sociedade contemporânea – principalmente a brasileira. Em passos irregulares, tem-se alcançado relevância e avanços no reconhecimento dessas pessoas como membros socialmente ativos, fomentando uma *provável* inclusão (DEMO, 2010, p. 5).

1.1.2 Inclusão social e a busca pela democracia: os movimentos sociais

Na agenda pública, o tema da inclusão social foi incorporado efetivamente na segunda metade dos anos 90, de caráter transversal – contrapondo-se aos discursos prevalentes, apesar de algumas semelhanças – e galgado num cenário de novas temáticas (notada-

6. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

7. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



mente referidas a novas identidades sociais), impondo pressões por atuação institucionalizada da sociedade civil nas decisões públicas. A partir da retratação política contestando o modelo anti-sistêmico, houve a descoberta de espaços para realinhar a imaginação de outras ordens de coisas e constituir espaços policentrados de resistência – como a biblioteca (AMARAL JR.; BURITY, 2009).

Entretanto, a ênfase na pluralidade de locais de expressão da vontade dos grupos socialmente vulneráveis ou subalternos tem sido pouco explorada – ou notoriamente resistida – nas discussões sobre ampliação e aprofundamento da cidadania e sobre a feição de projetos sociais e políticos centrados na inclusão social. O enaltecimento da diferença tende a fixar-se muito facilmente em “resgates” de valores e práticas tradicionalistas e/ou em determinada imagem pluralizada ou homogeneizadora da identidade nacional, do projeto nacional ou de dadas categorias sociais (AMARAL JR.; BURITY, 2009, p. 11).

As objeções de limitar e conciliar as diferenças sociais em constante multiplicação há algumas décadas são experiências rotineiras no cenário de um projeto democrático de inclusão e consolidação da cidadania em sociedades reconhecidas pela desigualdade, pela violência, pelo estigma aos “de baixo” na realização dos projetos sociais hegemônicos. Pouco tem sido feito no sentido de renovar e inovar os diálogos, os enfoques políticos e as lutas sociais, vide a realidade de países “periféricos” e suas trajetórias específicas de democratização (AMARAL JR.; BURITY, 2009, p. 11).

Entretanto, Freire (2008) nos mostra uma acepção mais benevolente de inclusão social: corresponde-se a um movimento social, político e educacional que vem defender o direito de todos as pessoas participarem, de modo consciente e sensato, na sociedade de que são correspondentes, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.



Os movimentos sociais, desde os primórdios, são constituídos de pessoas. Pessoas reais, em seus corpos e mentes, que fazem tais movimentos emergirem e ressignificarem instituições sociais. A questão para essa compreensão é quando, como e por quais motivos uma pessoa ou um dado número de pessoas decidem agir para fazer algo que foram aconselhadas a não fazer porque sofreriam as consequências.

Para Castells (2013), estes movimentos se iniciam por vias motivacionais (sentimentais): instauram-se no modo em que as pessoas constituem uma rede de ação coletiva ao conectarem-se mentalmente com outras pessoas, negociam os variados interesses e valores presentes, definem o relacionamento perante a sociedade ao estimularem as pessoas vulneráveis na extensão de redes formadas na resistência à dominação e a sistemas injustos.

Na individualidade, os movimentos sociais são emocionais, iniciando-se quando a emoção se converte em ação. Consoante à teoria da inteligência afetiva, as emoções propulsoras da mobilização social e o comportamento político são o medo (afeto negativo) e o entusiasmo (afeto positivo), sendo relacionados a dois sistemas motivacionais humanos básicos: aproximação e evitação. A aproximação se conecta ao comportamento voltado para objetivos, surtindo o entusiasmo. As pessoas se entusiasmam quando trabalham em prol de um objetivo benéfico às suas vidas. Por sua vez, o entusiasmo se relaciona com a esperança, que projeta o comportamento no futuro. Ao superar a emoção negativa do sistema motivacional de evitação, a ansiedade, as pessoas tornam-se mais propensas a formação de um movimento social (CASTELLS, 2013).

Para que um movimento social possa emergir, a ativação emocional das pessoas envolvidas deve estar atrelada a outras pessoas. Essa premissa consiste num processo de comunicação de consonância cognitiva entre os envolvidos e um canal de



comunicação operativo. A empatia no processo comunicativo é dada por acontecimentos semelhantes às motivações emocionais precedentes; então, se muitas pessoas se sentem humilhadas, estigmatizadas, ignoradas ou mal representadas, elas estão prontas para converter sua raiva em ação, superando o medo (CASTELLS, 2013).

[...] a minha vida muda muito depois que eu entro no movimento social, e isso a priscas eras, 2004, muito tempo atrás... E a minha vida começa a mudar enquanto pessoa, na verdade, quando eu venho pra ADEH, e eu começo, e eu conheço a professora M. J., e daí eu tenho uma psicóloga, a G. D., que foram pessoas que me colocaram, que me deram um sacanão e disseram assim: "não, não pode ficar nisso", entende? Tipo, porque a gente é doutrinada, na verdade, a não ter nenhuma perspectiva de vida. Então assim: "ah, tu aceitou ser isso, tu quer ser isso? Tu pode ser isso, mas tu nunca vai ter alguém que te ame, você nunca vai ter direito a estudo, você nunca vai ter um trabalho decente, você vai ter que tá na rua se prostituindo", tipo, eram só essas informações que a gente recebia. [...] sendo tratada como um "isso", um objeto [...] (NARRADORA A).⁸

Tais pessoas superam o medo pela exteriorização da raiva, por meio da indignação, ao perceberem algum ato inadmissível contra a dignidade humana de semelhante. Outra condição para que as experiências individuais se propaguem e formem um movimento é a existência de um processo comunicativo que dissemine os eventos e as emoções intrínsecas. Se o processo comunicativo se mostrar rápido e interativo, maior será a viabilidade na formação de uma ação coletiva consolidada na indignação, lançado pelo entusiasmo e motivado pela esperança (CASTELLS, 2013).

As lutas dos novos movimentos sociais, a atuação em rede de grupos e movimentos (e o Estado em si, nas últimas décadas), as políticas de identidade, genericamente chamadas de multiculturais e as postulações pela cidadania plena e pelo aprofundamento das práticas democráticas fortaleceram a importância dos temas da

8. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



inclusão, participação, redes, esferas públicas, visibilidade social etc., e disseminaram práticas e discursos dos quais as abordagens pós-estruturalistas⁹ visam traduzir e ser mediadoras (AMARAL JR.; BURITY, 2009).

Há de se inferir que as lutas destes novos movimentos foram solidificadas com os recursos tecnológicos advindos das TIC, os quais vêm proporcionando vigentes possibilidades de interação social e novas relações. É possível criar e reinventar espaços, praticar a cidadania, a democracia e disseminar novas práticas educativas. Como contribuição destas tecnologias, ocorre à proliferação os movimentos sociais em rede, sendo novas formas de interação humana entre os espaços locais e a internet (CASTELLS, 2013).

A atual autonomia de comunicação, oriunda da sociedade contemporânea, contrasta com o onipresente controle governamental e corporativo nos meios de comunicação de massa (CASTELLS, 2013). As redes sociais digitais são apenas um item do fluxo comunicativo pelo qual os movimentos sociais interagem com a sociedade. Torna-se pertinente a construção de espaços públicos pelos movimentos sociais que não se limitem à internet e de comunidades livres no meio urbano, visto que estes espaços estão ocupados pelos interesses da “maioria” (DEMO, 2010).

Os movimentos sociais podem ser interpretados como o exercício da ação, na inauguração de algo novo e no questionamento do que até então era considerado regular (MENDONÇA, 2007). Os movimentos sociais podem ser caracterizados como uma ação em

9. Trata-se de um movimento reflexivo da maior importância na área da filosofia da educação, inspirando inúmeras produções acadêmicas nas últimas décadas. É contemporâneo às décadas de 1950 e 1960, apresenta o fato de opor resistência filosófica a diversos tipos de totalitarismo (BUENO, 2015). A teoria *queer*, pós-estruturalista é utilizada nesta pesquisa pela base de Butler (2003), e pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação (LOURO, 2001).



grupo voltada para a transformação (a *práxis*) com o intuito de realização dos objetivos em comum (o projeto), com a supervisão mais ou menos consciente de noções de comum valor (a ideologia) e sob uma gestão diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção (SCHERER-WARREN, 1989).

Em meio digital, os movimentos sociais em rede surgem primeiramente no mundo árabe, em 2010. Na Europa e nos Estados Unidos, outros movimentos emergiram contra o gerenciamento estatal e demais injustiças sociais. Na América Latina, engajados em processos de luta por direitos igualitários e construção de identidades, evidenciam-se os movimentos das mulheres e o LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros e demais), em diferentes formas e arranjos. Por esta via, a disseminação dos novos movimentos sociais visa também apontar as divergências referentes aos sistemas sociais, os quais atuam com mecanismos de elitização e repressão para assegurar o controle sobre as camadas mais vulneráveis e precárias (GOHN, 2011).

Eu tenho [...] quase três mil amigos no Facebook, a maioria são homens trans, então eles buscam ajuda, sim, não só eu, eles buscam ajuda de quem tá mais, de quem é mais experiente mesmo, então eles falam de toda a dor que tão sentindo, todo o peso, sempre se vêem como vítima (NARRADOR B).¹⁰

Mas isso não é culpa deles, isso é culpa da situação que eles estão, da falta de experiência, da falta de maturidade, então tu tem que ter, tu tem que pensar muito antes de responder e, e não julgar também, né?, apenas estender a mão e dizer que tu tá aí, porque é muito triste tu ouvir um homem trans de 12 anos que diz assim pra ti, que quer se matar, é, porque a família, ele é espancado dentro de casa (NARRADOR B).¹¹

Numa mesma estrutura social, duas tendências são primordiais para o seu equilíbrio: o controle social e a produção de sentido.

10. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

11. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



O controle e o sentido estão dentro da base que integra e orienta as mudanças, amparadas nas ideologias e modelos culturais. Entretanto, algumas partes da população são potencialmente vulneráveis, pois a sociedade não dispõe de meios institucionalizados importantes para a execução de seus projetos e anseios. Na atual sociedade, existem microssociedades e seus componentes, nas quais existe desigualdade, e por consequência, a integração social não possui a mesma abrangência para todos (FERNANDES, 1993).

Se entende que os movimentos sociais visam amenizar a lacuna existente entre as esferas sociais, mas também compreender as vulnerabilidades presentes na sociedade. A relevância dos movimentos sociais voltados às minorias e questões de gênero/representações identitárias/sexualidades/preconceito se salienta em virtude da promoção dialética sobre estas questões e sua preocupação com o respeito à vida e ao exercício da cidadania pela população LGBT+ na sociedade (BARROS, 2014).

1.1.3 Exercício da cidadania: educação cidadã e direitos humanos

No viés do exercício da cidadania, em que se dá a humanidade aos seres biologicamente identificados como humanos e no concernente às questões de gênero, o “pré-conceito” intermediado por afirmações de cunho homogêneo para designar um conjunto de pessoas é cruel e manipuladora. Tratar a diversidade humana e suas diversidades a partir de um “rótulo” social é questionável, na atual sociedade.

Perceber a pluralidade e singularidade dos seres é assegurar um de seus direitos humanos e sociais básicos: o reconhecimento como cidadão. Hannah Arendt (1906-1975) destaca o valor à dimensão do diálogo nas relações humanas para o entendimento entre as pessoas, livres, que se mostram teoricamente iguais, porém com variadas ideias, pensamentos, modos de ser, etc., formando identidades paralelas.



A pluralidade humana, pressuposto basilar do discurso e da ação, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, ou sequer fazer planos para o futuro, tampouco prever as necessidades daqueles que virão depois deles. Se não fossem distintos, sendo cada ser humano distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem compreender. Sinais e sons isolados seriam suficientes para a comunicação imediata de necessidades e carências idênticas (ARENDT, 2010).

Tão importante quanto *administrar* o entendimento dessa via dupla entre igualdade e distinção é o estado de pertencimento da pessoa nos eixos em que está disposto. A falta de pertencimento a uma conjuntura social resulta na ausência do *status* político da pessoa; ao privá-lo do uso de um espaço público, a pessoa está fadada à vida privada, confinada, inexpressiva. A igualdade política entre as pessoas requer o acesso aos espaços públicos. Nesse sentido, Arendt (1978) entende a cidadania como o “direito a ter direitos”:

Só conseguimos perceber a existência de um **direito a ter direitos** (e isto significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los devido à nova situação política global. O problema é que essa calamidade surgiu não de alguma falta de civilização, atraso ou simples tirania, mas, pelo contrário, que é irreparável porque já não há qualquer lugar “incivilizado” na Terra, pois, queiramos ou não, já começamos realmente a viver num Mundo Único. Só com a humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade (ARENDT, 1978, p. 381-382, grifo nosso).

Em outros termos, o primeiro “direito” da expressão “direito a ter direitos” deve ser assegurado pela humanidade: resguarda a garantida de todo ser humano e o salvaguarda de investidas imorais, como as experienciadas nos Regimes Totalitários, particularmente o



Nazista, que renegava a existência da tal pluralidade das pessoas, tornando-as “estrangeiras e aberrações em qualquer local da Terra” (PEIXOTO; LOBATO, 2013).

A capacidade de ter “direitos” é o que nomeadamente apta as pessoas a sua representatividade e participação em esfera pública. Nestes casos, a cidadania deve estar protegida pela Constituição, interpretada por Arendt como um documento estável, objetivo e perpétuo, oriundo do corpo político e que não é flexível a modificações ou emenda para atender dadas circunstâncias (PEIXOTO; LOBATO, 2013).

Se compararmos a situação indigna das vítimas do Regime Totalitário e das pessoas trans, ocorrem experiências similares, cujo parâmetro de represália se encontra num mesmo patamar: o fato de serem o que são. Ambas as identidades – ou a busca por aquela que a pessoa julga ser verdadeira – atestam a justificativa para a perseguição, pois hipoteticamente, já existe a identidade, única, estabelecida. Nos casos inferidos, as identidades que fogem deste perfil indicam um erro, alguém que se torna algo – objeto – que não precisa existir; sendo a tarefa destes regimes ou instâncias maiores sublimar a cidadania destes anormais (LACERDA, 2011).

Para Demo (1996), cidadania é sinônimo de qualidade social de uma sociedade organizada em direitos e deveres nomeadamente célebres. É uma das conquistas mais significativas na história da humanidade. Ao lado dos direitos, surgem “[...] os ditos direitos humanos, que hoje nos parecem óbvios, mas cuja conquista demorou milênios, e traduzem todos os direitos imagináveis que o homem possa ter”. Ao lado dos deveres, destaca-se o compromisso comunitário de cooperação e co-responsabilidade (DEMO, 1996).

Na cidadania, os processos participativos enfatizam a cidadania organizada, não a individual, considerando sua razão de ser. A organização exprime um aspecto visceral de competência democrática, de coerência participativa e de estratégia associativa.



Diante disto, acredita-se que os canais de participação existentes se concentram em fomentar condições favoráveis de surgimento do cidadão e suas formas de organização. Para a democracia, este é um objeto crucial. Não existe democracia sem seu ator principal: o cidadão (DEMO, 1996, p. 70-71).

A tomada de consciência para a cidadania fundamental se exterioriza na consciência das injustiças, na luta pelos direitos, na concepção de “táticas” de reação e na mudança de situação histórica. Isto é participação, e, portanto, cidadão é a pessoa que participa (DEMO, 1996, p. 71). Demo (1996) ainda assevera que a cidadania se dá pelo despertar da educação, intentando a formação contínua da pessoa – o aprender a aprender. Assim, um “projeto de cidadania”, inclui os componentes seguintes:

A noção de formação , não de adestramento , pois parte da potencialidade do educando, assumindo-o como interessado primeiro do processo;
A noção de participação , de autopromoção , de autodefinição , ou seja, o conteúdo central da política social, entendida como realização da sociedade participativamente desejada;
A noção de sujeito social , não de objeto , de paciente, de cliente, de elemento;
A noção de direitos e de deveres , sobretudo os fundamentais , tais como os direitos humanos, os deveres de cidadão, o direito à satisfação das necessidades básicas, o direito à educação, etc.;
A noção de democracia , como forma de organização socioeconômica e política mais capaz de garantir a participação como processo de conquista;
A noção de liberdade , igualdade , comunidade , que leva à formação de ideologias comprometidas com processos de redução da desigualdade social e regional, com o desenvolvimento, a qualidade de vida e o bem-estar culturalmente definidos, com a satisfação das necessidades básicas e a garantia dos direitos fundamentais , inclusive justiça e segurança pública;
A noção de acesso à informação e ao saber , como instrumentos de crescimento da economia e da sociedade, bem como de participação política;
A noção de acesso a habilidades capazes de potenciar a criatividade do trabalho, visto como um componente cultural, mais do que como simples elemento produtivo.

Quadro 1 – Componentes do “projeto de cidadania”:
Fonte: Adaptado de Demo (1996, p. 52-53, grifo nosso).



Em outros termos, a cidadania é um processo contínuo, em constante construção, que materializa os direitos humanos. Estes, por sua vez, são tidos como conjunto de regras que objetivam proteger as necessidades básicas da pessoa e os benefícios para a vida em sociedade, proporcionando harmonia e paz (PARANÁ, 2010).

Pertencer à espécie humana é a condição universal de todos os humanos, sejam eles brancos(as), negros(as), índios(as), etc. Baseado nesse caráter biológico, todos os homens e mulheres são indubitavelmente seres humanos. Contudo, poucos são as pessoas que detêm a condição indiscutível de serem, simultaneamente, “seres humanos” e “seres de direitos humanos”. Esta é a mesma sistemática hierarquizada que configura a posição social dos diferentes, a definição dos incluídos e dos excluídos, a abertura de possibilidades ou a falta destas aos visibilizados e aos ocultados (no meio social em geral, e nas oportunidades) (FURLANI, 2009).

Há direta relação entre os movimentos sociais surgidos na segunda metade do século 20 em oposição às desigualdades e injustiças sociais: sexo, gênero, sexualidade, raça, classe, nível de instrução, visto que as pessoas cujas identidades eram consideradas subalternas tinham seu estado de “sujeito de direitos” anulado e sofriam represália em nichos específicos de discriminação, preconceito e violência provenientes de cada “[...] identidade cultural: às mulheres: o sexismo, o machismo e a misoginia; aos gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros: a homofobia, a lesbofobia e a transfobia; aos negros e às negras: o racismo e o etnocentrismo; aos estrangeiros e aos migrantes: a xenofobia” (FURLANI, 2009, p. 299).

Nessa lógica, Pitanguy (2002, p. 111) entende que a cidadania e os direitos humanos são certificados em realidade social “na medida em que são enunciados em normas, legislações e tratados, configurando o espaço da cidadania formal”. Consideramos pertinente, a partir de tal entendimento, discorrer sobre a relação entre a sexualidade e o direito como uma vertente dos direitos humanos.



1.1.4 Direitos e sexualidade: particularidades dos direitos humanos

Não é novidade o elo entre a sexualidade e o direito, compreendido como conjunto de instrumentos normativos estatais vigentes num momento preciso, englobando atos legislativos e decisões judiciais. Historicamente, o direito serviu como instrumento de amparo e de conservação dos padrões morais totalitários e dominantes. A atuação do direito ao longo da história contesta tais padrões retrógrados: a naturalização e reconhecimento da família heterossexual, – até então, como o único modelo *permissível* de família – a criminalização de atos homossexuais e a autenticação do uso efetivo do nome social de pessoas trans (RIOS, 2011).

A noção dos direitos sexuais, especialmente das pessoas LGBT+, se deu na reivindicação dos movimentos sociais na esfera política e no debate jurídico, em assimetria com os modelos hegemônicos. A eclosão destas demandas e o reconhecimento pleno de alguns direitos, ainda que espaçado e vagaroso, instaurou uma nova modalidade no vínculo entre o direito e a sexualidade. Assim, os direitos sexuais devem ser entendidos como particularidade dos direitos humanos (RIOS, 2011; FURLANI, 2009).

Todavia, o percurso dos direitos sexuais como parte dos direitos humanos tem passado por divergências. A extensão da realidade requisita que se efetive a liberdade de expressão sexual, direito que é muitas vezes negligenciado e utópico perante a resistência ao reconhecimento de direitos homossexuais, masculinos ou femininos, ou de pessoas trans. Os direitos sexuais vão além da proteção de determinada identidade sexual (homossexual ou travesti, etc.) e abrange práticas sexuais não inerentes as identidades, como, por exemplo, a regularização da prostituição como profissão (RIOS, 2011).

Conforme Rios (2011) observa, devem-se vislumbrar os direitos sexuais como premissa fundamental dos direitos humanos,



constituindo as bases para uma abordagem jurídica que perpassasse as tendências consagradamente repressivas que marcam o percurso laboral de legisladores, promotores, juízes e advogados. Com esta perspectiva, findam-se as medidas para a concretização dos princípios básicos da liberdade, da igualdade, da não discriminação e do respeito à dignidade no patamar da sexualidade.

O percurso no esforço para a validação da dignidade denota a necessidade de proteção das pessoas quanto às relações de opressão sexual. Tal necessidade afirma a pertinência da sexualidade no contexto dos direitos humanos, deles extraindo força jurídica e discernimento político para a superação de preconceito e de estigma contra toda identidade que se opõe ao heterossexismo, entendido como uma visão de mundo que hierarquiza e oprime todas as manifestações da sexualidade pautadas na “superioridade” e “normalidade” da heterossexualidade (RIOS, 2011, p. 76).

Rios (2011) destaca alguns direitos nesse cenário: liberdade, privacidade, igualdade e respeito à dignidade humana. A privacidade é tida como o direito precursor na evolução do marco internacional dos direitos humanos: trata-se de diretriz determinante e informadora dos direitos humanos e dos direitos sexuais. Desde então, predomina no direito europeu o discernimento de que o direito humano de privacidade protege as comunidades LGBT+ em face de discriminação por suas escolhas – leia-se orientação sexual/identidade de gênero, etc. (RIOS, 2011).

Inerente à privacidade, está o direito de liberdade, visto que a privacidade é justamente uma manifestação, no âmbito das relações interpessoais, do próprio direito de liberdade. O direito de liberdade possibilita as pessoas a agir de forma autônoma na tomada de decisões individuais. Diante da importância que a sexualidade e as identidades assumem na construção da subjetividade e na formação de relações pessoais e sociais, a liberdade sexual, que é expressa



também como direito à livre expressão sexual, é a concretização do direito humano à liberdade (RIOS, 2011).

Já o direito de igualdade não se compadece com tratamentos prejudiciais sobre a sexualidade e/ou gênero. Assim sendo, restrições de direitos não autorizados por lei (proibição de manifestações de afeto entre homossexuais idênticas às aceitas para heterossexuais, entre outras), tanto quanto preterições de direitos fundadas em preconceito (justificar a exclusão de casais homossexuais no sistema de adoção sob o pretexto de danos à criança, por exemplo), constituem violação do direito de igualdade, vinculada ao âmbito dos direitos sexuais (RIOS, 2011).

A proibição de discriminação por orientação sexual, por vezes, é declaradamente prevista pelo direito; o ocorrente, usualmente, é a proibição decorrente da abertura das listas pontuais de critérios proibidos de discriminação, expressas ao admitir fatores antecedentes – como raça e origem – e outras formas de discriminação, dispostas no artigo 3, IV¹², da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

É pertinente salientar que a discriminação por orientação sexual configura apenas um cenário dentre outros, relativos à discriminação sexual, de identidade de gênero, etc., atingindo a dignidade. A proteção da dignidade humana é outro direito humano básico com repercussões imediatas para o exercício dos direitos sexuais LGBT+ (RIOS, 2011).

Assimilado como o reconhecimento do valor único e particular de cada vida humana, merecedora de respeito e consideração,

12. De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem **preconceitos** de **origem, raça, sexo, cor, idade** e quaisquer outras formas de **discriminação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2019.



esse direito humano – sexual e/ou de gênero – pleiteia que nenhuma pessoa seja hostilizada, injuriada ou (des)qualificada como abjeto em decorrência de manifestação sexual diversa da heterossexualidade. Pleiteia também que os projetos de vida, pertencentes à importante dimensão da subjetividade, não sejam sentenciados por terceiros à pessoa, de forma *padrão*, pasteurizando a essência do sujeito. A violação à dignidade, direito elementar no regime jurídico dos direitos humanos, é costumeira: basta atentar para os constrangimentos e imposições experienciadas por aqueles que não se enquadram a valores, costumes e/ou tradições (RIOS, 2011).

No sentido de fortalecer os direitos sexuais como direitos humanos, foi proclamada em 1997 a “Declaração dos Direitos Sexuais”¹³. A declaração de direitos sexuais da *World Association for Sexual Health*¹⁴ (WAS - Associação Mundial para a Saúde Sexual) foi revisada e aprovada pela WAS em março de 2014.

São direitos humanos referentes à sexualidade (WAS, 2014):

1. **O Direito à igualdade e a não discriminação** – Todos têm o direito de usufruir dos direitos sexuais definidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer tipo, seja raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, local de residência, características, nascimento, deficiência, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, estado de saúde, situação econômica, social ou outra qualquer.

13. Esta é a tradução oficial da Declaração dos Direitos Sexuais. Para fins legais e técnicas, deve-se consultar a versão em Inglês como o texto oficial: http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/declaration_of_sexual_rights_sep03_2014.pdf. Disponível em: <http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

14. A *World Association for Sexual Health* é um grupo mundial multidisciplinar de sociedades científicas, ONGs e profissionais do campo da sexualidade humana que promove a saúde sexual por toda a vida e em todo o mundo através do desenvolvimento, promoção, e apoio à sexologia e a direitos sexuais para todos. “WAS” realiza tais objetivos, através de ações de defesa e integração, facilitando a troca de informações, ideias, experiências e avanços científicos baseados na pesquisa da sexualidade, educação e sexologia clínica, com uma abordagem multidisciplinar.



2. O Direito à vida, liberdade, e segurança pessoal – Todos têm o direito à vida, liberdade e segurança, que não podem ser ameaçadas, limitadas ou removidas arbitrariamente por motivos relacionados à sexualidade. Estes incluem: orientação sexual, comportamentos e práticas sexuais consensuais, identidade e expressões de gênero, bem como acessar ou ofertar serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva.

3. O direito à autonomia e integridade corporal – Todos têm o direito de controlar e decidir livremente sobre questões relativas à sua sexualidade e seus corpos. Isto inclui a escolha de comportamentos sexuais, práticas, parceiros e relacionamentos, desde que respeitados os direitos do próximo.

4. O direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante – Todos devem estar isentos de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante em razão de sua sexualidade, incluindo: práticas tradicionais nocivas; esterilização, contracepção ou aborto forçado; e outras formas de tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes praticados por razões relacionadas ao sexo, gênero, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, ou característica física de alguém.

5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção – Todos deverão estar isentos de violência e coerção relacionadas à sexualidade, incluindo: Estupro, abuso ou, perseguição sexual, “bullying”, exploração sexual e escravidão, tráfico com propósito de exploração sexual, teste de virgindade ou violência cometida devido à prática sexual real ou presumida, orientação sexual, identidade e expressão de gênero ou qualquer característica física.

6. O direito à privacidade – Todos têm o direito à privacidade relacionada à sexualidade, vida sexual e escolhas inerentes ao seu próprio corpo, relações e práticas sexuais consensuais, sem interferência ou intrusão arbitrária. Isto inclui o direito de controlar a divulgação de informação relacionada à sua sexualidade pessoal a outrem.

7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras – Todos têm o direito ao mais alto padrão de saúde e bem estar possíveis, relacionados à sexualidade, incluindo a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. Isto requer a disponibilidade, acessibilidade



e aceitação de serviços de saúde qualificados, bem como o acesso a condições que influenciem e determinem a saúde, incluindo a saúde sexual.

8. O direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações – Todos têm o direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações em relação à sexualidade e saúde sexual.

9. O direito à informação – Todos devem ter acesso à informação cientificamente precisa e esclarecedora sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais através de diversas fontes. Tal informação não deve ser arbitrariamente censurada, retida ou intencionalmente deturpada.

10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora – Todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer.

11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto – Todos têm o direito de escolher casar-se ou não, bem como adentrar livre e consensualmente em casamento, parceria ou outros relacionamentos similares. Todas as pessoas são titulares de direitos iguais na formação, durante e na dissolução de tais relacionamentos sem discriminações de qualquer espécie. Este direito inclui igualdade absoluta de direitos frente a seguros sociais, previdenciários e outros benefícios, independente da forma do relacionamento.

12. O direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal – Todos têm o direito de decidir ter ou não ter filhos, a quantidade destes e o lapso de tempo entre cada criança. O exercício desse direito requer acesso a condições que influenciam e afetam a saúde e o bem-estar, incluindo serviços de saúde sexual e reprodutiva relacionados à gravidez, contracepção, fertilidade, interrupção da gravidez e adoção.

13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão – Todos têm o direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão relativos à sexualidade, bem como o direito à expressão plena de



sua própria sexualidade, por exemplo, na aparência, comunicação e comportamento, desde que devidamente respeitados os direitos dos outros.

14. O direito à liberdade de associação e reunião pacífica –

Todos têm o direito de organizar-se, associar-se, reunir-se, manifestar-se pacificamente e advogar, inclusive sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais.

15. O direito de participação em vida pública e política –

Todos têm o direito a um ambiente que possibilite a participação ativa, livre e significativa em contribuição a aspectos civis, econômicos, sociais, culturais e políticos da vida humana a nível local, regional, nacional ou internacional. Em especial, todos têm o direito de participar no desenvolvimento e implantação de políticas que determinem seu bem-estar, incluindo sua sexualidade e saúde sexual.

16. O direito de acesso à justiça, reparação e indenização –

Todos têm o direito ao acesso à justiça, reparação e indenização por violações de seus direitos sexuais. Isto requer medidas efetivas, adequadas e acessíveis, assim como devidamente educativas, legislativas, judiciais, entre outras. Reparação incluiu retratação, indenização, reabilitação, satisfação e a garantia de não repetição (WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH, 2014, p. 2-3).

Apoiado nesses direitos sexuais, a noção de equidade sexual é percebida como uma mudança paradigmática na área da sexualidade. Os direitos sexuais emergem (e se estabelecem) num contexto histórico em que se destaca também a força e a ligação pertinente com os direitos humanos. Os grupos vulneráveis que se organizaram e se mobilizaram politicamente nos movimentos sociais, principalmente a partir dos anos 1950, influenciaram diretamente o cenário e impulsionaram o posicionamento teórico/acadêmico dos intitulados “especialistas científicos” na revisão e modificação dos enquadramentos patológicos e das definições de algumas “doenças”, assim denominadas e justificadas para a exclusão social e a privação de direitos dos discriminados (FURLANI, 2009, p. 304).



Salientam-se a compreensão dos fatores de liberdade e igualdade como pré-requisitos para a dignidade e a cidadania. Para John Rawls (2003, p. 27), as pessoas livres e iguais são consideradas aquelas que têm “as duas faculdades morais”: a primeira é relativa à capacidade de ter um senso de justiça, isto é, compreender e aplicar os sentidos de justiça política que determinam os termos equitativos de compreensão social, e agir com base neles – e não somente de acordo com eles; a segunda consiste na capacidade de formar uma concepção do bem: competência para ter, revisar e buscar atingir de modo racional uma concepção do bem, um corpo ordenado de fins determinantes à concepção da pessoa sobre o que tem valor na vida, do que se considera uma vida digna de ser vivida.

Quando uma pessoa é considerada detentora de ambas as faculdades morais, ela está apta a se envolver numa cooperação social mutuamente benéfica durante a vida toda e também a honrar os termos equitativos desta cooperação por eles mesmos. Para Rawls (2003, p. 27), baseado na teoria da justiça como equidade, a concepção dessa mesma pessoa está inerente a uma condição política. “A concepção da pessoa é, em si, normativa e política”, e elaborada conforme os cidadãos são vistos na cultura política de uma sociedade democrática, em seus textos políticos (em constituições, declarações de direitos humanos, etc.), e na interpretação de tais textos.

Nessa lógica, os cidadãos são vistos como pessoas iguais quando se considera que todos têm, em instância básica necessária, as faculdades morais essenciais para o envolvimento na cooperação social ao longo de toda a vida e participação na sociedade como cidadãos iguais. Possuir essas faculdades, nesse grau, é o que Rawls (2003) considera como base da igualdade entre os cidadãos como pessoas: na medida em que a sociedade é vista como um sistema equitativo de cooperação, o cerne da igualdade consiste em termos minimamente necessários, nas capacidades



morais e outras que permitam as pessoas participar plenamente da vida cooperativa da sociedade; logo, a igualdade dos cidadãos é mensurada pela igualdade de seus representantes, ou seja, o fato que estes representantes estão alinhadamente dispostos naquela posição e têm direitos iguais no relativo aos procedimentos adotados para chegar a um acordo.

1.1.5 Pessoas livres e democracia

Partindo do pressuposto que a justiça como equidade é uma concepção política de justiça voltada a uma sociedade democrática, o entendimento de pessoas livres é associado à cultura política. Rawls (2003) expõe que os cidadãos são pessoas livres em dois sentidos. Em primeiro plano, os cidadãos são livres ao se considerarem e considerarem os demais como detentores da faculdade moral de ter uma concepção do bem; enquanto cidadãos são qualificados a rever e modificar as circunstâncias sociais por motivos razoáveis e racionais, podendo fazê-lo se assim quiserem.

Na conjuntura de pessoas livres, os cidadãos têm direito de reivindicar que seus semelhantes sejam independentes de qualquer concepção do bem específico ou qualquer esquema específico com finalidades estipuladas, e de não ter associação alguma com determinadas concepções. Usufruindo da faculdade moral que possibilita formar, rever e racionalmente procurar atingir uma concepção benevolente, sua identidade pública ou legal como pessoas livres não é estremecida por mudanças no percurso do famigerado bem (RAWLS, 2003).

Exemplificando, quando os cidadãos não se identificam mais com a sua religião ou com o que lhes foi orientado por alguma instituição, – família, escola etc. – não deixam de serem, para questões de justiça política, as mesmas pessoas de outrora. Não se perde a sua identidade pública ou legal – sua identidade em termos de



direito fundamental, e continua tendo os mesmos direitos e deveres básicos, conservando as mesmas propriedades e podendo se exigir o mesmo respeito de antes (RAWLS, 2003).

Em segundo plano, os cidadãos se autointitulam livres na condição de fontes de reivindicação legítimas que se autenticam por si mesmas, isto é, consideram-se autorizados a reivindicar as instituições para realizar suas concepções do bem – uma vez que tais concepções sejam admitidas pela concepção pública de justiça. Para os cidadãos, essas reivindicações são necessárias, e sendo dotadas de direitos e deveres, são autenticadas no contexto político (RAWLS, 2003).

Rawls (2003) enfatiza a concepção da pessoa como livre e igual respaldado numa concepção normativa: dada pelo pensamento, prática moral e política, e estudada pela filosofia moral e política e pela filosofia do direito. Prova disso é que desde a antiga Grécia, em filosofia e em direito, o conceito de pessoa foi definido como o alguém que pode participar da vida social ou desempenhar uma função nela, exercendo e respeitando diferentes direitos e deveres.

A noção de pessoas livres e iguais é atrelada àquelas que podem desempenhar a função de membros plenamente cooperativos, na apreensão da sociedade como um sistema equitativo de cooperação. O entendimento apresentado por pessoa não deve ser confundido com a concepção de ser humano, visto as definições da biologia ou da psicologia sem o uso de conceitos normativos de vários tipos, como os conceitos de faculdades morais e de virtudes morais e políticas, por exemplo (RAWLS, 2003).

Para caracterizar a pessoa, devem-se agregar a estes conceitos os utilizados para formular as faculdades da razão, da inferência e do julgamento, sendo faculdades vitais às duas faculdades morais e essenciais para seu exercício e na prática das virtudes (RAWLS, 2003). Em síntese, a humanização do ser humano



ocorre na cidadania, na qual o ser torna-se pessoa, factualmente, ao participar da sociedade e ter a percepção interna e externa que seus semelhantes são iguais e livres por direito.

Conforme discorrido, observa-se que os aspectos “macro” compõem as circunstâncias que humanizam o ser humano, ou seja, a sedimentação de seu papel cidadão e como esse sendo um fenômeno social torna-se incluído ou desprezado pela sociedade. Essa lucidez nos remete imediatamente a nossa próxima subseção, que trata especificamente das pessoas trans; e de antemão, já nos apresenta os seguintes questionamentos: essas pessoas são tratadas como/ou se sentem cidadãos? São/ou se reconhecem como pessoas iguais e livres, de fato?.

1.2 Aspectos micro: minorias sociais – em foco as pessoas trans

Nesta parte, buscaremos elucidar o que consideramos pertinente a um entendimento mais próximo às pessoas trans. Abordar sobre estas pessoas é um desafio, pois os pesquisadores não se autoidentificam como trans. A par disso, a abordagem sobre as pessoas trans busca ser empática e servir como extensão da voz destas pessoas, e não ser a voz destas, o que é inviável.

1.2.1 As pessoas trans na sociedade contemporânea

Cada pessoa é uma pessoa única, que se assemelha em alguns aspectos comuns às demais pessoas. Estes aspectos nos identificam com alguns e nos diferenciam de outros, como a região de nascença e *status* social, nossa raça, classe social, religião, habilidades físicas, entre outras que marcam a diversidade humana, como as questões de gênero. Desde a infância, somos educados a agir e a ter determinada aparência, sempre em concordância com o nosso



sexo biológico. “Se havia ultrassonografia, este sexo foi determinado antes de nascermos. Se contrário, foi no parto” (JESUS, 2012).

Na sociedade e consequentemente, em nossas casas, crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque “é da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso constantemente. O fato é que a grande diferença percebida entre homens e mulheres é construída socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a agir correspondente às suas identificações sociais, a ter um papel de gênero “apropriado”. Como as influências sociais não são totalmente visíveis, nos parece que as diferenças entre homens e mulheres são “naturais”, sumariamente biológicas, quando, na verdade, suas concepções são ditadas pelo convívio social (JESUS, 2012).

Há outro agravante: na sociedade em que vivemos, propaga-se em larga escala a crença totalitarista de que os órgãos genitais são os responsáveis por definirem a pessoa como homem ou mulher. Entretanto, a construção de nossa própria identificação, seja como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social. A ciência biológica determina o sexo de uma pessoa pelo tamanho das suas células reprodutivas (pequenas: espermatozóides, logo, macho; grandes: óvulos, logo, fêmea), única e exclusivamente. Biologicamente, esses preceitos não definem o comportamento masculino ou feminino das pessoas: a responsável por isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, podendo variar conforme a cultura regional (JESUS, 2012).

A título de exemplo, mulheres de países nórdicos têm características que, para a cultura brasileira, são tidas como masculinas. Ser masculino no Brasil é dissemelhante do que é ser masculino em outros lugares. Há culturas para as quais não é o órgão genital que define o sexo. Ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero. Assim, é a partir do gênero como



conceito básico que entendemos homens e mulheres, isto é, **sexo é biológico, gênero é social**, construído pelas diferentes culturas. E o gênero perpassa o sexo; o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autoidentificação e a forma como a pessoa se expressa socialmente (JESUS, 2012, grifo nosso).

A adesão ou não de determinados modelos e papéis de gênero pode independer de nossos órgãos genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais. Ao contrário de ideologias propagadas por algumas vertentes científicas, entende-se que a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade, e não um transtorno (JESUS, 2012).

Esse é o caso das pessoas conhecidas coletivamente como parte do grupo que alguns chamam de transgênero, ou mais popularmente, trans. Jesus (2012) destaca que em terminologia de gênero, todas as pessoas podem ser agrupadas – incluindo as limitações comuns de classificação – como transgênero ou “cisgênero”. Entende-se por cisgênero ou “cis”, as pessoas que se consideram adjacentes ao gênero atribuído no nascimento. As pessoas trans, ou não-cisgênero, são aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado.

Em contexto brasileiro, Jesus (2012) aponta que não existe ainda consenso sobre o termo. Existem as pessoas que se consideram transgênero como algo a parte das pessoas travestis e transsexuais, e as que não se identificam com qualquer gênero. Porém, acredita-se que a terminologia trazida por Suess (2010) e adotada para nos referir aos sujeitos deste estudo seja a mais democrática, na qual abrangem todas as formas de identidades não-binárias, aquelas que vão além do homem/masculino e mulher/feminino; levando em consideração que cada expressão de gênero é dada pela autoidentificação dentro desse termo geral.



Para melhor compreensão desta temática e de outros termos necessários sobre o contexto transgênero, os quadros subsequentes (2, 3 e 4) tratarão de alguns conceitos inerentes à sexualidade, à orientação sexual e à identidade de gênero extraídos do Manual de Comunicação LGBT, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2010).

Gênero: Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana. No entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é instituída pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

Sexo biológico: Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.

Sexualidade: Refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas.

Quadro 2 – Aspectos inerentes à sexualidade

Fonte: Adaptado de Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2010).

Orientação sexual: Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.¹⁵ Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Estudos demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa a pessoa.

15. Definição contida nos Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006.



Homossexual: É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero. Homossexualidade: É a atração sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo/gênero. Homossexualismo: Termo incorreto e preconceituoso devido ao sufixo “ismo”, que denota doença, anormalidade. O termo substitutivo é homossexualidade, que se refere da forma correta à orientação sexual do indivíduo, indicando “modo de ser”.¹⁶
Heterossexual: Indivíduo amorosamente, fisicamente e afetivamente atraído por pessoas do sexo/gênero oposto. Heterossexuais não precisam, necessariamente, terem tido experiências sexuais com pessoas do outro sexo/gênero para se identificarem como tal.
Heterossexualidade: Termo utilizado para descrever a sexualidade dos heterossexuais em seu sentido mais abrangente, compreendendo não só a esfera sexual em si (atração e prática do ato sexual), como também a esfera afetiva e a implicação de ambas em comportamentos e relações humanas. Embora nos dicionários as palavras heterossexualidade e heterossexualismo figurem como sinônimos, o movimento LGBTQ+ não emprega o sufixo “ismo” para identificar orientação ou identidade sexual, por trazer uma carga semântica de conotação negativa, que caracteriza doença ou distúrbio.
Bissexual: É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. Bi é uma forma reduzida de falar de pessoas Bissexuais. Bissexualidade: Termo utilizado para descrever a experiência bissexual em sentido amplo.
Intersexual: É o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino.
LGBT+: Em 08 de Junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais e 1.200 delegados/as nacionais, reunidos em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBTQ para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil.

Quadro 3 – Aspectos inerentes à orientação sexual
Fonte: Adaptado de Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2010).

16. Em 1973, os Estados Unidos retirou “homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da American Psychology Association, passando a ser usado o termo Homossexualidade. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada, no Brasil, da homossexualidade do código 302.0, referente aos desvios e transtornos sexuais, da Classificação Internacional de Doenças. Em 1990, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a retirada do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde. A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas a partir de 1º de janeiro de 1993. Por isso, o sufixo “ismo” (terminologia referente à “doença”) foi substituído por “dade” (que remete a “modo de ser”).





Identidade de gênero: É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos¹⁷. Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).

Transgênero ou “trans”: Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída.

Travesti: Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBTQ+ em 2008. Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança de órgão genital)¹⁸. Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, “O” travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino.

Androginia: Termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros.

Drag queen: Homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma *drag queen* não deixa de ser um tipo de “transformista”, pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero.

17. Definição contida nos Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006, p. 7.

18. Definição fornecida pela Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA.

Drag king: Versão “masculina” da dragqueen, ou seja, trata-se de uma mulher que se veste com roupas masculinas para fins de trabalho.
Transformista: Indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto por questões artísticas.
F to M / FTM / F2M (Female to Male): Expressões em inglês utilizadas para designar a mudança biológica do órgão sexual feminino para o masculino, sobretudo por meio de cirurgias de transgenitalização.
M to F / MTF / M2F (Male to Female): Expressões em inglês utilizadas para designar a mudança biológica do órgão sexual masculino para o feminino, sobretudo por meio de cirurgias de transgenitalização.

Quadro 4 – Aspectos inerentes à identidade de gênero
Fonte: Adaptado de Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2010).

Tais quadros explicativos objetivaram tratar do panorama envolvente às distinções entre aspectos da sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. Quanto à terminologia transgênero ou “trans”, vem sendo utilizada desde a década de 1990 como um termo genérico, ou “guarda-chuva” (MOLEIRO; PINTO, 2015).

Os pertencentes à população trans podem se descrever utilizando um ou mais de um termo – incluindo trans, transgênero e o que for pertinente para que cada pessoa se autoidentifique como achar melhor. Deve-se compreender que uma parcela significativa das pessoas trans utiliza hormônios para mudar seus corpos, outras aderem à cirurgia de mudança do órgão sexual, e outra grande parcela opta por não tomar tais medidas (MOLEIRO; PINTO, 2015).

Portanto, cada pessoa tem o direito de escolher como deseja ser abordada/identificada; assim, não é privilégio ou responsabilidade de terceiros atribuir um gênero. “Quando alguém lhe diz o que é, acredite neles. Deixe que as pessoas se autorrevelam” (COOPER, 2017, p. 14). A identidade de gênero diz respeito a como cada ser se entende como membro da conjuntura masculina e/ou feminina e/ou nenhuma das duas (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014). A figura 1 apresenta essas noções num esquema didático:





Figura 1 – O que é a identidade de gênero
Fonte: Diversus - Consultoria em diversidade (2017).

Na identidade de gênero, conforme a figura anterior, podem existir as identidades não-binárias, que não se sentem confortáveis em uma divisão entre gênero masculino e gênero feminino. Essas pessoas podem não se importar com isso e sentirem-se atraídas por outras pessoas, independente da identidade de gênero. A isto, costuma-se denominar identidade não-binária. (REDE TRANS BRASIL, 2017).

A identidade é um aspecto que se destaca na dimensão geral do universo trans como expressão distinta da condição de vivência: ela caracteriza transexuais, travestis e outros; o outro aspecto é a funcionalidade, a qual é representada por *crossdressers*, *drag queens*, *drag kings*, transformistas, etc. (JESUS, 2012). A questão da identidade é bastante complexa e vem sendo tema de discussões



na sociedade contemporânea. Eis a problematização de Butler (2003) sobre a identidade:

O que pode então significar "identidade", e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais importante, como essas suposições impregnam o discurso sobre as "identidades de gênero"? Seria errado supor que a discussão sobre a "identidade" deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as "pessoas" só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero. [...] Em que medida é a "identidade" um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? Em outras palavras, a "coerência" e a "continuidade" da "pessoa" não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a "identidade" assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de "pessoa" se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é "incoerente" ou "descontínuo", os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2003, p. 37-38).

No entendimento de Butler (2003), são gêneros "inteligíveis" aqueles que, em determinado parâmetro, instituem e mantêm relações simétricas e contínuas entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. A assimetria e incoerência são permanentemente exacerbadas e produzidas pelas leis que buscam estabelecer linhas expressivas e destinadas à ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a "expressão" ou "efeito" de ambos na manifestação do desejo sexual por meio do ato sexual.

Butler (2003, p. 38) infere que a ideia "de que pode haver uma "verdade" do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero



coerentes”. A heteronormatividade¹⁹ do desejo institucionaliza a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre o feminino e o masculino em que estes são vislumbrados como sinônimos expressivos de “macho” e de “fêmea”.

A padronização cultural onde a identidade de gênero se torna permissível infere que determinadas “identidades” não podem “existir” – aquelas onde há a dissociação entre o gênero e o sexo ou aquelas em que há o desencontro no sexo e igualmente no gênero. Essa situação consiste numa relação política de direito instituído pelas leis culturais padronizadoras e reguladoras da forma e do significado da sexualidade (BUTLER, 2003).

Para Butler (2003, p. 39), certos tipos de “identidade de gênero”, tal como a identidade trans e suas variadas expressões, se apresentam como falhas do desenvolvimento ou incongruências lógicas, pelo fato primordial de não se adequarem às normas padronizadas de inteligibilidade cultural. “Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, consequentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero”.

No fim do século 20, surge como refutação à repressão sexista e identitária o movimento LGBT+ (PERUCCHI, 2009). No Brasil, a relação entre sexualidade e direitos tem sido estabelecida principalmente pela atuação de dois movimentos sociais: o movimento feminista e o LGBT+. As primeiras políticas públicas brasileiras cujo foco são as pessoas homossexuais têm por ocasião o combate à epidemia do HIV/AIDS no início dos anos 1990 (FACCHINI, 2005).

19. Para Petry e Meyer (2011), a heteronormatividade é problematizada como um padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade ocidental está organizada. Apesar da força dessa regulação, há indivíduos que escapam à norma heterossexual, como as pessoas transgênero.



O surgimento do movimento homossexual²⁰, como era denominado no período, tem suas bases históricas registradas pela literatura no fim dos anos 1970. Neste período inicial, o movimento concentrava-se basicamente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, com discurso forte pautado no antiautoritarismo e com expressiva parte das demandas levadas até hoje pelo movimento LGBT+ já estabelecidas.

Nos anos 1980, levando em consideração a significativa redução dos grupos e das divergências pela relação entre HIV/AIDS e homossexualidade, há mudanças expressivas que influem no movimento contemporâneo: a atuação é direcionada para a garantia dos direitos civis e ao combate da discriminação e violência à população homossexual. Nos idos dos anos 1990, o movimento é contemplado por um novo ciclo que parece catapultá-lo das extremidades para o centro (FACCHINI, 2009).

A mudança inicial deu-se pela expansão quantitativa de grupos/ organizações e o seu estabelecimento em todo o país. Essa expansão é relacionada também como a “resposta coletiva” para a epidemia do HIV/AIDS: a criação e efetivação de uma política de prevenção às DST/AIDS gerida pela parceria do Estado e sociedade civil, ratificando as políticas identitárias como estratégia na redução de vulnerabilidade social das populações estigmatizadas (FACCHINI, 2009).

20. Até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (movimento homossexual brasileiro); depois de 1993, como MGL (movimento de gays e lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o “B” de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o “T” refere-se a travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008, nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas (FACCHINI, 2009).



Por esses aspectos, o movimento LGBT+ também cresce em número de grupos e diversifica os formatos institucionais, estendendo sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços participativos na sociedade. Entre esses atos do movimento LGBT+, ocorrem os movimentos de direitos humanos, da diminuição do índice de AIDS e movimentos das minorias, em foco o feminista, além de agências governamentais, parlamentares e setores do mercado segmentado (FACCHINI, 2009).

Ocorre também uma extensão participativa: a discussão de leis ou políticas públicas e a construção de espaços para diálogo internacional. A visibilidade LGBT+ se amplia pelo debate público sobre candidaturas e projetos de lei; pela organização de eventos como as Paradas do Orgulho LGBT+; e pela exposição do tema de forma mais auspiciosa, como na inserção de personagens em novelas ou demais veículos midiáticos que humanizam essa população (FACCHINI, 2009).

Ao mesmo passo que o aumento da visibilidade, timidamente, atraiu a atenção de entidades conservadoras da sociedade brasileira, surtiu um processo de afirmação de especificidades e complexificação do “sujeito político” e de designação das áreas de atuação organizacionais, vide os grupos que trabalham diretamente com adolescentes ou com famílias LGBT+, entre outros (FACCHINI, 2009, p. 140).

Também na década de 1990, se constituem a organização de redes de entidades ou de ativismo em nível nacional e regional. Criam-se os fóruns estaduais e municipais de organizações e os ativismos se seguem à formação de redes nacionais. A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) é a primeira rede nacional, criada em 1995. Nos anos 2000, há um processo de proliferação de redes nacionais. Atualmente, todas as redes em atuação “[...] estão implicadas numa delicada trama que envolve não apenas o reconhecimento de especificidades, mas também



relações políticas que estabelecem quem pode falar em nome do movimento ou de que parcelas dele, em qual momento” (FACCHINI, 2009, p. 141, grifo da autora).

Neste reconhecimento de especificidades, surge o debate público sobre transexualidades e a possibilidade de construção da categoria “transexual” como distinta da de “travesti”, datada entre os anos 1990 e o início dos anos 2000, segundo Carvalho e Carrara (2013). Para Lino et al. (2011, p. 6), a história do movimento de travestis e transexuais é muito recente e “[...] embrionária, mesmo sabendo que as travestis e transexuais, há muito, fazem parte de movimentos mistos²¹,” cujos movimentos, no entanto, estão deveras centrados na reprodução de lógicas sexuais de poder hierarquicamente determinadas, vide os grandes rompimentos que deram origem aos movimentos de lésbicas fora dos movimentos LGBT. A presença de travestis e transexuais no interior dos grupos, tornando sólidas (corporais) as diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero não garantia que essas especificidades fossem erguidas como bandeiras de lutas (LINO et al., 2011).

Em contrapartida das marés desfavoráveis, o movimento em prol da visibilidade trans²² na contemporaneidade, dada pela participação política constante das ONGs, se relaciona ao fenômeno da autopromoção: entende-se por autopromoção a característica de uma política social centrada nos próprios interessados, que passam a autogerir ou ao menos, co-gerir a satisfação de suas necessidades, visando à superação das formas assistencialistas de política social, bem como as residualistas, compensatórias e emergenciais (DEMO, 1996).

21. A letra “T” agregada à sigla do movimento LGBT+, no princípio se referia somente a “travestis”; a entrada efetiva da terminologia “transexual” só se apresentaria no cenário político nacional no início dos anos 2000 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

22. Atualmente, o dia 29 de janeiro é comemorado como o “Dia da Visibilidade Trans”, em que ocorrem manifestações de diversas ONGs de pessoas trans pelo país. A escolha da data simboliza a exteriorização do reconhecimento trans pelo poder público, consolidando o movimento transformador desta “população-alvo” (CARVALHO; CARRARA, 2013).



Ao refletir sobre a autopromoção, é necessário entender a sua contraposição presente aos efeitos **residualistas, compensatórios e emergenciais**, dos quais se reservam as migalhas para os pobres e/ou as ofertas empobrecidas. Ao pobre, uma educação pobre, enquanto que para a população rica estão disponíveis universidades gratuitas de alto nível. É primordial apreender a tendência concentradora de variadas iniciativas autoproclamadas sociais (DEMO, 1996, grifo do autor).

A autopromoção atesta, principalmente, três instâncias associadas à população trans: a ratificação do registro civil, a despatologização e a transfobia. O nome social diz respeito ao modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, visto que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar constrangimento (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Em julgamentos históricos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)²³ e o Supremo Tribunal Federal (STF)²⁴ validaram a humanidade, dignidade, cidadania e autonomia das pessoas trans, ao reconhecerem seu direito de autodefinição referente à identidade de gênero e a necessidade de respeito a suas pessoas enquanto tais. Ocorre, em parte, valorosa “libertação da população de travestis e transexuais (mulheres transexuais e homens trans) nesses paradigmáticos julgamentos” (IOTTI, 2018).

Apesar da decisão histórica e significativa, cabe destacar que até pouco tempo atrás o Brasil era o único lugar no mundo onde

23. Em 01/3/2018, o TSE acolheu a pretensão de reconhecimento da identidade de gênero das pessoas transgênero (transexuais e travestis), para afirmar que mulheres transexuais e travestis podem concorrer na cota destinada ao sexo feminino pela Lei Eleitoral (e, consequentemente, homens trans nas vagas restantes, destinadas ao sexo masculino) (IOTTI, 2018).

24. No STF, o julgamento dos direitos das pessoas transgênero foi concluído em 01/03/2018, gerando o reconhecimento do direito à mudança de (pre)nome e sexo de transexuais e travestis, independente de cirurgia de transgenitalização, de laudos de terceiros e de ação judicial (IOTTI, 2018).



algumas instituições garantiam um direito negado em esfera global. Universidades, escolas, ministérios e outras instâncias públicas permitiam “gambiarras” que asseguram às pessoas trans a utilização do tal nome social. Estas providências fragmentadas contestavam apenas a situação excludente da população mais rechaçada no eixo nacional, segundo Bento (2014).

A questão da despatologização caracteriza-se num conceito manifestado por uma campanha internacional pela exclusão da transexualidade, da travestilidade e das manifestações de gênero que perpassam a dicotomia homem/mulher da Classificação Diagnóstica e Estatística de Doenças – CID, da Organização Mundial de Saúde – OMS, e do Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais – DSM, da Associação Psiquiátrica Americana. Em nível internacional, o dia 23 de outubro é considerado o Dia Mundial de Luta contra a Patologização da Transexualidade (JESUS; ALVES, 2012).

No Brasil, a campanha se estendeu à reformulação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde²⁵, tendo em vista a adoção de uma concepção de saúde que reconheça a pluralidade de identidades de gênero como uma manifestação natural dos seres humanos e que atenda as demandas das pessoas trans sem a necessidade de condicionar esse atendimento a um diagnóstico psiquiátrico e/ou psicológico (JESUS, 2012)

Em resposta positiva à despatologização, a OMS retirou de sua lista de doenças a classificação da “identidade transgênero” como

25. Instituído pelas Portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, o Processo Transexualizador realizado pelo SUS garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso a hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social. O SUS conta com cinco serviços habilitados pelo Ministério da Saúde no processo transexualizador que realizam atendimento ambulatorial e hospitalar. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador>. Acesso em: 20 set. 2017.



distúrbio mental, depois de estudo feito para solicitar a exclusão da classificação patológica (BELLUCK, 2016). Até então, as pessoas que não se identificavam com o sexo que lhes foi atribuído ao nascer eram consideradas doentes mentais pelos principais manuais de diagnóstico, devido à classificação da OMS. As entidades LGBT+ passaram anos reivindicando que a transexualidade, considerada um transtorno na identidade de gênero, saísse do compartimento das doenças mentais e entrasse no de comportamentos sexuais. Com a mudança, a OMS mantém a transexualidade dentro da classificação para que uma pessoa possa obter ajuda médica se assim desejar, visto que em muitos países o sistema sanitário público ou privado não reembolsa o tratamento se o diagnóstico não estiver na lista (BENITO, 2018).

Se na instância da despatologização algumas mudanças necessárias vêm sendo promulgadas, a transfobia é ainda uma realidade social e cultural da população trans. A transfobia é multifacetada e vai muito além das violências tipificadas pelo código penal. É inexpressivo o número de pessoas trans que conseguem passar dos 35 anos de idade e chegar à terceira idade. Quando não são assassinadas, geralmente sofrem alguma outra fatalidade relacionada ao uso indiscriminado de hormônios e silicone industrial (REDE TRANS BRASIL, 2017).

[...] uma expectativa de vida que nesse ano passou de 29 a 30 anos, tem muito a que se percorrer, e é uma série de coisas que desencadeia isso, entende?, por exemplo, a gente não tem a mesma autoestima enquanto, de uma pessoa cis, por exemplo, uma pessoa que é cis, sendo gay, se ela for afeminada, ela sabe que ela pode sofrer algum preconceito na rua, que eu até utilizo, de certo modo, a mesma expressão da violência que nós sofremos, que, querendo ou não, ela é uma transfobia também, entendeu?, porque ela entra naquele contexto de que a pessoa, ela transita entre os gêneros, ela transita entre as identidades, e isso que incomoda (NARRADORA A).²⁶

26. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Quando o menino gay, ele é afeminado e ele sofre violência na rua, ele não sofre violência porque ele dorme com outro cara, porque ninguém sabe com quem ele dorme, a não ser que seja um casal de namorados de mãos dadas ou alguma coisa assim, tipo, mas não, é porque ele rebola, é porque ele, ah, porque ele fala fino, então, tipo, é um, é também uma transfobia, entende?, ou melhor, ela é mais dentro da caixinha da transfobia do que na homofobia, digamos assim, e eu vejo que isso ainda tem muito o que percorrer, porque as pessoas, por exemplo, a minha baixa, a minha autoestima (NARRADORA A).²⁷

As pessoas trans compõem um grupo vulnerável no país e o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 14 vezes maior que o de um homem cisgênero gay, e a chance dessa morte ser violenta é nove vezes maior. Localizar informações e dados precisos sobre mortes de pessoas trans no Brasil é árduo, visto que os órgãos competentes falham em não ter números atualizados disponíveis. De acordo com a ONG *Transgender Europe*, o Brasil é o líder do *ranking* em mortes transexuais no mundo, visto que o último Relatório de Violência Homofóbica publicado data de 2013 (LOPES, 2016; REDE TRANS BRASIL, 2017).

Pressupõe-se que o número de ocorrências desse tipo pode ser ainda maior, devido ao elevado índice de subnotificação. Existem também muitos casos não noticiados ou nos quais as vítimas são registradas como “homem” ou “homossexual”. O grau de invisibilidade social das pessoas trans no território brasileiro é expressivo: não existem censos do IBGE ou estudos de órgãos públicos que possam mapear esse segmento pelo país para poder elaborar políticas de Direitos Humanos, no combate à violência e na criação de Políticas Públicas de Estado para atender as demandas (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Com respaldo no recorrido acerca dos aspectos micro da população em foco, a premência de uma atuação positiva do Estado

27. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



em representar e preservar as identidades trans como detentoras de direitos humanos e de subsídios mínimos para a vivência em sociedade, não somente para a sobrevivência, deve ser constituída para a cidadania e dignidade destas pessoas. Portanto, constata-se que as pessoas trans têm a cidadania refutada e não podem ser consideradas plenamente iguais e livres (ARAÚJO, 2016).

Entretanto, ao confrontarmos o cenário vulnerável protagonizado pelas pessoas trans junto ao conceito da competência em informação, articulado ao princípio da “aprender a aprender”, da cidadania e do aprendizado ao longo da vida, direcionamo-nos à parte 2, que busca “abarcara” a competência voltada ao viés social e direcionada à população em foco. Para tanto, traremos breves aspectos históricos acerca da competência em informação, sua relação com a vulnerabilidade social, com a interdisciplinaridade e seu desenvolvimento voltado às minorias, bem como a missão profissional do bibliotecário quanto às pessoas trans.





12

**COMPETÊNCIA
EM INFORMAÇÃO SOB
A PERSPECTIVA SOCIAL**

2.1 O movimento da competência em informação: relações com a vulnerabilidade social, a interdisciplinaridade, as minorias sociais e a missão profissional do bibliotecário

2.1.1 Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social

Existem algumas definições e traduções do termo *information literacy*, mas em síntese, o conceito enfatiza o “aprender a aprender” e a necessidade de aprender ao longo da vida na sociedade da informação e do conhecimento (CENDÓN; COSTA, 2012). Utilizaremos aqui a tradução “competência em informação”, e a percepção que abrange a ideia do “aprender a aprender”, ou seja, o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, conhecimentos, valores, comportamentos e atitudes das pessoas para alcançar a condição de cidadão no que concerne a informação.

Por competência, Gonzalez (2012) aponta quatro pressupostos: atitude por meio da iniciativa, ou seja, da inteligência prática; conhecimento, isto é, experiência pessoal anterior adquirida no assunto; habilidade, realizada na capacidade de produzir algo; e liberdade para decidir. A competência em informação agrega estes pressupostos ao favorecer a compreensão de situações em constante mutação, na atualização tecnológica referente aos recursos informacionais e nas necessidades de informação do coletivo. (DUDZIAK, 2008).

Um dos conceitos mais utilizados universalmente na definição de competência em informação é o da *American Library Association* (2000): trata-se do “conjunto de habilidades indispensáveis ao ser para reconhecer quando uma informação é necessária e ter habilidades para localizá-la, avaliá-la e usá-la eficazmente” (ALA, 2000). A informação, quando reconhecida como necessária e convertida em conhecimento, torna-se bem social de intervenção da realidade e mecanismo de transformação social. No prisma da competência



em informação, as pessoas desenvolvem aptidões para utilizar a informação na prática e compreender fenômenos, resolver questões, tomar decisões, ter noção de seu espaço na sociedade, incluindo seus direitos e deveres, além de edificar o conhecimento nas esferas pessoal, educacional e profissional (SANTOS, 2017).

Uma conjuntura social competente em informação é hábil a exercer sua cidadania, ou seja: as pessoas têm a capacidade de distinguir a fidedignidade das informações em qualquer contexto, são capazes de reconhecer e usar fontes de informação adequadas e percebem as lacunas existentes. A premissa de uma sociedade brasileira igualmente competente em informação, entretanto, ainda é uma utopia, vide a discrepância de divisão dos ativos financeiros, materiais e educacionais disponíveis. Nessa instância, as pessoas tendem a tornarem-se socialmente vulneráveis (OTTONICAR; VALENTIM; PERES, 2015).

Oriundo do movimento de Direitos Humanos, o termo vulnerabilidade foi solidificado na década de 80 na saúde pública ao tratar da epidemia do HIV/AIDS. As características da epidemia, a forma que ela foi atingindo grupos, de diversos modos e em diferentes países, fez com que se articulasse a incidência do vírus com o cenário socioeconômico, buscando inferir quais os grupos sociais e pessoas poderiam estar entre os possíveis vulneráveis à epidemia. Assim, os termos riscos e população de risco foram, gradualmente, substituídos pelo termo vulnerabilidade (CORREA; SOUZA, 2011).

O termo vulnerabilidade também se refere à exclusão econômica e social. Nesse panorama, uma pessoa ou um grupo torna-se vulnerável quando ocorre uma situação que o leva a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações (ADORNO, 2001). Diz respeito à possibilidade de sofrer um declínio no bem-estar, em particular uma queda abaixo de um limite mínimo de referência ou de pobreza. Este declínio é provocado por choques contra os quais a proteção é dispendiosa ou não é possível. Os



choques podem afetar os seres, por exemplo, por perda/falta de emprego, acidente ou morte. Eles também podem atacar comunidades inteiras, como aldeias, regiões ou grupos socioeconômicos particulares (DUCLOS, 2002).

A medida da vulnerabilidade é particularmente importante para monitorar o bem-estar dos minoritários. Por causa das circunstâncias já difíceis destas pessoas, os resultados da vulnerabilidade são tipicamente mais severos para estas. Também são muitas vezes mais vulneráveis devido suas características (ou seja, sua exposição), incluindo um menor nível de ativos para protegê-los, um menor acesso aos seguros e a insumos e mercados de saída (para isolá-los), um menor acesso à proteção pública e um menor nível de capacitação (DUCLOS, 2002).

A vulnerabilidade traz consigo a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e mensurar em que circunstâncias essas pessoas tem acesso ao ofertado (ADORNO, 2001).

Assim, a vulnerabilidade representa a busca para a erradicação de preconceitos e a possibilidade da construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É a busca por mudança de foco no tratamento das populações-alvo dos programas sociais (ADORNO, 2001).

Estes pontos sobre a vulnerabilidade voltada às pessoas e os processos sociais de acesso – ou a falta deles – nos reportam à vulnerabilidade social, categoria de vulnerabilidade concernente à estrutura da sociedade e seus componentes. Os primeiros



trabalhos sob a luz da vulnerabilidade social foram realizados pela motivação de uma abordagem mais ampla e extensa que ancorasse as diversas modalidades de desvantagens sociais e não apenas a pobreza (CORREA; SOUZA, 2011).

A expressão vulnerabilidade social, geralmente utilizada nos vieses dos movimentos sociais e dos direitos humanos, sintetiza a ideia da maior exposição e sensibilidade individual ou em grupo frente aos problemas enfrentados no cotidiano, refletindo uma nova maneira de olhar e de avistar os comportamentos humanos e sua relação a partir da dificuldade de acesso aos serviços sociais como saúde, escola e justiça (ADORNO, 2001).

Segundo Monteiro (2011), a temática vulnerabilidade social não é nova, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada em diferentes disciplinas das Ciências Sociais há certo tempo. A vulnerabilidade social é caracterizada por um complexo campo conceitual, constituído por variadas concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, etc. Ainda que o tema venha sendo trabalhado ao longo de anos, ressalta-se que seu conceito está em constante construção, visto sua magnitude e complexidade. A emergência da temática se dá nos anos 1990, com a fadiga da matriz analítica da pobreza, limitada a questões econômicas (MONTEIRO, 2011).

Katzman (1999) entende a vulnerabilidade social como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, surgidos da capacidade dos atores sociais de usufruir das oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais esferas: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais. Além disso, são múltiplos os condicionantes da vulnerabilidade social: constituída num corpo complexo e multifacetado de fatores oriundos do contexto, devido à ausência ou precariedade de recursos materiais necessários



para a sobrevivência – vertentes de exclusão social que impedem o suprimento das demandas sociais. Essa disparidade implica na aquisição de recursos simbólicos propícios a contribuir ao acesso de bens e serviços e de alguma comoção social (MONTEIRO, 2011).

Posto isto, a vulnerabilidade social se configura como construção social, produto das transformações societárias, incorporando formas relativas aos condicionantes históricos. Tais transformações propulsionam mudanças no contexto da vida privada, salientando fragilidades e contradições.

Nesse prisma, a vulnerabilidade passa a ser assimilada pela compreensão da relação dialética entre o externo e o interno: o externo trata sobre a referência, enquanto o interno apresenta-se em qualidade de pessoas, grupos, lugares ou comunidades. Os recursos internos são tidos então como “ativos” (KATZMAN, 1999). Os ativos podem ser definidos como um conjunto articulado de condições que irão inferir a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, os quais são ordenados por três ativos: físicos, humanos e sociais (MONTEIRO, 2011),

Os ativos físicos envolvem os meios substanciais para a busca do bem estar. Podem ainda ser divididos em capital físico propriamente dito – terra, moradia, bens materiais, etc. – ou capital financeiro, incluindo as características de alta liquidez e multifuncionalidade, envolvendo crédito e formas de seguro e proteção monetária. Os ativos humanos incluem o trabalho como ativo principal e o valor agregado neste pelos investimentos em saúde e educação, os quais determinam a maior ou menor capacidade física para o trabalho, qualificação, etc (BRASIL, 2007).

Os ativos sociais abrangem as redes de reciprocidade, confiança, contatos e acesso à informação. Sob estes aspectos, a condição de vulnerabilidade considera a situação das pessoas a partir dos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no



mercado de trabalho; a debilidade de suas relações sociais e, por último, o grau de regularidade e de qualidade aos serviços públicos ou demais formas de proteção social (BRASIL, 2007).

Compreende-se, sem delongas, que a vulnerabilidade social conjectura uma mescla de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a pessoas ou grupos, podendo ser insuficientes ou inadequadas para o aproveitamento das oportunidades sociais. O desenvolvimento dessa relação irá mensurar o grau de deterioração na qualidade de vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011).

A redução dos níveis de vulnerabilidade social se viabiliza a partir do fortalecimento das pessoas ao acesso em bens e serviços, ampliando o universo material e simbólico, bem como as condições de mobilidade social. Um exemplo de mecanismo no fortalecimento social é dado na elaboração e realização de políticas públicas (MONTEIRO, 2011).

Assim, a discussão sobre o desenvolvimento da competência em informação no âmbito da vulnerabilidade social e das minorias sociais – visto que estas abrigam os grupos socialmente oprimidos (BAYLÃO, 2001) – é necessária para o suprimento às necessidades de informação de pessoas ou grupos socialmente vulneráveis. O processo de desenvolvimento da competência em informação na sociedade envolve, entre outras habilidades, assimilar as contínuas mudanças tecnológicas. Não se limita apenas ao uso das tecnologias disponíveis, vai além e envolve práticas de informação que influenciam nos campos pessoal, social e profissional (BRUCE, 2002).

A competência em informação é parte do processo educacional e, portanto, um dos direitos do ser humano. Em contrapartida, o documento “Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes” (UNESCO, 2009) aponta que a cobertura dos programas governamentais e não-governamentais continua sendo,



em geral, limitada às necessidades e à demanda efetiva, marginalizando as populações rurais, indígenas e afrodescendentes, migrantes, pessoas com necessidades especiais e privadas de liberdade ao manter e aumentar a exclusão, ao invés de reduzi-la.

Um dos principais temas das agendas de discussões contemporâneas referentes à cidadania e às desigualdades sociais consiste na análise do planejamento, implementação e avaliação das estratégias que visam superar os preconceitos e promover a igualdade e inclusão social. A efetivação da cidadania tem como base o reconhecimento da sociedade como plural e diversa. Esta visão complementa as teorias democráticas tradicionais e amplia as possibilidades de viabilizar meios para a inclusão efetiva das demandas e de seus componentes (COACCI, 2015).

A competência em informação é um dos componentes de emancipação cognitiva do ser humano. Hoje, e, considerando a vulnerabilidade social, a predisposição de localizar informações, assimilá-las e incorporá-las como conhecimento adquirido, seja em âmbito profissional e/ou pessoal tem valor inestimável. A compreensão das diferenças sociais é um dos desafios da sociedade, em esfera global. Em determinados locais do mundo, pessoas morrem de fome e de doenças, enquanto em outros locais as pessoas adoecem por excesso de comida. Apesar das facilidades e amplitude que as TIC trouxeram, houve também “desequilíbrio e exclusão, construindo um conhecimento novo, que vem para despertar em cada um a busca pela mudança” (BARI, 2010, p. 349).

Na perspectiva de Gernot Wersig, as pessoas são indivíduos com déficit de conhecimento a ser preenchido e a Ciência da Informação é o campo do conhecimento responsável por intervir nessa problemática. Em suma, esse contexto atesta a responsabilidade social desta ciência perante as necessidades das demandas, cabendo ao campo o papel de mediação intermediária entre



peças e conhecimento, além de fomentar a ambas as devidas condições de inserção no cotidiano social e, sobretudo, a inserção na sociedade pós-moderna (SANTOS; ARAÚJO, 2011).

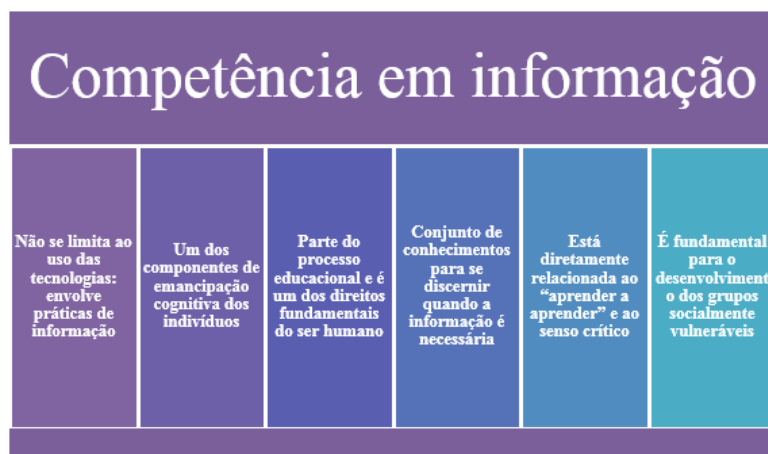
Com o surgimento de uma vasta gama de ciências interdisciplinares, frutos de novos diálogos e construções disciplinares que buscam suprir as demandas sociais, fator propulsor na construção de conhecimento na sociedade do século 21 e a Ciência da Informação considerada de natureza interdisciplinar e social, surgem estudos denotados com tal característica: a competência em informação é uma dessas áreas, se mostrando presente em variados cenários: político, educacional, tecnológico, entre outros (OTTONICAR; VALENTIM; PERES, 2016).

Sob este foco, a contemporaneidade apresenta um desafio mais amplo para a Ciência da Informação: se em princípio, a preocupação era voltada ao desenvolvimento de ferramentas e meios para a recuperação da informação nos suportes disponíveis de conhecimento, e atualmente há a necessidade de educar as pessoas, pois estas têm o direito de usufruir do conhecimento constituído pela humanidade e sistematizado pelas áreas em questão. O conceito e a aplicabilidade da competência em informação se tornam gradativamente interdisciplinares, ocorrendo uma junção de teorias, desde o campo da educação até outros campos da ciência (BARI, 2010).

No quesito educação, a competência em informação está diretamente relacionada ao “aprender a aprender” e ao senso crítico: é o agrupamento da noção e conhecimentos essenciais para se discernir quando a informação é necessária para solucionar um problema ou para a tomada de decisão, tanto quanto unir esta informação exata em terminologias e vocabulário pesquisáveis, para que, na sequência, seja possível localizar as informações de forma eficaz, recuperar, compreender, estruturar e avaliar sua pertinência e compartilhar com outras pessoas (HORTON JR., 2008).



E mais: a pessoa competente em informação sabe a maneira de se beneficiar dos conhecimentos existentes para compreendê-los e integrá-los em seus próprios conhecimentos (LAU, 2007). Nesta confluência, estamos nos referindo não a uma “mera” competência, mas a uma “metacompetência”, revestida de dimensões e de características que a tornam fundamental na sociedade. Para melhor visualização do núcleo característico da competência em informação, o quadro 5 ilustra esta perspectiva.



Quadro 5 – Elementos característicos da competência em informação
Fonte: dados obtidos no estudo.

Como se pode perceber, a concepção da competência em informação se associa à premissa da educação contínua para a aquisição de informação e conhecimento. Para que ocorra o desenvolvimento desta competência nas pessoas, é necessário um aprendizado continuado. Para Silva et al. (2005), o eixo educacional é determinante para a configuração social atual, visto que a educação para a informação deveria ser um viés de política pública para a inclusão, em qualquer âmbito ou instituição que se proponha a este



tipo de iniciativa. E não somente a inclusão digital, mas também a inclusão social das pessoas e, prioritariamente, das minorias/grupos vulneráveis.

É de assinalar que a inclusão social é substancial em se tratando da superação das questões de vulnerabilidade social e informacional. Ser alfabetizado não significa ser letrado. Saber ler e escrever não é sinônimo de, por exemplo, construir um argumento plausível ou localizar um livro num catálogo, entre outras situações. À vista disso, a competência em informação possibilita às pessoas o aprendizado contínuo ao longo da vida, tornando-as capazes para encontrar, avaliar e usar as informações na tomada de decisões ou na resolução de problemas (BUZATO, 2003).

A pessoa competente em informação é potencialmente capaz de constatar quais são suas demandas informacionais, como ordená-las e pô-las em prática, incorporando-as num conjunto de conhecimentos existentes e utilizando-as na solução de problemas (SILVA et al., 2005).

Na esteira da defesa da competência em informação, Paul Zurkowski (1974) já antevia um cenário de mudanças e recomendava que se iniciasse um movimento nacional em direção à competência em informação. Conforme seus preceitos, os recursos informacionais deveriam ser aplicados à resolução de problemas, por meio do aprendizado de técnicas e habilidades no uso de ferramentas de acesso à informação (ZURKOWSKI, 1974).

O movimento da competência em informação iniciado nos Estados Unidos tornou-se um movimento social, percorreu e alcançou diversos países - com a criação de entidades, a realização de encontros profissionais, a implantação de programas e o desenvolvimento de pesquisas que levaram a temática a se constituir num dos assuntos mais discutidos na atualidade. Esse movimento ocorreu em circunstâncias peculiares ao contexto norte-americano,



seguido da evolução das ações educativas noutros cenários, mas que, em suma, desenvolveu-se e se desenvolve até os dias de hoje, ao redor de quatro aspectos: a sociedade da informação, as teorias educacionais, a tecnologia da informação e o profissional da informação (CAMPELLO, 2003, p. 28).

Segundo Varela (2006) a competência em informação, como movimento social, alcançou dimensões mundiais e atualmente volta-se para o aprendizado como processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais, comportamentais e de habilidades necessárias à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica. Observam-se, assim, conexões encontradas entre os conceitos discutidos e uma relação possível entre a competência em informação e a vulnerabilidade social. É o que se apresenta na figura 2.



Figura 2 – A relação entre a competência em informação e a vulnerabilidade social
Fonte: dados obtidos no estudo.

A perspectiva apresentada na figura 2 corresponde ao que se considera a relação entre a competência em informação e a vulnerabilidade social. Cabe ressaltar que a competência em informação na sociedade atual é uma necessidade, porém não está disponível para todas as pessoas. Ser competente em informação vai muito além do simples manuseio dos recursos disponíveis.



Uma das noções de exclusão social e por consequência, de vulnerabilidade, vai de encontro com a competência em informação, ao passo que a exclusão social é vista como um processo em que grupos sociais/pessoas são estigmatizadas e impossibilitadas de participarem plenamente da sociedade, tendo em vista a ausência de habilidades básicas e de meios de aprendizagem ao longo da vida, também como resultado da discriminação (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2003). Dito isto, se justifica o desenvolvimento dessa competência em práticas e pesquisas interdisciplinares.

2.1.2 Competência em informação sob o foco da interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, igualmente como a competência em informação (VARELA, 2006), é vista como um movimento (social) contemporâneo que emerge na perspectiva do diálogo e da integração das ciências e do conhecimento, buscando romper com o caráter de hiperespecialização e com a fragmentação dos saberes. Em princípio, a interdisciplinaridade aparece como preocupação humanista, além da preocupação com as ciências (GOLDMAN, 1979). Na interdisciplinaridade, se propõe uma profunda revisão de pensamento, no sentido da intensificação do diálogo, das trocas, da integração conceitual e metodológica nos variados campos do saber.

Assim, a competência em informação alinha-se aos movimentos sociais (GOHN, 2011) e à interdisciplinaridade, que por meio de mecanismos de aprendizagem e de atores sociais reivindicam questões que tratam dos direitos humanos (acesso à informação) e da autonomia pessoal (independência e liberdade no trato com a informação).

O desenvolvimento da competência em informação vai além das bibliotecas e da biblioteconomia e/ou da Ciência da Informação e, logo, bibliotecários/profissionais da informação se constituem em agentes no apoio a outras organizações/profissionais para estabe-



lecer e elaborar suas políticas de desenvolvimento de competência em informação, bem como seus modelos, programas e projetos. O bibliotecário/profissional da informação tem papel catalisador na perspectiva de consultor externo e amplia seu fazer profissional ao ofertar seus serviços em outros segmentos (LAU, 2007).

Do ponto de vista contemporâneo, a noção de competência em informação incorpora outras aplicabilidades (interdisciplinares), pois a informação “[...] necessita de um contexto para ser compreendida” (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 101). Em perspectiva similar, Koltay (2011) aponta alguns exemplos:

a) habilidades em mídia – habilidades para decodificar, avaliar, analisar e produzir tanto mídias eletrônicas quanto impressas; vislumbra o relacionamento autônomo/crítico com todas as mídias;

b) habilidades visuais – aptidão para discriminar e interpretar ações visíveis, objetos e símbolos, naturais ou produzidos pelo ser humano;

c) habilidades digitais – capacidade para entender e usar a informação de uma variedade de fontes digitais, incluindo pesquisas na internet, o uso de hipertextos e a coleta de informações relevantes e confiáveis;

d) habilidades nas tecnologias emergentes – agilidade para se adaptar continuamente para entender, avaliar e utilizar as emergentes inovações em tecnologia da informação, tornando-a apta a tomar decisões inteligentes ao adotar as mais recentes; e

e) habilidades multiculturais: maestria para reconhecer, comparar, contrastar e apreciar similaridades e diferenças nos comportamentos culturais, crenças e valores dentro e entre culturas.

A Unesco (2013) acredita que a fusão da competência em informação com outras habilidades (interdisciplinaridade) propicia o desenvolvimento pessoal necessário para a modernidade, tendo



em vista o grande volume de dados, informações e mensagens provenientes de diferentes plataformas e/ou provedores de comunicação e informação. A junção construtiva destas habilidades com a competência em informação podem ser utilizadas para conceber, em comum acordo, um conjunto de habilidades necessárias ao ambiente tecnológico. Esta integração pode viabilizar as pessoas a participação ativa na cidadania (UNESCO, 2013).

Posto isto, entende-se a competência em informação como uma metacompetência interdisciplinar: expande o escopo das habilidades tradicionais de informação (determinar as necessidades, acessar, localizar, entender, produzir e utilizar informações) para incluir a produção colaborativa e o compartilhamento de informações em ambientes reais e digitais participativos (colaborar, produzir e compartilhar). Este entendimento requer uma adaptação contínua às tecnologias disponíveis e uma compreensão do pensamento crítico e reflexão necessários para se envolver nesses espaços como produtores, colaboradores e distribuidores, conforme explana a *American Library Association* (ALA, 2016).

A metacompetência, então, trata-se de uma visão renovada e ampliada da competência em informação, sendo um conjunto abrangente de habilidades em que as pessoas são consumidoras e criadoras de informações e tem o direito de participar com êxito em espaços colaborativos. Inclui o envolvimento comportamental, afetivo, cognitivo e metacognitivo com o ecossistema da informação. Além disso, o despertar da metacognição faz da pessoa um ser consciente quanto aos seus próprios processos de pensamento (ALA, 2016). A Unesco (2013) assevera que o desenvolvimento de pessoas metacompetentes é essencial para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade, propiciando à pessoa, à sua comunidade e à comunidade em geral uma ampla gama de habilidades, bem como a participação e inclusão de cidadãos na aprendizagem, governança, economia e cultura.



A Declaração de Havana da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 2012) é apontada como em concordância a tal premissa, apresentando 15 ações com vistas a um trabalho colaborativo e de criação de redes para o crescimento da competência em informação.

Relativo ao estudo, cabe destacar cinco ações propostas que se relacionam: a ação 4. *Procurar que a formação nesta competência seja para todos* discorre que a oferta, promoção e apoio de diferentes opções da formação em competência em informação seja realizada em âmbito de educação formal (curricular, extracurricular) e em educação não formal e contínua (profissionalização, formação cidadã, etc.), objetivando sua presença em organizações sociais, governamentais e outras, sedimentando a importância desta competência na inclusão social e nos processos de capital social (IFLA, 2012).

A ação 9. *Possibilitar espaços e momentos de formação/atualização colaborativa e interdisciplinar* salienta a importância da criação de espaços de formação presencial, à distância, mista ou virtual entre os profissionais da informação, educadores e demais profissionais vinculados as formações desta competência com a finalidade de aperfeiçoamento do fazer profissional em competência em informação, considerando aspectos inerentes (IFLA, 2012).

A ação 11. *Procurar que a formação nesta competência responda às necessidades concretas de informação, segundo as necessidades sociais de cada contexto*, busca conceber espaços de formação com base em iniciativas – modelos, programas – de competência em informação em bibliotecas, instituições de ensino ou demais organizações que formem esta competência, tendo em vista aspectos concretos do cotidiano dos cidadãos, o aumento da sua qualidade de vida ou o exercício do seu direito à informação, tais como: competência em informação e procura de emprego, igualdade entre gêneros, comunicação e socialização das pessoas por meios digitais, etc. (IFLA, 2012).



A ação 12. *Desenvolver temáticas de pesquisa de forma permanente e que fomentem o trabalho colaborativo inter e trans-disciplinar* demanda instaurar temáticas de pesquisa aplicadas que respaldem o crescimento, o desenvolvimento e a avaliação da competência em informação em diferentes contextos, considerando os vários níveis e as didáticas que se busca desenvolver para levar à prática tal formação e que se favoreça o trabalho colaborativo entre professores e educadores, docentes e pesquisadores, bibliotecários e outros profissionais da informação, e demais pessoas que possam apoiar esse processo (IFLA, 2012).

E a ação 15. *Considerar as múltiplas habilidades, promovendo o trabalho conjunto e integrado de diferentes instâncias* tem a intenção de fomentar vínculos e relações colaborativas entre organizações, áreas e demais instâncias, em panoramas diversos, níveis de ensino e âmbitos que atuem com a formação em competências relacionadas direta ou indiretamente com a informação e a sua gestão eficaz, ética e crítica; a fim de estabelecer espaços e modos de formação cuja tendência seja à integração das diferentes competências e letramentos necessários (múltiplas competências) para interagir adequadamente na sociedade da informação (IFLA, 2012).

Na prática, o viés interdisciplinar e social da competência em informação (voltada às minorias – pessoas trans) se solidifica na ação profissional conjunta à população. O próximo subitem discorrerá acerca de quatro pilares considerados fundamentais em que a competência em informação pode se aplicar às pessoas trans: na escola, em movimentos sociais, nas ONGs (Organizações não Governamentais) e na saúde, abordando a noção de *health literacy* como competência em saúde. Tais pilares são considerados essenciais à vida humana, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH):



A PRESENTE DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do **ensino** e da **educação**, por promover o respeito a esses direitos e liberdades [...]. Artigo XXV: 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, **saúde** e **bem-estar** [...]. Artigo XX: 1. Todo ser humano tem direito à **liberdade** de reunião e **associação** pacífica (ONU, 1948, grifo nosso).

A saber, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defendendo a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhecendo que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta (BRASIL, 2009).

2.1.3 Competência em informação na escola, nas ONGs e na saúde

Os direitos humanos são os direitos essenciais a todos os seres humanos, sem que haja discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade ou por qualquer outro motivo (como religião e opinião política). Podem ser civis ou políticos, como o direito à vida, à igualdade perante a lei e à liberdade de expressão. Podem também ser econômicos, sociais e culturais, como o direito ao trabalho e à educação e coletivos, como o direito ao desenvolvimento. A garantia dos direitos humanos universais é feita por lei, na forma de tratados e de leis internacionais, por exemplo, e concretizada pelo direito de uso igualitário de espaços sociais, como a escola (BRASIL, 2009).

Segundo Peres (2009), é necessário compreender que quando uma pessoa trans chega à escola, muito provavelmente ela já viveu conflitos em eixo familiar e comunitário, estando emocionalmente frágil e sem estruturas para enfrentar os processos de estigmatização



e discriminação que a escola em si – juntamente com seus estudantes, professores e demais funcionários – propicia, dada a falta de informação dessas expressões de identidade e suas particularidades.

As vulnerabilidades e hostilidades que as pessoas trans são expostas nas escolas acarretam, em larga escala, a reações violentas, impulsionando a evacuação do ambiente escolar ou a expulsão, o que contribui substancialmente para a marginalização e a prostituição como única forma de sobrevivência. A escola, que primordialmente deveria ser um espaço inclusivo e de acolhimento às diversidades, por vezes descaracteriza essa ideologia e passa a desempenhar outras. Converte-se em “escola-polícia”, “escola-igreja”, “escola-tribunal”, deliberadas por tecnologias atuais de poder consolidadas na padronização corpórea e na estigmatização dos prazeres individuais (PERES, 2009).

Torna-se distante, desse modo, de uma das funções educacionais: preparar as pessoas para o convívio com a pluralidade por meio da produção de sentimentos e ações fraternais, empáticas e equitativas de direitos, valorizando o coletivo e propiciando o acesso à informação, fator primordial às pessoas na construção da cidadania (PERES, 2009).

A estigmatização e as violências em relação às expressões trans (travestis, transexuais e transgêneros) são ocorrentes tanto no espaço escolar quanto nas demais camadas sociais, fato que nos leva ao entendimento sobre a criação de culturas de resistências trans como linhas de fuga, contrapoderes ou resistências em face ao poder normatizador. Tomando como pressuposto a noção de que todas as relações estabelecidas são relações de poder e trazem consigo um contrapoder, uma resistência, entende-se que onde existe poder, existe resistência, e por isso mesmo esta nunca se sobressai em relação ao poder. Foucault (1985) entende as correlações de poder como indissociáveis aos pontos de resistência que



instauram, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de oponente. Tais pontos de resistência são presentes em toda a rede de poder (FOUCAULT, 1985; PERES, 2009).

Na rede do poder encontram-se as resistências: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; existindo somente no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1985). Para Peres (2009) a análise do poder e dessa cultura de resistências podem ser tomados como fatores propulsores na problematização das cenas de estigmatização vividas pelas pessoas trans e do modo como respondem politicamente e constroem estratégias de luta e resistência para a defesa de seus direitos e a construção da cidadania.

Na promoção da cultura da resistência, ser competente em informação pode se converter numa poderosa estratégia de empoderamento²⁸, levando as pessoas trans a principiar um encontro com o poder:

O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido permanecer, é o **ENCONTRO COM O PODER**: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. (FOUCAULT, 2003, p. 207-208, grifo do autor).

28. Nesse sentido, principalmente, o empoderamento deve possibilitar que as relações, individuais ou coletivas, se tornem um elo entre os acontecimentos sociais e a esfera pública, em que a participação de todos possa se converter em resultados que propiciem nas melhorias dos aspectos relevantes para o contexto social (FARIAS; COSTA, 2017).



Essa edificação da cultura de resistência, em se tratando de ambiente escolar, debruça-se no entendimento de Bento (2011) sobre o “heteroterrorismo”, o qual diz respeito ao terrorismo preponderante sofrido pelas pessoas de sexualidade e identidade de gênero *não tradicional*, seja na repreensão por trejeitos, timbre de voz ou determinado comportamento não condizente à sociedade. A escola, muitas vezes, acaba por tornar-se um espaço proliferador desse terrorismo, já iniciado nas relações familiares. O espaço escolar, desse modo, se torna tão opressor que a pessoa trans se sente deslocada daquele meio social, culminando no abandono escolar. As pessoas LGBT+²⁹, em geral, são submetidas a isolamento social, zombaria e agressões por parte de seus colegas. A prática do *bullying* escolar, na forma de apelidos, perseguições, agressões e casos de depressão profunda são alguns dos reflexos da estigmatização vivenciada (BENTO, 2011).

Nesse cenário, constata-se as recorrentes práticas de *bullying* homofóbico: é o tipo de *bullying* motivado pela orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida do oprimido. Para a Unesco (2013b), o *bullying* homofóbico é um assunto importante para a área de educação, e seu enfrentamento pode ser desafiador, especialmente em contextos em que a identidade LGBT+ torna-se assunto delicado ou ilegal, tendo alguns países conseguido avançar mais que outros (UNESCO, 2013b).

Entretanto, em muitos países já existem políticas e intervenções para prevenir e lidar com o *bullying* em contextos educacionais e que podem propiciar efetivas mudanças no desenvolvimento de ações de enfrentamento ao *bullying* homofóbico. Existem, ainda, boas práticas que podem ser aplicadas de modo universal, não importando o contexto (UNESCO, 2013b).

29. O + representa os inúmeros outros grupos de minorias sexuais e de gênero que tornariam o acrônimo muito longo para uso prático. Há controvérsias quanto ao uso, porém atesta-se que muitas ONGs e estudiosos aderiram à sigla LGBT. Disponível em: <http://www.urbandictionary.com/define.php?term=LGBT%2B>. Acesso em: 15 set. 2017.



A prática do *bullying* homofóbico pode ter efeitos adversos na saúde mental e psicológica dos que sofrem, além do impacto negativo no desenvolvimento educacional. Há uma nítida associação entre *bullying* homofóbico na escola e depressão, ansiedade, perda de confiança, retração, isolamento social, sentimento de culpa e distúrbios do sono. Alunos que são alvo de *bullying* homofóbico na escola têm maior probabilidade de pensar em se automutilar – e maior probabilidade de cometer suicídio – que os jovens em geral (UNESCO, 2013b).

A educação é um dos fatores-chave no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e aumento das oportunidades sociais. Frequentar o espaço escolar é igualmente importante para o desenvolvimento social e psicológico dos jovens. Para tanto, é importante propiciar aos estudantes um ambiente seguro e estruturado, com apoio emocional e oportunidades para interagir com seus colegas (UNESCO, 2013b).

O direito à educação foi legitimado pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e foi consagrado no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e na Convenção da UNESCO contra a Discriminação na Educação. O direito à educação sem discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero foi concretizado nos Princípios de Yogyakarta (UNESCO, 2013b).

No Brasil, a noção da escola como ambiente de transformação social para as pessoas trans ainda é deveras utópica: o papel reformador da escola encontra-se na eliminação do preconceito, estigmatização e patologia da sociedade com essa população. Para tal, é necessária a reeducação de professores, estabelecimento de políticas de conscientização, criação de grupos escolares de discussão sobre questões de gênero, etc. Atualmente, são poucas as medidas institucionais que visam a debater o problema e aumentar



a diversidade na escola, e elas são quase em sua totalidade atitudes pontuais de professores progressistas que muitas vezes, sofrem repressões por suas atitudes. A ressignificação do espaço escolar deve consistir na promoção e efetivação de um ambiente seguro, saudável e confortável para que as pessoas trans possam receber educação de qualidade e possuir outras opções além da prostituição, constituindo uma nova mentalidade coletiva para se desestruturar os preconceitos fundamentados socialmente (PERES, 2009).

Beluzzo e Feres (2016) apontam como requisitos necessários para o contexto brasileiro a existência de espaços participativos e de intercâmbio, mediante práticas pedagógicas e informacionais baseadas na filosofia educacional equitativa; e a garantia de acesso e uso da informação para geração do conhecimento aos grupos vulneráveis, incluindo o desenvolvimento da competência em informação voltada à escola e ao desenvolvimento social. O apoio do corpo escolar é fundamental na construção da cultura de resistência para as pessoas trans, a qual vem mostrando-se como prerrogativa na busca de visibilidade dessa população. Tal construção é fruto da organização social e política, cada vez mais presente em conselhos municipais, estaduais e federais, apontando as reivindicações da população e propondo soluções para o enfrentamento dos estigmas e preconceito vividos em todo o cenário social (PERES, 2009).

Tendo em vista os aspectos apresentados até aqui sobre o papel da escola e a necessidade da “cultura de resistência” aos estigmas e preconceitos enfrentados pelas pessoas trans, percebe-se que há convergência com a dimensão política da competência em informação, proposta por Vitorino e Piantola (2011): compreende-se, nesta conjuntura, o homem enquanto ser social, membro de uma comunidade/sociedade, a cidadania, as relações entre homem/sociedade, a questão do Estado/governo e a emancipação de seu destino, não admitindo ser objetificado (VITORINO; PIANTOLA, 2011; DE LUCCA, 2015).



Demo (1996) aclara a reflexão anterior ao apontar o entendimento de “politicidade” para designar o confronto político imposto entre incluídos e excluídos, em que não se fala apenas da disputa material, mas, principalmente, a habilidade de conduzir autonomamente seu próprio destino. Dessa maneira, enquanto o oprimido aguardar sua libertação pelas mãos do opressor, não terá independência alguma de sua própria vida, já que o oprimido não é aquele apenas desprovido de bens materiais; é principalmente aquele incapaz de se autogovernar. O oprimido não pode se diminuir a simples condição de beneficiário de objetos e bens porque isso não desata o nó mais sólido dessa dinâmica: ser massa de manobra.

À vista disso, toda estratégia de combate à pobreza supõe que o pobre se torne sujeito crucial da alternativa. Enquanto for artefato impotente, estará à mercê de forças políticas que não domina e, muitas vezes, sequer as compreende. O conceito de “desenvolvimento como oportunidade” já acena para esta dimensão e, não por acaso, o indicador primeiro é a educação. A guinada mais efetiva dessa conceituação foi mudar a perspectiva de análise para dimensões políticas (cidadania), mais do que para dimensões materiais (DEMO, 2010).

A concretização da cidadania se dá quando as pessoas estão aptas e motivadas para exercer seus direitos e deveres em conformidade à comunidade e ao Estado, participando ativamente da vida pública. Logo, existe a interação direta entre a cidadania e a política. Ao se falar de “homem político”, deve-se considerar o sentido da dimensão da competência em administrar o próprio caminho histórico, mudando a natureza, as relações sociais e com consciência pessoal: tem conhecimento das divergências e busca resoluções; não quer ser objeto, assume as rédeas de seu próprio destino (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 106).



Nesse sentido, a dimensão política da competência em informação (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 106) refere-se ao atual crescimento das sociedades democráticas e à constante oferta de produtos informacionais, despertando nos governos de diversos países o incentivo aos programas de competência em informação para seus cidadãos, “visando à sua participação nas decisões e nas transformações referentes à vida social, ou seja, ao exercício de sua cidadania”.

A promoção de espaços de discussões e agendas de pesquisas e estudos que possam colaborar para a promoção da saúde, dos direitos humanos e da construção da cidadania enquanto direito de participação social e política nas tomadas de decisões da sociedade como um todo das pessoas trans se alinha às outras dimensões da competência em informação: dimensão técnica, dimensão ética e dimensão estética (PERES, 2009; VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Em síntese, a dimensão técnica diz respeito à aquisição das habilidades e dos instrumentos para encontrar, avaliar e utilizar de modo apropriado a informação de que se necessita: é o fazer da competência em informação; a dimensão ética é a dimensão fundante que permeia também a trajetória de vida em sociedade da pessoa, está presente nos bons costumes que preservam o bem viver dentro do contexto social; e a dimensão estética é a dimensão sensível, ao revelar-se como a dimensão da vida, relativa aos sentimentos e às percepções pessoais, que não pode ser explicitamente formulada pelos produtos da razão (DE LUCCA, 2015).

Estas dimensões expressam faces que se unem para que tal competência seja desenvolvida plenamente: “é uma espécie de “retalho” de um patchwork complexo e colorido” em que partes são unidas com um fim: a competência em informação. Assim, o desenvolvimento de todas as dimensões é basilar: “todas devem estar presentes em harmonia tanto na competência quanto na infor-



mação, pois juntas e em equilíbrio tendem a favorecer o desenvolvimento [...] da competência em informação [...]” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 102).

Acredita-se que o desenvolvimento da competência em informação em outros cenários, como em ONGs são de importante valia e surgem por meio do desenvolvimento de habilidades autônomas e motivacionais para a educação. A competência em informação, em sentido similar, tem características de surgimento por vias motivacionais. A motivação relaciona-se, nesse cenário, à autoeficácia do desenvolvimento desta competência. Nesta ótica, a motivação insere-se na teoria da autodeterminação, em que para se tornarem mais autodeterminadas e motivadas, as pessoas necessitam ser apoiadas em prol de suas ações – livrando-se da ansiedade e/ou da culpa. Se identificadas a importância interna de suas ações ou compreender os motivos de uma ação, as pessoas se sentiram motivadas a desenvolverem a competência em informação (MAYBEE; FLIERL, 2016).

A teoria da autodeterminação sugere que as atividades de motivação satisfaçam três necessidades psicológicas básicas e inter-relacionadas: autonomia, relacionamento e competência. Os ambientes/profissionais que apoiam essas necessidades psicológicas têm efeitos positivos sobre a dedicação, o engajamento e a realização das pessoas. Desenvolver ambientes de apoio e aprendizagem que facilitem às pessoas a se aproximarem do comportamento autodeterminado requer tais necessidades psicológicas pré-estabelecidas (MAYBEE; FLIERL, 2016).

A autonomia é definida como sentimento de escolha dentro de uma estrutura, em que as pessoas sentem que as ações emanam delas. O relacionamento é categorizado como um sentimento de pertença e conexão com os demais, assim como com o conteúdo do assunto. A competência é definida na compreensão do conteúdo e



na capacidade de desenvolvimento das habilidades relevantes para o êxito. Em suma, as pessoas têm maior probabilidade de internalizar e captar os objetivos de aprendizagem e, portanto, se tornarem autodirigidas, motivadas e autônomas (ter o controle sobre o que fazem), com bom relacionamento (com as outras pessoas e com o conteúdo do assunto) e competentes (capazes de terem êxito) (MAYBEE; FLIERL, 2016).

Com tal característica, as ONGs podem também orientar-se por possibilitar condições para que uma população que não consegue se expressar por si e agir em sua própria defesa passe a se fortalecer e atuar com autonomia, afirmando seus próprios interesses e tomando decisões. Segundo Oliveira e Haddad (2001), na América Latina as ONGs são consideradas uma classe especial de organizações dedicadas ao “desenvolvimento participativo e sustentável e à construção e defesa de direitos” e “não se confundem com entidades comunitárias e de autoajuda, com centros de pesquisa, fundações e entidades filantrópicas de corte tradicional” (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 63).

Além do mais, a atividade das ONGs comporta forte viés educacional e, de certo ponto de vista, toda a sua atividade é educacional. Neste sentido, as ONGs estão educando quando fazem denúncias de exploração do trabalho infantil, mobilizam para manifestações contra o pagamento da dívida pública, distribuem informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, debatem a proteção às mulheres pela previdência social, articulam segmentos em torno da urbanização de favelas, servem como rede de apoio às populações vulnerabilizadas socialmente, etc. (GHANEM, 2012).

A predisposição para agir em virtude do benefício dos demais cada vez mais tem se associado com interesses particulares, tal como o aperfeiçoamento de currículo e vivência profissional dos envolvidos no trabalho voluntário. Desse modo, o terceiro



setor/ONG são termos que abrangem o mundo da política, da militância, da cidadania onde se destaca o seu papel na construção de espaços públicos e na consolidação da democracia (OLIVEIRA; ROCHA-PINTO, 2010).

Em conformidade com Montañó (2002), a terminologia “terceiro setor” é construída a partir de um recorte social de três esferas: o Estado enquanto “primeiro setor”, o mercado sendo o “segundo” e a sociedade civil representada pelo “terceiro setor”. A noção de terceiro setor, na qual se encontram as ONGs, incluem as organizações privadas que perseguem fins públicos e que procuram não se restringir nem à lógica do mercado nem à do governo. À vista disso, o terceiro setor surge na busca pela resolução do problema de dicotomia entre o público e o privado (VERGARA; FERREIRA, 2005; MONTAÑO, 2002).

Esta terminologia se expande especialmente nas décadas de 1980 e 1990, a partir da necessidade de superação da dualidade entre público e privado, assim como na equiparação da relação pública e estatal. No contexto brasileiro, as organizações de terceiro setor atuam na realização de atividades que poderiam estar subordinadas aos deveres do Estado – como educação, saúde pública e assistência social, ao mesmo tempo a funções que, teoricamente, deveriam ser responsabilidade de agentes sociais e econômicos – como oportunidades de emprego, formação e desenvolvimento profissional (FISCHER; FALCONER, 1998).

Historicamente, o terceiro setor brasileiro se edificou como uma conjuntura organizacional diferenciada, no seio do processo de redemocratização, consolidando o trabalho de inúmeros grupos formais e informais que atuavam em variados nichos, que iam desde a mobilização civil para assegurar direitos/ou promover reivindicações, até atividades estruturadas de atendimento às necessidades específicas dos vários segmentos carentes da população. Constituído



por múltiplas tendências ideológicas, ele nasceu com um componente de “politização” que, praticamente substitui o componente filantrópico do setor nos Estados Unidos (FISCHER; FALCONER, 1998).

Mello e Valadão Junior (2008) inferem que as atividades relativas ao terceiro setor estão ligadas sumariamente ao trabalho voluntário, bem como àquelas com fins associativos. Em síntese, são ações que emergem da sociedade civil com o objetivo de gerar o bem comum. No Brasil, este movimento surge em vistas a uma resposta aos problemas sociais, marcado pelo aumento das desigualdades e vulnerabilidades sociais, num plano de exclusão social e da pressão social por resoluções em diversas realidades para as mais diferentes questões, ocupando espaços que eram acessíveis exclusivamente ao Estado (AZEVEDO, 2008).

Esse panorama se constitui com fundamento em alguns fatores, tais como a crescente das políticas sociais para o poder local, a articulação da sociedade civil e organizações representativas de interesses, a ascensão dos movimentos sociais institucionalizados, o investimento de organismos internacionais, entre outros, em projetos e iniciativas em prol dos menos favorecidos. As ONGs, ou o terceiro setor, ocupam um espaço do “público, porém privado”, num plano em que o bem-estar social é responsabilidade de toda a sociedade (AZEVEDO, 2008).

É necessário também distinguir o trabalho de ONGs e das entidades filantrópicas: enquanto a filantropia estaria ligada a uma ação altruísta e desprendida, as ONGs, por sua vez, teriam como proposta a promoção não da filantropia, mas do desenvolvimento social – ação tradicionalmente atribuída ao primeiro setor. Consideram-se as “verdadeiras” ONGs aquelas que auxiliam a sociedade a buscar alternativas de desenvolvimento e de superação de suas mazelas sociais. Além disso, a representação social de ONGs muitas vezes está ligada a ideias de conotação positiva como:



“ajuda, sociedade, ação social, solidariedade, organização, ação prática, defesa de interesses, participação alternativa, bem-estar” (VERGARA; FERREIRA, 2005, p. 1153).

Barreto (1999, p. 2), conceituando a informação como “uma estrutura significativa com competência e intenção de gerar conhecimento no ser [...] possibilitando desenvolvimento e bem-estar”, a relaciona diretamente com o bem-estar social. Esse entendimento é visto na dimensão estética da competência em informação, conforme Orelo e Vitorino (2012, p. 51) argumentam: sendo o homem um ser social e vivendo em comunidade, cujas experiências vividas se dão no contato com o outro, a Estética aqui se conecta “à sensibilidade social, ou seja, se reflete na cidadania, na solidariedade, na generosidade e no bem estar do indivíduo e do coletivo”.

Compreender a relação ONGs/Estado é também relevante, visto que as ONGs estão cada vez mais envolvidas na formação de políticas públicas e vistas como mantenedoras das responsabilidades sociais que o Estado estaria abandonando. As ONGs com propósitos sedimentados na promoção dos direitos humanos e da democracia procuram contribuir para o redirecionamento e o fortalecimento em educação e saúde. Contudo, quer educando ou influenciando em outros direitos humanos, o caráter privado das ONGs as coloca no centro de grandes desafios: a realização do direito à educação e à saúde (VERGARA; FERREIRA, 2005; GHANEM, 2012).

Outro eixo que pode ser vinculado a interdisciplinaridade da competência em informação – às pessoas trans – é a noção de *health literacy*, aqui utilizada como competência em saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) a define como o conjunto de habilidades cognitivas e sociais e a capacidade das pessoas no acesso a compreenderem e a usarem informação de forma que promovam e mantenham a boa saúde. É a capacidade para tomar decisões em saúde fundamentadas, no cotidiano – em casa, na



comunidade, no local de trabalho, no mercado, na utilização do sistema de saúde e no contexto político; possibilitando o aumento do controle das pessoas sobre a sua saúde, a sua capacidade para procurar informação e para assumir responsabilidades (SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

A competência em saúde inclui habilidades básicas em saúde, que facilitam a adoção de comportamentos protetores da saúde e de prevenção da doença, bem como o autocuidado; habilidades do doente, para se orientar no sistema de saúde e agir como um parceiro ativo dos profissionais; habilidades como consumidor, para tomar decisões de saúde na seleção de bens e serviços e agir de acordo com os direitos dos consumidores, caso necessário; e as habilidades como cidadão, por meio de comportamentos informados como o conhecimento dos seus direitos em saúde, participação no debate de assuntos de saúde e pertença a organizações de saúde e de doentes (INSTITUTE OF MEDICINE, 2003).

Assim como a *information literacy*, o termo *health literacy* foi introduzido na década de 1970, mostrando-se de suma importância na saúde pública e aos cuidados de saúde. Preocupa-se com as capacidades interpessoais no atendimento às complexas exigências da saúde em uma sociedade moderna. A competência em saúde implica em pôr a própria saúde, a de familiares e a da comunidade em contexto, entendendo quais fatores influenciam essa dinâmica e a noção de como abordá-los. Uma pessoa com um nível adequado de competência em saúde tem a capacidade de assumir a responsabilidade pela própria saúde, bem como pela saúde familiar e pela saúde da comunidade pertencente (SORENSEN et al., 2012).

É importante distinguir a competência em saúde das competências em geral. Segundo a Unesco, a palavra “competente” – ou alfabetizado – deveria ser “familiarizada com a literatura” ou, em termos gerais, “bem educada, aprendida”. Embora mantendo o seu



significado mais amplo de ser bem informado ou educado em uma área específica, no final do século 19 também veio se referir às habilidades para ler e escrever (SORENSEN et al., 2012).

Nos últimos anos, o foco também está se ampliando para que a competência em saúde não se refira apenas à transformação individual, mas também à transformação contextual e social em termos de vínculo entre competência em saúde e crescimento econômico, mudança sociocultural e política. A competência em saúde, desse jeito, se debruça nos princípios da competência em informação se vislumbrada como componente central de aprendizagem ao longo da vida. A boa saúde envolve reduzir os níveis de insucesso escolar, reduzir a insegurança e o desemprego e melhorar as condições de vida. As sociedades que permitem aos cidadãos ter um papel socialmente ativo, econômico e cultural serão mais saudáveis do que aquelas cujos cidadãos enfrentam a insegurança, a exclusão e a carência (SORENSEN et al., 2012; OMS, 2004).

À vista disso, a competência em saúde pode e deve ser uma responsabilidade compartilhada entre os diversos setores e atores sociais. Buscando sintetizar o exposto acerca dos três pilares apresentados – escola, ONGs e (a competência em) a saúde – a figura 3 aponta alguns elementos característicos da aplicabilidade interdisciplinar da competência em informação às pessoas trans:



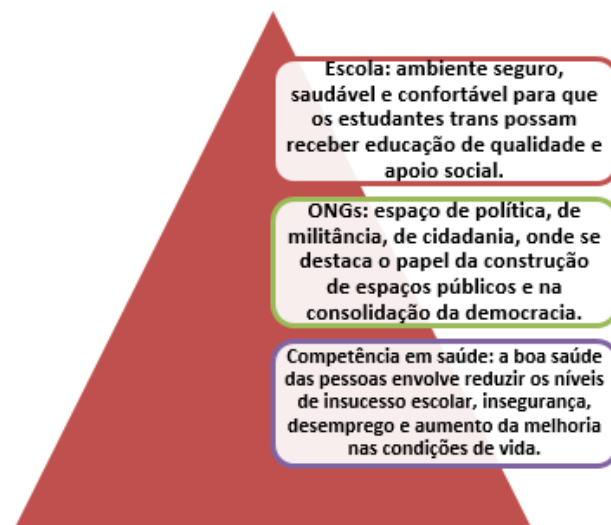


Figura 3 – Os três pilares da interdisciplinaridade da competência em informação às pessoas trans. Fonte: dados obtidos no estudo.

Por meio da figura 3 e dos elementos apresentados, pode-se inferir que a competência em informação e dos profissionais responsáveis por cursos, programas ou ensino desta competência – em se tratando principalmente de minorias sociais e grupos vulneráveis, como as pessoas trans – converte-se de um movimento social para um movimento social interdisciplinar que pode se instaurar em novo espaço público, seja digital ou urbano, espaço este de comunicação autônoma e competente (em informação) (CASTELLS, 2013).

Diz-se isso pois a competência em informação como um movimento interdisciplinar e se institucionalizada nos pilares da escola, das ONGs e da saúde – e outros, pode constituir uma nova mentalidade nas comunidades abrangidas. Quando se discute sobre o desenvolvimento de comunidade, pensa-se na questão da organização de grupos sociais, motivando nessa conjuntura a consciência cultural e cognitiva, com vistas à promoção individual e identitária. É importante entender a comunidade dentro da questão das



potencialidades, podendo estar no pilar do desenvolvimento ou no pilar da ignorância. Desse modo, conscientizar e mobilizar a comunidade são partes fundamentais no processo de desenvolvimento social e cognitivo (DEMO, 1996).

Nesta acepção, o envolvimento social é tão necessário para o triunfo cognitivo dos seres humanos quanto os fatores físicos; e não obstante, a condição humana vem apresentando melhorias ao longo do tempo (PINKER, 1998). Muitas iniciativas estão vinculadas a esse prisma, e os novos movimentos sociais permitem que grupos estabeleçam novas práticas sociais e possam agir em virtude de outro que teria menos capacidade de ação se o realizasse por conta própria (AZEVEDO; GASQUE, 2017).

Por conseguinte, pode-se afirmar que a competência em informação é permeada pelo conceito de participação. Segundo Demo (1996), participação é conquista ao entendimento que é um processo, infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Participação, assim, é essencialmente uma constante, existindo enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente ou acabada.

Participação não pode ser compreendida como dádiva, como concessão, como algo preexistente. Como dádiva, não pode ser compreendida porque não seria algo conquistado, nem realizaria o fenômeno da autopromoção, cuja característica principal se respalda numa política social centrada nos próprios interessados; seria uma participação tutelada, vigente e fragmentada, com delimitação de espaços. Como concessão, não pode ser compreendida porque não é fenômeno residual ou subalterno da política social, mas um de seus eixos fundamentais. Como algo preexistente, não pode ser compreendida porque o espaço de participação não é o primeiro passo, ou algo que surge aleatoriamente (DEMO, 1996).

As propostas participativas, por sua vez e em muitas vezes, são canais para camuflagem de novas e sutis repressões. Iniciativas



governamentais, por exemplo, são exponencialmente repressivas. Desse modo, quem crê em participação, estabelece uma disputa com o poder – um encontro com o poder (FOUCAULT, 1985), pautando-se na redução da repressão. Para realizar a participação, é preciso defrontar o poder, partir dele, e então, abrir os espaços de participação, numa edificação “[...] arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro” (DEMO, 1996, p. 20).

Participação, então, não é a ausência, superação ou erradicação do poder, mas outra forma de poder. Trata-se de outro modo de intervenção da realidade, sendo uma forma que passa por duas vias cruciais: pela autocrítica, que reconhece suas tendências impositivas, e pelo diálogo aberto com os interessados, superados os papéis sociais de objeto, clientela, alvo (DEMO, 1996).

No caso das minorias, a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo rígido de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses adversos. Não se deve enfeitar ou banalizar esse processo, ainda que em si não precise ser violento, porém nos casos de desigualdade extrema, incertamente se escapará da violência, visto que já está alocada no cerne processual (DEMO, 1996).

Podemos dizer que, possivelmente, a violência estrutural seja o componente deste processo mais sentido pelas pessoas trans. Minayo (2001) entende a violência estrutural como os comportamentos de estruturas organizadas e institucionalizadas (família, sistemas econômicos, culturais, políticos, etc.) que oprimem grupos, classes, nações e pessoas, sendo negadas conquistas da sociedade para esses oprimidos e tornando-os mais vulneráveis ao sofrimento e a morte. Para Boulding (1981), trata-se de modalidade de violência não-física que traz, igualmente, efeitos colaterais profundos às práticas de socialização, bem-estar, expressão pessoal/identitária e de liberdade individual.



Cabe apontar que a referida liberdade só é verdadeira quando conquistada. Bem como a participação, sendo essa a noção que fundamenta a dimensão básica da cidadania. Há, igualmente, direitos e deveres dentro do escopo da participação. E possivelmente, não esteja em nossos hábitos a participação. Muitas vezes, torna-se mais prático receber coisas dos outros, o que constata uma situação provocada por uma sociedade autoritária, na verdade (DEMO, 1996).

A ausência de desenvolvimento da competência em informação também é uma forma de autoritarismo e repressão social. Sua interdisciplinaridade, então, pode e deve tornar-se um poderoso aliado no desenvolvimento da cidadania de minorias. Para a Unesco (2016), é primordial a discussão e o entendimento da igualdade de gênero, pois diante dos avanços tecnológicos e informacionais, a competência em informação é potencialmente capaz de apoiar o desenvolvimento sustentável mundial. É necessário vislumbrar além das tecnologias, em direção a um processo mais crítico, focalizado nas pessoas (UNESCO, 2016; DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

Sob a ótica da Unesco (2016), a interdisciplinaridade da competência em informação se denota na premência do trabalho colaborativo entre educadores, profissionais de áreas correlatas, bibliotecários e especialistas em informação, jornalistas e outros profissionais de mídia, museus, arquivos e editores na garantia que todas as pessoas tenham acesso a informações confiáveis e com qualidade garantida; no incentivo à alfabetização continuada para a avaliação crítica e reflexiva de informações e na conscientização sobre manipulações e informações de caráter duvidoso – *fake news*; bem como permitir a todos participarem da vida política e social em uma sociedade igualitária; além do estabelecimento de padrões democráticos para a competência em informação, nos currículos de todos os níveis educacionais – garantindo os não-tradicionais (UNESCO, 2016).



Entretanto, por mais que instituições compreendam o nível de autoridade representada pelas organizações internacionais e nacionais que militam nesta frente, apresentando boas intenções, não necessariamente estas alcançam as demandas sociais existentes (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017). Desse modo, o próximo subitem discutirá a questão do desenvolvimento da competência em informação nas minorias, em especial às pessoas trans e as questões que rondam este cenário.

2.1.4 O desenvolvimento da competência em informação nas minorias

Antes de alcançar a compreensão sobre o desenvolvimento da competência em informação nas pessoas, em se tratando singularmente das minorias, é necessário destacar alguns pontos sobre a construção da identidade na sociedade contemporânea. Castells (2006) entende por identidade a fonte de significado e conhecimento de um povo. Nessa lógica, não existe povo sem nomes, idiomas ou culturas no sentido que alguma forma distintiva entre o eu e o outro, nós e eles, não seja disposta. O autoconhecimento, como uma construção constante, nunca está completamente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos delimitados, pelos demais (CALHOUN, 1994).

Em relação aos atores sociais, a identidade é entendida por meio do processo de construção de significado assentado num atributo cultural, ou ainda um conjunto de características inter-relacionadas, prevalecendo sobre demais fontes de significado. Para determinada pessoa ou ainda um ator coletivo, pode se apresentar múltiplas identidades (CASTELLS, 2006).

Entretanto, essa multiplicidade identitária é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social. Isso se deve ao fato do estabelecimento necessário na distinção entre a identidade e o que a perspectiva sociológica tem chamado



de papéis e conjuntos de papéis. Os papéis são determinados por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais, como por exemplo, ser trabalhador, vizinho, militante, estudante de alguma ciência, frequentador de determinada igreja e fumante, simultaneamente. Já as identidades são fontes de significado para os próprios atores, oriundas deles e edificadas por meio de um processo de individuação (CASTELLS, 2006).

Em outros termos, pode-se dizer que identidades organizam significados, e papeis organizam funções. O significado é a identificação simbólica de um ator social da finalidade da ação praticada por este e para a maioria destes, na sociedade em rede, o significado se organiza em torno de uma identidade inicial (uma identidade que designa as demais) autossustentável ao longo do tempo e espaço. Na perspectiva sociológica, toda e qualquer identidade é construída, segundo Castells (2006).

Entretanto, o cerne da questão identitária se refere a como, a partir de quê, por quem, e qual o intuito desse acontecimento. Considerando que a edificação identitária se vale de recursos históricos, geográficos, biológicos, coletivos e individuais, pelos aparatos de poder e religiosos, esses recursos são subseqüentemente processados pelas pessoas, grupos sociais e sociedades, que realinham seu significado em detrimento de tendências sociais e projetos culturais intrínsecos à sua estrutura social, assim como em sua visão de espaço/tempo (CASTELLS, 2006).

Visto que a edificação social da identidade sempre ocorre num contexto pautado por relações de poder, Castells (2006) apresenta três formas e origens de edificações identitárias: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. A identidade legitimadora é difundida pelas instituições dominantes da sociedade visando à expansão e racionalização autoritarista para com os atores sociais. Como resultado, a



identidade legitimadora resulta em uma sociedade civil, incluindo um conjunto de organizações e instituições *comandantes* dos atores sociais estruturados e organizados, que, ainda de forma conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. Curiosamente, esta é a concepção original de sociedade civil, cuja composição inclui certos “aparatos”, como igrejas, sindicatos, partidos, cooperativas, entidades cívicas, entre outras, que por um lado, estendem a dinâmica estatal e, por outro, estão imersamente enraizadas entre as pessoas (CASTELLS, 2006, p. 25).

É essa dualidade da sociedade civil que a constitui num terreno fértil de transformações políticas, juntamente pela continuidade da relação entre as instituições da sociedade civil e os aparatos de poder de Estado, constituídos em vistas de uma identidade semelhante (cidadania, democracia, politização da transformação social, restrição do poder ao Estado e às suas ramificações, etc.). Assim, possivelmente onde há democracia e civilidade, há dominação camuflada e legitimação de identidade imposta, padronizadora e homogênea (CASTELLS, 2006, p. 25).

O segundo tipo de edificação identitária, a identidade destinada à resistência, é elaborado por aqueles que se encontram em posições/condições desvalorizadas, estigmatizadas pelo sistema de dominação, construindo culturas de resistência e sobrevivência com base em princípios distintos ou opostos dos prescritos pelas instituições sociais. Na identidade destinada à resistência, observa-se a formação de comunidades e é possivelmente o tipo mais importante de edificação identitária em plano social. Ademais, ele origina

[...] formas de resistência coletiva diante de uma opressão, que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades, que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência. Por exemplo, [...] o fundamentalismo religioso, as comunidades territoriais, a auto-afirmação nacionalista ou



mesmo o orgulho de denegrir-se a si próprio, invertendo os termos do discurso opressivo (como na cultura das “bichas loucas” de algumas das tendências do movimento gay), são todas manifestações do que denomino **exclusão dos que excluem pelos excluídos**, ou seja, a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência. Nesse caso, surge uma questão quanto à comunicabilidade recíproca entre essas identidades excluídas/excludentes. A resposta a essa questão, que somente pode ser empírica e histórica, determina se as sociedades permanecem como tais ou fragmentam-se em uma constelação de tribos, por vezes renomeadas eufemisticamente de comunidades (CASTELLS, 2006, p. 25-26, grifo do autor).

Já a identidade de projeto ocorre no momento em que as pessoas, atores sociais, valendo-se de qualquer material cultural disponível, edificam uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e ao executá-lo, de buscar a transformação da conjuntura social que lhes cerca. Como exemplo, cita-se o feminismo que se contrapõe às resistências de identidade e dos direitos da mulher para com a estrutura autoritária socialmente prevalecente. Neste cenário, a edificação da identidade consiste em um projeto de vida diferente, hipoteticamente respaldado em uma identidade oprimida, porém expandindo-se na transmutação social como extensão desse projeto de identidade, tal como o exemplo citado anteriormente (CASTELLS, 2006).

Em relação às identidades minoritárias, a ONU as classifica como grupos socialmente vulneráveis compostos por “mulheres, crianças, pessoas com deficiências, pessoas idosas, minorias, refugiados, populações indígenas, pessoas em extrema pobreza [...] ou pessoas com HIV/AIDS” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002, p. 4-5). Minorias estas em que se incluem as pessoas trans.

Para Cabral (2005), o termo minoria exprime um sentido de inferioridade quantitativa e está em oposição à noção de maioria. É uma noção relevante para o modelo clássico de democracia. Neste sistema, é apontado que se prevalece à vontade da maioria, porém



isso consiste somente para uma justificativa quantitativa. Em plano qualitativo, a democracia “[...] é um regime de minorias, porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir. Minoria é, aqui, uma voz qualitativa” (CABRAL, 2005, p. 1).

Assim, a ideia contemporânea de minoria relaciona-se à perspectiva de ação ou intervenção nas medidas decisórias do “[...] poder àqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social”. São consideradas minorias os negros, as pessoas LGBT+, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, entre outros (CABRAL, 2005, p. 1). Cabral (2005) aponta as características básicas de uma minoria, segundo o quadro 6:

Vulnerabilidade jurídico-social – O grupo dito minoritário não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente. Por isso, pode ser considerado “vulnerável”, diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas. Donde sua luta por uma voz, isto é, pelo reconhecimento societário de seu discurso.

Identidade *in statu nascendi* – Do ponto de vista de sua identificação social, a minoria apresenta-se sempre *in statu nascendi*, isto é, na condição de uma entidade em formação que se alimenta da força e do ânimo dos estados nascentes. Mesmo quando já existe há muito tempo, a minoria vive desse eterno recomeço. Por exemplo, nos Estados Unidos os negros já puderam ser caracterizados como minoria, mas resta determinar o seu status atual na luta contra-hegemônica.

Luta contra-hegemônica – Uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio sem objetivo de tomada do poder pelas armas. Nas democracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” dessa luta. Há até mesmo o risco de que as ações minoritárias possam ser empreendidas apenas em virtude de sua repercussão midiática, o que de algum modo esvaziaria a possível ação no nível das instituições da sociedade global.

Estratégias discursivas – Estratégias de discurso e de ações demonstrativas (passeatas, invasões episódicas, gestos simbólicos, manifestos, revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet) são os principais recursos de luta atualmente.

Quadro 6 – Características básicas de uma minoria
Fonte: Cabral (2005, p. 2).



Consoante ao exposto no quadro 6, as minorias têm relação direta com a vulnerabilidade, no sentido de serem “abstraídas” por vezes pelas instâncias estatais, e com a opressão, por não ser pertencente a dado grupo hegemônico; sendo assim, são componentes de um grupo socialmente oprimido, parte de uma minoria. Baylão (2001) define a opressão como uma relação que descreve a interação entre dois sujeitos, dos quais um é o oprimido e o outro é o opressor. Trata-se, então, de uma relação condicionada por uma estrutura social que existe factualmente num determinado local e num dado momento, e assim, emergem os grupos que se encontram em situação de subordinação, os denominados grupos socialmente oprimidos.

Os grupos socialmente oprimidos podem ser divididos em dois grandes grupos: as classes sociais subordinadas e as minorias. Essa divisão leva em conta a medida do envolvimento destes grupos com a totalidade do sistema social, quer dizer, o grau de importância deles para a caracterização e manutenção das estruturas mais densas daquela formação social em particular. Para os propósitos deste estudo, nos interessa tratar da conceituação e da ênfase do grupo minoria, mais adequado às pessoas trans. As minorias abrigam os grupos socialmente oprimidos, fazendo parte da relação oprimido/opressor, surgindo a partir da distinção das classes sociais subordinadas nas sociedades modernas (BAYLÃO, 2001).

Por esse ângulo, o conceito de minoria, aqui, não revela uma relação numérica entre o número de elementos de grupos de uma dada sociedade; pelo contrário, em muitas vezes os grupos considerados minoritários poderão constituir-se numa maioria numérica. Esta noção baseia-se, no caso, nas relações de violência econômica, simbólica e material que se constituem, na história, entre dois grupos, relações estas que determinarão a opressão de um grupo por outro (BAYLÃO, 2001).



Os termos “maioria” e “minoría” descrevem, em última instância, a situação de distribuição desigual de poder político entre grupos sociais distintos coexistentes de uma mesma unidade política – um país ou parte deste. Nomeadamente, uma minoria é um grupo que, dentro de determinada conjuntura social, se difere de outro grupo por diferenças de língua, costumes, organização social, etnia, sexo, religião, etc. (podendo ser um ou uma combinação de tais fatores) (BAYLÃO, 2001).

Esta distinção é causada por variantes em cada caso, consoante a sua posição subordinada dentro de uma estrutura de poder que produz sempre o mesmo efeito: a sua exclusão, total ou parcial, da participação na vida social, a sua exploração econômica pelo grupo opressor e o fato de ser alvo de preconceito e discriminação. Acrescenta-se ao termo mais geral, *minoría*, um adjetivo correspondente a distinção original e têm-se então as minorias éticas, religiosas, de gênero, raciais, entre outras. Outras características gerais definidoras de uma minoria se apresentam no tratamento ou *status* diferenciado, imposto pelo grupo dominante, e a imposição de limites – inclusivos, exclusivos ou ambos – que mantêm o grupo separado dos demais (BAYLÃO, 2001).

Dentro das minorias, encontram-se os grupos socialmente vulneráveis. Os grupos socialmente vulneráveis sofrem os efeitos de relações de violência estabelecidos a partir do momento em que certa característica, partilhada por seus membros, é tomada como negativa pelo grupo opositor. O grupo dominante naquela relação, a partir de uma posição fática inicial de força, retira efeitos práticos – a feição de seus interesses próprios – de sua construção ideológica, dado que esta se dá em nível simbólico e procura ocultar a experiência concreta da dominação (BAYLÃO, 2001).

Para melhor compreensão entre a relação de opressão até as minorias, a figura 4 representa a camada envolvente das minorias.





Figura 4 – A relação de subordinação das minorias na sociedade
Fonte: Adaptado de Baylão (2001).

Corroborando com a percepção da ONU (2002) e de Cabral (2005), para Baylão (2001) os grupos socialmente vulneráveis podem ser classificados por meio das minorias de gênero, dos LGBT+ e de outros grupos estigmatizados socialmente. Dito isto, de que forma a Ciência da Informação e a competência em informação se inserem na edificação de identidades e na cultura de resistência para o desenvolvimento de tal competência nas pessoas? De que modo estas podem dialogar com e inferir na vida e no protagonismo social e inclusão das minorias?.

2.1.5 Ciência da Informação, necessidades de informação e competência em informação às minorias: diálogos possíveis

Para González de Gomez (2004, p. 61), a Ciência da Informação é uma “disciplina que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, [...] sendo



esta definida como [...] ações de informação, que remetem seus atores aos contextos onde estas ocorrem”. Além do mais, a CI é considerada uma ciência social, de caráter interdisciplinar e pós-moderna. É uma ciência social, pois tem a preocupação de elucidar um problema social recorrente, o da informação, e volta-se ao ser social que busca pela informação (LE COADIC, 1996).

Logo, insere-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso ao discernimento do social e do cultural. A pesquisa em CI, orientada, como devolutiva de uma necessidade social, surgiu em função dessa necessidade e foi guiada por ela. Devido à prática de organização, torna-se uma ciência social rigorosa, sob o efeito de uma ascendente demanda social, de novos objetivos sociais e de avanços econômicos significativos (LE COADIC, 1996).

Os estudos científicos realizados *a priori* por pesquisadores de outras áreas e profissões, como os de psicologia, sociologia, economia e informática contribuíram demasiadamente para essa cientifização, isto é, foi a partir da aproximação junto ao “terceiro ramo” das ciências sociais, aos enfoques microssociológicos e interpretativos, que a CI conhece uma reformulação mais profunda de seus pressupostos, modificando, sobretudo, a noção de “informação” (LE COADIC, 1996; ARAÚJO, 2004).

É considerada uma ciência interdisciplinar em detrimento da problemática que trata, a informação, tendo de recorrer a várias disciplinas para solucionar tal problemática. A interdisciplinaridade, então, é vista como uma colaboração interativa e recíproca entre diversas disciplinas, surtindo um enriquecimento mútuo, e a CI é uma dessas interdisciplinas, sendo um campo de conhecimento em que colaboram entre si, sobretudo, a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações (LE COADIC, 1996).



Como ciência pós-moderna, surge na busca pela sua consolidação como uma disciplina nos moldes das disciplinas científicas resultantes do processo construtivo da ciência moderna. Assim, desde o seu princípio, a CI buscava constituir-se nos moldes da “ciência pós-moderna”. A “ciência pós-moderna” é vista como o movimento de mudança de paradigma científico, dado pela superação do modelo de racionalidade cartesiana, de separação do sujeito e do objeto, a busca da ordem, a distinção dos elementos constituintes da realidade, movimento motivado pelas crises geradas com a evolução e a aplicação do conhecimento científico, como as guerras, os regimes totalitários, a exclusão informacional, o reforço das desigualdades socioeconômicas e a sofisticação dos instrumentos de dominação. Na CI, a característica mais saliente que a define como uma ciência pós-moderna é a aceitação de sua natureza interdisciplinar em essência (ARAÚJO, 2004; SANTOS, 1996).

Sendo a CI uma ciência pós-moderna presente numa sociedade igualmente pós-moderna em que se considera a informação como sinônimo de poder, dado que a “[...] posse de informações sempre foi elemento determinante do poder, a ser usada em suas várias manifestações” (SILVEIRA, 2000, p. 85), o uso da informação é determinante para o nivelamento de poder identitário na sociedade.

Conforme Le Coadic (1996) apresenta, usar a informação é trabalhar com a matéria informação para se obter um efeito satisfatório em detrimento de uma necessidade de informação. O discernimento da necessidade de informação sustenta a compreensão dos motivos pelos quais as pessoas se envolvem num processo de busca informacional. A necessidade de informação é produto originário da vida social, advindo da exigência de saber, de comunicação, se distinguindo das necessidades físicas que se originam de ordens naturais, como comer, dormir, etc.



Assim, Le Coadic (1996, p. 40) indaga: “o que leva uma pessoa a procurar informação?”, e considera duas grandes classes de necessidades de informação, oriundas de necessidades fundamentais: a necessidade de informação em função do conhecimento e a necessidade de informação em função da ação.

A necessidade de informação em função do conhecimento advém da necessidade do desejo de saber, da paixão, da pulsão de conhecer, respondendo diretamente à questão da origem que é, ela mesma, uma feição da questão do sentido. Surge a partir da dúvida e na ânsia de dominar o sentido, na libertação da angústia do não-sentido original. Convém destacar que essa aptidão não é reparada igualmente, restando então à comunicação informal dos meios de conhecimento disponíveis e à comunicação interpessoal, definida pelas estruturas sociais, igualmente desiguais (LE COADIC, 1996).

Já a necessidade de informação em função da ação é originária das necessidades materiais em detrimento das atividades humanas, profissionais e pessoais, seja ao trabalhar, locomover-se, comer, dormir, etc. A informação torna-se o meio – diga-se a condição necessária – no processo de efetivar uma ação com um objetivo. A obtenção da informação pode se realizar por meios formais, como bibliotecas ou unidades de informação, ou por meios informais, como a pesquisa *online* (LE COADIC, 1996).

Pode-se dizer que a necessidade de informação, assim como as demais necessidades e demandas humanas são oriundas da motivação, de um estado interno do ser em busca da satisfação da necessidade (lacuna, deficiência). Nesta acepção, cita-se a Teoria da Motivação de Abraham Maslow (1970), cujo propósito consistia na reflexão e explicação do comportamento humano. O comportamento, então, seria motivado por necessidades denominadas fundamentais, sendo baseadas em duas vertentes: deficiência e crescimento. As necessidades de deficiência seriam as fisiológicas,



as de segurança, de afeto e as de estima, e as necessidades de crescimento são as relacionadas ao autodesenvolvimento e autorrealização das pessoas (MASLOW, 1970; MARON, 2015).

Para Maslow (1970), as pessoas têm necessidades específicas em momentos específicos. Logo, a dinâmica da satisfação antepõe à necessidade mais latente. Depois de suprida, essa necessidade deixará de ser motivadora para dar lugar à outra necessidade premente e assim, continuamente. A hierarquia de necessidades pode ser vista como uma pirâmide, conforme a figura 5.



Figura 5 – Hierarquia de necessidades de Maslow (1970)
Fonte: Adaptado de Maron (2015).

A saber: as necessidades fisiológicas se relacionam aos ativos básicos de sobrevivência, como alimentação, repouso, desejo sexual, moradia, etc. Quando há insatisfação nas demais necessidades, as fisiológicas exercem maior pressão na pessoa. As necessidades de segurança se configuram na premência de se



sentir seguro e livre de ameaças, perigos, doenças, desemprego, incertezas, etc. Se insatisfeitas tais necessidades, a pessoa entra em estado emergencial para buscar satisfazê-las. As necessidades sociais são oriundas da necessidade de pertença a um grupo social, de trocas afetivas, de associação, de participação. Caso estejam insatisfeitas, acarretam na solidão e na hostilidade para com os demais. As necessidades de estima são relativas ao *status* e ao modo pelo que a pessoa se vê, sua autoconfiança, independência e autonomia. Se malsatisfeitos, podem produzir sentimentos de inferioridade e fraqueza. Já a necessidade de autorrealização é aquela de caráter interior, em que a pessoa sente ao atingir seu mais elevado potencial. É concernente à máxima amplitude das aptidões e capacidades, ou seja, ser mais do que é, ser tudo o que se pode ser, alcançar o ápice (MARON, 2015).

A funcionalidade da teoria das necessidades de Maslow (1970) se dá por etapas, no sentido que quando uma necessidade de nível baixo é alcançada, ela deixa de ser foco, cedendo espaço para o nível seguinte, mais elevado, se desenvolver. Aponta-se que nem todas as pessoas precisam atingir o nível da pirâmide, em função da realização das necessidades em diferentes níveis e da subjetividade e particularidade humana. Toda a manifestação de necessidade vai de encontro com o nível de satisfação ou insatisfação de outras necessidades, visto que toda pessoa possui mais de uma motivação. Quando motivado, o comportamento percorre um canal pelo qual necessidades diversas podem ser manifestadas (MASLOW, 1970; MARON, 2015).

Davidoff (2001) vislumbra toda a motivação humana como social, partindo dos impulsos primários relativos à nossa fisiologia. Posto isto, utiliza-se a noção de motivação social cujo motivo primordial faz-se no contato com outras pessoas, sendo, em grande parte das vezes, motivos em prol de pertença a um nicho social e de acolhimento. Já a motivação da realização surge pela necessidade



de buscar a excelência, atingir objetivos, metas, de ser bem-sucedido na realização de atividades, de ser competente, dado o atual cenário de incentivo/competição social. A motivação da realização é categorizada num modelo de incentivo, atrelado à cognição e emoções, levando ao conceito de motivação cognitiva (MARON, 2015).

É justamente neste contexto de realização e cognição que a competência em informação se insere, em particular às minorias, no sentido de desenvolver as aptidões e habilidades necessárias para se chegar então à competência e assim, transpassar a condição de vulnerabilidade social predominante. Para Vitorino (2016, p. 388), o desenvolvimento dessa competência nas pessoas é um dos meios para “[...] minimizar as desigualdades sociais e oportunizar o acesso e uso adequado da informação, promovendo oportunidades semelhantes às comunidades”.

De forma geral, o desenvolvimento da competência em informação diz respeito a uma competência que pode ser desenvolvida em toda e qualquer pessoa/identidade: crianças, adultos, profissionais, desabrigados, analfabetos, etc., e corresponde à capacidade cognitiva de cada ser; destarte, apresenta-se de modo diferente nas pessoas, e precisa ser instigada conforme as particularidades de cada um (DE LUCCA, 2015).

Para a Unesco (2013), o desenvolvimento da competência em informação é visto como aspecto dos direitos humanos intimamente relativo ao direito à educação. Recentemente, conceitos compostos e novos aspectos sobre competência evoluíram como resposta à mudança sociopolítica, aos padrões econômicos e tecnológicos, bem como às novas demandas e desafios dos tempos atuais, especialmente na sociedade em geral.

Os desenvolvimentos sociais, culturais e tecnológicos da contemporaneidade impulsionaram a criação de novas sinergias entre diferentes tipos de habilidades. Por conseguinte, os aspectos



da competência relacionados a outros direitos fundamentais e ao desenvolvimento social, como a liberdade de expressão e o acesso à informação, conforme estabelecido no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), tornam-se igualmente importantes para a educação, emprego, inclusão social, participação, economia e política (UNESCO, 2013).

A Década das Nações Unidas para a Alfabetização (*The United Nations Literacy Decade 2003-2012*) finalizou com a necessidade de uma revisão completa acerca de seus preceitos, enfatizando a importância das pessoas, devidamente instruídas, trabalharem em seus próprios contextos sociais e que possam usar a competência para propiciar mudanças sociais. Reconheceu-se que a competência se constitui com a aquisição de múltiplas habilidades (UNESCO, 2013).

Além disso, a Década enfatizou que todas as pessoas, incumbidas em seus papéis cidadãos devem se envolver em práticas orais, escritas e virtuais/digitais e é imprescindível a aprendizagem em todas as etapas de suas vidas. Assim, a competência deve se tornar mais situacional, plural e dinâmica. É necessária uma abordagem teórica e conceitual mais holística, principalmente em virtude dos contextos sociais, culturais, tecnológicos, econômicos e políticos e tais contextos impulsionam às pessoas desenvolverem competência em informação (UNESCO, 2013).

Entretanto, ser competente – independente do “gênero” da competência – não é mais binário: dificilmente pode-se afirmar que uma pessoa não possui competência alguma ou é totalmente competente. Ao invés disso, é importante considerar: cada pessoa desenvolve suas habilidades por meio de sua compreensão, demonstrando diferentes níveis e usos da competência em informação conforme os ambientes frequentados, suas necessidades e recursos disponíveis (UNESCO, 2013).



Apesar do visível progresso para a melhoria dos níveis de competência em informação nos últimos anos, ainda existem lacunas e serem preenchidas em muitos países, no concernente ao desenvolvimento das capacidades cidadãs para o pensar crítico e criativo, para gerenciar recursos efetivamente, para participar igualmente e contribuir para as sociedades do século 21. Em geral, essa lacuna é denotada especialmente entre os grupos sociais vulneráveis (UNESCO, 2013).

Por conseguinte, diversos setores da sociedade questionam sobre o futuro da humanidade e quais as habilidades necessárias a se desenvolver para viver na sociedade pós-moderna. A Unesco (2013) também infere que há uma gama de respostas para estas questões, partindo da premissa que a informação e o conhecimento são fatores críticos para a sobrevivência e a realização dos seres humanos e na garantia do desenvolvimento sustentável.

Desde o início da civilização, em todas as áreas da atividade humana, o acesso à informação, criação e aplicação de novos conhecimentos e sua comunicação para outros contribuíram para a evolução das sociedades e para o bem-estar socioeconômico das pessoas. O conhecimento sobre fazeres e o trabalho colaborativo tem sido considerado a “riqueza” mais preciosa que os humanos possuem. A criação e o compartilhamento de conhecimento, muito possivelmente, continuará a desempenhar papel central em numerosos contextos sociais, seja no crescimento econômico, no desenvolvimento societário, no enriquecimento cultural ou na política de capacitação e consolidação de sistemas democráticos, entre outros (UNESCO, 2013).

Atualmente, as informações e os meios de comunicação, como a *internet*, são pré-requisitos integrantes para o envolvimento no debate democrático, auxiliando na construção de comunidades, ao estimular a inovação e propor parcerias com outras. A informação agora se torna acessível em qualquer lugar, podendo ser



concebida por qualquer pessoa como conteúdo gerado e compartilhado, a qualquer momento, para todo o mundo (UNESCO, 2013).

Todavia, faz-se necessário que os cidadãos compreendam como a informação e os conteúdos podem ser acessados, como esses conteúdos se originam, como são criados, financiados, protegidos, avaliados e compartilhados. Esses mesmos cidadãos precisam conhecer as funções, os papéis, os direitos e obrigações das instituições de informação e mídia na sociedade, as potenciais oportunidades, desafios e o potencial abuso recorrente com populações minoritárias específicas, como idosos ou mulheres – e/ou qualquer pessoa em geral (UNESCO, 2013).

Dentro deste entendimento, o *Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias* foi proposto no XV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XV CBBD) justamente nesse contexto, ao apontar tal competência como fator crítico e inerente ao desenvolvimento social, cultural e econômico em território brasileiro na contemporaneidade, merecendo atenção especial no concernente à mobilização da sociedade civil e dos órgãos governamentais para a sua inclusão às ações de democracia e exercício pleno da cidadania (MANIFESTO..., 2013).

Acredita-se que o país necessita imediatamente reavaliar suas políticas direcionadas às populações vulneráveis/minorias, compreendidas como aqueles que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, especialmente no que tange às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia com fins em sua efetiva inclusão social (MANIFESTO..., 2013).

A competência em informação deve ser assimilada como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio



ser e vital à sua sobrevivência. É preciso criar discussões, ações e programas/iniciativas que validem essas afirmações, inserindo a referida competência neste cenário, de modo a suscitar efetividade em prol da consciência e dos direitos cidadãos (MANIFESTO..., 2013).

Por conseguinte, se pensarmos que a cidadania é também uma construção educacional/contínua e nessa construção o acesso à informação e ao saber são instrumentos de crescimento econômicos e sociais (DEMO, 1996), podemos vincular a relevância das diversas profissões atreladas à educação, o papel destas para a cidadania, e nesta perspectiva, insere-se a missão profissional do bibliotecário como necessário para os grupos vulneráveis/minorias, enfatizando aqui as pessoas trans.

2.1.6 A missão profissional do bibliotecário voltado às pessoas trans

Na contemporaneidade, as ressignificações sociais, políticas e econômicas que estão ocorrendo vêm ocasionando quebras de paradigma comportamentais, modificando as relações sociais em micro e macro esfera e consigo mesmo. Visto que essas mudanças por vezes são imperceptíveis aos envolvidos nesta dinâmica, há ocasionalmente benefícios e malefícios.

E mais: as mudanças contínuas se fomentam em possíveis conquistas de novas formas de poder, em que o “domínio” cognitivo em certa demanda pode torná-la incentivadora e mediadora na transformação de realidades social, direcionando, “por exemplo, proporcionar o acesso e o uso da informação de forma consciente”, impulsionando os outros “na conquista de seu espaço social, retirando-os da categoria de meros espectadores da realidade dos fatos” (FARIAS; COSTA, 2017, p. 2).

Visto que o padrão social da contemporaneidade é predominantemente excludente e cada vez mais se prolifera as desigualdades sociais, econômicas, culturais e informacionais, as bibliotecas



e demais unidades de informação são vistas como instituições protagonistas da educação e do acesso livre à informação, contribuindo para a diminuição da exclusão social (UNESCO, 2016b).

Quanto aos bibliotecários, um de seus desafios na contemporaneidade é relativo ao papel que ele deve incorporar como agente transformador em relação à disseminação da informação, em larga escala e para demanda diversificada (PIRES, 2012). Seu fazer profissional torna-se diversificado com novas rotinas incorporadas às suas funções. Para Cunha (2003, p. 2), “isto significa entender os novos papéis que surgem, as novas necessidades de informação e as novas formas de responder a estas necessidades criando novos métodos e formas de trabalho”.

O apoio cognitivo – dentre outros – às pessoas trans, em especial na infância e na adolescência é vital para prevenir situações de vulnerabilidade e risco, especialmente na desconstrução dos estigmas sociais, no auxílio colaborativo de projetos de vida, num cenário onde a emancipação, o respeito à individualidade e os direitos sociais possam ser restaurados na vivência (SILVA; BEZERRA, QUEIROZ, 2015).

Amendola, Oliveira e Alvarenga (2011) discutem que o apoio social se apresenta como processo empático, o qual diz respeito a toda e qualquer informação ou auxílio vindo de terceiros, especificamente as pessoas ou grupos com os quais existe contato regular, produzindo efeito positivo para ambas as partes. Tal apoio se refere em contar com alguém em circunstâncias difíceis para receber amparo material, emocional ou afetivo, bem como se sentir valorizado nos grupos sociais no qual está inserido. Para Costa e Dell’Aglío (2009), o apoio pode ser classificado como: emocional e afetivo, se referindo à qualidade e à sustentação dos laços, constatado nas manifestações de amor, de afeto e de confiança; informacional e instrumental ou material, pela troca de informações e ajuda na solução de problemas cotidianos e de doenças, por exemplo; e



como forma de interações positivas, na participação em ações de prazer e do bem-estar alheio.

A ausência de apoio informacional, instrumental e/ou material também pode ser compreendida como pobreza, numa dimensão de informação e comunicação. Barja e Gigler (2006) discutem que tal linha de pobreza implica na capacidade básica para ser considerado membro efetivo da sociedade atual, contendo três componentes: ativos, informação e comunicação. As pessoas devem usufruir de um conjunto mínimo de ativos relacionados às TIC, saúde básica, educação, apoio social e capacidade produtiva. Devem ser aptos para trocar – receber e fornecer – informações básicas sobre o mundo que lhes cerca e se comunicar por meio da análise destas, seja sobre assuntos cotidianos, políticos, econômicos ou quaisquer outros (BARJA; GIGLER, 2006).

Muitas organizações de pessoas trans surgem a partir de contatos estabelecidos em locais de prostituição. Várias das que hoje são lideranças do movimento dessa população já gozavam de legitimidade e confiança por parte de outras semelhantes, antes mesmo de comporem algum tipo de organização formal. Essa posição de liderança se constituiu em função do papel que elas assumiram em uma rede de apoio social que as próprias pessoas trans formaram para lidar com problemas com a polícia, com acesso a serviços de saúde, entre outros (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Alçadas às margens da sociedade, as pessoas trans muitas vezes vêm na prostituição a única opção de sobrevivência e consequentemente, é a porta de entrada para vulnerabilidades, seja em forma de DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), violência física ou outras adversidades: constituindo-se noutro reflexo da transfobia³⁰ (REDE TRANS BRASIL, 2017).

30. Segundo Jesus (2012, p. 29), transfobia é o "preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis. Não confundir com homofobia, [...] que é o [...] medo ou ódio com relação a lésbicas, gays, bissexuais e, em alguns casos, a travestis, transexuais e intersexuais, fundamentado na percepção, correta ou não, de que alguém vivencia uma orientação sexual não heterossexual."



Apreendendo a concepção de “redes sociais” de Green (2000) como o acolhimento dos vulneráveis e marginalizados, a participação nas redes sociais de apoio são vitais para tal acolhimento e respeito por seu grupo, bem como para florescer o sentimento de pertença e de direito de seu lugar na sociedade; e empoderar-se frente aos ativos excludentes e preconceituosos existentes que insistem em dificultar a realização de ânsias e vontades de transformação (PERES, 2009).

Em contexto correlato, a Declaração de Direitos da Biblioteca da *American Library Association* (ALA, 2008), referente ao *Acesso a recursos e serviços da biblioteca independentemente do sexo, identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual* apresenta diretrizes específicas às questões de gênero.

Para a ALA (2008), as bibliotecas e os bibliotecários têm a obrigação de resistir aos esforços opressores dos materiais sobre qualquer assunto, incluindo sexo, identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual. O Artigo I afirma que os materiais não devem ser excluídos por causa da origem, antecedentes ou pontos de vista daqueles que contribuem para a sua criação. Então, livros e demais materiais de escritores ou criadores LGBTQ+ são protegidos. Os bibliotecários devem se esforçar para selecionar materiais sem restrição sexual, de identidade de gênero ou orientação sexual de seus criadores.

O Artigo II determina que as bibliotecas devem fornecer materiais e informações que apresentem todos os pontos de vista sobre questões atuais e históricas. Os materiais não devem ser banidos ou removidos por causa de desaprovação partidária ou doutrinária. Os serviços, materiais e programas de biblioteca que representem diversos pontos de vista sobre sexo, identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual devem ser considerados para compra e inclusão em coleções e programas da biblioteca.



As tentativas de restrição ou remoção de materiais direcionados à temática LGBT, independentemente da política de seleção estabelecida, violam este princípio e constituem censura (ALA, 2008).

Os artigos III e IV inferem que as bibliotecas devem “ultrapassar a censura” e cooperar com as instituições “disseminadoras da liberdade de expressão e do livre acesso às ideias”; O Artigo V infere: o direito da pessoa de usar a biblioteca não deve ser negado ou abreviado por causa de origem, idade, fundo ou opiniões. Portanto, os serviços, materiais e programas da biblioteca devem estar disponíveis para toda a demanda correspondente, independentemente do sexo, identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual. Isso inclui disponibilizar para as demandas a literatura abrangente sobre educação sexual (ALA, 2008).

Por último, o Artigo VI expõe que as bibliotecas cedentes de espaços de exibição e salas de reuniões ao público devem disponibilizar tais instalações de forma equitativa, independentemente das crenças ou filiações de pessoas ou grupos solicitantes do uso. Esta proteção também se estende as demandas correspondentes (ALA, 2008). A declaração da então presidente da ALA, Julie Todaro, em oposição ao descaso do governo norte-americano com a população trans nas escolas, atesta a premissa de solidariedade e missão social da instituição às questões inerentes:

A decisão da administração Trump de revogar proteções importantes para os estudantes transgêneros não pode entrar em conflito com os valores fundamentais da comunidade bibliotecária e os princípios sobre os quais as bibliotecas são fundadas. Os estudantes transgêneros detêm o direito de utilizar o banheiro que esteja alinhado com sua identidade de gênero. Em média, os alunos passam entre seis ou sete horas por dia na escola, e cada aluno merece aprender em um ambiente livre de discriminação. Acreditamos que esta política federal deve ser reintegrada porque assegura que todos os alunos sejam tratados de maneira razoavelmente nacional. A ALA, seus membros, todos os bibliotecários e profissionais da biblioteca estão empenhados na diversidade, inclusão e respeito mútuo para todos os seres humanos, e trabalharemos incansavelmente



para assegurar a representação total de todos os membros da sociedade. A ALA fornece banheiros neutros em suas conferências, e a instituição não realizará suas grandes reuniões em estados em que cotas de banheiro foram aprovadas. Estamos de acordo com nossos membros transgêneros, colegas, famílias e amigos, e apoiamos plenamente o trabalho da nossa mesa redonda de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBTRT), cujos membros continuam a liderar a luta para abolir a intolerância para toda a sociedade. A ALA trabalhará em estreita colaboração com todos os seus parceiros para a reintegração destas proteções, o mais rápido possível (ALA, 2017, tradução nossa).

Portanto, se noutra época a missão do bibliotecário era a de guardião do livro, nos tempos atuais seu fazer profissional dirige-se a mudanças cada vez mais rápidas. Em conformidade com Cunha (2003), a profissão bibliotecária é uma profissão de âmagô social, de mediação e de contato na qual as atividades são realizadas com o outro e para o outro.

Segundo Almeida Júnior (1997, p. 91), “[...] a nossa verdadeira função social [...] não é apenas incentivar a leitura, mas trabalhar com a informação, levá-la àqueles que dela necessitam”. O Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação corrobora tal entendimento, ao definir a Biblioteconomia como atividade ética de alto valor agregado ao fazer profissional com informações. O papel das bibliotecas e bibliotecários na contemporaneidade é apoiar e aperfeiçoar o registro e a representação da informação e subsidiar o acesso. Os serviços de informação de interesse social, cultural e de bem-estar econômico dizem respeito à responsabilidade social do bibliotecário (IFLA, 2012b).

Mais especificamente, a Seção 2 do referido código, *Responsabilidades para com os indivíduos e para a sociedade*, trata sobre o viés social da profissão bibliotecária, discorrendo sobre a premência do papel do bibliotecário e demais profissionais da informação ao impedimento da restrição da informação, assim como os serviços prestados devem ser fornecidos para qualquer pessoa



de qualquer faixa etária, nacionalidade, crença política, condição física ou mental, gênero, descendência, educação, renda, condição migratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e/ou orientação sexual (IFLA, 2012b).

No paradigma da sociedade da informação, há certa relação paradoxal entre o excesso de informação e o grande número de “pessoas desinformadas, não pela opção de não quererem fazer parte desse processo, mas porque se vêem privadas do direito de participação” (JESUS, 2007, p. 3). A informação, para muitos, só é acessível se for gratuita e se oriunda de meios – sociais, políticos, físicos – aproximativos das pessoas (GUEDES, 2011).

Sendo assim, cabe refletir como o bibliotecário pode efetivar seu apoio aos movimentos sociais – principalmente às comunidades vulneráveis. Ser ou estar vulnerável significa, de certa forma, ter dificuldade de acesso à informação. Na sociedade atual, o senso crítico é fundamental para filtrar informações necessárias para o cotidiano. Produzir informação para disseminá-la é reconhecido como ato de inclusão social (DZIEKANIAK; ROVER, 2011).

Compreender o mundo social e seus contextos fazem parte da formação do homem. De acordo com Silva (2011, p. 120), “o indivíduo está ligado a outros por um fenômeno de dependência recíproca, de interdependência”. Essa assimilação consiste em entender seu espaço como pessoa e profissional, suas individualidades, subjetividades e as influências territoriais, sociais e informacionais presentes ao seu redor (MORIGI; SILVA, 2005).

Almeida Júnior (1997) aponta que a prática profissional do bibliotecário parte do pressuposto que todos são “absolutamente iguais”, que para todos são oferecidas oportunidades semelhantes, e que todos os “usuários” são padronizados. É notória a inverdade deste apontamento, visto pela experiência que as “pessoas não são tão iguais como imaginamos”, e as oportunidades oferecidas



para tais, seja na educação, na cultura, são variantes e discrepantes (ALMEIDA, 1997, p. 100).

Neste panorama, Cury, Ribeiro e Oliveira (2001, p. 2) afirmam que “o trabalho com as representações de determinado grupo social permite aprender, pelo conhecimento dos objetos sociais, o uso que dele fazem os indivíduos ou grupos”. A biblioteca é espaço sociável de interação e de comunicação das pessoas. O ato de sociabilidade infere a produção de conhecimento e a sua proliferação (MORIGI; SILVA, 2005). Outro ponto de vista relativo à sociabilidade e ao trabalho com os grupos sociais diversos se dá na participação política do bibliotecário. Sabe-se que uma grande parcela da sociedade desconhece seus direitos, e, portanto, prossegue enraizada no lugar-comum da ignorância, da subalternidade (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Por esse ângulo, Almeida Júnior (1997, p. 91) questiona: “E o bibliotecário, onde entra nisso tudo?”, e segue apontando que grande parte da classe bibliotecária acredita que não tem responsabilidade, que não tem direito e/ou propriedade para interferir nesse contexto, e que a relação política condiz apenas “entre o povo e os políticos”.

Para Almeida Júnior (1997), é por conta dessa mentalidade que a “população não nos reconhece como úteis socialmente”, justamente pelo fato da classe bibliotecária não reconhecer a grande missão social que é trabalhar com a informação e disseminá-la aos que dela necessitam, e por meio dela, permitir que a população conheça seus direitos, tenha como reivindicá-los, e detenha consciência social e política que transforme toda a conjuntura sócio-política predominante (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 91).

A população, logo, não reconhece a referida classe como socialmente útil porque praticamente nada de significativo está se fazendo por ela. Serve-se aos interesses da “minorias” privilegiada



que monopolizam o poder, os ditos opressores, que não querem a proliferação das informações e do conhecimento dos direitos. Ao trabalhar única e exclusivamente com os alfabetizados, colabora-se com os que puderam estudar e amplia-se a diferenciação com os que a sociedade, por alguma circunstância, permitiu com que não tivessem acesso à escola (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92).

O bibliotecário, como já dissemos, não é apolítico, neutro, imparcial. Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se os materiais do seu acervo são parciais? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se a própria localização da biblioteca onde trabalha serviu a interesses políticos e que não exprimem a real necessidade da comunidade? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se aqueles que mais necessitam da biblioteca estão impossibilitados de fazer uso dela? (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92).

Ainda na visão de Araújo sobre a função política do bibliotecário (1997), se ressalta a premência da atuação voltada às populações vulneráveis, carentes de informações, cuja postura “apática, passiva e reacionária” do profissional e institucional será conivente com o partidário dominante (ALMEIDA JÚNIOR, 1997). Portanto, não basta criar bibliotecas em cada local possível, “em cada esquina”; é imprescindível que o bibliotecário atuante esteja consciente de sua inerente função social, compreendendo que o seu trabalho pode e deve ressignificar pensamentos, ações e comportamentos. Acima de tudo, é necessário que ele vá ao encontro da população, que ele se disponha a procurar o povo, que ele caminhe e trabalhe junto à comunidade (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Conquanto, o fazer profissional/político bibliotecário também deve ser direcionado à conscientização do papel cidadão, na resolução qualitativa de situações cotidianas. A partir desse fazer, é possível se desenvolver o empoderamento individual, para que as ações realizadas sejam conduzidas pelo agir e pensar, além das possibilidades de gerenciar os conflitos que se apresentam em variados contextos. No empoderamento individual, adquire-se



o poder de escolher quais ações serão úteis para que se consiga tomar decisões, baseadas em vivências anteriores, e de que forma tais ações podem beneficiar os outros (FARIAS; COSTA, 2017).

Outra acepção possível a ser exposta é apresentada por meio da bioética – que estuda os problemas e implicações morais despertados pelas pesquisas científicas em biologia e medicina. Garrafa (2005) discorre acerca de três instâncias recorrentes: empoderamento, libertação e emancipação.

De tradução livre e direta do inglês, empoderamento, ou empowerment, teve seu uso amplificado pelo cientista indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. Para dar a noção de empoderamento, Sen utiliza a palavra liberdade, discorrendo que a sociedade deve apresentar uma postura de cumplicidade robusta para a concepção de liberdade, e assim será possível erradicar a fome, a pobreza e demais formas de iniquidade (GARRAFA, 2005).

O entendimento de empoderamento aos individuais, vulnerabilizados em virtude de processo histórico e de características culturais das sociedades em que se encontram, perpassa o todo social, atuando como elemento ativo no poder de decisão, e propiciando sua inserção social. O empoderamento estaria, assim, sedimentado na articulação inerente entre os diferentes grupos e segmentos (GARRAFA, 2005). Este processo é o que transfigura um mero aglomerado de seres em uma sociedade, conforme a visão de Durkheim (2007):

A sociedade não é simples soma de indivíduos, e sim sistema formado pela associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios. Sem dúvida, nada se pode produzir de coletivo se consciências particulares não existem; mas esta condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que as consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas de determinada maneira; é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica. Agregando-se, penetrando-se, fundindo-se, as almas individuais dão nascimento a um ser, psíquico se quisermos, mas que constitui individualidade psíquica de novo gênero (DURKHEIM, 2007, p. 96).



Sob a ótica de Garrafa (2005), o que confere humanidade aos seres biologicamente identificados como humanos decorre de um processo coletivo, que se alimenta diretamente da produção e reprodução correntes dos significados atribuídos às práticas sociais. Tal processo aponta que a ação social politicamente compromissada é aquela capaz de transformar a práxis social. Na Bioética de Intervenção, aponta-se o corpo como indicador para a intervenção ética. Identifica-se e incorpora-se a dimensão social e o entendimento da pessoa como uma totalidade somática na qual estão articuladas as dimensões física e psíquica, que se mostram de modo integrado nas inter-relações sociais e nas relações com o meio (GARRAFA, 2005).

Assim, o contexto de empoderamento discorrido estabelece a ponte entre as pessoas, cuja corporeidade ratifica o processo de produção e reprodução social, e a coletividade da qual essas pessoas são originárias. É explicitada a relação dialética entre reflexão e ação na incumbência singular e coletiva, dado ao impacto que as escolhas das pessoas produzem na realidade. A ideia de empoderamento, portanto, nos direciona à premência que as escolhas das pessoas não podem ser julgadas com olhares míopes e estereotipadas de autonomia (GARRAFA, 2005).

Se a desigualdade emerge no meio social – na formação individual – ofuscá-la consiste em reconhecer a relação evidente entre autonomia e responsabilidade. A autonomia vai além da eficácia de responder ao mesmo tempo “[...] aos desejos, necessidades e vontades da pessoa, como também no reconhecimento da interconexão entre os seres humanos e todas as formas de vida, assim como na responsabilidade existencial exigida frente a elas” (GARRAFA, 2005, p. 128).

A concepção de libertação se encontra diretamente com a premissa anterior. Segundo Garrafa (2005), utilizando como base



a linha de raciocínio de Paulo Freire, nesse ponto se identifica a oposição entre cativo, ou a privação do direito de escolha e a libertação, o exercício verídico da autonomia. As pessoas, incumbidas de seus papéis como atores políticos, podem fazer com que suas ações possam tanto estabilizar como transmutar o status quo.

Libertação, no paradigma da inclusão social, denota posição de poder e possibilita a tomada de posição neste jogo de forças. A libertação direciona a condução da luta política para se assegurar tal liberdade. Sua adesão manifesta a luta dos cidadãos que almejam serem e sentirem-se socialmente incluídos, em quaisquer contextos, a partir da consciência sobre as forças externas que os impedem e pela ação concreta em resistência a elas (GARRAFA, 2005).

Esta consciência/conscientização é discutida por Paulo Freire:

A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que denunciamos uma estrutura desumanizante sem nos comprometermos com a realidade, a partir do momento em que chegamos à conscientização do projeto, se deixarmos de ser utópicos nos burocratizamos; é o perigo das revoluções quando deixam de ser permanentes. Uma das respostas geniais é a da renovação cultural, esta dialetização que, propriamente falando, não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, mas uma tarefa permanente de transformação. A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante (FREIRE, 1979, p. 16-17).



Tomar posse da realidade, conforme Freire (1979) reflete, é distanciar-se da mesma; possivelmente, é saber observar os fenômenos ocorrentes numa ótica macro. E desse modo, mostra-se a conscientização e a realidade não tão “pão e circo” como se confeita. O despertar para a conscientização nos leva à terceira instância percorrida por Garrafa (2005): a emancipação. Emancipado é unicamente aquele que suprimiu sua dependência, que alcançou o seu domínio próprio e pode sustentar não somente a sobrevivência, mas garantir suas escolhas mediante o alcance desta sobrevivência. A pessoa emancipada é uma pessoa livre.

A emancipação exprime alforria, independência, liberdade, o caminhar que se inicia com a libertação. O poder sobre si mesmo é o que defere a emancipação, tornando a pessoa imune às forças opressoras. Extinguir a dependência é pré-requisito para a emancipação, e isso vale tanto para a pessoa quanto para o Estado. É nessa apreensão que a emancipação se torna poderoso mecanismo ou competência para orientar a luta pela libertação e para colocar essa luta na dimensão coletiva (GARRAFA, 2005).

Destarte, Garrafa (2005) acredita que qualquer uma das três instâncias – empoderamento, libertação e emancipação – apesar de sentidos diferentes, sustentam o discernimento do fenômeno de inclusão social como um processo dinâmico que precisa ser edificado e levado à execução efetiva, objetivando a conquista da verdadeira justiça social para as pessoas.

Pode-se, então, relacionar o empoderamento individual ao poder social da informação e à competência em informação como motriz norteador. O poder social é visto como a relação entre dois agentes, sendo o agente principal o detentor do poder e o secundário o que é afetado por esse poder. O poder também pode ser entendido como a capacidade de influência, e as relações de poder na sociedade representam uma mudança no pensamento sobre a competência em informação (COPE, 2010).



Dado que grande parte das discussões/estudos sobre a competência em informação consiste no desenvolvimento das habilidades, aplicadas numa abordagem racional, o desenvolvimento crítico dessa competência contemplará a busca de informações dentro de contextos específicos – relações sociais de poder determinadas por características como classe, etnia, gênero, etc. – e em específico, grupos vulneráveis que são excluídos socialmente (COPE, 2010).

A concepção de um novo direcionamento da competência em informação pode gerar outros tipos de análise social que validarão a prática em contextos sociais amplos. Uma nova teoria crítica poderá envolver os participantes a contestar o mundo social e desenvolver as capacidades de habilidades e questionamento para a vivência humana (COPE, 2010).

Segundo Cope (2010) a concepção da competência em informação crítica diz respeito à diminuição enfática de processos e afirmações tidas como absolutistas; pelo contrário, engloba o questionamento coletivo de como a informação é construída, divulgada e assimilada, bem como ver o bibliotecário e a biblioteca como instrumentos facilitadores na construção do conhecimento coletivo.

De algum modo, quando questões sociais são dadas pela interação, se constituem novos caminhos para a efetivação da missão profissional, pois se consegue fazer a inclusão social, o que acarreta no protagonismo social. Farias (2015) expõe que o protagonismo social faz do ser alguém pleno, assim como o possibilita a agir nos processos decisórios, seja no consumo, na produção, na mediação ou noutras práticas sociais (FARIAS; COSTA, 2017).

O protagonismo social faz da pessoa a principal transformadora de sua própria realidade, exercendo influência direta nas tomadas de decisões, individuais ou coletivas. Aquele que é protagonista, então, também dá à sua própria realidade novo significado



(FARIAS; COSTA, 2017). É também relacionado ao ato de empoderar, ou seja: de transformar a si mesmo e aos demais em protagonistas; é sair da condição subalterna, é livrar-se do fardo de estar pré-disposto a uma subjetividade imposta que determina como se deve portar e agir; e é um processo criativo em que pessoas e coletividades ampliam seu campo de ação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 2014, p. 16).

Sendo o protagonista alguém consciente de sua função social e de suas capacidades na mudança da sociedade, esse mesmo protagonista busca instigar em semelhantes à capacidade de resolver conflitos e desafios cotidianos. É o que pode acontecer com o bibliotecário – especialmente ao se falar de sua missão profissional – ao se deparar com situações que exijam habilidades interpessoais e técnicas (FARIAS; COSTA, 2017).

O bibliotecário, ao se empoderar dos processos que envolvem suas rotinas profissionais, pode fornecer auxílio conciso às demandas, apontando soluções que viabilizem a participação na sociedade de forma mais crítica e ativa, tanto quanto motivar na desconstrução dos papéis coadjuvantes de situações cotidianas, como à restrição ao acesso à informação ou até mesmo aos seus direitos humanos. A atuação/intervenção do bibliotecário junto às demandas torna-o, por consequência, protagonista social (FARIAS; COSTA, 2017).

Consoante a isto, Almeida Júnior (1997) ressalta que a classe bibliotecária precisa instigar uma *Biblioteconomia subversiva*, militante, que inverta a ordem das atuais prioridades; que procure, busque, incessantemente os interesses sociais, voltada sumariamente aos oprimidos. A biblioteconomia urge por uma “teologia da libertação”, e talvez, com ela, a classe tome as rédeas de seu labor e se interesse mais pelo povo, pelos carentes de informação, pelos *descamisados* – não por vias assistencialistas, mas como uma obrigação constante e social da profissão (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).



Como “obrigação social” profissional, deve-se trabalhar para fazer da biblioteca – em quaisquer instâncias – uma instituição acolhedora e segura. A possibilidade da criação de banheiros neutros em termos de gênero, do sigilo quanto aos dados cadastrais na instituição ou até mesmo a opção de não-identificação de gênero e a garantia que todos os frequentadores da biblioteca serão tratados com decoro constituem funções sociais da biblioteca e do bibliotecário. Sempre que se avaliar e identificar as necessidades da população trans, é substancial a inclusão de toda a população na biblioteca e neste processo (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; ALA, 2015).

Fundamentando-se na premissa da informação como fator alicerçador no desenvolvimento cognitivo e social, e no(s) bibliotecário(s) como protagonista(s), constitui-se papel significativo na sociedade contemporânea. Somente a pessoa trans tem discernimento e entendimento concreto de como é a vida trans e quais são as implicações de viver esta vida (THOMPSON, 2012).

São em situações como esta que a missão profissional do bibliotecário entra em foco: seu fazer profissional vai além de suas práticas tradicionais, revela-se como mediador e isto é indiscutível. Seja mediando espaços físicos, serviço de referência, aquisição de materiais ou demais fazeres. Ao colaborar para a edificação dos direitos das pessoas trans – de serem reconhecidas e respeitadas como se identificam, faz-se deste apoio, incondicional (THOMPSON, 2012).

A consciência de tornar a classe bibliotecária sensível, não apenas à orientação sexual, mas também às questões de identidade de gênero, também faz parte da missão social. A realização de capacitações ou *workshops* nas instituições faz-se necessária, principalmente ao lidar com questões íntimas e singulares, como por exemplo, o uso dos devidos pronomes às pessoas trans. Ao se adequarem às realidades específicas, seja nos serviços de referência presenciais e virtuais, DSI (Disseminação Seletiva da



Informação), estudos de usuários, desenvolvimento de coleções, *marketing* e recursos virtuais, os serviços rotineiros da biblioteca podem se converter em mecanismos potenciais para a satisfação da demanda (THOMPSON, 2012).

Adequar o trabalho bibliotecário aos interesses das demandas – e das demandas potenciais – é o que deve sempre estar sendo discutido. É preciso que este trabalho esteja atento às mudanças da sociedade e para a transformação em razão dessas. É preciso questionar

[...] nossas verdades, nossos dogmas, pois só assim, estaremos realmente avançando no sentido de darmos dignidade do ser humano, o status de objetivo maior de nossos trabalhos; estaremos realmente avançando no sentido de propiciarmos condições para que todos possam exercer seu papel de cidadãos, e essa ser a prioridade de nossa atuação. Hoje, estamos sem objetivos claramente definidos; não sabemos nossa função na sociedade e, em consequência, o porquê de nossa existência enquanto profissionais. Por causa disso, buscamos, mesmo sem o saber, a nossa razão de ser dentro de nós mesmos, dentro de nossas técnicas, serviços, dentro da biblioteca. A resposta, com certeza, está fora dos nossos pressupostos e dogmas. A resposta está na sociedade, no usuário, no cidadão (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 103-104).

Compreende-se que a classe bibliotecária pode exercer o auxílio na promoção do empoderamento, da liberdade e da emancipação por meio das práticas sociais, a priori. Entretanto, cabe a busca de uma postura de reflexão social e política em primeira instância para si, e, sequencialmente, voltado às demandas, alcançando, assim, o protagonismo social no que se refere ao estágio do trabalho. O bibliotecário deve estar preparado para conciliar os possíveis conflitos e lidar com as diferenças humanas, sociais e cognitivas (FARIAS; COSTA, 2017).

Desse modo, as práticas sociais exercidas propiciam ao bibliotecário a mudança de postura profissional e a busca de estratégias que possam contemplar diversas demandas,



pois seu fazer profissional deve se voltar cada vez mais ao *self-efficacy*, – não exclusivamente das técnicas da profissão, mas de toda a complexidade humana e social que existe – fomentando o protagonismo social, ao incorporar o papel de agente/ator principal durante sua atuação junto às demandas, reais e potenciais, buscando compreendê-las, conquistá-las e apoiá-las em quaisquer instâncias (FARIAS; COSTA, 2017). Além disso, cabe aqui discorrer para se refletir: e o bibliotecário brasileiro – e não somente ele(a), mas os pesquisadores/programas/profissionais relativos, etc. – o que tem feito para sedimentar sua missão profissional?

No contexto brasileiro, e se tratando em específico da competência em informação, ainda existem poucos estudos sobre o desenvolvimento dessa competência voltada às pessoas trans e à população LGBTQ+. Para Belluzzo (2018), as temáticas “Competência em informação e Inclusão social e digital”, “Competência em informação e Cidadania e aprendizado ao longo da vida” e “Competência em informação e Diferentes grupos/comunidades” demonstram a preocupação – ainda que embrionária – com focos de atenção considerados basilares e que envolvem as principais linhas de ação da competência e informação.

No entanto, mereciam maior interesse da área/profissionais, uma vez que apresentam uma trajetória histórica que possibilitou constatar que a noção de competência em informação sofreu alterações ao longo do tempo, em conformidade com as questões sociais. As possibilidades de aplicação da competência em informação não devem se restringir a programas de ensino, tampouco em atividades e espaços profissionais; é preciso perpassar a visão de simples elaboração de material instrucional e de apoio ao manuseio das tecnologias para a aprendizagem; pressupõe focalizar em abordagens sociais (inclusão, cidadania e inclusão digital), principalmente, em países em desenvolvimento como o Brasil (BELLUZZO, 2018).



Quanto às produções acadêmicas/programas brasileiros, tais temáticas ainda são igualmente irrisórias conforme Belluzzo (2018) infere. Por conseguinte, essa lacuna assegura a necessidade de maiores estudos e pesquisas que possam consolidar as referidas áreas no contexto brasileiro, visto a influência no acesso e uso da informação mediante mídias e tecnologias inovadoras.

Os impactos e benefícios tecnológicos na vida contemporânea são incontestáveis; porém, é sabido que grande parte da população ainda se encontra à margem da utilização consciente e plena desses recursos, necessitando de mediação adequada devido à complexidade das novas habilidades e a necessidade da existência de políticas públicas que possam garantir a informação para todas as pessoas (BELLUZO, 2018).

Apesar disso, paulatinamente alguns esforços estão sendo empreendidos: o projeto de extensão em andamento intitulado “Competência em informação da população LGBT+, por meio das dimensões técnica, estética ética e política”, é um destes. Oriundo a partir das lacunas encontradas para a feição desta pesquisa, o projeto é coordenado pela professora Elizete Vieira Vitorino (líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação – GPCIn) com a participação de um doutorando e dois graduandos (um homem cis gay e uma mulher trans).

O Referido projeto foi aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2017 e a execução se deu durante o ano de 2018 em parceria com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). Dentre os feitos do Projeto, ressaltam-se:

1) Implementação do Observatório LGBT+ no site do GPCIn, criado em parceria com os alunos das disciplinas CIN7508 – Fontes de Informação especializadas e CIN 7306 – Competência



em Informação, nos semestres 2018-1 e 2018-2. Atualmente, o observatório encontra-se disponível no menu direito do site.

2) Divulgação do projeto no catálogo de extensão 2018 da UFSC.

3) Elaboração e apresentação oral de artigo no Congresso Brasileiro de Extensão (CBEU 2018), intitulado “COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT+ DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, SC, POR MEIO DAS DIMENSÕES TÉCNICA, ESTÉTICA, ÉTICA E POLÍTICA”, com autoria de Elizete Vieira Vitorino; Guilherme Goulart Righetto; Renata Moreira e Yuri Dutra Martins.

4) Oficina ministrada no Painel de Biblioteconomia em Santa Catarina 2018, com o título: Competência em Informação e Minorias Sociais: necessidades e fontes de informação, ministrantes: Elizete Vieira Vitorino, Dra. Guilherme Goulart Righetto, Mestre. Neste mesmo evento foi apresentado o artigo “Possíveis fontes de informações voltadas para o público LGBT+”, elaborado pelos discentes do curso de Biblioteconomia da UFSC Hugo Victor da Silva Patrick e Steffen Esnarriaga dos Santos, sob a orientação da Profa. Elizete Vitorino.

5) Oficina ministrada na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC (SEPEX 2018), com o título “Competência em informação no contexto social: corporeidades, subjetividades e cidadania”, ministrada por Elizete Vieira Vitorino e Guilherme Goulart Righetto e com o apoio dos bolsistas Renata Moreira e Yuri Dutra Martins.

Cabe destacar que o viés do projeto buscou desenvolver a competência em informação da população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros e demais identidades) da Grande Florianópolis, por meio das dimensões técnica, estética, ética e política e, em específico, a) identificar as necessidades de informação da população LGBT+ com vínculo na ADEH; b) compilar fontes de informação, com foco nas necessidades de informação da população LGBT+ com vínculo na ADEH; c) realizar



oficinas sobre o uso das fontes de informação selecionadas para a população LGBT+ com vínculo na ADEH, com base nas dimensões técnica, estética ética e política e, d) analisar a competência em informação desenvolvida da população LGBT+ com vínculo na ADEH, com base no modelo de *Information Search Process* (ISP) de Carol Kuhlthau.

Acredita-se que a tríade ensino-pesquisa-extensão se debruça na efetivação da cidadania: o reconhecimento da sociedade como plural e diversa, estendendo as teorias democráticas tradicionais e possibilidades de viabilizar meios para a inclusão social. Destarte, a aprendizagem ao longo da vida, pressuposto básico da competência em informação, se manifesta como continuidade nas redes de apoio às minorias (COACCI, 2015).

O fator propulsor desta proposta é visível: a competência em informação na sociedade é uma realidade, porém não é igualitária. Ser competente em informação implica em ser potencialmente capaz e independente para realizar escolhas simples ou complexas, a partir de necessidades de informação que, se identificadas, podem promover a cidadania e efetivar a sociedade democrática às populações vulneráveis. Além disso, o acesso e uso da informação são fundamentais na efetivação das liberdades humanas e na contribuição para os vários pilares do desenvolvimento humano, principalmente quanto à emancipação das pessoas (DÜRMAIER, 2009).

Acredita-se que um dos grandes desafios da sociedade é o aprofundamento das desigualdades sociais em relação ao acesso e uso da informação, e isso requer a intervenção em níveis locais e globais porque a informação deixa de ser apenas um estoque e passa a ser um problema social e a ter valor como geradora de conhecimento (BELLUZZO, 2018).

Daí a importância de pesquisas que abranjam os estudos de necessidades de desenvolvimento da competência em informação



em diferentes grupos e comunidades. Desse modo, as pessoas precisam ter acesso e saber fazer uso inteligente dos mais variados recursos informacionais e das TIC, isto porque estão presentes no seu cotidiano enquanto instrumentos indispensáveis às comunicações pessoais, de trabalho e de lazer, sendo premissa necessária para o avanço social (BELLUZZO, 2018).

Logo, o capítulo seguinte atinge o elemento considerado *hors concours* da pesquisa: a tríade informação-vulnerabilidade-resiliência, com base na literatura e nas narrativas das pessoas trans para o desenvolvimento da competência em informação, sob a ótica fenomenológica.





3

O “ENCONTRO” DA
COMPETÊNCIA EM
INFORMAÇÃO NAS
NARRATIVAS DAS
PESSOAS TRANS

3.1 Informação, vulnerabilidade e resiliência: o desenvolvimento da competência em informação nas pessoas trans sob a ótica fenomenológica

A função da fenomenologia, em sua perspectiva e neste estudo, é apreender a significação das vivências das pessoas trans na consciência para o desenvolvimento da competência em informação destas. Sendo assim, a fenomenologia tem como preocupação central a exteriorização da realidade e como ponto de partida, a reflexão sobre o próprio ser, buscando o que realmente é exposto na experiência, descrevendo o que ocorre efetivamente do ponto de vista daquele que vivencia uma situação concreta determinada. Nesse âmbito, a fenomenologia é vista como uma filosofia da vivência, do viver (MACEDO; BOAVA; ANTONIALLI, 2012; GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

A partir da fenomenologia de Husserl, outras vertentes do movimento fenomenológico se conceberam, agregando igualmente para o seu desenvolvimento. Dentre elas, está a fenomenologia social, creditada ao sociólogo Alfred Schütz (1899-1959). Schütz (1979) embasou o seu pensamento em dois filósofos, compreendidos como mecanismos propulsores de sua obra: Max Weber e Edmund Husserl. Weber inspirou Schütz ao trazer à tona uma perspectiva de interpretação da realidade social respaldada na significação dos atos pelo praticante, bem como buscou em Husserl o entendimento filosófico que lhe permitiu assimilar os fenômenos sociais a partir do significado atribuído pelo fenômeno – ser – à ação no mundo cotidiano (JESUS et al., 2013).

O mundo cotidiano, para a fenomenologia social e para este estudo, é considerado um mundo cultural e intersubjetivo, visto que os seres coexistem e convivem entre si, não apenas de maneira corporal e entre os objetos, mas também como seres dotados de



consciência que é fundamentalmente similar. É cultural, porque desde os primórdios o mundo em que habitamos é um universo de significação, devendo ser compreendido para orientar e direcionar o ser humano; e é intersubjetivo porque o ser articula-se em diferentes relações sociais, buscando compreender e ser compreendido por intermédio delas (JESUS et al., 2013).

Baseado nesses conceitos, Schütz (1979, p. 72) reflete que o mundo cotidiano

[...] significa o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de “conhecimento à mão”, funcionam como um código de referência.

Para viver nesse mundo, o ser, a pessoa, guia-se pela forma como define o palco da ação, interpreta suas possibilidades e enfrenta seus percalços cotidianos. Esse contexto precede o reconhecimento da situação atual do ser, traçada por uma história sedimentada em todas as suas experiências internas anteriores. A matriz de toda ação social possui certa familiaridade no sentido, no entanto cada pessoa situa-se de maneira ímpar no mundo da vida, a denominada como situação biográfica (JESUS et al., 2013; SCHÜTZ, 1979).

Durante toda a sua existência material, cada pessoa assimila o mundo em sua própria perspectiva: pautada em seus próprios e singulares interesses, motivos, desejos, crenças ideológicas e religiosas. A realidade do sentido comum é denotada de modo cultural como universal; contudo, o modo como essas formas expressam-se na vida individual varia conforme a totalidade da experiência que o ser edifica no percorrer de sua existência. Essa experiência agrega um montante de conhecimentos disponíveis e acessíveis, conforme a situação biográfica da pessoa (JESUS et al., 2013).



A situação biográfica é inerente, única a cada pessoa. Por consequência, diz-se que o mundo da vida cotidiana, regular a todos os seres mundanos, torna-se único e particular quando visualizada no prisma de uma situação biográfica. O mundo, quando filtrado por meio de “minha” situação biográfica, se torna o “meu” mundo (GORMAN, 1979) e, simultaneamente, a espacialidade e temporalidade é definida pelas próprias posições no espaço e no tempo (MACEDO; BOAVA; ANTONIALLI, 2012).

O desenvolvimento da competência em informação, em se tratando de minorias sociais, como no caso das pessoas trans, é uma das soluções para se reduzir a situação de vulnerabilidade social, seja ao capacitar pessoas para alcançar seus objetivos, ou para desenvolver o conhecimento cognitivo e potencial para participar plenamente da(s) comunidade(s) e da sociedade em geral e à proteção cidadã em países com fragilidade de capital social e de política democrática falha (UNESCO, 2016).

Para compreender este fenômeno, portanto, é necessário considerar a competência em informação como uma metacompetência que, se desenvolvida qualitativamente, é capaz de transformar a sociedade em toda e qualquer esfera (VITORINO, 2016), seja econômica, cultural, política, financeira, etc., e principalmente, no entendimento e acolhimento às singularidades humanas.

Nessa conjuntura, as narrativas das pessoas trans colhidas na região de Florianópolis, Santa Catarina, a partir do vínculo com a ADEH, cuja proveniência se deu com base em uma indagação sobre as experiências cotidianas como pessoa trans, evidenciam que o fenômeno aqui estudado pode ser descrito sob três aspectos:

1. informacionais, em contexto social (considerado determinante para se constituir as relações sociais dessas pessoas para com os outros, num cenário em que as necessidades de informação



são constituídas pelo preconceito, estigma, discriminação, desconhecimento, estranhamento e a falta de apoio substancial, em meio familiar e principalmente, profissional e educacional; e em oposição, o acesso à informação se configura por meio da *internet*, das redes sociais de apoio, instituídas por redes sociais digitais, ONGs e pela própria comunidade);

2. da vulnerabilidade social, em detrimento dos aspectos informacionais (desencadeando uma espiral de violência estrutural e risco, envolvendo a restrição ao mercado de trabalho, estigmas e demais subalternidades sociais);

3. da resiliência (construído pela autonomia informacional, pela busca por direitos humanos, igualdade e cidadania numa sociedade considerada intolerante quanto às diversidades identitárias e corpóreas).

3.1.1 Aspectos informacionais

A informação, direcionada para este estudo, é categorizada como fenômeno elementar da cultura humana que carrega em si duas potências evidentes, efetivadas por intermédio do protagonismo social: o compartilhamento da diversidade de conhecimentos e o estímulo à dialética entre as pessoas e a formação do espaço crítico, a partir do entendimento mútuo de diferentes perspectivas, promovendo ações comunicativas para se compreender as diferenças e gerar consensos (GOMES, 2017).

Para se desenvolver o protagonismo social, no entanto, e minimizar as artimanhas da vulnerabilidade social e da exclusão, é necessário que exista o acesso à informação e seu uso de forma inteligente, levando em consideração que o uso desta diz respeito às atividades realizadas pela pessoa a fim de captar a informação e convertê-la em conhecimento, envolvendo habilidades intelectuais, como a interpretação, controle e organização da gama do conhecimento, bases da cognição (VARELA; BARBOSA, 2012).



Nesse cenário, o estudo da informação torna-se valioso na cultura pós-moderna, alcançando diversos campos do conhecimento. A informação é então detentora de forte valor simbólico, visto que produz, organiza e é disseminada por intermédio de linguagens, e transformada em conhecimento pelos processos cognitivos. As atividades de leitura, de relações construídas, de conhecimentos prévios, de novos dados, de comparação sobre pontos de vista distintos e a avaliação fazem parte do processo de decodificação e de interpretação informacional (VARELA; BARBOSA, 2012).

Salienta-se também que o processo de acesso e apropriação se inicia por uma busca da informação, atividade que envolve intrinsecamente a construção do conhecimento. Este processo é atrelado à relação com outros fatores humanos, como a consciência, os sentidos, a percepção, a atenção, o pensamento e a inteligência, juntamente com atividades cognitivas de filtragem informacional; condicionadas segundo interesses particulares, necessidades e conhecimentos primários (VARELA; BARBOSA, 2012).

Em refutação, na sociedade pós-moderna, a exclusão de pessoas relativamente à participação ativa, ao privilégio e à responsabilidade talvez seja mais densa em comparação à exclusão do acesso aos privilégios de grupos dominantes a que elas estavam submetidas no outrora (CASTELLS, 1999).

A exclusão pós-moderna é distinta das formas anteriores de discriminação ou segregação, pois visa a criar, em esfera global, pessoas inteiramente desnecessárias ao universo produtivo, para os quais se extingue a inserção (WANDERLEY, 2008). Para Fontes (1995), os desdobramentos dessa modalidade de exclusão abrangem praticamente toda a vida social, perceptíveis na gestão do território, nas formas de difusão culturais e nas falhas educacionais.

Na literatura brasileira, discute-se como outra face da exclusão pós-moderna a “apartação social”: consiste num processo



pelo qual se aponta o outro como um ser “à parte”, (apartar é um termo inferido para separar o gado), ou seja, o fenômeno de separar o outro, não somente como desigual, mas como um “não semelhante”, um ser expulso dos meios de consumo, dos bens, serviços, etc., e principalmente, do gênero humano. Trata-se de um modo contundente de intolerância social (NASCIMENTO, 1995, p. 25).

De modo geral, as narrações exprimem esse fenômeno de exclusão, de apartação, em variadas circunstâncias cotidianas, denotando que as necessidades de informação das pessoas trans nascem da falta de informação – em questão de respeito, tratamento igualitário e/ou empatia – dos demais membros e instituições da sociedade, podendo esses serem denominados os apartadores sociais a partir do momento que, de alguma forma, a identidade trans é revelada:

[...] então, é porque assim, eu tenho um privilégio, que eu não posso negar, que é a minha passabilidade cis, então em alguns lugares, eu chego lá, e a pessoa me trata... eu vou dar um exemplo bem fatídico, assim: eu fui fazer o RG, não dessa vez agora, mas a anterior, né, porque o meu RG ele mudou, né, eu consegui a retificação de nome, mas antes eu não tinha retificação de nome. Então, quando eu fui fazer o RG, o cara assim: “vem aqui, minha linda...” daí depois ele ficou assim: “oi, flor, não sei o que, tal, tal, tal, tal, tal, tal...”. Quando ele pegou o meu RG, que ele viu que eu era uma pessoa trans, acabou. E foi muito bizarro, assim, porque na primeira vez, porque eu estava acompanhando todo o processo, né? Então ele pegava o dedo da pessoa, botava no tinteiro e tal, tal, tal, tal, tal... comigo não. Quando ele viu que a “flor” que ele chamava não era realmente a “flor” que ele esperava, digamos assim, tipo, ele já me tratou, assim, de uma outra forma: curto, grosso, ríspido, e tipo... [...] na verdade, a passabilidade cis é quando você consegue transitar no meio de pessoas cisgêneras sem ser reconhecida enquanto uma pessoa trans, né? [...] é como se fosse uma existência menos caricata, digamos, assim, sabe? Porque as pessoas querem te ridicularizar de qualquer forma, entendeu? Então assim, elas precisam da oportunidade, e no momento que você se coloca ou que você não é reconhecida, você é mais uma da fila, entendeu? (NARRADORA A).³¹

31. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Outras situações cotidianas e direitos considerados básicos, como o acesso à saúde ou a orientação profissional, são considerados praticamente nulos ou inacessíveis, por conta do estranhamento com a identidade trans, o preconceito, o estigma e a espiral de ausência de informações concretas e efetivas, conforme relata o narrador B:

Hoje em dia [...] a informação tá a mil, todo mundo sabe mais ou menos quem nós somos, e eu não sei nem se isso é bom ou ruim, na minha opinião, mas daí tem um lado positivo incrível é porque as pessoas podem fazer o seu tratamento é sem muito preconceito, então isso mudou muito, melhorou muito, essas pessoas, porque na minha época ninguém nem sabia o que era isso, então eu chegava no meu trabalho e eu tinha que falsificar o meu documento [...] e como, como homem trans dentro do sistema do SUS eu acho horrível, é, horrível, mas ao menos tem, o básico do básico bom. Pra mim, eu não uso, porque não me ajuda em nada, é, os médicos, eles não sabem me ajudar, os médicos do SUS, eles não conseguem me ajudar, porque cada pergunta que eu faço eles não sabem responder. [...] O preconceito, ele foi uma constante na minha vida até os 22 anos. A partir do momento que eu tirei o meu peito, tudo mudou. Foi quando eu comecei a me hormonizar e me apresentar realmente fisicamente como homem que tudo mudou, eu não sofri mais (NARRADOR B).³²

A falta de discernimento informacional, dentro de instituições e seus profissionais é algo comum na vivência de uma pessoa trans, e o narrador B considera

[...] crucial que dentro de um sistema é, nós nos enquadrados a ele, que tenha acesso aos médicos, que os médicos estejam preparados, eles não estão preparados, eu digo principalmente os médicos, assim, porque a gente precisa dele pra sobreviver e, nos Estados Unidos, eles falam que tudo é caro, uma cirurgia é cara, uma hormonização é cara, uma... tudo é caro. Só que um homem trans nos Estados Unidos, ele não passa por preconceito, ele não passa por essa grande dificuldade que nós passamos com emprego e desemprego, lá não existe isso, eles trabalham como uma pessoa normal, eles têm acesso a universidade e colégio normal, eles têm acesso a tudo os que eles pagam, só que eles têm o melhor médico pra ser tratado, então vale a pena e compensa pagar por isso. Então a gente precisa, nem que seja no particular ou no estadual, que

32. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



tenha, porque é, eu hoje vou no SUS e faço uma pergunta pra um endocrinologista e ele não sabe me responder [...] (NARRADOR B).³³

Não somente na área da saúde ocorre a ausência de profissionais/informações especializadas:

[...] Em relação a advogados, quando a gente fizer uma pergunta pra um advogado, que ele saiba, né, nos responder uma pergunta, é, com firmeza, é, nítida, clara, porque eles não sabem nos responder, nem todos. [...] Nós temos todos os problemas, nós temos problemas... quando eu abro uma empresa, eu tenho milhões de problemas, então até, eu já passei, quando eu vou no banco, então nem se fala! Toda vez que eu vou no banco, é, agora não aconteceu mais, mas há dois anos eu fui revistado dos pés à cabeça e chamaram a polícia porque disseram que eu estava falsificando documentos, quando na verdade eu não estava falsificando documentos, só que a minha aparência não condizia com a minha identidade, daí eu tive que refazer outra identidade, foi um absurdo. [...] E eu passei por um preconceito muito grande, que eu poderia até abrir um processo contra o banco [...] (NARRADOR B).³⁴

Corroborando com a fala dos narradores A e B, Wanderley (2008) aponta que são muitas as questões descritas configuradoras da exclusão social, surgidas das mais variadas formas e sentidos no cerne da relação inclusão/exclusão. Neste rótulo, se inserem diversos processos e categorias, com uma gama de manifestações estilizadas em fraturas e rupturas do vínculo social (desadaptados socialmente, minorias, etc.). No ponto de vista epistemológico, o fenômeno da exclusão é tão amplo que é praticamente impossível sedimentá-lo. No contexto deste estudo, poderia se considerar os “excluídos [...] aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores” (XIBERRAS, 1993, p. 21).

A narradora D confirma essa premissa ao considerar que

[...] em relação à questão de informação, assim, oportunidade, comunicação e tudo mais, eu acho que a vida de nenhuma pessoa

33. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

34. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



trans é nem um pouco fácil, a minha também se tornou bem difícil, assim, em relação a tudo, porque existe, além de chegar, por exemplo, a gente começar a falar de emprego. Quando eu penso em chegar em algum lugar pra deixar um currículo, alguma coisa, porque eu digo, quando eu chego, porque muitas vezes o medo circula muito forte, que é um medo de chegar lá e não ser tratada pelo meu gênero e não ser bem tratada, de ter o meu nome de registro perguntado antes da entrevista, sabe? Todos os medos que circulam pedir emprego, mas quando eu já fui e entreguei meu currículo em alguns lugares e conversei, eu sempre tive boas conversas, sempre expus bem tudo o que eu faço, [...] eu passo todas essas questões, mas ao mesmo tempo, eu nunca fui chamada pra nenhum emprego (NARRADORA D).³⁵

A constante validação identitária, consequência da falta de informação da sociedade com as identidades trans assemelha-se com o que Castells (2006, p. 25) denomina “identidade destinada à resistência”, surgida por aqueles que se encontram em condições precárias e subalternas e ainda assim, constroem modos de resistência e sobrevivência com base em seus próprios princípios, como mostra o trecho:

[...] Além disso, eu acho que, assim, diversos locais é muito massante eu ter que ficar (re)explicando que eu tenho nome social, então todo lugar que eu vou, por uma questão de, porque sempre dá problema, né?, se eu passo o CPF e o nome social, daí eles acabam perguntando qual que é o nome de registro e acabam vendo fotos, ou quando vêem pessoalmente, perguntam, “ah, mas qual que é o nome de verdade?”, e todas essas situações que são bem complicadas (NARRADORA D).

O narrador C igualmente retrata a situação de necessidades de informação advinda da falta de entendimento dos demais – pessoas e instituições:

[...] hoje em dia que é mais comum o tema, inclusive, inclusive depois que começou a surgir aquela novela, na Rede Globo, é, que abriu bastante o debate a esse tema, e hoje em dia é visto como uma forma mais comum, quando chega nos serviços, as pessoas, pelo menos já sabem do que se trata, mas naquela época, não, né?, as pessoas fugiam do, eu chegava, eu lembro que eu chegava nos locais, assim, que eu fala que era trans, as pessoas se escondiam

35. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



na salas, os médicos chamavam as enfermeiras e iam ter reuniões pra saber de como lidar, lidar com uma pessoa trans, como se fosse algo assim, de outro mundo, né? (NARRADOR C).³⁶

[...] Eu tive problema também, por exemplo, é, precisei mudar minha senha na conta bancária; no banco, e fui até, lá, o gerente agiu de forma muito violenta, muito agressiva, é, como se eu tivesse ali tentando praticar um golpe, sabe?, porque eu apresentei os meus documentos, os meus documentos ainda, eu não fiz a retificação de nome; eu uso o nome, o nome social, é, pra estudar, pra algumas coisas eu já consigo, mas, por exemplo, no banco onde eu tenho conta eles não fazem ainda o uso no cartão; no cartão que a gente utiliza pros serviços. Então eu fui lá trocar uma senha, e quando apresentei meus documentos, ele empurrou meus documentos da mesa, se levantou de forma muito agressiva e falou que ia chamar os seguranças pra me retirar dali, porque eu estava tentando praticar um golpe me passando por outra pessoa, que era pra eu chegar lá com aquela pessoa da foto e dos documentos pra que pudesse mudar uma senha, que é da minha conta que eu tenho há mais de 13 anos, a primeira conta que eu abri aqui (NARRADOR C).³⁷

A reflexão de Bourdieu (2003) debruça-se nos trechos das narrativas acima, no concernente aos conflitos na conquista e participação dos espaços físicos e espaços sociais. Estando as pessoas – seres humanos, considerados como corpos e indivíduos biológicos – alocados em determinado lugar, e sendo desprovidos de estarem em vários lugares simultaneamente, elas ocupam um espaço.

O lugar é definido impreterivelmente como o ponto do espaço físico em que uma pessoa ou algo se situa, tem lugar, existência. Seja na forma de localização, de ponto de vista relacional, de posicionamento, de ordenamento. O lugar ocupado é vislumbrado como a extensão, a superfície e o volume que alguém ou algo “[...] ocupa no espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento (como às vezes se diz de um veículo ou de um móvel)” (BOURDIEU, 2003, p. 160).

36. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

37. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Estando inseridos no espaço e a partir da relação com o espaço social – com campos – e também as coisas no modo em que são internalizadas pelos agentes sociais, logo tomadas como propriedades, geralmente se situam num lugar do espaço social cuja caracterização é determinada por sua posição relativa/relacional com os outros lugares (acima, abaixo, entre, etc.) e pela longitude deles. Sendo o espaço físico estabelecido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é estabelecido pela exclusão mútua – ou a distinção – das partes constituintes, como estrutura de papéis sociais (BOURDIEU, 2003).

Segundo Bourdieu (2003), o espaço social se reproduz no espaço físico, mas usualmente de forma conflituosa: o poder sobre o espaço que o capital determina, em diferentes espécies, se assume no espaço físico apropriado na forma de certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, em esfera privada ou pública.

A posição no espaço social se manifesta no espaço físico em que o agente social se situa, pela posição relativa de suas localizações temporárias e, acima de tudo, permanentes que ocupam em vistas às localizações dos demais agentes (BOURDIEU, 2003). Essa noção é relativa aos acontecimentos, por muitas vezes hostis, expostos pela narradora A ao decidir ingressar na universidade, principalmente pelo descaso quanto ao uso do nome social, sendo uma fala comum entre todos os narradores. Conforme a narradora A explica,

[...] A professora M. J. acreditava que a gente deveria estudar, se colocar pra entrar na universidade, todo mundo tinha o segundo grau completo. A gente só não tinha, é, tido, sei lá, coragem, eu acho, de entrar na universidade. Aí, ela pegou e a gente criou um espaço dentro da ADEH para que a gente pudesse estudar pro vestibular. Ok, o que aconteceu: quando aconteceu [...] esse processo, saiu junto que já tinha uma resolução que a gente poderia entrar com o nome social na universidade. Aí eu fui lá, fiz toda a documentação, paguei e tal, aí quando eu cheguei pra entregar os documentos, dava em torno de 15 pila, tudo, que nunca é pouco, né?, aí a pessoa



chegou pra mim e disse assim: “olha, esses documentos aqui não garantem que vão te tratar pelo teu nome social, mas fica registrado que tu tens interesse” [...] (NARRADORA A).³⁸

[...] Aí quando eu cheguei lá no vestibular foi aquele caos, tipo, não, e engraçado porque nesse ano também, eu fui fazer o vestibular de novo e a pessoa riscou a minha identidade, assim, ela pegou, ela raspou, assim, a foto, foi muito bizarro, foi muito bizarro. Isso num dos colégios que eu fui fazer, o fiscal de prova fez isso, tipo, muito bizarro, [...] mas enfim [...] aí, nessa, daí eu fiz a documentação, passei no vestibular pra Serviço Social, e daí eu comecei a fazer... porque assim, quando eu entro na UFSC, eu já tinha puxado muita cadeira, então eu consegui adiantar todo o semestre (NARRADORA A).³⁹

Prossegue, ao relatar alguns acontecimentos hostis entre professores e alunos, já dentro da universidade como graduanda do curso de Serviço Social:

[...] dentro da universidade [...] começa toda a novela, é, eu acho que a minha primeira discussão já foi no primeiro dia de aula, que eu tive uma professora do Serviço Social/Assistente Social, com Doutorado, que disse que jamais me chamaria pelo nome social enquanto meu nome social não fosse nome de registro, que não era permitido. Aí, assim, só pra tu teres uma ideia: na lista de chamada, era pra vim o nome social, só que eles fizeram uma m..., eles botaram o social e o de registro. Então a pessoa tava lendo a chamada, e de repente, vinha o meu nome social/o nome de registro, ou seja, o professor tinha o direito de chamar pelo nome que quisesse, né?, e como pra ela não foi o suficiente, ela durante uma semana inteira, ela passava a lista pros alunos botar o ponto de presença. Consegue compreender isso? (NARRADORA A).⁴⁰

[...] e depois eu tive outros problemas dentro da universidade, assim ó, com servidores públicos no Serviço Social, com o pessoal que atende de ponta, nunca tive problema nenhum, muito pelo contrário, todos eles sempre foram muito solícitos comigo e até sinto falta deles, assim, de ter um contato maior, que eu acho, é legal [...] (NARRADORA A).⁴¹

38. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

39. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

40. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

41. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Do mesmo modo, a narradora E explicita suas necessidades de informação no contexto universitário e social, relatando sua dificuldade em estabelecer um diálogo análogo com as pessoas para sanar e esclarecer suas demandas informacionais, conforme reflete que

[...] tive bastante dificuldade no início, sobre o meu ingresso na universidade, especificamente, porque foi a partir dali que começou toda essa questão sobre as necessidades de informação, sobre as necessidades informacionais, que foi até tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso, é, onde eu estudei, pesquisei, as reais necessidades informacionais da população T, de mulheres, homens trans e travestis em relação à política do nome social e lá eu aponto, as necessidades que a nossa população teve dentro universidade, em relação ao nome social, em relação a construção da cidadania, em relação, é, aos nossos direitos, o respeito a identidade de gênero e no início eu entrei na universidade, eu sabia muito pouco sobre esse universo [...] e pra mim foi um, uma realidade um pouco complexa, me deparar com um universo como a universidade, onde o fluxo de informação é intenso, informações a todo momento, é um boom de informações e imagina eu, sendo travesti, é, como poucas, dentro da universidade, pouquíssimas trans, travestis dentro da universidade (NARRADORA E).⁴²

Quando cheguei na universidade, tinham três, quatro, mas cada uma no seu centro, então a gente não tinha muito tempo pra trocar informações, eu tive poucos momentos de trocas de experiências com as meninas que já estavam dentro da universidade [...] E as dificuldades maiores foram em relação à comunidade acadêmica, as minhas necessidades informacionais, as minhas necessidades de informação, elas começaram a surgir por conta de uma negligência da administração pública, que é o que eu aponto na minha pesquisa, no meu TCC, que é, essas dificuldades, elas se dão por quê? Porque não tem uma política real, não tem uma política concreta, é, que divulgue, que oriente a população T dentro da universidade (NARRADORA E).⁴³

A situação exposta pelas narradoras A e E quanto ao ingresso e outras situações na universidade e aos princípios desta podem ser relacionados com as denominadas “sociedades de discurso”, cuja função arcaica é conservar ou produzir discursos com a finalidade

42. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

43. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



de fazê-los circular em espaços restritos e distribuí-los somente com regras estipuladas e/ou criá-los para cumprir diretrizes burocráticas e institucionais (FOUCAULT, 2002, p. 39).

Por mais que esta conjuntura social tenha quase desaparecido, segundo Foucault (2002), compreende-se que existem ainda resquícios comportamentais de “sociedades de discurso”, ainda mais num prisma em que o espaço pode ser e é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida: os espaços físicos, cujas intenções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com inabalável segurança, em que “[...] o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, [...] da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico” (BOURDIEU, 2003, p. 163).

Em situação similar, o narrador C relata que é [...] *formado em Gestão Ambiental, mas só consegui estudar porque estudei online, não foi presencial, então eu tenho uma graduação, que eu trabalhei inclusive no ramo, né?*⁴⁴, e conseguiu estudar sem maiores problemas pela modalidade à distância pois utilizava o seu nome de nascimento e não precisava contestar sua identidade para com a instituição ou por divergências de registro nos sistemas da universidade.

Parte das divergências apontadas nas narrativas C e D se relacionam com a célebre “revolução informacional” (LOJKINE, 2002) e suas tecnologias, cuja característica principal é a sua “[...] sua penetrabilidade, ou seja, [...] sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa atividade é exercida” (CASTELLS, 1999, p. 68).

O espaço urbano, envolto em processos de mediações, configura-se em suporte social que realiza o processo informacional,

44. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



indo além da aplicação básica das ferramentas de tecnologias em um determinado espaço. Esse processo, incorporado em todas as dimensões da realidade cotidiana, reconfigura os fragmentos da sociedade por meios tecnológicos, conferindo sentido ao extenso emaranhado informacional disponível em eixo social – as condições sociais, históricas, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas vivenciadas por aquele que usa, representa, atua, aprende, ensina, transforma, opta, produz e consome. A informação e suas tecnologias aliadas aos processos sociais ressignificam as práticas espaciais e temporais, edificando novos meios de interacionalidade social (REYES, 2005).

É nítido que a revolução informacional, sendo fator das forças produtivas da modernização, atinge e remodela o espaço de modo altamente seletivo e desigual. A interposição e a limitação ao acesso e ao uso de informações, itens componentes na produção do espaço urbano, têm estendido processos excludentes, descumprindo os propósitos constitucionais e internacionais sobre a produção e o uso democráticos dos espaços sociais. A partir do momento em que a informação se estabelece como força produtiva potencializada essencialmente pelo capital, torna o espaço urbano mercadoria desenhada, materializada e controlada por seus senhores, evidenciando a distinção social (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013).

Oposto a isso, a possibilidade de processos colaborativos, horizontais e interdisciplinares, quando realizados pelas vias da mediação da informação entre os envolvidos, sinaliza a produção do espaço urbano assentada nas bases da coexistência socioespacial. O relacionamento promovido por intermédio de saberes, disseminado com base no compartilhamento de informações, insere-se no paradigma participativo, com o reconhecimento das modalidades de conhecimento (técnico-científico, sociocultural, tradicional ou “experencial”, promulgados pela realidade socioeconômica)



de todos os envoltos nos processos de concepção e utilização do espaço urbano (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013).

Assim, a narradora E expõe que apesar de todas as suas necessidades de informação desde o princípio e constantes durante a passagem na universidade, a política do nome social conseguiu ser de alguma forma, reformulada, apesar dos contínuos conflitos com a tecnologia, consoante ao seu relato:

[...] a política do nome social era muito precária, ela mudou depois de muitos encontros e depois de muitas propostas em eventos dentro da universidade, onde a gente discutia melhorias na política de nome social, mas anteriormente essa política do nome social, a primeira normativa que saiu, ela colocava o nome social junto com o nome de registro na chamada. Então era apenas uma gambiarra, porque ao mesmo tempo em que você tinha o seu nome social, você não tinha, porque o nome social é pra quê? É pra você excluir da sua vida o nome civil, para que ninguém saiba o teu nome civil, então era uma política muito precária, mudou e se tornou uma das melhores do país, mas a gente ainda enfrenta muita precariedade, porque os sistemas da universidade, eles não conversam [...] no início, quando eu ainda não tinha retificado o meu nome (NARRADORA E).⁴⁵

Algo bastante ressaltado em todas as narrativas foi à questão primordial do entendimento, uso e por muitas vezes, conflito sobre o uso do nome social. Os narradores expuseram algo como um deslocamento social contínuo e precariedade em diversas instâncias. Para Carreiro (2008), quanto mais as pessoas estiverem inseridas socialmente, mais elas se inscrevem conscientemente em todos os eixos que se inserem. A premissa oposta é igualmente verdadeira, pois quanto mais a pessoa se distancia dos eixos que se insere, mais ela pode viver formas de desigualdades e rupturas sociais.

Compreende-se que tal inserção começa ou deveria começar no seio familiar, desde a infância, ou durante a revelação/transição de gênero dos narradores, algo pouco recorrente entre a maioria

45. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



destes. De acordo com o narrador C, a infância foi a sua fase mais difícil na vida,

[...] foi de onde eu guardo mais memórias, assim, ruins; porque como eu nasci, nasceram os meus três irmãos, e depois eu fui nascer, já tinha todo um projeto, assim, pro meu nascimento, de que, quando viesse a menina, essa menina seria a princesinha da família, seria a irmã mais caçula, a irmãzinha que levaria pros amigos conhecer, tal. Minha mãe, sendo costureira, claro que faria todo um vestuário, pra essa menina, tal, de, enfim, foi colocado todo um projeto em cima disso, e não foi isso que aconteceu. Logo nos primeiros anos de vida, eu com dois anos de idade, eu já desmaiava no colo da minha mãe quando as pessoas vinham falar comigo e me tratavam [...], eu já tinha problema pra me socializar, com dois anos de idade, então já começava a vir à tona a questão da transexualidade (NARRADOR C).⁴⁶

O narrador B revela suas relações pouco estreitas no seio familiar: [...] *Nunca tive ajuda, a minha família não me aceita como eu sou, a minha família é extremamente preconceituosa, [...] nunca fui expulso de casa porque a minha mãe é assistente social federal e ela é professora de universidade, então ela jamais iria me expulsar de casa (risos). [...] Eu nunca tive nenhum respeito por ela, a gente não, a gente convive, nós convivemos juntos, não temos diálogo, não temos uma relação.* [...] ⁴⁷ E com a família, no geral, tem [...] *pouca relação social, tentamos nos respeitar, mas a gente... nós convivemos, não nos respeitamos.*⁴⁸

Revela também o relacionamento conturbado com sua mãe, ao expõe que [...] *a minha mãe, por exemplo, ela não anda comigo na rua. A minha mãe, não, não vai comigo em nenhuma loja, a minha mãe... nós nunca saímos, nós nunca viajamos e nós nunca fizemos nenhum passeio social juntos, eu não tenho vida social com a minha mãe, ela tem vergonha de sair comigo na rua.*⁴⁹

46. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

47. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

48. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

49. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Da mesma forma, a narradora D aponta sobre a reação pouco auspiciosa de sua mãe ao conversar sobre a sua transição de gênero: [...] *Perguntei pra minha mãe se ela ia me apoiar, se ela ia me ajudar, de certa forma, assim, ela disse que não ia me ajudar nas minhas loucuras, mas que ia me dar um apoio, de certa forma, e daí ela pagou a rinoplastia pra mim, e eu comecei tudo da minha transição dali pra frente.*⁵⁰

Em similaridade com o contexto religioso como fator de impacto na vida dos narradores e como estigma para a aceitação pessoal e da família, a narradora D pondera:

[...] Daí falo de homossexualidade dentro da igreja católica, se torna um sentimento muito forte, então, sem sombra de dúvidas, ser criada por uma mãe que me botava na cabeça que o catolicismo era tão certo, assim, me fez pensar que o catolicismo estava certo quando eu sentia totalmente o contrário do que o catolicismo dizia que eu tinha que sentir. Então a religião teve uma parcela significativa de que aquele meu sofrimento continuasse sendo tão forte durante anos, mas que eu tenha trazido ele até hoje, tem resquícios muito pequenos, assim, em situação de dor, ainda sinto uma vontade como se fosse uma vontade de conversar com um ser, ou um ente superior, mas não é algo que eu alimento ou... E às vezes eu converso mesmo, converso pra me saciar psicologicamente, não porque eu ache que alguém me ouça realmente, sabe? (NARRADORA D).⁵¹

E prossegue, relatando como se deu o entendimento conflituoso com sua identidade de gênero versus religião católica: [...] *Fui catequista, fui homofóbica, fui muita coisa. E eu não sabia que isso podia acontecer, e eu não exteriorizava pra ninguém, e isso ia me corroendo, e ao mesmo tempo, peguei um vício em masturbação que foi algo perturbador pra mim, [...] isso por dois anos, daí no auge de tudo isso, eu descobri que eu queria usar roupas femininas todos os dias e que eu gostava de roupas femininas, daí eu não sabia que isso podia acontecer, daí eu comecei a sentir isso.*⁵²

50. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

51.s Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

52. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Em relação aos desejos sexuais e o cristianismo, que pode ser igualmente aplicado às questões de identidade de gênero, Foucault (1994, p. 14) questiona: “por que o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados, são objeto de uma preocupação moral?”. Segue questionando por quais motivos o famigerado “cuidado ético” parece ser mais valioso do que a atenção moral que se envolvem outros campos, “não obstante essenciais na vida individual ou coletiva, como as condutas alimentares ou a realização dos deveres cívicos”. Reflete que o fio condutor da questão é definir quais as condições que o ser humano “problematiza” sua essência, sua existência, “e o mundo no qual ele vive” (FOUCAULT, 1994, p. 14). Logo, a “problematização” seria a compreensão do fenômeno social, uma vez que compreendê-lo é buscar sua essência (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

A exteriorização do desejo latente de se sentir mulher, conforme relata a narradora D, exemplifica a repressão sexual – e de gênero, preponderante também nos espaços da sociedade pós-moderna. Chauí (1990) expõe que se vistas pela ótica da moral, as práticas e ideias sexuais – aqui se insere as de identidade de gênero – que destoam aos padrões morais vigentes são consideradas “vícios”, pois o seu oposto, os padrões, são as “virtudes”.

Três sentidos principais constituem o vício: a disposição habitual para o mal (o pecado); uma tendência ou impulso reprovável, incontrolável, decorrente de certa imperfeição que torna alguém inapto a seguir sua destinação natural, considerado defeito (se aproximando da patologia); e por último, significa depravação e nessa visão, é sinônimo de preferência ou prática sexual renegados pela moral e pela sociedade. Desse modo, a palavra vício traz consigo a referência ao sexo (CHAUÍ, 1990, p. 114).

Em acepção moral, as racionalizações que contestam a repressão sexual conectam-se às noções de hábitos viciosos (algo



como uma segunda natureza), de impulso desenfreado originado de uma imperfeição (uma falha que gera uma ação quase naturalmente viciosa) e de corrupção e desvio das normas estabelecidas (algo deliberado). Em ambos os sentidos, faz-se associação com a norma. No primeiro sentido, a norma é oriunda da natureza e o vício, comportamento antinatural; no segundo sentido, a norma varia entre natural e social e o vício, voltado à conduta natural, é ato impulsivo antissocial; no terceiro sentido, a norma é sumariamente social e o vício é corrupto e antissocial (CHAUÍ, 1990).

Na perspectiva moral, eis a direção que a repressão sexual tomará: será pedagogia (na correção dos hábitos e criar outros hábitos sexuais, desta vez, virtuosos ou morais), será punição (“para fazer o desvio deliberado regressar aos trilhos”), será vigilância (para controlar os riscos de desvio e depravação), e acima de tudo, será estigmatização (o vício de natureza e a corrupção-depravação enraizada ou imutável devem ser expostos, segregados publicamente e sinalizados, explicitados para que os outros membros da sociedade possam ter mecanismos de identificação dos viciosos “naturais”, corruptos e igualmente depravados). O vício sexual, para todos os casos inferidos, aparece condicionado à noção de impureza e de má vontade (CHAUÍ, 1990, p. 115).

Moralmente falando, a repressão sexual ocorrerá em via dupla: pelo surgimento de percalço ao vício (educação da vontade) e pela exposição dele, se incorrigível. No cerne da disposição repressiva, apresenta-se a “corretiva e a edificante – impedir ou exhibir para exemplo”. O movimento repressivo será vendido pelo entendimento de proteção: proteger os seres moralmente corretos contra o vício e proteger os espaços sociais em oposição aos viciosos (CHAUÍ, 1990, p. 115).

A repressão, para os narradores, ocorre em situações cotidianas, desde o tratamento pelo pronome de tratamento como outras situações preconceituosas. A narradora D exterioriza que não gosta



[...] de ser tratada no masculino, e até essa semana mesmo eu passei pela primeira vez por uma situação de rua [...]. Eu tava andando no meio da rua, e passa um carro e me chamam de “viado”, sabe?, eu nunca tinha passado por isso desse jeito. Diariamente, eu pego um ônibus e dentro do ônibus, parece que eu viro um espetáculo, porque todas as pessoas olham pra mim, algumas com cara de curiosidade, outras com cara de aversão ou de, “por que você tá fazendo isso?” (NARRADORA D).⁵³

Às vezes, fica claro que eu uso sutiã, as vezes fica claro que eu tô com uma calça de cintura alta, que eu tô com salto, sabe?, então [...] assim, depois de um mês, eu acho que eu acabei me acostumando a não olhar pra nenhum lado quando eu entro no ônibus, sabe?, então eu entro no ônibus olhando pro chão ou olhando reto e procurando um banco pra mim sentar, então pra mim não vivenciar aquela dor todos os dias, eu tenho que não olhar pra nada, sabe? (NARRADORA D).⁵⁴

Consoante a isto, a narradora E considera a informação como sinônimo de poder:

[...] eu sempre fui muito barbaqueira, sempre contestei muito as coisas, então nunca admiti que as pessoas me humilhassem ou fizessem qualquer coisa do tipo pra me inferiorizar, pra me diminuir, e a informação ela era uma aliada, porque a partir do momento que eu tinha informação, que eu sabia, que eu tinha conhecimento de, do que eu representava no mundo, nos meus direitos, das minhas demandas, eu sabia que, com a informação, com o saber, porque saber é poder [...]. E eu me sentia protegida tendo informação, sabendo das minhas, dos meus direitos dentro da universidade, não só dentro da universidade, mas em relação a tudo, eu tenho informação, eu me sentia protegida. E me sinto até hoje (NARRADORA E).⁵⁵

Para o narrador B, a repressão ocorre no meio familiar e por vezes, social, quando afirma que o

[...] problema maior está dentro da minha casa, dentro da, dentro do meu meio social, os vizinhos, a família... é, sempre essas pessoas que me derrubam, então isso foi, é, deixa qualquer uma pessoa triste, então, tem que todo dia, é... tu leva um tapa na cara, mas tu

53. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

54. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

55. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



tem que sorrir mesmo levando um tapa na cara porque tu sabe que tu tem que, tu tem que viver aquele dia. Não importa como, porque tu tem muita responsabilidade nas tuas costas (NARRADOR B).⁵⁶

Se eu deixar de viver um dia, todos os meus clientes vão deixar de comer um dia, e eu vou deixar de pagar as minhas contas ou várias coisas vão acontecer, então é um acúmulo de problemas que te gera se tu não viver um dia, como qualquer outra pessoa normal, então é, a gente tem que levar um tapa na cara e continuar a luta, porque, é isso, não tem que baixar a cabeça, não dá pra baixar a cabeça (NARRADOR B).⁵⁷

Chauí (1990) atesta as falas dos narradores acerca da repressão que constitui as relações familiares, sociais e religiosas para com as expressões sexuais e identitárias que escapam da moralidade. Destarte, considera que, em âmbito social, a moralização do sexo (depois que se instaura a purgação ou purificação de modo religioso) é feita pela família e pelo trabalho, em primeira instância – com a escola e o Estado fornecendo recursos formais e legais para o que se realiza nas instituições família e trabalho.

O narrador B relembra que a descoberta conflituosa como homem trans se deu aos

[...] quatro anos de idade, eu tava no jardim de infância, eu me lembro até hoje desse episódio porque ficou bem marcado, eu fui no banheiro com a chave do Cebolinha e a professora impediu e disse que eu tinha que usar a chave da Mônica e eu recusei, fui pro banheiro e ela me bateu. Ela me bateu, eu tinha quatro anos de idade, chamou toda a minha família, foi uma confusão, eu apanhei de todos os meus familiares e, e foi aí que ficou bem marcado pra mim. [...] Eu sabia que eu ia ter problemas (risos), hoje eu não tenho nenhum tipo de problema e nenhum preconceito, por quê? Porque eu construí o meu respeito, eu ganhei muito respeito dentro da minha profissão, eu sou muito respeitado [...] (NARRADOR B).⁵⁸

56. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

57. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

58. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Situações cotidianas que retratam a repressão, o preconceito e as necessidades de informação, de entendimento das pessoas trans para com a sociedade e da sociedade para com estas foram bastante expostas nas narrativas, como se apresenta no trecho:

[...] A questão é a falta de informação e a vontade da pessoa ir atrás da informação, a vontade dos educadores dentro do colégio, tudo começa na educação, tudo começa dentro do colégio, tudo começa lá. A gente tem uma situação de um homem trans, ele tem cinco aninhos de idade, eu nunca vi ele, mas ele é bem novinho. Ele tem cinco ou quatro aninhos, eu não sei, eu sei que a família inteira respeita ele, e a mãe dele foi denunciada no conselho tutelar, então é um absurdo, porque assim, é uma mãe tentando desenvolver a própria criança, e mesmo assim ela não ligou, ela continua aceitando ele como ele é, ele tem um nome que ele que escolheu, então assim, é uma criança que tem tudo pra ser uma, uma, um grande profissional, uma grande pessoa, um grande ser humano (NARRADOR B).⁵⁹

[...] Então tudo começa dentro do jardim, ou dentro do, dentro da, dentro do crescimento, do crescimento social da criança, na primeira série, na segunda série, os professores, é, tentando trazer os alunos pra, pra uma aceitação, porque todo mundo é igual, falta o professor, essa voz ativa dos professores, não que eles sejam responsáveis por isso, não são, mas isso é uma ajuda porque eles estão desenvolvendo o cérebro das pessoas. Então, é, se, se, eles podem até trazer uma discussão de família dentro do colégio e trazer os pais também pra essa discussão, e hoje em dia tá cheio de homem trans, tá cheio de mulher trans no colégio, tá cheio! Tá cheio de adolescente, tá cheio de homem trans aí, com 12, 13 anos se assumindo, os pais aceitando, não aceitando, então tá na hora de mudar [...]. (NARRADOR B).⁶⁰

Das necessidades de informação que advém do despreparo de espaços físicos, sociais e da relação com seus integrantes, os narradores apontam a internet como o fator determinante na disseminação dos movimentos sociais – sobretudo em rede, incluindo redes de apoio, agora também remotas e a extensão das ONGs – visando à busca pelo acesso a informação, no fortalecimento e

59. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

60. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



desenvolvimento de vínculos com a população LGBT+ e principalmente, com a população trans.

A mobilização e o impacto dos movimentos sociais, do feminismo, a priori, no tangente às relações entre as questões de gênero/sexuais deu ímpeto a um forte impacto cultural: o questionamento da heterossexualidade como norma reguladora. Às lésbicas, afastar-se da figura masculina, gênese de sua opressão, foi resposta lógica de sua perspectiva da dominação masculina como o motivo pelo qual as mulheres se encontram em situação subalterna. Aos gays, a indagação da família tradicional e as relações conturbadas entre homens e mulheres fomentaram uma abertura para discutir novas formas de relacionamentos pessoais e novas modalidades de conjuntura familiares, as famílias gays. Para os envolvidos, a libertação sexual, sem restrições morais, tornou-se a nova fronteira da autoexpressão (CASTELLS, 1999).

Para Castells (1999), então, a civilização é estabelecida em tabus e repressão de gênero/sexual. A liberação do desejo é subordinada aos espaços/instituições sociais, denotando assim a transgressão e alinhando a dominação. A liberação, aqui como libertação também, dos desejos além da heterossexualidade se constituiu em movimentos sociais proliferados ao redor do mundo, começando nos Estados Unidos em 1969-70, alcançando na continuidade a Europa e depois o restante do mundo (CASTELLS, 1999).

Sendo fala recorrente dos narradores, o papel das ONGs, no caso em específico, da ADEH, é considerado basilar no movimento social trans.

[...] eu acho que sempre falta também um serviço especializado, assim como se fosse uma coisa como a ADEH, só que de maior escala e em mais outros lugares, sabe?, alguma coisa que recebesse as pessoas trans e já pra fechar certinho as necessidades delas, sabe?, direcionasse bem fortemente, porque a questão, eu tô conseguindo o meu registro, a retificação da minha carteira de identidade e tudo isso eu consegui por contatos que eu fiz através



da ADEH, e a ADEH tá começando a fazer esse trabalho, só que esse trabalho a ADEH faz sozinha aqui em Florianópolis, sendo que tinham pessoas que já tavam entrando com esse processo desde 2007, então imagina o número de pessoas trans que esperam pra fazer esse processo que se torna tão necessário (NARRADORA D).⁶¹

Imagina, tem gente que pediu em 2007 e tá conseguindo a retificação do nome hoje, depois de dez anos. Se eu tivesse que esperar esses dez anos, o que graças a Deus, não tá acontecendo por causa da ADEH. Graças a ADEH, nem graças a Deus, é, o que acontece é que eu ia me formar na faculdade e meu diploma não ia vir com meu nome, ia vir com um nome que não me representa mais, então a retificação do nome é importantíssima por vários motivos, sabe? (NARRADORA D).⁶²

Em conformidade com Gohn (2013), muitos movimentos sociais se converteram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os forneciam suporte. Criou-se um novo entendimento em que mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser formas de fortalecer e organizar a comunidade para participar de programas e criação de políticas públicas, por exemplo. O militante foi se transformando no ativista organizador dos usuários de serviços sociais.

A questão da militância apresenta-se como fala bastante evidente dos narradores, principalmente [...] *pela precariedade da informação, porque não tinha esse diálogo, não tinha essa intervenção por parte da população T, depois começou a ter, essa intervenção e essa luta por melhorias. E tudo isso também só começou a partir da militância. A militância, ela tem um papel fundamental na transformação e na luta por direitos, eu sempre digo isso, que a militância, ela precisa intervir pra que a gente consiga conquistar os nossos direitos e pra que a gente consiga fazê-los valer, mas é uma luta diária* (NARRADORA E).⁶³

61. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

62. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

63. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



A premência do foco às pessoas trans como público-alvo de políticas públicas, mesmo que operada por intermédio de ONGs, contribuirá para uma possível cidadania/visibilidade trans e para a solução das demandas informacionais da população (CARVALHO; CARRARA, 2013). Em contrapartida, a narradora E visualiza outra esfera relacional entre as necessidades de informação – externas para com as pessoas trans – e a militância:

[...] Eu sempre digo que as necessidades informacionais não foram tão minhas quanto é de toda a sociedade, eu jogo essa responsabilidade pra sociedade, eu acredito que eu não tive tantas necessidades informacionais, as minhas necessidades informacionais elas foram voltadas para como eu chegaria até a informação, mas a partir do momento que eu chegava na informação, eu me deparava com as necessidades de informação das pessoas que me atendiam (NARRADORA E).⁶⁴

Então eu não sei se essa necessidade informacional foi tão minha, eu acredito que essa necessidade informacional ou de informação é mais de quem vai atender, de quem vai, é, lidar, de quem vai conversar com parte da população T, porque a militância ela também ajuda muito, a militância ela nos orienta, a militância nos ajuda nesse sentido, de como ter as informações em mão, de como correr atrás dos nossos direitos, mas a militância muitas vezes ela não chega no todo, ela não chega em toda a sociedade, então [...] toda a sociedade tem essas necessidades de informação sobre a população T (NARRADORA E).⁶⁵

Nesse sentido, observa-se que a partir das necessidades de informação não correspondidas por instituições e/ou profissionais aptos, ocorre o fortalecimento da militância, do trabalho das ONGs e dos movimentos sociais, agora proliferados em rede. Castells (2013) infere sobre a massificação dos movimentos sociais contemporâneos: inicialmente eram alguns; depois, centenas e mais adiante, milhares, ganhando o suporte de milhões, com seus discursos e sua busca interior por esperança, indo além das ideologias repressoras,

64. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

65. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



conectando-se com as reais questões de pessoas reais “na experiência humana real que fora reivindicada” (CASTELLS, 2013, p. 10).

Iniciou-se nas redes sociais da internet, e estas sendo espaços autônomos, acima do controle governamental e institucional, tornam-se rapidamente monopólio dos canais de comunicação e poderosas fontes de informação ao compartilhar dores e esperanças no espaço público da internet, com as pessoas conectando-se umas às outras e estabelecendo redes sobre suas visões pessoais ou relações associativas. Estabeleceram vínculos e uniram-se (CASTELLS, 2013).

E tal união os ajudou a superar medos, anseios, estigma, emoções “paralisantes” em que os poderes institucionalizados se sedimentam para prosperar e se reproduzir, por opressão ou falta de coragem – e se necessário, pela violência pura e singular, seja ela camuflada ou sumariamente aplicada. No “ciberespaço”, pessoas de variadas faixas etárias e condições sociais passaram a ocupar o espaço público, na busca entre si e o destino que desejavam alcançar, “ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais” (CASTELLS, 2013, p. 10).

Buscando alcançar as massas sem interferências opressoras, os movimentos se disseminaram por “contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias”. A motivação não foi somente pela pobreza, pela crise econômica ou pela falha no sistema democrático que desencadearam essa revolta multifacetada. Indubitavelmente, essas falhas estruturais de uma sociedade desigual e de uma política monopolizada não democrática se faziam presentes nas reivindicações (CASTELLS, 2013, p. 10).

Ademais, “foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro,



político ou cultural”, unindo as pessoas que transformaram seus temores em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade liberta. Humanidade cuja identidade tinha de ser efetivada a partir do princípio, escapando das inúmeras sistematizações ideológicas e institucionais que tinham levado diversas vezes ao limbo, “forjando um novo caminho, à medida que o percorria. Era a busca de dignidade em meio ao sofrimento da humilhação – temas recorrentes na maioria dos movimentos” (CASTELLS, 2013, p. 10-11).

Para os narradores, a movimentação social em redes digitais é um marco na busca e conquista por direitos, no acesso e troca de informações e no estreitamento de redes de apoio, sendo uma fala comum a todos. Pelo entendimento da narradora A,

Eu sempre tento me basear no que eu tenho acesso à internet, por busca própria, e acontece muito também de eu receber informações que elas acabam aparecendo, o Facebook pra mim é uma ferramenta de trabalho [...] o meu Facebook, ele é minha ferramenta de trabalho e ele é uma bolha, eu acredito, de todas as pessoas. Mas, assim, tem lá dentro as pessoas que compartilham mais ou menos do mesmo pensamento, então a gente acaba sempre circulando mais ou menos as mesmas notícias ou as notícias de interesse comum, então, é isso, nada além. Fora isso, é, sites, fóruns, grupos, WhatsApp, a gente compartilha muita informação no WhatsApp, a gente tem alguns grupos que são de lideranças, eu não gosto deste nome, mas enfim... que são voltados à lideranças LGBT e daí a gente troca informações, dialoga, vê quem pode ajudar naquele momento e são vários profissionais, então a gente consegue receber informações, assim, de tudo (NARRADORA A).⁶⁶

[...] A troca de informações sempre ocorre [...] sempre ocorre em lideranças, porque na verdade quando a gente fala de pessoas que estão junto, mesmo heterossexuais, elas estão junto, indiferente da orientação sexual ou então identidade de gênero, mas assim, de fora mesmo, tive algumas experiências mas foram raríssimas (NARRADORA A).⁶⁷

66. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

67. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Em experiência similar, o narrador C pondera que [...] A gente ainda precisa da ajuda de muitos. [...] *Eu tenho um grupo no WhatsApp, um grupo que a gente já tá há cinco anos, desde que eu sou militante que existe esse grupo, a gente se une mais de forma virtual mesmo, é um grupo de mais ou menos uns 40 meninos trans, homens trans, eu sou mais velho entre todos ali, e o mais antigo de militância também, então a gente as vezes se reúne, mas é muito difícil pessoalmente, mas ali no meio virtual é onde a gente se encontra, onde a gente se apóia, um ao outro [...]* (NARRADOR C)⁶⁸

Em acepção homogênea, a narradora E exprime seu ponto de vista positivo acerca do movimento social em rede para as pessoas trans, no sentido que

[...] acaba que as redes sociais, elas ajudam bastante nesse sentido, da gente fazer essa troca de informações e disseminar de uma forma coerente, de uma forma cuidadosa e principalmente, ética, que é muito importante você disseminar as informações com ética, e nesse sentido, as redes sociais, elas são fundamentais. Acredito que a maioria das pessoas trans, elas conseguem encontrar um acolhimento de início pelas redes sociais, porque é a partir das redes sociais que começam todos esses contatos, todas essas, esse conhecer o outro... É muito importante (NARRADORA E).⁶⁹

Eu já pude ajudar várias pessoas por meio das redes sociais, seja pelo Facebook, seja pelo WhatsApp, e é muito importante, até por meio de grupos; acaba que a gente participa de muitos grupos e as pessoas tem muitas dúvidas, procuram por informações de como proceder em várias coisas, seja dentro da universidade, seja no sistema de saúde ou no âmbito jurídico e eu acho que as redes sociais, elas só fortalecem a nossa luta também, elas tem um poder muito grande de fortalecer a nossa luta enquanto pessoas T (NARRADORA E).⁷⁰

Corroborando com os trechos das narrativas acima, Castells (2013) versa que o possível legado dos movimentos sociais em rede se constitui na democracia, sendo uma aspiração jamais igualitária

68. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

69. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

70. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



na humanidade. Então, em todo e qualquer movimento social existe uma multiplicidade de expressões sobre necessidades de desejos, incluindo momentos de liberação, “em que todos esvaziam sua sacola de frustrações e abrem a caixa mágica de seus sonhos”. Ainda assim, se existe uma temática predominante, “um grito de pressão, um sonho revolucionário, é o apelo a novas formas de deliberação, representação e tomadas de decisão políticas” (CASTELLS, 2013, p. 30).

Essa noção é dada pelo fato da governança democrática eficaz ser pré-requisito para a concretização de todas as ações e demandas, pois caso os cidadãos não possuam os meios e formas de se autogovernarem, as políticas devidamente estruturadas, os programas devidamente intencionados, então as estratégias potencialmente sofisticadas servirão apenas para o registro burocrático. Castells (2013, p. 30) pressupõe que apenas “[...] uma comunidade política democrática pode assegurar uma economia que funcione como se as pessoas importassem, assim como uma sociedade a serviço dos valores humanos e da busca de felicidade pessoal.”

A narradora E reafirma essa ideia, ao ponderar que

[...] como, eu, [...] travesti, iria me impor diante de toda uma sociedade, diante de toda uma comunidade acadêmica que pouco sabia sobre as nossas reais demandas, sobre as nossas reais necessidades? Então tudo isso foi construído dia a dia, e a partir de muita leitura, e a partir de muito estudo da minha parte, de conhecer os meus direitos mesmo, de fato, começou essa busca, foi meio que, eu fui meio que autodidata, nesse processo de buscar as informações. E não estavam prontas ali pra mim, eu tive que ir atrás e muitas vezes, me frustrei, muitas vezes me decepcionei, muitas vezes, é, precisei brigar para dizer ‘não, ó, aqui, ó, aqui tem esse documento, aqui tem as informações, é um direito meu, é uma política que versa sobre a minha realidade, então eu tenho esse direito e eu vou usá-lo, vou usufruir desse direito’, era quase que uma luta diária, em todos os sentidos, pra gente conseguir, a partir dessas políticas, a partir desses documentos, a partir dessas iniciativas precárias, porque são muito precárias. A partir do momento que você tem uma política, mas você não sabe como usá-la, como tratá-la, como proceder, é,



não serve de muita coisa, né?, então essas foram as minhas reais necessidades informacionais, né?, de como lidar, de como fazer esse diálogo, fazer essa ponte com o serviço público (NARRADORA E).⁷¹

E em sua percepção de mundo e sociedade, [...] o contexto universitário é apenas um subsistema de todo um sistema maior, porque fora da universidade as dificuldades são as mesmas. [...] porque a gente tem as informações, tem um respaldo jurídico, a gente tem um respaldo de informações, mas a gente não tem o preparo das pessoas que trabalham, seja no jurídico, seja na administração pública, eles não tem as informações (NARRADORA E).⁷²

Acerca das questões de movimentos sociais, é importante ressaltar também que até o início dos anos 1990, pessoas trans não contemplavam o escopo do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e esse paradigma é restabelecido quando o referido movimento começou a se portar como uma ação coletiva cuja autoria se equiparava a um tipo de “federação” de diferentes categorias sociais onde se encontrou espaço de representação política. Em 1995, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT é concebida, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, cujo encontro foi marcado por reivindicações de travestis presentes e então passou a ser denominado Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. É nesse momento que a terminologia “travesti” foi agregada oficialmente à sigla e juntamente no nome dos encontros nacionais (LINO et al., 2011; CARVALHO; CARRARA, 2013).

Segundo a ótica de Carvalho e Carrara (2013), a inserção de pessoas trans – então reconhecidas apenas como travestis e transexuais – no mesmo movimento de gays e lésbicas foi um processo conflituoso. Diversos fatores impediam a associação polí-

71. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

72. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



tica de pessoas com experiências sociais desiguais sob a mesma “bandeira do arco-íris”. São recorrentes nos discursos das pessoas trans as vivências de preconceito e violências atreladas à rejeição familiar, ao abandono dos estudos, às mudanças de cidade, e ao universo da prostituição e da criminalidade.

O que se apreende é a grande distância social que separa os diferentes atores políticos do movimento LGBTQ+, cuja distância se edifica por variadas faces, como diferenças econômicas e de capital cultural, que parece condicionar a incorporação ou não de certas concepções de gênero e sexualidade. As distinções entre estas concepções aparecem, em casos como nas disputas em torno da formulação de políticas públicas dirigidas para a população envolvida (CARVALHO; CARRARA 2013, p. 335).

Em outros termos, pode-se dizer que o movimento trans surge pelo movimento gay não por associação livre e espontânea ou por empatia à classe, mas por reivindicação, por militância e pela busca resiliente dos direitos individuais e de ordem cultural, ligados às identidades sociais (DEMO, 1996). Essas relações de tensão e aproximação foram constituindo gradativamente no movimento de travestis e transexuais uma demanda por protagonismo político e empoderamento, termos popularizados por meio das políticas relacionadas à epidemia da AIDS (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Nessas circunstâncias, o entendimento da narradora A para com o movimento associativo é atribulado:

[...] a relação com outras pessoas a partir do movimento, ela é muito complicada, primeiro porque as pessoas tem uma relação de interesse, entende?, por exemplo, as pessoas acreditam que quem trabalha aqui ganha muito dinheiro. Bem que eu queria. Muito dinheiro, mesmo. Eu queria, na verdade, tirar um salário da ADEH, entendeu?, se eu tirasse um salário da ADEH, eu ia ser uma pessoa muito feliz, e se eu pudesse remunerar as pessoas aqui de dentro, mais ainda, entende?. Então as pessoas, muitas pessoas se aproximam aqui por interesse financeiro, e a rede também ela é muito fragmentada, porque quando a gente fala em comunidade LGBTQ,



a gente não pode esquecer que a gente vive numa comunidade GGGG (NARRADORA A).⁷³

Essa comunidade GGGG, ela tenta c... regra, as outras ou obedecem ou então ficam quietas, as outras são as Ts e as lésbicas, ou seja, somos as mulheres que sobraram, porque o bissexual nem existe, né?, então (risos) é isso que diz, é macho c... regra pra mina, fato. E é tão fato que eles nem reconhecem a identidade do trans masculino, que eles c... regra também, tanto é que a ADEH já se quebrou muito com o movimento LGBT. [...] E tem muita coisa de ego, e tipo, as pessoas, a gente é tão inserida nessa questão do mercado capitalista, que as pessoas acham que as instituições são concorrentes umas com as outras, e na verdade não é, entende?, eles acham que a ADEH concorre com a Arco-Íris, que concorre com... [...] E as próprias pessoas que circulam as instituições, elas também tentam criar essa inimizade nas instituições (NARRADORA A).⁷⁴

E na mesma linha de pensamento, o narrador C aponta que

[...] às vezes, o preconceito pior é o que existe no núcleo LGBT, porque aí a gente não consegue se unir em prol de direitos, né?, a gente não consegue avançar muito, porque dentro do nosso grupo, a gente é muito intolerante com a diferença do outro [...], principalmente com trans, eu diria, porque as questões relacionadas à escolha sexual, à escolha com quem você vai transar, isso é inerente a todos nós (NARRADOR C).⁷⁵

Então a gente precisaria do acolhimento das pessoas que estão nessa sigla também, que se reconhecem como LGBTs, e ter uma aderência a essa luta nossa, que é diferente dos demais, sabe? porque se depender só da gente, vai ser muito complicado, porque historicamente, a gente ainda tá muito atrasado, nessas questões todas, então a gente precisa ainda de pessoas que falem por nós, que levem essa informação adiante, sabe? (NARRADOR C).⁷⁶

Sendo de conhecimento notório que o ser humano nasce e se constitui como agente social numa rede de relações estabelecida por vínculos com a família, escola, comunidade, trabalho e outras, tais relações entre pessoas e ambientes tem a possibilidade de criar

73. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

74. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

75. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

76. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



oportunidades de apoio em momentos tempestuosos e de possibilidades no desenvolvimento humano e social por meio da qualidade profissional, pessoal, lazer, relações de suporte e de afeto. O apoio social e afetivo propiciado pela rede relacional entre as pessoas é surgido por algum tipo de vínculo afetivo e/ou empático, dependente das noções que se tem do próprio mundo social, – o fenômeno social – de competências e mecanismos disponíveis para o amparo (BRITO; KOLLER, 1999).

O apoio social, assim, condiz às relações que uma pessoa constrói na vida e que podem influenciar significativamente a formação e desenvolvimento de sua personalidade. A qualidade ou a falta desta nas interações sociais tem sido objeto de estudos que contestam o impacto benevolente ou tóxico das relações na saúde física e emocional das pessoas. A rede de apoio social, quando eficiente, é inerente à prevenção da violência, ao fortalecimento das competências, da sensação de pertencimento e da maior qualidade dos relacionamentos (BRITO; KOLLER, 1999; BOWLBY, 1988).

Neste trecho da narrativa E, a narradora constata a falta de acesso aos espaços sociais em geral, ao considerar a prostituição como uma rede de apoio importante para o desenvolvimento da população trans:

[...] e eu te digo que o lugar da prostituição, o ambiente da prostituição, as relações que se constituem, que se constroem a partir da prostituição, elas são importantíssimas nesse processo de acessar/ obter informações, porque é a partir desse lugar que as meninas conseguem, muitas vezes, encontrar as informações das quais precisam, seja sobre hormônios, seja como retificar o seu nome, seja como ir atrás dos seus direitos, a maioria das meninas, elas tem as primeiras informações que são importantes pro seu crescimento, pra sua caminhada enquanto travesti, enquanto trans, na prostituição. É ali que começa esse jogo de informações, esse fluxo informacional (NARRADORA E).⁷⁷

77. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



[...] A maioria das meninas que eu conheço, a maioria, eu acredito que 95 por cento estão na prostituição, a maioria das meninas trans e travestis ainda atuam na prostituição, algumas adoram, não querem sair, outras estão tentando melhores oportunidades, estão estudando e só estão estudando porque tem a renda da prostituição para mantê-las, então é por isso que eu sempre digo, é, que a prostituição tem uma função muito importante nesse processo de até de mudar de vida. Porque é a partir dali que tudo começa, porque enquanto você é rejeitada em todos os lugares da sociedade, muitas vezes abandonada pela família, não tem a oportunidade de ter um emprego, é a prostituição que as acolhe, é a prostituição que nos acolhe quando a gente se vê rejeitada, se vê abandonada por tudo e por todos (NARRADORA E).⁷⁸

Já em âmbito universitário, a mesma narradora não considera a instituição uma rede de apoio, visto que [...] *outra coisa que eu não tive acesso [...] dentro da universidade, foi a orientação por parte das minhas mestras, das minhas inspirações, de dentro da universidade, de como proceder, por exemplo, pra entrar num processo seletivo de Pós-Graduação.*⁷⁹

Eu nunca tive essa orientação, mesmo aquelas professoras que estavam do meu lado, que me orientaram, de alguma forma, elas nunca me orientaram sobre um processo seletivo de Pós-Graduação. E aí a gente já vê esse juízo de valor que é feito sobre a população trans, é como se a gente não tivesse capacidade para além de ser uma profissional formada, como se a gente não tivesse a capacidade de ser mestra, de ser doutora, enquanto eu via essas mesmas professoras orientando outros alunos, “não, você precisa fazer um mestrado!, o processo é de tal período a tal período”, e eu ficava observando aquilo, ficava percebendo aquilo, e eu me sentia muito mal! Porque eu pensava “nossa, ela tem o mesmo vínculo, ela tem a mesma relação comigo de troca de diálogo”, mas a mim ela nunca orientou dessa forma, de como proceder pra um processo seletivo, e era muito comum isso (NARRADORA E).⁸⁰



78. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

79. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

80. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

3.1.2 Aspectos da vulnerabilidade social

Estas e outras situações de discrepância no tratamento das outras pessoas em relação às pessoas trans – retratadas pelos narradores e em conformidade com a literatura – nos leva a discussão da percepção fenomenológica no aspecto da vulnerabilidade social, por consequência dos aspectos informacionais.

O próprio narrador C utiliza o termo vulnerabilidade durante sua fala e reflete: [...] *por enquanto, nós ainda estamos em vulnerabilidade, eu acho que lá atrás. E ainda falando mais: que tem a questão racial também, que homens trans negros sofrem toda também essa questão racial, também, que também é diferente dos homens brancos. [...] Informação, informação... Eu acho que o que pode mudar todo esse aspecto é a gente disseminar informações precisas e mais, educação, na verdade. A educação através da informação. [...] Porque a maioria dos preconceitos vem pela falta de informação* (NARRADOR C).⁸¹ O preconceito, termo demasiadamente mencionado nas narrativas, sendo neste sentido um julgamento negativo, compreende vieses e esferas específicas (JODELET, 2008).

O narrador C se considera em constante estado de vulnerabilidade, pois [...] *se eu saio, por exemplo, nas ruas, se eu vou num banheiro público e alguém descobre que eu sou homem trans, é, o meu corpo, ele é visto como o corpo de qualquer mulher, é visto como um corpo estuprável. Então eu corro esse risco, de ser estuprado. [...] Afirma que já foi estuprado. [...] Se eu for transar, por exemplo, é, tem a questão das doenças, tal, mas também tem a questão da gravidez, que mesmo usando os hormônios, a gente tem um risco, menor, mas ainda tem um risco de engravidar. Também é uma vulnerabilidade, não existe nenhum programa voltado a homens trans que nos ensine a nos preservar, a preservar nossa saúde, a ter*

81. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



*um método anticonceptivo, não existe. Ou eu sigo o de mulheres, ou não sigo nenhum (NARRADOR C).*⁸²

Expõe que o episódio do estupro foi já como homem trans

[...] e por incrível que pareça isso não aparece na estatística, foi por mulher. [...] Foi por mulher, quer dizer, não precisa também necessariamente ter um pênis pra estuprar, então a gente também tem todo esse grau de vulnerabilidade, e força física eu não tive pra me defender na hora. [...] Foi uma mulher cis... é, existe, assim, um histórico bem grande de relatos que eu ouço falar, e também não tem isso registrado em lugar algum, mas existem homens trans que são vistos, pela figura aparente que tem, e pelas mudanças que existe no corpo, através dos hormônios, é, são vistos ainda como corpos infantis. Esses corpos infantis atraem pessoas que gostam de utilizá-los, como pedófilos, pessoas que tem transtornos sexuais; nós somos buscados por essas pessoas (NARRADOR C).⁸³

Outro caso de estupro narrado se sucedeu na própria universidade com a narradora A: [...] *em 2014 eu fui estuprada dentro da UFSC, é, ficou por isso mesmo, uma, porque eu também não quis ir adiante [...] eu vou te ser bem franca, assim, ó, eu vi professoras falando que sofreram abusos sexuais lá dentro e não deu nada, então, eu, uma mera travesti, não iria...* [...] (NARRADORA A).⁸⁴

Ao utilizar como referência para as situações de vulnerabilidade social o entendimento da categorização social, observa-se que o termo categorização exprime dois sentidos: o da divisão social (homens, mulheres, minorias, etc.), e o da atribuição de dada característica a alguém, que neste sentido se relaciona com a estigmatização ou o estereótipo. Dessa forma, existe a tendência na seleção e interpretação sobre as informações que dispomos acerca das pessoas e “[...] os grupos de maneira congruente com o que nós pensamos da categoria na qual nós as colocamos” (JODELET, 2008).

82. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

83. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

84. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Intrínsecamente, a categorização efetiva o meio social em classes cujos membros são validados como equivalentes em função de similaridades, vistos em características, ações e intenções comuns. O mundo social apresenta-se, então, de forma simplista e estruturada, respaldado num processo a partir da assimilação entre elementos relativos e o contraste entre elementos distintos (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Na compreensão das narrativas, a categorização como pessoa trans se converte em situações de vulnerabilidade pelo estigma e pelo estereótipo, como seguinte, que trata sobre as relações sociais e o processo de hormonização:

[...] no começo foi bem difícil, eu fiz um ano de hormonioterapia sozinho, é, comprando receita no mercado negro mesmo e comprando o hormônio e aplicando, é, depois eu comecei a, eu procurei o HU, que é um hospital universitário daqui e lá eles faziam experiências com pessoas trans, em um ambulatório que é, que era tido de forma clandestina porque ele não é divulgado pra população, então é um ambulatório que nós somos indicados a trabalhar lá com eles, mas, é, um sistema muito padronizado, onde, onde somos meio que cobaia⁸⁵ pras experiências dos estudantes, então a gente não pode mexer, por exemplo, no período em que eu posso tomar o hormônio, eu tenho 46 anos, o hormônio ele não me afeta, não, não é estimulado pra mim como é pra um garoto de 18 anos, só que lá eles praticam a mesma, o mesmo receituário pra todos, é padronizado, não importa a idade que eu tenha, meu biótipo, não importa nada disso (NARRADOR C).⁸⁶

É, então eu sinto muita dificuldade nesse tipo de processo porque eu não vejo avanço; então eu passei também um ano nesse dito 'laboratório' deles lá dentro, passei por psiquiatras e psicólogos,

85. Cobaia: Etimologia (origem da palavra cobaia): do latim cobaya.

[Por Extensão] Qualquer animal submetido a experiências laboratoriais.

[Por Extensão] Quem é alvo de experimentos científicos em laboratórios.

[Figurado] Algo ou alguém que se torna objeto de testes.

[Figurado] Assunto, objeto de experiência: servir de cobaia.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cobaia/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

86. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



porque eles seguem aquela cartilha do SUS, onde a gente precisa ficar dois anos fazendo hormonioterapia e tratamentos e tratamento mesmo, porque lá eles lidam como se fosse uma patologia mesmo, uma patologia de, é, tida como uma doença mental, então a gente precisa, vai com a psiquiatra, o psiquiatra faz um laudo atestando que você tem ou não tem a patologia [...] (NARRADOR C).⁸⁷

Ou seja, apesar da retirada da OMS da identidade trans como patologia (BELLUCK, 2016), no Brasil e no SUS o tratamento médico ainda entende esta identidade como doença. O termo “cobaia” aparece também na fala do narrador B, ao relatar sua experiência no processo de hormonização e no descaso/desconhecimento médico:

[...] quanto ao tratamento hormonal, [...] eu não tenho medo de nada! Eu me jogo de cabeça, eu me informo, eu me testo, eu já tomei todos os tipos de anabolizante e... Por conta própria. Já ciclei, já fiz vários tipos de ciclo sozinho, por conta própria... Eu mesmo me estudo. Eu sou a minha própria cobaia (risos). [...] A ajuda médica [...] é o que eu mais quero, só que eu vou no médico e ele fala assim, “eu não vou poder te ajudar, tá?”, o próprio médico me disse isso, o endócrino. Eu fui no endocrinologista e ele mandou eu sair da sala dele. Não é que ele mandou, ele falou assim ó, “infelizmente, eu não sei, eu não sei nem por onde começar a te ajudar”, o endocrinologista, médico! [...] Não quis nem ver meu exame, [...] foi meio que já me expulsando da sala dele, era tudo o que ele queria, que eu saísse de lá correndo (risos), e eu tava pagando, tá?, pra ir numa sala, eu paguei pra ouvir isso. [...] (NARRADOR B).⁸⁸

A narradora E tem exterioriza novamente o termo “cobaia” e sua percepção sobre o tratamento hormonal e a medicina, ao justificar que

[...] a questão trans, o corpo trans, é algo completamente, que deixa eles muito confusos, porque a gente acaba sendo um espectro de, de mudança na medicina, né?, porque a gente introduz no nosso corpo, a gente coloca dentro do nosso corpo hormônios que não são da nossa biologia. Por exemplo, a gente não produz estrogênio, não produz progesterona, e a gente coloca esses hormônios no nosso corpo, a gente acaba sendo uma espécie de cobaias pra própria medicina, porque a partir das nossas experiências, eles aprendem a estudar outras formas de corporalidade, outras formas

87. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

88. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



de fazer tratamento hormonal, então eu nunca segui à risca nenhum tratamento convencional, proposto pela medicina. Sempre foi por conta própria, e eu ainda hoje prefiro fazer tratamento por conta própria, porque como eu te disse, ninguém melhor que nós mesmas conhece nosso corpo [...] (NARRADORA E).⁸⁹

O grau de vulnerabilidade na ajuda médica é trazido semelhantemente pela narradora A, ao citar sobre um estudo cujo resultado relata que [...] *as meninas trans preferem ir na Umbanda tratar da saúde do que necessariamente no posto de saúde por causa que elas sabem que na Umbanda elas vão ser bem recebidas. [...] São coisas assim, por exemplo, ah, sangramento, dor de cabeça, é, algumas doenças graves as meninas preferem ir pra Umbanda* (NARRADORA A).

Sob o prisma da fenomenologia social, viver no mundo cotidiano implica em interagir com os outros, criando redes de relacionamentos sociais e ações baseadas em vias emocionais (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012). Quando estas redes se originam por relacionamentos violentos e discriminatórios, salientam-se as sensações de insegurança e inferioridade relativas a um status marginalizado, restrito de direitos básicos – cidadania – e de poder, juntamente com a associação a uma patologia social: exclusão, limitação das oportunidades sociais, desorganização familiar e comunitária, desmoralização, ameaças e risco à vida, etc. (JODELET, 2008).

Dentro do mercado de trabalho, as redes constituídas configuram variadas faces da vulnerabilidade, visto que

[...] o mercado de trabalho simplesmente fechou as portas, sabe? [...] Então, por exemplo, quando eu fui trabalhar na B. T., uma moça que era evangélica, disse assim: “não, no banheiro feminino você não pode entrar, você vai ter que se contentar com o banheiro masculino”, e eu assim: “ótimo, perfeito! Eu vou tá com todos os homens, inclusive o marido de vocês lá dentro”, e tipo assim, não levou uma semana pra eu começar a frequentar o banheiro feminino, entende?, tipo, é uma coisa meio de lógica [...] mas, assim, pra eu

89. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



ser aceita na B. T., eu usava os tênis do B., meu ex-marido, a roupa dele, assim, tipo... eu ia pro trabalho. [...] eu me vestia como o B., como homem, tentava, né? [...] (NARRADORA A).⁹⁰

e quanto ao tratamento pelo nome social [...] meus amigos, sim, pessoas dentro da instituição que aceitaram a minha identificação enquanto L., sim, mas a empresa, não, entendeu?, eu tive pessoas sensíveis, mas eu não tive pessoas... [...] e a oportunidade nesse emprego, de telemarketing, se deu justamente por ser a única opção, fora a prostituição [...] porque, na verdade, eu trabalhava em casa noturna, às vezes como divulgadora de festas, às vezes como a atração da própria festa, enfim, só que não dá dinheiro (NARRADORA A).⁹¹

No caso do narrador B, houve inclusive tentativa de violência física: [...] *foi em 2014, foi com um funcionário isolado, porque eu era chefe de cozinha, então ele era muito machista e preconceituoso e já batia na mulher dele, e ele não quis que eu fosse chefe de cozinha dele, então ele tentou me espancar com uma faca, tentou até me esfaquear dentro da cozinha, chamei a polícia e tudo, fiz boletim de ocorrência, então a partir desse dia eu decidi que eu ia abrir o meu restaurante, né?* (NARRADOR B).⁹²

Da mesma forma, a narradora E expõe que se deparou

[...] com uma realidade bastante cruel, e isso começou buscando estágios, eu lembro que no início da graduação, eu tava atrás de estágios e lembro de toda a exclusão, por conta do estigma, por conta dos estereótipos, por conta da subalternidades que um corpo trans, dessa informação social [...] o corpo trans, o corpo travesti é um corpo que provoca certo desconforto, provoca certa incomformidade, provoca certa, certos olhares, algumas vezes de nojo, algumas vezes de reprovação, e porque a gente tá confrontando essa norma, a gente tá fazendo diferente do que é pra ser, então é um corpo que choca (NARRADORA E).⁹³

90. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

91. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

92. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

93. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Desencadeando uma espiral de vulnerabilidade(s), o narrador C relata as dificuldades no mercado de trabalho e suas consequências na vida cotidiana:

[...] as pessoas tratam diferente, as pessoas dificultam os processos, o ensinamento do trabalho, eles são hostis e eles dificultam todo o processo pra que a gente não passe, mesmo, pra que a gente não vá adiante no trabalho, e aí eu não passava da experiência e aí comecei a procurar pelo trabalho informal, aí eu fiquei durante quatro anos trabalhando como vigilante, como segurança em boates, [...] então foi assim que eu me banquei durante esse período de quatro anos, morando sozinho, pagando aluguel e pagando minhas despesas, e foi bem difícil. Cheguei a passar momentos de necessidade, de não poder comprar comida. [...] Então eu precisei da ajuda de amigos pra poder sobreviver, mesmo, porque foi sempre muito difícil. (NARRADOR B).⁹⁴

Como válvula de escape da pobreza e por necessidade, algo relatado uniformemente nas narrações: a prostituição. [...] *Então tem muitos homens trans se prostituindo, não é nas ruas, porque existiria um grau de exposição muito grande e nós não temos como escapar do estupro [...] o homem trans tá se prostituindo dentro da casa dele [...] por necessidade, porque muitos não conseguem ainda emprego, ou o emprego que consegue ainda não paga o suficiente, porque são salários menores* (NARRADOR C).⁹⁵

A preocupação da narradora D denota factualmente essa situação:

[...] eu acho que o governo deveria auxiliar todas essas pessoas LGBTs, mas principalmente, a sigla T, que acaba sendo mais vulnerabilizada dentro do processo inteiro, com a questão de moradia, com a questão de formação, sabe?, que acaba sendo negligenciada; se existe um problema que me incomoda, assim, até hoje, e não é um problema pessoal, porque eu nunca precisei estar dentro dela, é a prostituição. Porque infelizmente 90 por cento da minha população, da população trans, está dentro da prostituição, e pode ter certeza que pelo menos 80 por cento, 90 ou 80 por cento desses 90 por cento não tá lá porque quer (NARRADORA D).⁹⁶

94. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

95. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

96. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



[...] Tá lá porque não teve nenhuma outra oportunidade na vida, porque não tem nem o ensino fundamental completo porque foi expulso de casa antes disso, sabe?, então eu acho que isso é um problema que o governo deveria solucionar, que o governo deveria tá investindo em moradias com formação e auxílio à pessoas trans, [...] e diversas outras instâncias, sabe?. Eu acho que não faltaria pessoas voluntárias pra tá trabalhando, ajudando nesses espaços, sabe? [...] (NARRADORA D).⁹⁷

E dados estatísticos são apontados:

[...] A maioria das meninas que eu conheço, a maioria, eu acredito que 95 por cento estão na prostituição, a maioria das meninas trans e travestis ainda atuam na prostituição, algumas adoram, não querem sair, outras estão tentando melhores oportunidades, estão estudando e só estão estudando porque tem a renda da prostituição para mantê-las, então é por isso que eu sempre digo, é, que a prostituição tem uma função muito importante nesse processo, de até de mudar de vida, porque é a partir dali que tudo começa, porque enquanto você é rejeitada em todos os lugares da sociedade, muitas vezes abandonada pela família, não tem a oportunidade de ter um emprego, é a prostituição que as acolhe, é a prostituição que nos acolhe quando a gente se vê rejeitada, né?, se vê abandonada por tudo e por todos [...]. (NARRADORA E).⁹⁸

Além do estigma e a associação à prostituição, neste cenário emerge a violência, tida como um conjunto de práticas que restringem diariamente suas vidas, incluindo o receio de viver socialmente e se expor. Na sociedade, inicia-se o processo de exclusão com as pessoas trans desde muito cedo, seja pela negação familiar ou escolar, e estando vulneráveis à ausência de apoio externo, são prontamente adotadas por cafetinas e traficantes que, por sua vez, irão colocá-las em círculos viciosos de drogas, prostituição e crimes relacionados a roubos.

Dentro da prostituição, as ocorrências frequentes de homicídio, como relata a narradora A, [...] *sempre como motivação*

97. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

98. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



[...] o sexo seguido de morte, ou o contrário, a morte primeiro e depois o ato sexual, é uma coisa muito dark. E as vítimas são sempre encontradas da mesma forma: assim, tipo, com o órgão genital exposto, com algum resquício de relação sexual, quando não são extremamente mutiladas, né? (NARRADORA A).⁹⁹

Para vias de conhecimento, a média de vida uma pessoa trans – principalmente do gênero feminino – no país chega a ser de 25 anos, e são poucas as pessoas que conseguem ultrapassar essa estatística, o que explica a inexistência de dados do envelhecimento desta população (REDE TRANS BRASIL, 2017).

As situações cotidianas de violência, elementos comuns das identidades trans, desencadeiam processos de exacerbação dessa vulnerabilidade (SEFFNER; PASSOS, 2016), tal como se apresenta neste trecho: [...] *a negação, sabe assim?, as pessoas fazerem a negação da tua existência e a negação do que tu sente, isso é o pior, sabe assim? (NARRADORA A).¹⁰⁰*

Os relatos de exclusão social e discriminação são reafirmados por meio de discursos sobre a violência e o desprezo social cotidiano às pessoas trans. Nesses discursos, observa-se um sentimento de aflição, resultantes dos confrontos e enfrentamentos diários e da não compreensão da sociedade, acarretando por vezes no suicídio. O suicídio é uma das causas mais recorrentes das mortes de pessoas trans do Brasil nos últimos tempos. Os casos, em grande parte, ocorrem entre jovens de 15 a 29 anos, sobretudo entre pessoas do gênero feminino. É tido como um grave problema de saúde pública (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Nas narrativas obtidas, a questão do suicídio, desencadeado pela depressão ou falta de autoestima foi algo bastante mencionado

99. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

100. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



[...] e é uma série de coisas que desencadeia isso, por exemplo, a gente não tem a mesma autoestima enquanto, de uma pessoa cis, por exemplo, as pessoas, não, uma pessoa que é cis, sendo gay [...] então assim, eu acho que [...] ser prepotente, é uma defesa, entende?, e é uma defesa pra que essa carga negativa energética não me atinja, sabe?, não me menospreze, não faça acreditar que realmente eu seja ruim; então, por exemplo, é, se a gente fosse medir dentro de uma escala, é, pra eu pegar uma arma e dar um tiro em mim é muito mais rápido do que uma pessoa cis, entende?. Se a gente fosse criar uma pirâmide de violência, o cis hétero branco rico seria o último a pegar a arma e dar um tiro nele (NARRADORA A).¹⁰¹

A experiência com a tentativa de suicídio é trazida pelo narrador B:

[...] eu acho que na cabeça de todos, todos, na maioria das pessoas trans passa [...] por querer se suicidar no início da transição, é muito difícil. No início da transição, é um pesadelo, porque tu não tem ninguém, tu não tem apoio, tu não sabe o que vai acontecer, é tudo muito novo [...]. Dentro de casa se transforma num pesadelo, é, tu sai de casa, tu até, tu vê, tu até se sente melhor até mais fora de casa do que dentro, outros não; outros se sentem melhor dentro de casa, não saem de casa por nada nesse mundo, e não tem vontade de viver a vida [...] (NARRADOR B).

O período de depressão foi algo inerente também à narradora D:

[...] Eu passei o ano de 2016 inteiro tendo crises depressivas, e elas eram muito mais sucessíveis, assim. Elas aconteciam muito perto uma da outra e eu ficava às vezes até quatro, cinco horas da manhã acordada, eu senti como se fosse uma dor no meu peito muito forte, sabe?, era um negócio que chegava a ser psicossomático, né?, era físico. E as crises de ansiedade, elas eram menos recorrentes, mas elas eram mais pesadas. Eu perdia a respiração, eu ficava totalmente fóbica, assim, era um negócio muito assustador, e tive síndrome do pânico, de querer sair de dentro de ambientes e não voltar, sabe?, eram coisas bem complicadas, até que teve uma vez que eu tava no meio de um acampamento e, era um acampamento, eu sou esquiteira, eu tava dentro de um acampamento e o acampamento tava muito legal, tava muito bom, eu tinha aplicado uma atividade super legal e o acampamento não tinha nada de ruim (NARRADORA D).¹⁰²

101. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

102. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



[...] Quando eu vi, eu tava no meio do estacionamento, sozinha, fumando um cigarro e eu tava com o meu canivete aberto. Eu fiquei pelo menos uns 20 minutos naquela posição, pensando se eu fazia alguma coisa, então, depois disso, procurei um psiquiatra e o psiquiatra conversou comigo, perguntou sobre o meu sofrimento, se o que eu sentia, mas perguntou só sobre o que eu sentia [...] (NARRADORA D).¹⁰³

Da depressão, a pulsão pelo suicídio:

[...] nessa época, foi uma coisa recorrentíssima que eu pensava, sabe?, de todas as formas. Minha casa tem dois andares, eu percebia que pular do segundo andar só ia me quebrar, mas não ia morrer, então eu não queria me machucar, queria morrer. Então, engraçado que minha psicóloga era no décimo andar, eu saía e quase sempre eu olhava pra janela pra ver como seria a queda e eu sempre ficava imaginando a queda (NARRADORA C).¹⁰⁴

Daí eu ficava imaginando, pegando a faca e botando na minha barriga ou cortando meu pescoço, não sabia como era pra ser uma morte rápida e menos indolor, mas daí diversas vezes o suicídio, assim, foi uma coisa bem recorrente nessa época dos 19 pros 20 anos, assim. Eu penso que muita coisa teria sido poupada do meu sofrimento inteiro se a informação chegasse nas pessoas, se em algum momento, na minha formação dentro de uma escola fundamental eu tivesse ouvido que existem pessoas LGBTQs e que isso é normal, sabe?, que isso é tranquilo e você pode ser o que você quiser ou se sentir confortável de ser [...] (NARRADORA C).¹⁰⁵

As vulnerabilidades sociais – violência, restrição aos espaços públicos, preconceito, estigma, discriminação – a qual estão sujeitas as pessoas trans é apresentada como naturalizada no imaginário social da sociedade, estabelecida por definições do que é ser travesti e transexual, concebidas e generalizadas sobre o preconceito e discriminação no universo desta parcela da população, inclusive no desenvolvimento de relações afetivas (REDE TRANS BRASIL, 2017).

103. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

104. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

105. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



[...] porque não é qualquer homem que assume relação com uma travesti, não; é bem difícil, tanto é, que afetivamente, as travestis, as mulheres trans sofrem bastante, são muito preteridas, há esse desejo todo, essa lascividade noturna, essa procura pela prostituição, esses desejos, mas na hora de assumir, no momento de assumir, não tem muitos homens, são bem poucos os que assumem [...] (NARRADORA E).¹⁰⁶

As narrativas reiteram o que a literatura aponta sobre a população trans no Brasil: a grande maioria ainda (sobre)vive em condições de miséria e exclusão social, sem o acesso devido à informação, educação, saúde, qualificação profissional, inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas. O não reconhecimento das identidades trans, o abandono familiar, a evasão escolar, a precarização laboral, a exclusão do mercado de trabalho e outros fatores levam a marginalização dessa população. Acredita-se que o Estado é o maior opressor da população trans, ao não reconhecer e desqualificar sua(s) identidade(s) de gênero (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Dentro do contexto estatal/governamental, há a constante preocupação com a falta de políticas públicas ou movimentos/líderes representativos em prol da população trans/LGBT+, observada nas narrativas, e em especial um nome foi mencionado como preocupação e em quase uníssono nas narrações: Jair Bolsonaro.

Na visão da narradora A,

[...] se o nosso país, de fato, se tornar teocrático e extremamente conservador, as primeiras lideranças que vão cair é no movimento LGBT, isso é fato, e o primeiro do movimento LGBT vão ser as trans, pode ter certeza disso. As que se converterem ainda se salvam. [...] E eu acho que assim, imagina um Bolsonaro na prefeitura, na presidência, esses países... [...] e o pior é que muita gente vai adorar; quem é que não gosta de assistir um UFC, né?, quem é que não gosta de ver as pessoas na arena lá, num coliseu? [...] ainda mais que na própria internet tem os próprios coliseus, né?, tipo, se posta:

106. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



“morreu a menina trans”, tu vê o coliseu lá, todinho nos comentários, pessoal dizendo: ‘ah, ainda bem que morreu, é porque não tinha Deus no coração e não sei o que...’ (NARRADORA A).¹⁰⁷

A Unesco (2016b) no documento *Media and Information Literacy: Reinforcing Human Rights, Countering Radicalization and Extremism* apresenta um panorama sobre o deputado e sua influência conservadora como político: Jair Bolsonaro é um militar aposentado, atualmente em seu primeiro mandato como Presidente da República do Brasil. Em 27 anos de vida pública, Bolsonaro tem filiação em seis partidos políticos diferentes (PDC, PFL, PTB, PPB, PPR e PP), todos identificados como pertencentes à extrema direita da cena política brasileira. Bolsonaro é uma das principais vozes do conservadorismo no Brasil. Seus argumentos são geralmente simplificados e unidimensionais, o que o leva a se envolver em processos frequentes, arquivados por organizações de direitos humanos.

Vários exemplos de controvérsias envolvendo o político podem ser facilmente reconhecidos como exemplos de discurso de ódio: em entrevista à revista *Veja* (dezembro/1998), o congressista declarou que a ditadura de Pinochet no Chile “deveria ter matado mais pessoas”; declarou ao portal de notícias *Terra* (junho/2011) que “[...] preferiria ter um morto filho a um homossexual”; “Não discuto a promiscuidade” foi a resposta relatada pelo portal de notícias *G1* (agosto/2013), sobre o que ele faria se seu filho se casasse com uma mulher negra; ou “eu não vou estuprar você porque não vale a pena”, em resposta à Maria Rosário Nunes, deputada federal e Ministra dos Direitos Humanos no governo de Dilma Rousseff (dezembro/2014) (UNESCO, 2016b).

A Unesco (2016b) aponta que Bolsonaro não evita se expor de modo ofensivo e preconceituoso, e acredita que esse comportamento é o fator primordial que compõe parte do fascínio que ele

107. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



exerce sobre a mídia e ao seu círculo eleitoral: ele diz o que muitas pessoas pensam, mas não têm coragem de assumir publicamente. É importante lembrar que Bolsonaro é um político bem conhecido. Em 2014, ele foi o deputado mais votado no Rio de Janeiro (464.000 votos, 6% do distrito eleitoral). Essa mistura entre conservadorismo assumido e alta popularidade, tanto na mídia quanto nas urnas, levaram o jornal El País (outubro/2014) a descrevê-lo como um “fenômeno perturbador da política brasileira” (UNESCO, 2016b).

O narrador B observa o cenário brasileiro como

[...] um país agravante em relação a pessoas trans, em relação à gay e a lésbica já é agravante, agora tu imagina em relação a pessoas trans! Então assim, tem dias que eu atendo pessoas que eu jamais iria imaginar que eu ia atender. Tu vê o cara falar comigo, é o cara mais preconceituoso que vai votar no Bolsonaro, ele fala comigo como se meu melhor amigo, e eu trato ele com respeito porque eu não posso desrespeitá-lo, porque ele é do Bolsonaro (NARRADOR B).¹⁰⁸

[...] Mas ainda assim, ele vai lá, todo dia, contar pra mim a mesma ladainha, e eu tenho que ouvir e dar sorriso, dar bom dia, dar boa tarde, e ele me trata assim, com um respeito incrível porque ele acha que eu sou igual a ele, que eu penso da mesma forma que ele. [...] Me trata como um homem cis e me trata muito bem. É uma piada (risos), mas é verdade! [...] (NARRADOR B).¹⁰⁹

Em suma, as principais lutas de Bolsonaro são constituídas em: oposição no casamento entre pessoas do mesmo sexo; oposição à adoção de crianças por casais homossexuais; e oposição a iniciativas visando discutir questões de gênero e sexualidade em escolas públicas. Seu discurso invariavelmente defende a “família tradicional” e a “moralidade cristã”. Indiscutivelmente, para a Unesco (2016b), Bolsonaro é um fenômeno da mídia popular e ultraconservadora no Brasil.

108. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

109. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Conforme a narradora D expressa

[...] eu não tenho medo nenhum, porque o Bolsonaro não passa nem da primeira (risos) fase das eleições, eu tenho certeza disso, não tenho nenhum medo. Mas o movimento que ele movimentou, o fenômeno que ele movimentou e daí vieram várias pessoas atrás, pessoas apoiando Marco Feliciano, apoiando diversos políticos e pastores, que tem um discurso totalmente anti-LGBT, assim, e a falta de uma representatividade forte, de uma fala forte, que eu ainda não consigo sentir no Jean Wyllys, me deixa preocupada com a política brasileira em relação aos LGBTs, porque a gente tá, a gente ainda tá à mercê dos movimentos sociais, a gente ainda tá à mercê dos Conselhos Regionais de Psicologia, Conselhos Nacionais de Psicologia, ONGs, como a ADEH e etc., que vão fazendo pedidos e vão fazendo movimentos pra que o governo faça isso, mas o governo em si não tem uma representação forte (NARRADORA D).¹¹⁰

A partir dos dados coletados no estudo da Unesco (2016b), observa-se que o objetivo principal de Bolsonaro é o “combater” a discussão de gênero na educação. Seu discurso condena abertamente qualquer defesa das identidades de gênero e/ou sexualidades que não pertencem à moral prevalecente. Neste contexto, por exemplo, a população LGBT+ é agredida verbalmente e constantemente. Em geral, o padrão de ataque apresenta um tom moralista que é reiterado ao longo dos comentários que apóiam a posição do congressista, principalmente em redes sociais digitais, como o *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e *Instagram*.

Acerca da proliferação dos discursos de ódio em plataformas digitais

[...] eu evito tudo que passa perto disso, mas de vez em quando sempre vem um post que é à la Bolsonaro ou à la Levy Fidélis ou coisa do tipo que acabam atacando diretamente a população trans dentro da internet, e assim, por mais que a gente tenha que se formar sempre uma armadura, que a gente não deveria, mas a gente acaba fazendo, que é formar aquela armadura contra a sociedade, né? (NARRADORA D).¹¹¹

110. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

111. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Nesse contexto, a Unesco (2016b) observa que, novamente, se fazia o dilema contemporâneo entre a liberdade de discurso e as ofensas com as minorias, e acredita que a articulação se compõe por meio da competência em informação e mídias e a educação no combate à intolerância. Principalmente, ao se tratar sobre a divisão social das identidades, ou como a identidade “transformação/multiplicidade” ou a identidade “permanência/unicidade”, no entendimento de que a primeira é um modelo de “normalidade” e a segunda de “patologia” (SAWAIA, 2008, p. 123).

O ser humano, ao se deparar com o desconhecido, fica inseguro e muitas vezes, desesperado, na busca ansiosa e agressiva por sinais similares. Essa busca por similaridades talvez seja um dos motivos pelo qual a sociedade não tenha o entendimento e empatia necessárias pela população trans, não percebendo a identidade como “identificações em curso”, isto é, identidade que transforma e atesta um “modo de ser” (SAWAIA, 2008, p. 123).

Contudo, sendo a identidade trans um modo de ser marcado por exclusão social, aliado a busca constante pela quebra de preconceito, por mecanismos igualitários, justos, humanos e democráticos para a visibilidade de uma camada social negligenciada, ou seja, em vulnerabilidade social, aflora-se a resiliência em vias motivacionais (REDE TRANS BRASIL, 2017).

3.1.3 Aspectos da resiliência

Para a fenomenologia social, a motivação cumpre papel de destaque na compreensão do fenômeno (SCHÜTZ, 1979). As ações são vistas como comportamentos motivados, em detrimento pelo qual a ação foi motivada. Os motivos são classificados, então, em: motivos a fim de ou motivos para, relativo ao futuro do ser, no sentido de que seu ato foi projetado para dada finalidade; e motivos por que, que remete às experiências de outrora e explicam os



motivos pelos quais se agiu de certa forma. Assim, a biografia do ser, a sua historicidade e o contexto em que se inseriu durante sua vida influenciam os motivos (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Segundo Grotberb (1995), a resiliência é definida como a capacidade universal que motiva a pessoa, grupo ou comunidade na prevenção, diminuição ou superação de efeitos nocivos das adversidades, até mesmo superando essas situações e/ou transformando em aspectos positivos.

Garcia (2001) apresenta três tipos de resiliência: a emocional, a acadêmica e a social. A resiliência emocional relaciona as experiências positivas que levam a sentimentos de autoestima, autoeficácia e autonomia, impulsionando a pessoa a lidar com mudanças e adaptações, obtendo um repertório de abordagens para a solução de problemas; a resiliência acadêmica denota a escola como instituição-chave em que habilidades para a resolução de problemas são adquiridas por intermédio dos agentes educacionais; e a resiliência social envolve fatores relacionados ao sentimento de pertença, apoio de familiares e amigos, relacionamentos afetivos, assim sendo, modelos sociais que estimulem a aprendizagem de resolução de problemas.

Em alguns pontos das narrativas, observou-se algum tipo de resiliência acadêmica/profissional, porém em contexto maior, a resiliência se deu por vias emocionais e sociais, principalmente entre a população trans em si. Neste trecho da narrativa A, esta premissa é afirmada: [...] *E eu só consegui (terminar a graduação) porque eu tive outros professores que me queriam; às vezes eu tinha um semestre de b..., tipo assim, com cinco professores b..., mas tinha um que valia a pena, e daí eu permanecia naquele semestre por causa daquele professor que valia a pena.* [...] ¹¹²

112. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



E quanto à resiliência, [...] *eu acho que eu sou, acho que eu tenho muito disso, assim, e, porque eu sempre, eu tenho uma meta, e eu tento atingir ela, e se eu desisto, ponto deles, entendeu?, então, eu nunca dou o ponto pra eles* (NARRADORA A).¹¹³

Neste sentido, o narrador C se visualiza

[...] numa perspectiva boa, hoje em dia, sabe?, eu tô num trabalho onde eu sei que eu posso crescer aqui dentro, que eu posso ser reconhecido, não por ser trans, porque a gente não deseja ser tratado de forma diferente, tratado de forma igual; que eu possa ser reconhecido dentro da minha capacidade intelectual, de trabalho, enfim; e pretendo me formar e atuar em direitos humanos e favorecer ainda mais o acesso ao direito das pessoas trans, principalmente. [...] Aqui, eu sou o C., aqui eu sou o C., por alunos, por professores, pelas pessoas que trabalham comigo, desde o diretor às pessoas da faxina, dos restaurantes daqui, eu sou tratado como o C. [...] (NARRADOR C).¹¹⁴

e se considera resiliente [...] porque a gente enverga, mas não quebra, né? (risos), apesar de tudo isso, eu estou dando um “banho” aí nas estatísticas, porque pessoas trans na estatística vivem até os 35 anos de idade, eu tô com 46 anos, entrando pra minha segunda graduação, trabalhando num local onde eu sempre, há, no mínimo uns dez anos eu sonhei em trabalhar aqui, então é um local que eu gosto de trabalhar aqui, eu sou reconhecido. Tô me relacionando bem, também, com uma pessoa muito especial, que também não, essa questão de ser trans, pra ela, não é diferente, ela lida bem com as diferenças, e com a minha família tá tudo bem, é só seguir adiante (NARRADOR C).¹¹⁵

Na visão do narrador B, a resiliência é pensar

[...] na solução do problema, então é, dessa forma que eu vou, dessa forma que eu sigo em frente e, é isso [...] É dessa forma que eu vivo a vida (risos). [...] todos nós, todos nós temos direito de viver, nós estamos aqui pra isso, e todas as pessoas são diferentes e é dessa forma que a gente vive, porque, num contexto torto (risos), nem tudo é normal, porque hoje em dia a gente não sabe o que é normal. Normal, pra mim, pode ser o anormal pra você, e o anormal pro outro,

113. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

114. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

115. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



e... Então, a gente, cada um tem uma forma de pensar, então, se nós soubermos conviver em harmonia com todos os tipos de pessoa, a vida de todo mundo vai ser melhor, porque é isso que faz o dia-a-dia se transformar em um dia maravilhoso (NARRADOR B).¹¹⁶

E credita o estudo como fator para construção de sua qualidade de vida: [...] *Porque eu construí o meu respeito, eu ganhei muito respeito dentro da minha profissão, eu sou muito respeitado, eu chefieí grandes hotéis daqui, [...] é, atuei em grandes restaurantes com nomes e renomes aqui, trabalhei com grandes chefes de cozinha em São Paulo, então eu busquei isso pra mim, eu construí isso através do conhecimento, do estudo. Eu busquei o estudo pra não ficar pra trás [...]* (NARRADOR B).¹¹⁷

Por vias emocionais, a resiliência da narradora E para prosseguir com os estudos e na vida acadêmica se configurou pela experiência adquirida ao

[...] lidar com as relações de poder dentro da universidade. E eu aprendi muito, sabe?, aprendi muito de frente com essa realidade, porque, por mais que as pessoas, elas sejam estudiosas de gênero, pesquiseem, elas acabam se apropriando um pouco dessas questões. Elas acabam tendo uma propriedade pra falar, e isso foi o que eu sempre contestei dentro da universidade, sempre! Porque, tudo bem, se a gente for pensar que há uma década, isso a gente sabe que é verífico, há uma década a gente não tinha pesquisadoras trans ou pesquisadoras travestis. Esse ingresso, esse impulso da população T enquanto acadêmica, enquanto pesquisadora, enquanto produtora de suas próprias experiências, e isso eu falo cientificamente, começou há pouco tempo. Não tem muito tempo de vida essa população adentrando esses espaços que, querendo ou não, são de poder [...] Então eu percebia o tempo todo esse distanciamento e eu pensava “por que tem esse distanciamento?”, eu questiono muito até hoje, por que tem esse distanciamento, hoje eu também tenho propriedade pra falar de um lugar que antes pra mim era inalcançável – estar numa Pós-Graduação. E é por isso que eu insisto estar nesse lugar (NARRADORA E).¹¹⁸

116. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

117. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

118. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



[...] Então eu sempre contestei isso, eu sempre quis estar de igual pra igual nos espaços, porque enquanto especialista de travestilidades brasileiras, enquanto especialista dessas discussões de gênero com ênfase na travestilidade, mais especificamente do Brasil, eu tenho propriedade pra falar e eu vou ocupar esses espaços, então essa relação, ela sempre foi conflituosa, dessas relações de poder e da nossa luta em conseguir ocupar esses espaços e ser vista enquanto pesquisadora, também, porque parece que por mais que a gente tenha um mestrado ou um doutorado, a gente nunca é vista como pesquisadora, a gente é vista como posição inferior (NARRADORA E).¹¹⁹

E a narradora E percebe que a resiliência (emocional) também surge pelo estigma:

[...] Parece que a gente que é travesti, a gente que é trans, não tem muito valor, parece que a gente é menos digna de orientação, menos digna de obter informações pra que a gente possa, de alguma forma, evoluir, sair desse lugar-comum; e isso me motivou muito, sabe?, eu sofri bastante, nesse sentido, mas me motivou a correr atrás e mostrar a essas pessoas que eu tenho potencial e que eu tenho capacidade, resultado de muita busca, de muita luta, de uma busca incansável (NARRADORA E).¹²⁰

De todo dia tá indo atrás das coisas e não ter muito apoio, não ter muita ajuda de pessoas que eu olhava, que eu admirava e que eu pensava “por que comigo não, né?, por que há essa distância, né?, por que que com as outras colegas é uma relação mais intensa, é uma relação de mais troca, é uma relação de mais apoio e comigo não é essa relação?”, eu ficava comparando muito o que eu via no outro, nessas relações que passavam por mim, seja nos corredores, seja na secretaria do curso... E isso, de certa forma, foi uma experiência ruim, mas me motivou muito pra chegar onde eu cheguei (NARRADORA E).¹²¹

Por este ângulo, Bourdieu (2003) afirma que o espaço, composto pelos lugares e pelos locais do espaço social e os benefícios que eles proporcionam são resultados de lutas em diferentes campos. Assim, os ganhos do espaço podem tomar a forma, neste caso, de “ganhos de ocupação”: a posse de um espaço físico,

119. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

120. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

121. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



podendo ser um modo de manter à distância ou de excluir toda e qualquer forma de “intrusão indesejável” (BOURDIEU, 2003, p. 163).

A capacidade de dominação do espaço e da apropriação (material ou simbólica) de bens ou serviços (públicos ou privados) que se encontram disponíveis é relativa ao capital que se detém. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis e aproximar-se das pessoas e coisas indesejáveis para a apropriação; ao mesmo tem que, inversamente, permite manter à distância os que não possuem capital, simbolicamente ou fisicamente, condenando-os a estar ao lado das pessoas e/ou dos bens mais indesejáveis e desvalorizados (BOURDIEU, 2003).

Para a narradora A,

[...] é algo [...] muito recorrente, muito, em qualquer lugar, assim, principalmente se for um espaço a qual você não deve estar, e isso, tipo, é muito louco, assim, por exemplo, Receita Federal. Tipo assim, o que uma travesti vai fazer numa Receita Federal?, entende?, aí a hostilização começa desde o início, desde o segurança querendo saber o que você ta fazendo lá, entende?, até se vai... [...] e às vezes, é necessário o carteiraço, sabe? Tipo, eu odeio fazer isso, de chegar e dizer: “não, eu sou presidente da instituição, e daí, tal...”, e a pessoa já muda, “ah, não, mas é uma presidente de uma instituição”, entendeu? tipo, já é uma, é barraqueira, porque, né, mas é uma barraqueira com pedigree, parece, parece que fica uma coisa assim... (NARRADORA A).¹²²

então, né, tipo, e é muito louco, assim, eu me lembro de uma outra coisa também, que eu nunca vou me esquecer, que foi quando a gente deu um curso de assistentes sociais aqui, na ADEH, né, e veio 20 meninas pra fazer a capacitação e daí, é, todas elas tavam muito sorridentes, muito alegres, e tal... ia ser uma capacitação super divertida, com mulheres cis, do Serviço Social, aí eu peguei e falei que eu era uma pessoa trans. Todas elas, assim, mudou, sabe? Depois que eu falei que eu era do Serviço Social, assim, tipo, surtou uma coisa assim, inacreditável, sabe? “como que ela, assim, tá no Serviço Social?, entende?” (NARRADORA A).¹²³



122. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

123. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

Para a narradora E, apesar de todos os conflitos e as circunstâncias, de algum modo conseguiu ver mudanças no contexto universitário desde o seu ingresso:

[...] A gente tem pouquíssimas trans ou travestis dentro da universidade, e isso é importante dar ênfase. Hoje, pra você ter uma ideia, dentro de todos os programas de Pós-Graduação da universidade, a gente tem apenas, duas, duas trans, duas travestis fazendo Pós-Graduação. São as duas primeiras a fazerem Pós-Graduação e que por coincidência, ou por qualquer outra questão, vieram da prostituição, e já demonstra essa luta por uma melhoria de vida, por uma transformação e por um espaço, que é a luta por espaço, mesmo, porque é muito difícil a gente se manter dentro da universidade, diante de toda uma comunidade que não compreende o que é a travestilidade, o que é a transexualidade. [...] as trans, as travestis, pelo modo de vida que levam, por terem que trabalhar a noite pra dormir ao dia, é a realidade da prostituição, elas não conseguem, a maioria, encontrar tempo pra estudar, encontrar tempo e paciência, talvez até saúde emocional, pra conseguir ingressar numa universidade (NARRADORA E).¹²⁴

É necessário apontar que a resiliência não pode ser vista como um escudo protetor, a qual fará com que problema algum atinja a pessoa, tornando-a sólida e resistente a todas as divergências. Não existe uma pessoa que é resiliente, mas sim a pessoa que está resiliente. Trata-se de um processo dinâmico e contínuo, cujas influências do ambiente e da pessoa relacionam-se de forma recíproca, fazendo com que a pessoa identifique qual a melhor ação a ser feita em determinada circunstância (PINHEIRO, 2004; ASSIS; PESCE; AVANCI, 2006).

Angst (2017) considera fundamental a compreensão da resiliência como um aprendizado de diversas formas, sendo uma delas pela realização de programas direcionados a diferentes populações. Posto isto, é primordial a participação de instituições e de profissionais para a promoção da resiliência.

124. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



No concernente a isso, a Unesco (2016b) considera a competência em informação como uma poderosa ferramenta de uso educacional, cultural e social. A partir de seu desenvolvimento, esta metacompetência pode auxiliar a superar a desinformação, os estereótipos e a intolerância transmitidos por meio social, midiático e digital. Aqui, estimular a empatia crítica é um dos aspectos vitais componentes e, associado a isso, existem muitas partes interessadas que têm um papel a desempenhar nesta dimensão social.

Além disso, a competência em informação capacita as pessoas a serem autônomas, participativas e críticas quanto ao uso e disseminação da informação e de conteúdos com sabedoria, buscando igualmente combater o discurso de ódio, principalmente em meio digital; e a compreensão das questões éticas em torno do acesso e uso da informação. Desta forma, faz com que as pessoas se envolvam com a aprendizagem contínua e com e as tecnologias para promover a igualdade, a liberdade de expressão, a interculturalidade e a inter-religião, o diálogo e a paz (UNESCO, 2016b).

A competência em informação tem a função de incentivar o entendimento entre as culturas para combater radicalismo e extremismo, chamando a atenção para a necessidade de todos os cidadãos em determinado contexto, dando sentido às suas experiências – a análise fenomenológica interpretativa. Isso é importante, pois a humanidade sempre experimentou fenômenos diferentes – fenômenos de guerra e paz, das desigualdades, incluindo a igualdade de gênero. O fenômeno do direito à educação, liberdade de expressão, privacidade e outros direitos humanos relacionados (UNESCO, 2016b).

A questão é que, no século 21, mais do que em qualquer outro período de história, todos esses fenômenos vêm sendo mediados pelas bibliotecas, pela mídia, pela tecnologia e pela *internet*. A competência em informação pode permitir que todos os cidadãos



avaliem criticamente as informações e o processo que a envolve em suas próprias experiências; e quais as oportunidades e riscos que estes fornecem e como expandir as oportunidades, minimizando os riscos. Deve também direcionar as pessoas nas oportunidades ao invés dos riscos (UNESCO, 2016b).

Por meio da exposição das narrativas obtidas e do “enlace” com a literatura, percebeu-se que a informação é o princípio – e a problemática – das relações desenvolvidas nos espaços sociais e seus componentes: as necessidades de informação das pessoas trans se dão pela falta de informação e entendimento das demais pessoas e das instituições, quase em totalidade, o que desencadeia a exclusão social da população trans e a restrição à qualidade de vida, incluindo faces da vulnerabilidade social – educação, saúde, moradia, mercado de trabalho, segurança, entre outros.

Logo, o aprendizado contínuo às pessoas trans se realizará por meio do protagonismo social: o “caminho humanizador” da sociedade, promovedor da construção ética nas relações sociais propícias a ratificar o espaço crítico dialético, potencializando a promoção de zonas de consensos, expondo suas compreensões e argumentos, pontos em comum e pontos divergentes, numa troca de informações e diálogos mútuos (GOMES, 2017).

Na subseção seguinte, são apresentados apontamentos e o Quadro de Avaliação IL (*Information Literacy*), adaptado de Unesco (2013), visando a extração de alguns elementos expostos na narrativa condizentes ao quadro.



3.2 As narrativas no contexto do quadro de avaliação il (*information literacy*) (adaptado de UNESCO, 2013)

O aprendizado contínuo é tratado como um pré-requisito para que as pessoas, as comunidades e as nações desfrutem e exerçam seus direitos humanos, em particular o acesso à informação, a liberdade de expressão e o direito à educação, conforme articulado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O desenvolvimento da competência em informação é igualmente importante para a existência de boa governança, responsabilidade e transparência em qualquer sociedade, no combate a vulnerabilidade social e na promoção do desenvolvimento econômico e social (UNESCO, 2013).

Definir e mensurar a prontidão da competência em informação em nível social é considerado o componente primordial para as políticas públicas no concernente à informação. Este tipo de avaliação também deve ser realizado junto a planos educacionais e podem contribuir para o mercado de trabalho, a inclusão social, a inovação, a participação e o empoderamento (UNESCO, 2013).

A avaliação é vista como o primeiro passo nos processos de planejamento, desenvolvimento, monitoramento e implementação de qualquer intervenção; fornece dados válidos e confiáveis para decisões estratégicas, particularmente para o desenvolvimento de políticas públicas, estratégias e o estabelecimento de condições e requisitos. Sem os dados válidos e fidedignos, as instituições, os líderes políticos e os tomadores de decisão não identificam as reais necessidades, lacunas e desafios existentes (UNESCO, 2013).

Acredita-se que uma sociedade competente em informação está apta a alcançar o desenvolvimento sustentável, aumentar a qualidade de vida, emprego e educação no meio social. A aprendizagem contínua melhora as capacidades das pessoas, proporcionando o desenvolvimento de habilidades na busca e acesso à



informação. A Unesco (2013) reconhece que professores são os atores-chave na construção de sociedades do conhecimento, tanto quanto os bibliotecários, profissionais da informação e demais profissionais da educação (UNESCO, 2013).

Nesse sentido, com a finalidade de desenvolver nas pessoas a consciência cidadã, os profissionais precisam desenvolver sua própria competência em informação. A Unesco (2013) considera tal metacompetência como parte essencial do século 21, e assim, o Quadro de Avaliação sugerido pretende fornecer ferramentas e entendimento para autoavaliação e autoaperfeiçoamento dos profissionais envolvidos no planejamento e reconfiguração educacional que atenda as demandas da contemporaneidade (UNESCO, 2013).

Neste contexto, o quadro foi composto e readaptado a partir das narrativas e itens que identificam situações de vulnerabilidade social, objetivando contribuir para maior visibilidade e apoio às pessoas trans na sociedade. Para tanto, as futuras readaptações e aplicações do Quadro de Avaliação e a exploração das informações baseadas em evidências recolhidas a nível regional, nacional e mundial dependerão da consciência, dos recursos, das capacidades, do empenho e da vontade dos envolvidos para abordar as questões trazidas de forma concisa (UNESCO, 2013).

A figura 6 apresenta os três principais fatores do Quadro de Avaliação IL, conforme nossa adaptação, servindo de base para categorizar as informações extraídas das narrativas (UNESCO, 2013).



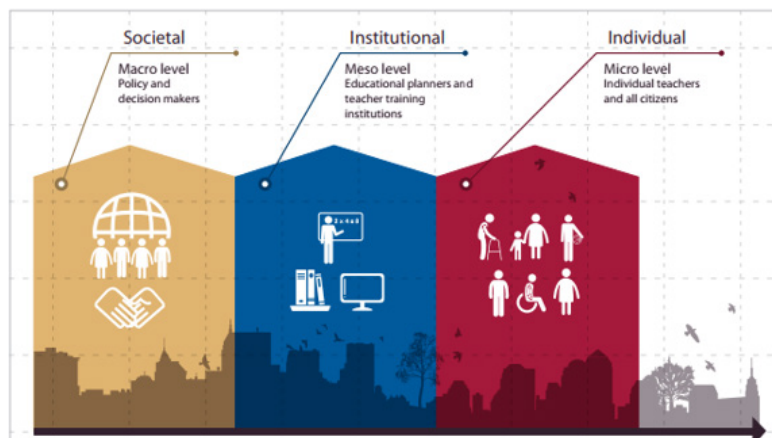


Figura 6 – Principais fatores do Quadro de Avaliação IL
Fonte: Unesco (2013, p. 37).

Conforme a visualização da figura 6, três fatores compõem o instrumento de avaliação do quadro, sendo o fator social (nível macro: política e tomadores de decisão), fator institucional (nível médio: planejamento de educadores e instruções para professores em treinamento, podendo inserir no contexto bibliotecários, profissionais da informação e demais profissionais da educação), e fator individual (nível micro: professores e educadores autônomos e direitos de cidadania, aqui se inserindo as pessoas trans).

Partindo desses três fatores e baseado em excertos das narrativas, associadas à situação de vulnerabilidade social em que estas pessoas se encontram, os quadros seguintes (7, 8 e 9) expressam as lacunas narradas nestes fatores. Os fatores representam oportunidades de atuação de governos e de planejamento de políticas públicas para esta minoria social.





Fator social ¹²⁵
A informação sobre uma política que dispõe o uso do nome social ainda não chegou a todas as instituições! E mesmo que tenha chegado, pode ser que seja uma política muito precária , uma política que exponha o nome dessa pessoa e que exponha ela ao ridículo. (NARRADORA E).
[...] assim, e a falta de uma representatividade forte, de uma fala forte [...] me deixa preocupada com a política brasileira em relação aos LGBTQs, porque a gente tá, a gente ainda tá à mercê dos movimentos sociais [...]. A gente precisa de movimentação de políticas públicas e desses tipos de medidas assistencialistas [...] que seja uma representatividade para os LGBTQs (NARRADORA D).
[...] o que acho que tem que avançar agora, a partir daí, é buscar em políticas públicas , também, mas além disso, buscar menos preconceito dentro dos núcleos que se fazem unidos em prol de busca por direitos [...] não existe um programa voltado pra nós, não por culpa daqueles profissionais. Culpa de toda uma política pública que não nos contempla, né?, não existe verba destinada a um programa pra homens trans, como existe a saúde da mulher, a saúde do homem, no SUS, não existe a saúde pra pessoas trans (NARRADOR C).
[...] (o ambulatório voltado às pessoas trans) não tem mais, né?, ele migrou, ele migrou pra, pra, ali pra SC 401, ele migrou pra ali, e daí agora mudou muitos membros da equipe, inclusive, é, se mudar a política do Brasil, corre o risco da gente ficar sem (NARRADOR B).

Quadro 7 – Quadro de Avaliação IL: fator social de vulnerabilidade social das pessoas trans
Fonte: Adaptado de Unesco (2013) e com base nos dados obtidos no estudo.

125. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Fator institucional ¹²⁶
Eu acho que a informação e a educação são as coisas mais importantes no processo inteiro, falando principalmente da questão do ensino e da educação de crianças. Eu acho que é ali que se desconstroem todos os padrões de gêneros que elas vão ver do lado de fora da escola, sabe?[...] (NARRADORA D).
[...] o fato de eu ter estudado também é um p... privilégio , sabe?, o fato de eu ter concluído, que é muito importante , também é muito privilégio, então isso não me faz melhor, pelo contrário, isso faz com que eu tenha que lutar pra que mais pessoas, tu entende?, porque assim ó, eu tenho uma conquista que ela de nada vale, porque assim, da mesma forma eu sou assistente social, mas eu também não to contratada em nenhum lugar, entendeu? (NARRADORA A).
A questão é a falta de informação e a vontade da pessoa ir atrás da informação, né?, a vontade dos educadores dentro do colégio, né?, tudo começa na educação, tudo começa dentro do colégio , tudo começa lá. [...] e eu apanhava muito, né?, dos próprios homens do colégio [...] enquanto os professores e a direção [...] nunca fizeram nada, falaram que eu era o responsável por isso, por isso ter acontecido [...] (NARRADOR B).
[...] outra coisa que eu não tive acesso [...] foi a orientação por parte das minhas mestras, [...] de dentro da universidade, de como proceder, por exemplo, pra entrar num processo seletivo de Pós-Graduação. [...] E aí a gente já vê esse juízo de valor que é feito sobre a população trans, é como se a gente não tivesse capacidade para além de ser uma profissional formada, né?, [...] enquanto eu via essas mesmas professoras orientando outros alunos (NARRADORA E).

Quadro 8 – Quadro de Avaliação IL: fator institucional de vulnerabilidade social das pessoas trans
Fonte: Adaptado de Unesco (2013) e com base nos dados obtidos no estudo.

126. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



Fator individual ¹²⁷
[...] Tipo, porque a gente é doutrinada, na verdade, a não ter nenhuma perspectiva de vida. Então assim: “ah, tu aceitou ser isso, tu quer ser isso? Tu pode ser isso, mas tu nunca vai ter alguém que te ame, você nunca vai ter direito a estudo, você nunca vai ter um trabalho decente, você vai ter que tá na rua se prostituindo”, tipo, eram só essas informações que a gente recebia [...] (NARRADORA A).
[...] a nossa vida não é fácil, tu tem que, tu tem que ser muito forte , muito forte mesmo, porque só leva tapa na cara, assim, ó, o dia inteiro levando tapa na cara... Tu nasce na negativa , então a pessoa que nasce na negativa: tu não tem nome , tu não tem identidade e tu não tem sexo , então tu já tá na negativa, então ali, a partir dali, tu vai ter que começar, tu, tu abriu a porta pra sair de casa, tu levou um tapa na cara porque tu ouviu teu nome social do qual tu não gostaria; tu chegou em casa, tu levou outro [...] (NARRADOR B).
Só que as pessoas trans, historicamente, elas estão anterior a tudo isso. [...] A nível Brasil, é só agora que tá começando, então a gente ainda tá brigando por uma coisa básica , que é saúde , pra depois a gente brigar pelos direitos ao uso de nome social, uso de retificação de nome de forma mais fácil, em cartório, é, [...] a gente ainda tá engatinhando, então ainda vai demorar um pouquinho pra, pros homens trans, né?, ser visto como pessoa também capaz [...] (NARRADOR C).
[...] porque você tem uma população , que é a população trans, que quase 70 ou 80 por cento dela é formada por gente que não tem nem o fundamental completo, quem dirá o médio?, [...] não tem dinheiro pra comprar roupas, pra se vestir adequadamente, de acordo com a sociedade , ou bem, de acordo com a sociedade, pra ser contratadas por empresas que dão salário bom pra essas pessoas, sabe?, então você entra numa questão que ou você vira moradora de rua , ou você vira prostituta , sabe? (NARRADORA D).

Quadro 9 – Quadro de Avaliação IL: fator individual de vulnerabilidade social das pessoas trans

Fonte: Adaptado de Unesco (2013) e com base nos dados obtidos no estudo.

Por meio dos quadros 7, 8 e 9, pode-se inferir que a situação de vulnerabilidade social da população trans é algo predominante nas três esferas, noção relativa ao que Bourdieu (2003, p. 85) denomina como estado de “miséria coletiva”: algo que “fere, como uma fatalidade”, todos os que se encontram “amontoados por todas as misérias nascidas da coexistência e da coabitação de todos os miseráveis e, sobretudo, talvez, do efeito de destino que está inscrito

127. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

na pertença a um grupo estigmatizado”; e a acepção de Bento (2014, p. 167) quanto à condição da população trans brasileira em cidadania precária, em que ocorre “uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas”, estando historicamente enraizada nos “corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans”.

Para adentrar na classificação de pessoa e de cidadão(s), cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. Entretanto, o reconhecimento político, econômico e social foi – e prossegue – vagaroso e inconstante, no mesmo panorama social em que a Unesco (2013) afirma que todos os cidadãos, incluindo grupos minoritários/vulnerabilizados, devem ter igual acesso à informação e conhecimento para se expressar livremente (BENTO, 2014; UNESCO, 2013).

As lutas históricas pela livre expressão de mulheres, gays, lésbicas, pessoas trans e negros/as salientam uma característica semelhante: a constante luta por visibilidade e projetos de humanidade (BENTO, 2014). A história também revela que qualquer forma de intolerância em relação a qualquer grupo étnico, identitário, cultural ou de crença origina o preconceito, a discriminação e a violência. É o mesmo preconceito, discriminação e/ou violência que por vezes comprometem os direitos individuais ou a igualdade de direitos para todos – o direito a expressões culturais, o direito à segurança e a paz, o direito à liberdade de expressão, o direito à educação, o direito às informações, o direito de associar-se ou com outros, entre outros (UNESCO, 2016b).

O Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) designa: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Eles são dotados de razão e consciência e devem agir um ao outro em um espírito de



fraternidade". É precisamente nesse raciocínio e consciência que se dá o desenvolvimento da competência em informação para todos (UNESCO, 2016b).

Um dos narradores, ao questionar sobre a área de Ciência da Informação, deseja [...] *que esses profissionais, essas pessoas que estão se formando, essas pessoas que vão se formar e que buscam essa área, que, que elas atendam o máximo possível todos os tipos de pessoas [...] e considera fundamental [...] a informação chegar no ouvido de todas as pessoas. De todos os tipos, todos os grupos, porque é, as vezes a pessoa tem um preconceito, mas ela não sabe nem o que que ela tá falando, as vezes ela não sabe, as vezes, nem ela sabe o que ela tá julgando, ou porque ela tem preconceito disso* (NARRADOR B).¹²⁸ Desta maneira, o desenvolvimento da competência em informação para as pessoas trans – e demais grupos vulneráveis – deve ser baseado e voltado também à sociedade em geral, instituições e pessoas propagadoras de discursos de ódio, preconceito e intolerância com as diferenças humanas (UNESCO, 2016b).



128. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Bem como se intitula esta obra, “#TRANSliteracy: COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO VOLTADA ÀS PESSOAS TRANS*” - o objetivo basilar aqui disposto consistiu em apresentar as características salientes das três instâncias na edificação do *lifelong learning* voltado e evidenciado às pessoas trans por meio do “enlace” feito entre as narrativas obtidas e a literatura. Assim, o arcabouço teórico-conceitual apresentado serviu como pano de fundo para sustentar a premência - e lacuna existente - do discutido até o momento.

As narrativas obtidas descreveram as necessidades de informação das pessoas trans pelos aspectos informacionais, da vulnerabilidade social e da resiliência. Tais aspectos denotaram características específicas e gerais, na medida do possível, do fenômeno estudado e identificaram a situação de vulnerabilidade em que as pessoas trans se encontram na sociedade brasileira - e, paralelamente, sua autonomia, sua competência em informação “desenvolvida” às avessas pela quase total ausência de apoio externo, indo de encontro com a precariedade de pesquisas, iniciativas e práticas profissionais que envolvam a competência em informação, a Ciência da Informação e as questões de gênero, em que se inserem as minorias sociais.

Cabe apontar que tais aspectos foram utilizados como norteadores, pois a informação é, supostamente, capital de valor imensurável na contemporaneidade. Logo, as relações constituídas a partir da informação são capazes de incluir ou excluir, daí emergindo a vulnerabilidade social. Da vulnerabilidade, conforme as narrativas e a fundamentação teórico-conceitual do estudo, variadas redes de apoio se solidificam – por meio de movimentos sociais, trabalho de ONGs, troca de informações por redes sociais digitais, etc. – e



dessas, propicia às pessoas a refutação de modo mais consistente às adversidades cotidianas num processo denominado resiliência, pois se [...] *nós soubermos conviver em harmonia com todos os tipos de pessoa, a vida de todo mundo vai ser melhor, porque é isso que faz o dia-a-dia se transformar em um dia maravilhoso* (NARRADOR B).¹²⁹

Compreende-se que “portas devem ser abertas” para o desenvolvimento da competência em informação nas pessoas trans, principalmente em relação a sua interdisciplinaridade para com os socialmente vulneráveis (VITORINO, 2016, p. 404). Destarte, torna-se necessária a ampliação de estudos empíricos sobre as temáticas abordadas, em conjunto, considerado um dos desafios parcialmente vencidos nesta obra. A necessidade de estudos na área se dá, sobretudo, pela ausência de diálogos/pesquisas científicas que unam as referidas temáticas.

A expressão de Belluzzo (2014) contesta a premissa: a ascensão e a importância da competência em informação para o Brasil nos últimos anos indicam fortemente a necessidade de compartilhamento de experiências e vivências aplicáveis à realidade brasileira, em detrimento aos desafios que exigem e implicam na redução das iniquidades sociais e desigualdades regionais, relativo principalmente às políticas de acesso e uso da informação para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida.

Além disso, a presença de outros estudos sobre as temáticas envolvidas são expressas pela fenomenologia: a experiência do Nós, dada pelo processo de uma pessoa se pôr no lugar da outra e tornar o Tu o Outro Eu, faz com que possivelmente outros contextos de vulnerabilidade sejam expostos e outras necessidades de informação, surtidas, para se alcançar outro(s) desenvolvimento(s) da competência

129. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



em informação. Por isso, se constata a importância e a ânsia do desenvolvimento de Projetos de Extensão, como o resultante deste estudo, e demais iniciativas que contemplem os *socialmente apartados*.

Com o respaldo da literatura da Ciência da Informação, se infere que a competência em informação é um poderoso argumento de cidadania na sociedade contemporânea. Sua aplicabilidade vai além do uso devido de tecnologias, é necessário para a condição cidadã. Porém, apesar de esforços contínuos de entidades e outras instâncias, o desenvolvimento do *lifelong learning* por vezes é utópico, visto a discrepância de níveis sociais existentes. As experiências narradas afirmam este pressuposto, especialmente ao identificar nas falas situações constantes e variadas de vulnerabilidade social.

No contexto da vulnerabilidade social das pessoas trans, o desenvolvimento da competência em informação deve ser tratada de maneira mais aprofundada, considerando a diversidade e as especificidades da demanda social, tanto internas quanto as coletivas, além da interdisciplinaridade empírica e consistente, que faça a informação e as habilidades que tornam o ser competente em informação ser universalizada: chegar aos que necessitam e chegar para os que desconhecem as individualidades do outro, [...] *fazer a informação chegar no ouvido de todas as pessoas. De todos os tipos, todos os grupos, porque é, as vezes a pessoa tem um preconceito, mas ela não sabe nem o que ela tá falando, as vezes ela não sabe, as vezes, nem ela sabe o que ela tá julgando, ou porque ela tem preconceito disso* (NARRADOR B).¹³⁰

Tendo em vista que a competência em informação se conecta à educação, [...] *o que pode mudar todo esse aspecto é a gente disseminar informações precisas e mais, educação, na verdade,*

130. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



né? A educação através da informação. [...] Porque a maioria dos preconceitos vem pela falta de informação (NARRADOR C).¹³¹ Estes trechos de narrativas demonstram que a competência em informação consiste também no despertar da empatia e na intolerância de todas as formas de exclusão, vulnerabilidades, julgamentos e pré-conceitos enraizados socialmente.

Assim sendo, a criação de declarações, manifestos ou formas outras de solidariedade de nada valem se não há efetivamente a aderência em campo e a interdisciplinaridade prática da área/profissional. Nesse sentido, a reflexão sobre a missão profissional do bibliotecário contemporâneo e seu fazer em prol aos socialmente vulneráveis faz-se essencial: por que (motivos) o bibliotecário veio ao mundo social, o que faz aqui? Para Almeida Júnior (1997, p. 108), “a razão de ser da nossa profissão, o papel que apenas e tão somente ela desempenha na sociedade, não é considerada como razão para debates e discussões”, e no mesmo sentido, a Biblioteconomia por vezes é vista pela sociedade e pelo profissional da área como uma “matéria vazia, absolutamente oca, revestida por uma tênue e transparente casca, prestes a ser romper, deixando ainda mais invisível uma profissão que ninguém vê” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 108).

Logo, entende-se que é fundamental a proatividade e visibilidade bibliotecária como virtudes profissionais para se fazer do bibliotecário um agente de transformação, ou seja, uma força motriz com capacidade para modificar e readequar a sociedade para se chegar ao protagonismo social – do profissional e da sociedade, incluindo fatores como o empoderamento, a liberdade e a emancipação – e alcançar as demandas reais e potenciais.

A missão profissional do bibliotecário (e correlatos) é, indiscutivelmente, vivenciar, captar e buscar suprir as necessidades de

131. Informação oral obtida por meio de entrevista narrativa.



informação do modo que lhe compete – compreender o fenômeno!, pois no mundo social, se o habitat contribui para fazer o hábito, o hábito também contribui para fazer o habitat por meio das interações sociais e dos estímulos que rondam tais interações. A aproximação de realidades distantes no mundo social pode, por si própria, ter efeitos de aproximação social (BOURDIEU, 2003).

Portanto, cabe a nós, profissionais, pesquisadores ou equivalentes – pessoas, antes de tudo! – quais condutas comportamentais e profissionais adotar, no intuito de amenizar a falta de informação e as barreiras construídas pelo preconceito e opressão existentes. É importante ressaltar também que as pessoas trans (T) têm particularidades mais densas em relação ao restante da população LGBT+, e por isso, precisam de apoio incondicional e irrestrito. A quinta lei da Biblioteconomia, de Ranganathan, determina: *a biblioteca é um organismo em crescimento*. Crescimento relacionado à importância social e qualidade para os que a usam e os que talvez a usarão. Crescimento mútuo nas relações institucionais/profissionais, e, acima de tudo, humanas.

Por fim, é imprescindível a adesão de práticas profissionais voltadas ao uso consciente, concreto e competente da informação às minorias/populações vulneráveis e aos que corroboram com esta situação, conforme exposto nas narrativas. O uso da informação é uma prática social, e a competência (do uso) em informação só faz sentido quando se destina aos interesses que orientam o fazer empírico, os fenômenos que a movem e a reação pelas ações aderidas para a sociedade. Portanto, não existe cidadania competente em informação sem participação, igualdade e liberdade.



REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. *Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social*. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS), 2001.

AIDAR, Adriana Marques et al. *A orientação sexual e identidade na constituição dos movimentos sociais*. In: LOURENÇO, Edivânia Angela de Souza et al. (Org.). Trabalho, saúde e Serviço Social. Curitiba: Editora CRV, 2010, v. 1, p. 1-419.

ALES BELLO, Angela. *Introdução à Fenomenologia*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Sociedade e Biblioteconomia*. São Paulo: Polis; Associação Paulista de Bibliotecários, 1997.

AMARAL JR, Aécio; BURITY, Joanildo A. (Orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença: Perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009, p. 39-67.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*. Illinois (EUA): ALA, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/standards/standards.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). *Access to Library Resources and Services Regardless of Sex, Gender Identity, Gender Expression, or Sexual Orientation*. 2008. Disponível em: <http://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill/interpretations/accesslgbt>. Acesso em: 14 maio 2019.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). *Transgender-inclusive Library Card Applications: Issues and Recommendations*. 2015. Disponível em: http://www.ala.org/rt/sites/ala.org/rt/files/content/professionaltools/trans_inclusive_libcard_forms_for_printing.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). ALAnews. *ALA strongly protests rollback of protections for our nation's transgender students*. Chigago: ALA, 2017. Disponível em: <http://www.ala.org/news/press-releases/2017/02/ala-strongly-protests-rollback-protections-our-nation-s-transgender-students>. Acesso em: 14 maio 2019.



AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). ACRL – ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. *Framework for Information Literacy for Higher Education*. 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 14 maio 2019.

AMENDOLA, Fernanda; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos; ALVARENGA, Márcia Regina Martins. *Influência do apoio social na qualidade de vida do cuidador familiar de pessoas com dependência*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 884-889, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n4/v45n4a13.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

ANGST, Rosana. PSICOLOGIA E RESILIÊNCIA: *Uma revisão de literatura*. Psicologia Argumento, [S.l.], v. 27, n. 58, p. 253-260, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20225/19509>. Acesso em: 14 maio 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *A ciência da informação como uma ciência social*. Ciência da Informação, [S.l.], v. 32, n. 3, fev. 2004. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/985>. Acesso em: 14 maio 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista*. Informação & Sociedade, v. 22, n.1, p. 145-159, 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/9896/7372>. Acesso em: 14 maio 2019.

ARAÚJO, Jailton Macena de. *Pós-Gênero e Direitos Humanos: Aspectos Bioéticos do Processo de Redesignação Sexual em Adolescentes Transexuais*. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito (UFPB), v. 5, p. 256-281, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/viewFile/25209/15304>. Acesso em: 14 maio 2019.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Tradução de Roberto Raposo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

ASSIS, Simone Gonçalves de; PESCE, Renata Pires; AVANCI, Joviana Quintes. *Resiliência: enfatizando a proteção na adolescência*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM (ABEN). *Protagonismo da enfermagem no processo de cuidar*. SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 75. Caderno de Dicas, 2014. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/download/dicas2014.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). *Manual de comunicação LGBT–* Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. 2010. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COM ENFOQUE NA SEXUALIDADE (ADEH). *Histórico da ADEH*. 2018. Disponível em: <http://siteadeh.wixsite.com/adeh/historico>. Acesso em: 14 maio 2019.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. *Transsexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA, 5., 2010, Natal. Anais eletrônicos... Natal: ABEH, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/59733080/TRAN-SEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSGENERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DIASPORA-QUEER-Simone-Avila-e-Miriam-Pillar-Grossi>. Acesso em: 14 maio 2019.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. *Contribuições dos letramentos digital e informacional na sociedade contemporânea*. Transinformação, Campinas, v. 29, n. 2, p. 163-173, ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862017000200163&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

AZEVEDO, Debora. *Voluntariado corporativo - motivações para o trabalho voluntário*. Revista Produção Online, Florianópolis, jul. 2008. Disponível em: <https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/55/55>. Acesso em: 14 maio 2019.

BARI, Valéria Aparecida. *A relação entre a inclusão social na Universidade Brasileira e o desenvolvimento da Competência Informacional: implicações no campo teórico da Ciência da Informação e na prática de seus agentes sociais*. XI ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2010.

BARJA, Gover; GIGLER, Björn-Sören. *Qué es y cómo medir la pobreza de información y comunicación en el contexto Latinoamericano*. In: Pobreza digital: las perspectivas de América Latina y el Caribe, DIRSI-CRDI, 2006. Disponível em: http://www.dirsi.net/files/01-Borja_esp_web_18set.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.



BARROS, Andréa Kelmer de. *Movimentos sociais urbanos: um estudo sobre a relevância do Movimento Gay de Minas*. In: 2o Encontro Internacional e 9o Encontro Nacional de Política Social, 2014, Vitória, ES. Espírito Santo: EdUFES, 2014. p. 55-67. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v5_andrea_GV.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

BARRETO, Aldo. *Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama*. DataGramaZero, n. zero, dez. 1999.

BASTOS, Joana Pinho Duarte. *Conceções e práticas inovadoras na inserção social pela qualificação e trabalho: o caso do Projeto Dar Sentido à Vida*. 2016. 176 f. Tese (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo) – Universidade de Coimbra, Portugal, 2016. Disponível em: https://mestradoisie.files.wordpress.com/2016/10/joana-bastos_tese-de-mestrado_uc2016.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

BAYLÃO, Raul Di Sergi. *Um conceito operacional de minorias*. *Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, Brasília, v. 17, n. 9, p. 209-233, jan./jun. 2001. Disponível em: http://www.escolamp.org.br/arquivos/17_09.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

BELLUCK, Pam. W.H.O. *Weights dropping transgender identity from list of mental disorders*. The New York Times. New York, 26 jul. 2016. Disponível em: http://www.nytimes.com/2016/07/27/health/who-transgender-medical-disorder.html?_r=0. Acesso em: 14 maio 2019.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. *O conhecimento, as redes e a competência em Informação (ColInfo) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual*. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 4, Número Especial, p. 48-63, out. 2014.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. *A competência em informação no Brasil: cenários e espectros*. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. 215 p. Disponível em: http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Belluzzo.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista et al. *Information literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento*. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.6, n.1, p.81-99, dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1004/1019>. Acesso em: 14 maio 2019.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges. *Inteligência, criatividade e competência em informação: uma articulação necessária no contexto social contemporâneo*. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Delfini; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira (Orgs.).



Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática. 1. ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2016, v. 1, p. 1-29.

BENITO, Emilio de. *OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais*. El País, 19 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html. Acesso em: 14 maio 2019.

BENTO, Berenice. *NA ESCOLA SE APRENDE QUE A DIFERENÇA FAZ A DIFERENÇA*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 14 maio 2019.

BENTO, Berenice. *Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal (versão eletrônica)*. Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, v. único, p. 165-183, 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/197/101>. Acesso em: 14 maio 2019.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. *Sobre a fenomenologia*. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPOSITO, Vitória Helena Cunha (Orgs.). Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: Unimep, 1994. p. 15-21.

BOLÍVAR, Antonio. *Profissão Professor: o itinerário profissional e a construção da escola*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BOULDING, Elise. *Las mujeres y la violencia social*. In: La Violencia y sus Causas. JOXE, Alain (Org.). Paris: Unesco, 1981. p. 265-279.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOWLBY, John. *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York: Basic Books, 1988.

BRANDÃO, Zaia. *A dialética micro/macro na sociologia da educação*. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 113, p. 153-165, jul. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019..

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. *Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social*. Brasília, 2007. Disponível em http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.



BRASIL. CIDADANIA E JUSTIÇA. *Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>. Acesso em: 14 maio 2019.

BRITO, Raquel Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena. *Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo*. In: CARVALHO, Alysso Massote (Org.). *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRUCE, Christine Susan. *Information literacy as a catalyst for educational change*: A Background Paper. Paper commissioned for UNESCO, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10150/106385> Acesso: em 14 maio 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUENO, Sinesio Ferraz. *Da teoria crítica ao pós-estruturalismo*: breves apontamentos para uma possível confrontação entre Adorno e Deleuze. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 56, p. 149-161, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000200149&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

BUZATO, Marcelo El Khouri. *Letramento digital abre portas para o conhecimento*. EducaRede, 11 mar. 2003.

CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. *Por um conceito de Minoria*. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Comunicação e Cultura das Minorias*. 1 ed. São Paulo: Paulus, v.1, 2005.

CALHOUN, C. (Org.). *Social theory and the politics of identity*. Oxford: Blackwell, 1994.

CAMPELLO, Bernadete. *O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional*. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p.28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

CARDOSO, Claudia Lins. *Um estudo fenomenológico sobre a vivência de família: com a palavra, a comunidade*. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 214, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

CARRETEIRO, Tereza Cristina. *"A doença como projeto"* – Uma contribuição à análise de formas de afiliações e desafios sociais. In: SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 89-97.



CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. *Em direito a um futuro trans?:* contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Sex., Salud Soc., Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CENDÓN, Beatriz Valadares; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira. *Programas de Formação de Usuários para o Desenvolvimento de Competências Informacionais*. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 17, 2012, Gramado, RS. Anais..., Gramado, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

COACCI, Thiago. *DO HOMOSSEXUALISMO À HOMOAFETIVIDADE: DISCURSOS JUDICIAIS BRASILEIROS SOBRE HOMOSSEXUALIDADES*, 1989 - 2012. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 21, p. 53-84, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872015000300053&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS (COM). *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES. RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL que sintetiza os resultados da análise dos Planos de Acção Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005)*. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/files/database/000021001-000022000/000021837.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

COOPER, Tori. *Inclusão de Transgêneros*. 2017. Disponível em: <https://hptn.org/sites/default/files/inline-files/Transgender%20Inclusion-PT-Tori%20Cooper.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

COPE, Jonathan. *Information Literacy and Social Power*. In: ACCARDI, Maria; DRABINSKI, Emily; KUMBIER Alana. (Eds.). *Critical Library Instruction: Theories and Methods*. Duluth, Minn: Library Juice Press, 2010. Disponível em: <https://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://>



www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1009&context=si_pubs. Acesso em: 14 maio 2019.

CORREA, Carolina Salomão; SOUZA, Solange Jobim e. *Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal*. Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 461-486, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

COSTA, Leticia Graziela; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. *A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social*. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; KOLLER, Silvia Helena (Eds.), *Adolescência e juventude: Risco e proteção na realidade brasileira* (p. 219-263). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da. *O papel social do bibliotecário*. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis, n. 15, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2003v8n15p41/5234>. Acesso em: 14 maio 2019.

CUNHA, Renata Cristina da. *A pesquisa narrativa: uma estratégia investigativa sobre o ser professor*. In: V ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI, 5., 2009, Teresina. Anais... Teresina: EDUFPI, 2009. Disponível em http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.2/35_Renata%20Cristina%20da%20Cunha.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

CURY, Maria Catarina; RIBEIRO, Maria Solange Pereira; OLIVEIRA, Nirlei Maria. *Bibliotecário universitário: representações sociais da profissão*. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 1-8, 2001. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/1133>. Acesso em: 14 maio 2019.

DARTIGUES, André. *O que é a fenomenologia?* São Paulo: Centauro, 2008.

DAVIDOFF, Linda L. *Introdução a psicologia*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

DE LUCCA, Djuli Machado. *A Dimensão Política da Competência Informacional: Um estudo a partir das necessidades informacionais de idosos*. 2015. 287 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158842/337185.pdf;sequence=1>. Acesso em: 14 maio 2019.



DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, Pedro. *POBREZA POLÍTICA (POBREZA HUMANA)*. 2010. Disponível em: <http://www.fundacaosintaf.org.br/arquivos/File/Pobreza%20Politica%20-%20Pedro%20Demo.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

DIVERSUS – CONSULTORIA EM DIVERSIDADE. O que é identidade de gênero. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/diversusconsultoria/photos/a.1092269864188873.1073741828.1039785252770668/1454127384669784/?type=3&theater>. Acesso em: 14 maio 2019.

DUCLOS, Jean-Yves. *Vulnerability and poverty: a few distinctions*. 2002. Disponível em: <https://www.pep-net.org/sites/pep-net.org/files/typo3doc/pdf/l-vulnerability-poverty-duclos.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. *Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos*. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBD), São Paulo, v. 13, p. 213-253, jan. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>. Acesso em: 14 maio 2019.

DUDZIAK, Elizabeth A. *Os faróis da Sociedade de Informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil*. Informação e Sociedade: estudos, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 41-52, maio/ago. 2008.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 3. ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

DÜRMAIER, Ana Thereza de Miranda Cordeiro. *Do conceito e da medida da pobreza de informação e comunicação*. Informação e Sociedade: estudos, v. 19, n. 3, p. 133–143, 2009. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3936/3133>. Acesso em: 14 maio 2019.

DZIEKANIAK, Gisele; ROVER, Aires. *Sociedade do conhecimento: características, demandas e requisitos*. DataGramaZero, v. 12, n. 5, out. 2011.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. *Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro*. Bagoas: revista de estudos gays, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/entre%20compassos%20e%20descompassos.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.



FARIAS, Maria Giovanna Guedes; COSTA, Daysene de Araujo. *Empoderamento e protagonismo social no setor de referência de bibliotecas universitárias*. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 1-14, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p1/34686>. Acesso em: 14 maio 2019.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida. *A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira*. Investig. bibl, México, v. 31, n. 73, p. 91-110, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2017000300091&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. *Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista*. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 106-125, set. 2015. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_103c48f3ca_0000017967.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

FERNANDES, António Teixeira. *Conflitualidade e Movimentos Sociais*. Análise Social XXVIII, n. 123-124, 1993, p.787-828. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292608S8kUR1qx0Wa77QV4.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. *Desafios da parceria governo e terceiro setor*. Revista de Administração da USP - RAUSP, São Paulo, v. 33, n. 1, p.12-19, jan./mar. 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2508429/mod_resource/content/1/Fischer%20e%20Falconer%20%281998%29.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre. *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

FLICK, Uwe. *A entrevista narrativa*. In: _____ Métodos qualitativos na investigação científica. Lisboa: Monitor, 2005. p. 99-107.

FONTANELLA, Bruno Jose Barcellos et al. *Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 388-394, fev. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000200020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.



FONTES, Virgínia. *Apontamentos para pensar as formas de exclusão*. Proposta, Rio de Janeiro, v. 65, jun. 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 7. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: *História da sexualidade 1: Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. *Introdução à Ciência da Informação*. João Pessoa: UFPB, 2009.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e pratica da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREITAS, Ana Paula Araújo; SILVEIRA, Nícia Luíza Duarte da. *Ética na pesquisa com seres humanos: aspectos a destacar para investigadores iniciantes*. Psicologia Argumento, v. 26, n. 52, p. 35-46, 2008. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=1982&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 14 maio 2019.

FURLANI, Jimena. *Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia queer: o que essas abordagens têm a dizer à educação sexual?* In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2009. p. 293-323. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

GANDRA, Tatiane Krempser; SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo. *Estudos de usuários na perspectiva fenomenológica: revisão de literatura e proposta de metodologia de pesquisa*. Informação & Sociedade: Estudos, v. 22, n. 3, p. 13-23, set./dez. 2012. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ABSD%20e%20GANDRA%20Fenomenologia%20InfSoc.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

GARCIA, Isadora. *Vulnerabilidade e resiliência*. Adolescência latinoamericana, Porto Alegre: Cenespa – Centro de Estudos e Pesquisas em Adolescência, v. 2, n. 3, p. 128-130, abr. 2001.



GARRAFA, Volnei. *Inclusão social no contexto político da bioética*. Rev. Bras. Bioética, v. 1, n. 2, p. 122-132, 2005. Disponível em: <http://fri.bioetica.org/bibliografia/garrafa.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

GHANEM, Elie. *As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil*. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2, p. 51-65, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

GOLDMAN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Henriette Ferreira. *Mediação da informação e protagonismo social: relações com a vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas*. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.). *Informação e Protagonismo Social*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2017, v. 1, p. 27-44.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. *Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens*. Ciência da Informação, [S.l.], v. 33, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1068>. Acesso em: 14 maio 2019.

GONZALEZ, Leonise Verzoni. *COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS: um estudo com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS)*. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 17, 2012, Gramado, RS. Anais... Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61050/000864668.pdf?sequence=>. Acesso em: 14 maio 2019.

GORMAN, Robert A. *A visão dual: Alfred Schütz e o mito da ciência social fenomenológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GROTBERG, Edith Handerson. *A guide to promoting resilience in children: strengthening the human spirit*. The Hague: The Bernard van Leer Foundation, 1995.

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.



GUEDES, Roger de Miranda. *Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação*. In: MOURA, Maria Aparecida. (Org.). *Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas*. 1 ed. Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2011, p. 75-79.

HORTON JR., Forest Woody. *Understanding information literacy: a primer*. Paris: UNESCO, 2008.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). *DECLARAÇÃO DE HAVANA: 15 ações de COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO/ ALFIN...* por um trabalho colaborativo e de criação de redes para o crescimento da competência em informação¹ no contexto dos países ibero-americanos. 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/Declaration/Compet.Declara-de-Havana.2012.Portu-Brasil.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

INTERNATION FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). *Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação*. 2012b. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portuguese/codeofethicsfull.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

INSTITUTE OF MEDICINE (IOM). *Priority Areas for National Action: Transforming Healthcare Quality*. Washington, DC: The National Academies Press, 2003.

IOTTI, Paulo. *STF e TSE fazem História ao afirmar a Cidadania de Transexuais e Travestis*. Justificando, 25 jun. 2018. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/03/02/stf-e-tse-fazem-historia-ao-afirmar-cidadania-de-transexuais-e-travestis/>. Acesso em: 14 maio 2019.

JESUS, Maria Cristina Pinto de et al. *A fenomenologia social de Alfred Schütz e sua contribuição para a enfermagem*. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 736-741, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342013000300736&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

JESUS, Marisa S de. *Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do Estado da Bahia*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: CIFORM, 2007. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/>. Acesso em: 14 maio 2019.



JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos*. 2. ed. 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. *Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais*. Revista Cronos, [S.l.], v. 11, n. 2, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 14 maio 2019.

JODELET, Denise. *Os processos psicossociais da exclusão*. In: SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 55-67.

JOHNSTON, Bill; WEBBER, Sheila. *As we may think: information literacy as a discipline for the information age*. Research Strategies, v. 20, n. 3, p. 108-121, 2006. Disponível em: ftp://ftp.inf.puc-rio.br/pub/docs/FomularioSolicitacoes/Johnston_As-we-may-think-Information-literacy-as-a-discipline-for-the-information-age_2005.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. *Entrevista narrativa*. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

JUNG, Carlos Fernando. *Metodologia Científica: Ênfase na Pesquisa Tecnológica*, 3. ed. 2003. Acesso em: <http://www.ceset.unicamp.br/~epoleti/ST008/Metodologia%20F%E1bio.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

KATZMAN, Ruben. *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.

KOLTAY, Tibor. *The media and the literacies: media literacy, information literacy, digital literacy*. Media, Culture & Society, v. 33, n. 2, p. 211-221, 2011.

LACERDA, Gustavo Marcel Filgueiras. *HANNAH ARENDT: A POLÍTICA E O DIREITO A TER DIREITOS*. 2011. 35 f. Monografia (Graduação em Filosofia) – Instituto Santo Tomás de Aquino, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://ista.edu.br/download-file/2014/02/MONOGRAFIA-GUSTAVO.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

LAMARQUE, Gilles. *L'exclusion*. Paris: PUF, 1995.

LAU, Jesús. *Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente*. Boca Del Rio: IFLA, 2007. Tradução para o português por Regina Célia Baptista Belluzzo, jul. 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.



LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LINO, Tayane Rogéria et al. *O Movimento de Travestis e Transexuais: Construindo o passado e tecendo presentes*. Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador, 2011. Disponível em: <https://nugsexdiadorim.files.wordpress.com/2011/12/o-movimento-de-travestis-e-transexuais-construindo-o-passado-e-tecendo-presentes.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Débora. *Quem a transfobia matou no Brasil em 2016?*. 2016. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/qkbe7m/mortes-transfobia-2016. Acesso em: 14 maio 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

LIMA, Antonio Balbino Marçal (Org.). *Ensaaios sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty*. Ilheus: Editus, 2014.

MACEDO, Fernanda Maria Felício; BOAVA, Diego Luiz Teixeira; ANTONIALLI, Luiz Marcelo. *A fenomenologia social na pesquisa em estratégia*. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 171-203, out. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712012000500007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., Anais... Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. 2013. Disponível em: http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/MANIFESTO_de_Florianopolis.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

MARON, Willian Mac-Cormick. *A motivação: De Maslow à Freud*. 2015. Disponível em: <http://www.santacruz.br/v4/download/gestao-em-foco/a-motivacao-de-maslow-a-freud.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

MARTELETO, Regina Maria; NÓBREGA, Nanci; MORADO, Denise. *Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura*,



informação e sociedade. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, 2013. p. 78-106.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. *A pesquisa qualitativa em psicologia*. São Paulo: Centauro, 2005.

MASLOW, Abraham H. *Motivation and personality*. 2. ed. New York: Harper & Row, 1970.

MAYBEE, Clarence; FLIERL, Michael. *Motivating learners through information literacy*. Libraries Faculty and Staff Scholarship and Research, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e765/6750a0918f2af0453bdcd7ba055097c1465.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

MELERO, Maria Beatriz. *Metade dos brasileiros não sabem o que significa ser trans, diz pesquisa*. Revista Cláudia, 2 jun. 2018. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/metade-brasileiros-nao-sabem-transgenero-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 14 maio 2019.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Movimentos Sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público*. Lua Nova, São Paulo, n. 72, p. 115-142, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n72/a05n72.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. *O marco conceitual da vulnerabilidade social*. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO MERCOSUL, 3., 2011, Pelotas. *Anais... Pelotas, SEPOME*, 2011.

MOREIRA, Virginia. *O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em psicopatologia*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), p. 447-456, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a16v17n3.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

MORIGI, Valdir José; SILVA, Magali Lippert da. *Paradigma tecnológico e representações sociais dos bibliotecários sobre seu perfil e suas práticas no contexto da sociedade da informação*. *Informação & Sociedade*:



Estudos, João Pessoa, v. 15, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/55/1525>. Acesso em: 14 maio 2019.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. *Sexual orientation and gender identity: review of concepts, controversies and their relation to psychopathology classification systems*. Frontiers In Psychology, 2015. Disponível em: <http://journal.frontiersin.org/article/10.3389/fpsyg.2015.01511/full>. Acesso em: 14 maio 2019.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. *Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa*. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 48, p. 184-189, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000800184&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. *Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão*. Proposta, Rio de Janeiro, v. 65, jun. 1995.

OLIVEIRA, Lidiane Duarte; ROCHA-PINTO, Sandra Regina da. *A importância do trabalho voluntário no desenvolvimento de competências do estudante*. 2010. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2010/relatorios/ccs/adm/ADM-Lidiane%20Duarte%20Silva%20de%20Oliveira.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. *As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação*. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 112, p. 61-83, mar. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

ORELO, Eliane Rodrigues Mota; VITORINO, Elizete Vieira. *Competência informacional: um olhar para a dimensão estética*. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 17, n. 4, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/17838>. Acesso em: 14 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)*. 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Educação em Matéria de Direitos Humanos e Tratados de Direitos Humanos*. Lisboa: ONU, 2002. Disponível em: http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Serie_Decada_2.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. 2015. Disponível em:



<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes*. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIL/confintea/pdf/Preparatory_Conferences/Conference_Documents/Latin_America_-_Caribbean/confintea_vi_olhares_5_continentes.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Media and Information Literacy: Media and Information Literacy*. Paris, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225606e.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Resposta do Setor de Educação ao bullying homofóbico*. Brasília: UNESCO, 2013b. 60 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Riga Recommendations on Media and Information Literacy in a Shifting Media and Information Landscape*. São Paulo: Unesco, 2016. Disponível em: http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/riga_recommendations_on_media_and_information_literacy.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Media and Information Literacy: Reinforcing Human Rights, Countering Radicalization and Extremism*. Paris: Unesco, 2016b. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002463/246371e.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *The solid facts: palliative care*. Geneva: World Health Organization, 2004. Disponível em: http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0003/98418/E82931.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim; FERES, Glória Georges. *Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional*. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 124-142, out. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/15343>. Acesso em: 14 maio 2019.



PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Sílvia Helena. Inserção ecológica no espaço da rua. In: KOLLER, Sílvia Helena (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (p.123-154). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PARANÁ (Estado). SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. *DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO - DEPEN. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS*. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/Cidadania_e_Direitos_Humanos.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

PEIXOTO, Cláudia Carneiro; LOBATO, Anderson Orestes Cavalcante. *Pensar a cidadania em Hannah Arendt: direito a ter direitos*. In: LONDERO, Josirene Candido; BIRNFELD, Carlos André Hüning. (Orgs.). *Pensar a cidadania em Hannah Arendt: direito a ter direitos*. 1. ed. Rio Grande: Editora da Furg, 2013, v. 1, p. 51-69. Disponível em: http://www.direito.furg.br/images/stories/LIVROS/DIREITOS_SOCIAIS_FUNDAMENTAIS/04Peixoto2013_DSF.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

PERES, Wiliam Siqueira. *Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira*. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 235-263. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

PEREIRA Fernando Antonio de Melo; QUEIROS, Alinne Pompeu Cunha de. *A consolidação da pesquisa social qualitativa: um aporte teórico*. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 132, p. 65-72, jul. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/14729/9455>. Acesso em: 14 maio 2019.

PERUCCHI, Juliana. *Dos estudos de gênero às teorias queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social [Trabalho completo]*. In Associação Brasileira de Psicologia Social (Org.), *Anais... Maceió: ABRAPSO, 2009*. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/627.%20dos%20estudos%20de%20g%C3%A2nero%20%C0s%20teorias%20queer.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

PETRY, Anália Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. *Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa*. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 193-198, jan./jul. 2011. Disponível



em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>. Acesso em: 14 maio 2019.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. *A resiliência em discussão*. Psicol. estud., Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

PINKER, Steven. *How the mind works*. 1. ed. London: Penguin Books, 1998.

PIRES, Erik André de Nazaré. *O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação*. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - EREBD N/NE, 2012, Juazeiro do Norte. Anais eletrônicos... Juazeiro do Norte, 2012. v. 3. p. 1-15. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2202>. Acesso em: 14 maio 2019.

PITANGUY, Jacqueline. *Gênero, cidadania e Direitos Humanos*. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

RAWLS, John. *Justiça como equidade: uma reformulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

REDE TRANS BRASIL. *Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans*. 2017.

REYES, Paulo. *Quando a rua vira corpo*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

RIOS, Roger Raupp. *Direitos sexuais, uniões homossexuais e a decisão do Supremo Tribunal Federal* (ADPF nº 132-RJ e ADI 4.277). In: RIOS, Roger Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Logo (Orgs.). *Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 69-113.

RODRIGUES, Eduardo Vitor et al. *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Sociologia, Porto, n. 9, p. 63-101, 1999. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8578/2/1468.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 8. ed. Porto: Afrontamento, 1996.



SANTOS, Camila Araújo dos. *Competência em Informação na formação básica dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica*. 2017. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita - Campus de Marília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_ca_do.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

SANTOS, Liara Gomes dos. ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Adoção e incorporação de teorias das Ciências Sociais pela Ciência da Informação na perspectiva dos conceitos trabalhados por Gernot Wersig*. Informação & Sociedade: Estudos, v. 21, n. 2, 2011, p. 35-47. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4730/5961>. Acesso em: 14 maio 2019.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*: ensaio de fenomenologia ontológica. Tradução de Paulo Perdigão. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SAWAIA, Bader. *Identidade – Uma ideologia separatista?* In: SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 121-129.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEFFNER, Fernando; PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. *Uma galeria para travestis, gays e seus maridos*: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional. Sex., Salud Soc., Rio de Janeiro, n. 23, p. 140-161, ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000200140&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS). *Literacia em Saúde*. 2016. Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/noticias/2016/11/15/estrategia-nacional-para-a-literacia-em-saude/>. Acesso em: 14 maio 2019.

SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. *A interação com o entrevistado na coleta de narrativas para a composição do Discurso do Sujeito Coletivo*: vivências de pesquisadora. Revista ACB, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 118-134, dez. 2011. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/820/pdf_75. Acesso em: 14 maio 2019.

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. *Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros*. Rev.



SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

SILVA, Helena et al. *A inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania*. Ciência da Informação, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3418/1/a04v34n1.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da; BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bomfim de. *Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais*. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 26, p. 364-372, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052/109664>. Acesso em: 14 maio 2019.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. *Um estudo do poder na sociedade da informação*. Ciência da Informação, [S.l.], v. 29, n. 3, dez. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/875/909>. Acesso em: 14 maio 2019.

SORENSEN Kristine et al. *Health literacy and public health: a systematic review and integration of definitions and models*. BMC Public Health, v. 12, n. 80, 2012. Disponível em: <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-12-80>. Acesso em: 14 maio 2019.

SUESS, Aimar. *Análisis del panorama discursivo al redor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales*. In: MISSÉ, Miquel; COLLPLANAS, Gerard (ed.). *El género desordenado— críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona, Madrid: EGALES, 2010.

THOMPSON, Kelly J. *Where's the "T"? Improving Library Service to Community Members Who Are Transgender-Identified*. 2012. Disponível em: <http://ir.uiowa.edu/bsides/22/>. Acesso em: 14 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). CEP SH. *Dúvidas frequentes*. Quando apresentar um projeto ao CEP SH-UFSC?. 2018. Disponível em: <http://cep.ufsc.br/duvidas-frequentes/quando-apresentar-um-projeto-ao-cep/>. Acesso em: 14 maio 2019.

VARELA, Aida Varela. *A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento*. In: MIRANDA, Antônio, SIMEÃO, Elmira (orgs.). *Alfabetização digital e acesso ao conhecimento*. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006. (Série Comunicação da Informação Digital, v. 4).



VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. *The complexity of finding information in collaborative information systems: cognitive needs*. In: CURRÁS, E.; LLORET ROMERO, N. (Orgs.). *Systems science and collaborative information systems: theories, practices and new research*. Hershey: IGI Global, 2012, v. 1, p. 87-120.

VERGARA. Sylvia Constant; FERREIRA, Victor Cláudio Paradelo. *Representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 5, p. 1137-59, set./out. 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6582/5166>. Acesso em: 14 maio 2019.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados*. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, set/dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Dimensões da Competência Informacional* (2). Ci. Inf., Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019.

VITORINO, Elizete Vieira. *Competência em informação: relatório de pesquisa realizada com os dirigentes de bibliotecas de Instituições de Educação Superior do Sul do Brasil*. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (Orgs.). *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 387-407.

XIBERRAS, Martine. *Les théories de l'exclusion*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1993.

ZURKOWSKI, Paul G. *Information services environment relationships and priorities*. Related Paper n. 5. Washington, D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Refletindo sobre a noção de exclusão*. In: SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-27.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. *The phenomena of interest to information science*. The information scientist, v. 9, n. 4, 1975.



WILSON, Anthea. *A guide to phenomenological research*. Art & science. Research series, v. 29, n. 34, p. 38-43, abr. 2015. Disponível em: <http://journals.rcni.com/doi/pdfplus/10.7748/ns.29.34.38.e8821>. Acesso em: 14 maio 2019.

WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH (WAS). *DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS*. 2014. Disponível em: <http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.



SOBRE O AUTOR E A AUTORA

Guilherme Goulart Righetto

Bibliotecário/Documentalista e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestre em Ciência da Informação (2018) e Bacharel em Biblioteconomia (2015) pela mesma instituição. É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência em Informação (GPCIn).

Elizete Vieira Vitorino

Pós-doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal (2016). Doutora em Engenharia de Produção (2004) e Mestre em Engenharia de Produção (1996) e Graduação em Biblioteconomia (1991), titulações conferidas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora concursada e pesquisadora do Departamento de Ciência da Informação (CIN), Centro de Ciências da Educação (CED), da UFSC.



ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 2.390.988

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar as necessidades de informação das pessoas trans na região de Florianópolis, Santa Catarina, como alicerce para o desenvolvimento da competência em informação das pessoas pertencentes a esta minoria social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Possível exposição de recordações/vivências delicadas ou desagradáveis das pessoas que podem levar a algum desconforto emocional.

Benefícios:

Visibilidade e uma forma de auxílio às pessoas trans, visto que há muito preconceito e estigma em torno destes indivíduos na sociedade brasileira, além da inovação pelo tema na área da Ciência da Informação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta fundamentação bibliográfica, clareza em seus objetivos e uma vez obtido os dados conclusivos, poderá contribuir para a produção de novos conhecimentos sobre a temática proposta.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos foram apresentados. São eles:

1. Anuência fornecida pela Associação de Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na Sexualidade - ADEH.
2. Folha de rosto devidamente assinada.
3. Projeto.
4. TCLE.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Foram elaboradas alterações no cronograma, bem como no TCLE, não havendo óbices éticos a

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Página 02 de 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 2.390.988

realização da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_967685.pdf	07/11/2017 16:14:03		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	07/11/2017 16:04:57	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	07/11/2017 16:04:05	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	18/09/2017 15:55:53	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Outros	DADOS_SOCIODEMOGRAFICOS.docx	06/08/2017 19:13:58	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Outros	TOPICO_NARRATIVA.docx	04/08/2017 14:59:30	GUILHERME GOULART RIGHETTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	FINAL.docx	04/08/2017 14:47:18	GUILHERME GOULART RIGHETTO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao.pdf	04/08/2017 14:46:42	GUILHERME GOULART RIGHETTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 21 de Novembro de 2017

Assinado por:
Yimar Correa Neto
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Página 03 de 03

ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso 7, 13, 14, 21, 23, 24, 30, 32,
33, 41, 43, 50, 51, 69, 76, 77,
78, 79, 83, 85, 91, 95, 102,
108, 117, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 128, 130, 131, 132,
134, 140, 144, 146, 147, 152,
153, 155, 163, 171, 176, 182,
183, 195, 201, 206, 208, 212,
214, 217, 242
apoio 7, 8, 12, 14, 31, 48, 85, 88, 92,
94, 95, 98, 99, 127, 128, 129,
132, 141, 143, 145, 146, 152,
166, 171, 176, 182, 183, 191,
193, 200, 203, 209, 216, 220,
222, 226, 228
apoio social 7, 12, 14, 127, 128, 182,
222, 226, 228
aprendizagem 10, 13, 79, 85, 87, 98,
99, 104, 123, 143, 146, 200,
206, 208, 234, 238

B

bibliotecário 27, 72, 74, 86, 126, 131,
132, 133, 134, 139, 140, 141,
142, 143, 219, 228, 230, 240
biólogo 44, 56, 57, 58, 60, 63, 69
Bissexuais 24, 39, 58, 59, 61, 145, 223

C

capacidade 7, 23, 24, 31, 33, 42, 52,
58, 74, 75, 77, 78, 86, 99, 102,
103, 106, 122, 128, 138, 140,
183, 200, 201, 203, 204, 212,
219
cidadania 12, 24, 25, 26, 27, 29, 33,
35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44,
52, 55, 68, 72, 75, 76, 80, 87,

91, 92, 95, 96, 97, 100, 102,
108, 111, 125, 126, 143, 145,
146, 152, 161, 174, 188, 210,
214, 217, 218, 220, 225, 226,
233, 239, 240, 242
cidadãos 12, 34, 52, 53, 54, 55, 87,
88, 97, 104, 123, 125, 126,
137, 142, 178, 206, 214
ciência 11, 15, 56, 80, 81, 110, 117,
118, 222, 230, 232, 235
competência 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13,
14, 15, 16, 21, 25, 27, 42, 52,
72, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84,
85, 86, 87, 88, 89, 95, 96, 97,
98, 102, 103, 104, 105, 106,
108, 109, 116, 122, 123, 124,
125, 126, 138, 139, 143, 145,
146, 147, 148, 149, 151, 199,
206, 208, 209, 215, 216, 217,
218, 219, 220, 224, 226, 229,
230, 233, 235, 242
comunicação 8, 22, 33, 36, 37, 38, 41,
51, 87, 88, 105, 118, 119, 124,
128, 133, 156, 175, 223, 229
contexto brasileiro 26, 27, 57, 95, 100,
143, 144
controle 12, 24, 38, 39, 40, 99, 103,
152, 175
crossdressers 12, 62

D

desafio 14, 55, 81, 236, 237
desenvolvimento 8, 10, 11, 12, 14, 15,
16, 25, 27, 43, 48, 51, 64, 72,
74, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87,
89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98,
99, 100, 101, 102, 105, 106,
108, 109, 116, 122, 123, 124,
125, 139, 141, 142, 143, 146,





147, 149, 151, 172, 173, 182, 194, 206, 208, 215, 217, 218, 223, 234, 237, 239, 240	233
desenvolvimento social 11, 15, 94, 95, 101, 106, 123, 125	estigmas 13, 27, 95, 127, 152
desigualdade 32, 35, 40, 43, 107, 125, 136, 226, 234, 241, 243	estrutura social 39, 110, 114
digital 10, 39, 83, 105, 143, 206, 223, 226, 234, 242	estudos 8, 11, 12, 16, 25, 71, 81, 97, 117, 139, 142, 143, 144, 146, 180, 182, 202, 217, 222, 229, 235, 239
dignidade 8, 37, 46, 47, 48, 52, 68, 72, 90, 142, 176, 214	ética 25, 89, 97, 131, 136, 144, 145, 146, 177, 207, 226, 233, 234, 237, 241, 242, 243
direito 14, 24, 32, 34, 35, 37, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 61, 64, 68, 69, 81, 87, 88, 90, 94, 97, 102, 117, 122, 125, 129, 130, 132, 133, 137, 145, 160, 175, 178, 201, 206, 208, 213, 214, 227, 239	excluídos 8, 44, 96, 112, 129, 139, 156
direitos humanos 26, 27, 29, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 58, 60, 66, 72, 77, 85, 90, 97, 102, 122, 140, 152, 196, 201, 206, 208	exclusão 26, 27, 29, 30, 31, 47, 51, 69, 70, 75, 78, 80, 85, 101, 104, 112, 115, 118, 127, 152, 153, 154, 156, 159, 188, 189, 191, 192, 195, 199, 207, 219, 226, 231, 234, 237, 241, 243
direitos sexuais 26, 27, 29, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 231, 240	expressão 11, 26, 27, 29, 35, 41, 45, 47, 48, 49, 50, 57, 62, 63, 70, 77, 90, 107, 123, 129, 130, 206, 208, 214, 217
discursos 34, 38, 161, 174, 180, 192, 198, 215	F
distinção 41, 48, 109, 114, 115, 118, 159, 163	família 30, 39, 45, 53, 75, 90, 107, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 181, 183, 191, 197, 201, 226
E	fenomenologia 16, 17, 19, 20, 21, 23, 27, 149, 188, 199, 217, 225, 228, 233, 235, 241
educação 8, 13, 14, 33, 38, 40, 43, 48, 50, 68, 78, 81, 82, 88, 90, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 122, 123, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 168, 171, 184, 195, 198, 199, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 214, 218, 219, 225, 231, 235, 237, 239, 242	fenômenos sociais 19, 30, 149
ensino 7, 13, 88, 89, 90, 105, 143, 146, 191, 212	ferramentas 7, 10, 81, 83, 163, 209
espaços públicos 7, 38, 41, 100, 194,	formação 13, 36, 37, 43, 46, 50, 66, 76, 88, 89, 100, 102, 111, 113, 114, 132, 136, 152, 182, 190, 191, 194, 224, 241
	G
	Gays 24, 39, 58, 59, 61, 65, 66, 145, 179, 223
	gênero 8, 12, 14, 22, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70,



SUMÁRIO

90, 93, 94, 108, 115, 116, 123, 128, 129, 130, 132, 135, 139, 141, 154, 157, 161, 164, 166, 167, 172, 176, 180, 192, 195, 197, 198, 202, 203, 206, 216, 226, 229, 239	131, 132, 133, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 163, 164, 169, 171, 173, 174, 175, 176, 181, 184, 189, 194, 195, 199, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 225, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 240, 242, 243
grupos sociais 11, 75, 76, 85, 105, 110, 115, 124, 127, 133	interagir 7, 89, 94, 188
H	L
heterossexual 45, 64, 128	Lésbicas 24, 39, 58, 59, 61, 65, 66, 145, 179, 223
I	LGBT 8, 21, 24, 39, 40, 45, 46, 47, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 70, 93, 113, 116, 129, 130, 143, 144, 145, 146, 172, 176, 180, 181, 195, 198, 220, 223, 229, 239
identidade 11, 22, 30, 34, 35, 37, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 91, 93, 94, 109, 110, 111, 112, 122, 125, 128, 129, 130, 141, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 166, 167, 172, 176, 181, 187, 195, 199, 213, 221, 226, 227, 229, 241	LGBT+ 21, 39, 40, 45, 46, 47, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 70, 93, 113, 116, 129, 143, 144, 145, 146, 172, 180, 195, 198, 220
identificação 22, 38, 56, 110, 113, 141, 168, 189	lutas 35, 37, 38, 67, 197, 203, 214
igualdade 14, 32, 41, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 80, 88, 90, 108, 152, 206, 214, 220, 226	M
igualdade de gênero 14, 108, 206	macro 26, 27, 29, 55, 126, 138, 210, 225
inclusão 13, 14, 24, 26, 27, 29, 34, 35, 38, 80, 82, 83, 87, 88, 116, 123, 125, 129, 130, 132, 137, 138, 139, 141, 143, 146, 156, 195, 208, 223, 242	metacompetência 7, 16, 82, 87, 151, 206, 209
individualidade 36, 127, 135	micro 26, 27, 29, 55, 71, 126, 210, 225
informação 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 25, 27, 30, 33, 43, 49, 50, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128,	mídias 7, 86, 144, 199
	minorias 7, 11, 15, 16, 26, 27, 32, 40, 55, 66, 72, 74, 79, 83, 89, 93, 105, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 125, 126, 146, 151, 156, 185, 199, 216, 220, 224, 235
	movimento 7, 17, 19, 21, 27, 35, 36,



SUMÁRIO

37, 38, 58, 59, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 83, 84, 85, 101, 105, 112, 118, 128, 149, 168, 172, 177, 178, 179, 180, 181, 195, 198, 226, 227, 229, 235, 239	movimentos 13, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 51, 64, 66, 67, 77, 85, 89, 101, 106, 132, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 195, 198, 211, 216, 221, 227, 234	movimentos sociais 13, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 51, 64, 77, 85, 89, 101, 106, 132, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 198, 211, 216, 221, 227	movimento trans 7, 21, 180	mulheres 24, 33, 39, 44, 56, 57, 58, 60, 68, 99, 112, 113, 125, 161, 172, 181, 185, 195, 204, 214, 234, 242	N	narrativas 7, 8, 14, 15, 22, 23, 25, 27, 147, 148, 151, 158, 162, 164, 171, 177, 184, 186, 192, 195, 200, 207, 208, 209, 210, 216, 219, 220, 237, 241	O	oportunidades 13, 14, 32, 33, 34, 44, 64, 77, 79, 94, 100, 122, 125, 132, 182, 183, 188, 191, 207, 210	P	particularidades 26, 45, 91, 122, 220	pesquisa 7, 8, 13, 16, 18, 19, 25, 31, 38, 48, 89, 99, 117, 119, 144, 146, 147, 161, 224, 228, 231, 235, 236, 237, 239, 243	peessoas trans 7, 8, 11, 14, 16, 21, 23, 25, 26, 27, 34, 42, 45, 55, 57, 61, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 89, 91, 92, 94, 95, 97, 102, 104, 105, 107, 109, 112, 114, 126, 127, 128, 141, 143, 147, 148, 149, 151, 154, 171, 172, 173, 174, 177, 179, 180, 184, 186, 191, 192, 193, 194, 197, 201, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 225, 240	plataformas 7, 87, 198	pobreza 29, 30, 31, 32, 33, 34, 75, 77, 96, 112, 128, 135, 175, 190, 223, 229	poder 32, 58, 67, 71, 91, 92, 101, 107, 110, 111, 113, 115, 118, 126, 134, 135, 137, 138, 139, 159, 162, 169, 175, 177, 187, 188, 190, 202, 203, 227, 231, 242	política 31, 32, 33, 34, 35, 41, 43, 45, 48, 51, 52, 53, 54, 64, 65, 67, 82, 90, 95, 96, 97, 100, 104, 106, 108, 115, 117, 123, 124, 130, 132, 133, 134, 137, 142, 144, 145, 146, 151, 161, 164, 175, 178, 179, 196, 197, 198, 210, 211, 235	população 8, 14, 15, 16, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 34, 40, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 89, 94, 95, 99, 100, 128, 130, 133, 134, 141, 143, 144, 145, 146, 161, 172, 173, 174, 180, 182, 183, 186, 190, 192, 194, 195, 198, 199, 200, 202, 207, 212, 213, 214, 220	preconceito 30, 40, 44, 46, 47, 70, 94, 95, 115, 128, 152, 155, 156, 170, 171, 180, 181, 184, 194, 199, 211, 214, 215, 218, 220
--	--	--	----------------------------	--	---	---	---	---	---	---------------------------------------	--	--	------------------------	---	--	---	--	--

protagonismo 7, 9, 12, 24, 116, 139,
142, 143, 152, 180, 207, 219,
230, 232

Q

qualidade 12, 13, 33, 42, 43, 78, 79,
88, 95, 108, 127, 182, 202,
207, 208, 220, 222

queer 12, 38, 231, 235, 239

questões de gênero 8, 40, 55, 94, 129,
172, 197, 216

R

resiliência 8, 14, 25, 27, 147, 149, 152,
199, 200, 201, 202, 203, 205,
216, 217, 231, 240

S

sexualidade 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50,
51, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 93,
180, 197, 231

sistema 10, 12, 31, 36, 47, 52, 54, 70,
103, 111, 112, 114, 135, 155,
175, 177, 179, 186, 222

sistema social 12, 114

social 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16,
19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26,
27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35,
36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43,
44, 45, 48, 51, 52, 54, 55, 56,
57, 58, 60, 65, 67, 68, 69, 70,
71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78,
79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88,
89, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100,
101, 102, 104, 105, 106, 108,
109, 110, 111, 112, 113, 114,
115, 116, 117, 118, 121, 122,
123, 125, 126, 127, 128, 130,
131, 132, 133, 134, 135, 136,
137, 138, 139, 140, 141, 142,
143, 145, 146, 147, 149, 150,

151, 152, 153, 154, 156, 157,
158, 159, 160, 161, 162, 163,
164, 165, 167, 168, 169, 170,
171, 172, 176, 177, 178, 180,
181, 182, 184, 185, 186, 188,
189, 192, 194, 195, 199, 200,
203, 206, 207, 208, 209, 210,
211, 212, 213, 214, 216, 218,
219, 220, 221, 222, 223, 224,
225, 226, 228, 230, 232, 233,
234, 235, 236, 239, 240, 241,
243

socialmente vulneráveis 8, 35, 75, 79,
112, 115, 116, 217, 219

sociedade 8, 10, 12, 13, 14, 15, 26,
27, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38,
40, 42, 43, 44, 52, 53, 54, 55,
56, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 72,
74, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 84,
85, 87, 89, 90, 93, 94, 95, 97,
100, 101, 102, 103, 107, 108,
109, 110, 111, 112, 113, 114,
116, 117, 118, 122, 124, 125,
128, 129, 131, 132, 133, 134,
135, 138, 140, 141, 142, 146,
151, 152, 153, 154, 157, 163,
167, 168, 171, 174, 175, 178,
179, 183, 191, 192, 194, 198,
199, 207, 208, 209, 213, 215,
216, 218, 219, 220, 223, 224,
227, 236, 237, 240, 242

sociedade contemporânea 13, 14, 26,
34, 38, 55, 63, 109, 141, 218,
223, 224

T

TIC 13, 38, 80, 128, 147

trans 7, 8, 11, 14, 16, 21, 23, 24, 25,
26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 39,
42, 45, 55, 57, 60, 61, 62, 64,
67, 68, 69, 70, 71, 72, 89, 90,
91, 92, 93, 94, 95, 97, 102,



104, 105, 107, 109, 112, 114,
126, 127, 128, 130, 141, 143,
144, 147, 148, 149, 151, 154,
155, 157, 158, 161, 170, 171,
172, 173, 174, 177, 179, 180,
181, 182, 183, 184, 185, 186,
187, 188, 189, 190, 191, 192,
193, 194, 195, 196, 197, 198,
199, 200, 201, 202, 203, 204,
205, 207, 209, 210, 211, 212,
213, 214, 215, 216, 217, 218,
220, 221, 225, 227, 236, 240,
242

transexuais 12, 24, 44, 57, 59, 60, 62,
65, 67, 68, 71, 91, 128, 179,
180, 227, 233, 234, 235, 239,
241, 242

transgêneros 12, 44, 65, 91, 130, 131,
239, 241

travestis 12, 24, 44, 57, 59, 60, 62, 65,
67, 68, 91, 128, 161, 179, 180,
183, 191, 195, 202, 205, 227,
233, 235, 239, 241, 242

V

vulnerabilidade 8, 16, 25, 26, 27, 65,
72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80,
83, 84, 85, 114, 122, 127, 147,
149, 151, 152, 184, 185, 186,
188, 190, 192, 199, 207, 208,
209, 210, 211, 212, 213, 216,
217, 218, 221, 228, 236



www.pimentacultural.com

#TRANSliteracy:

COMPETÊNCIA
EM INFORMAÇÃO
VOLTADA
ÀS PESSOAS
TRANS*



pimenta
cultural